CARTA AOS AMIGOS E COLABORADORE

Anchieta, 31 de dezembro de 2016

Amigos, Colaboradores e Parceiros do Mepes.

Temos a grande satisfação de apresentar o Relatório de Atividades do MEPES, com um resumo das ações desenvolvidas no exercício de 2016, com a finalidade estabelecer um comparativo em relação às atividades ocorridas em anos anteriores e informar à sociedade sobre o funcionamento da Instituição. Em seu descritivo serão apresentados tópicos sobre: história, compromissos, estrutura organizacional, competências , tipos de manifestações ocorridas no ano, atendimento do seu público alvo, informações sobre o que foi realizado junto as unidades das Escolas Famílias Agrícola e de Turismo, Saúde, Centro de Formação, Ação Comunitária com destaques para o Atendimento nos Centros de Educação Infantil e pelo Escritório Central do Mepes, fruto do trabalho participativo das principais ações realizadas em 2016.

Registramos que foi um ano de muitas dificuldades no âmbito administrativo e na manutenção das parcerias, pedagógicas, políticas e financeiras. Todavia, é muito gratificante poder socializar nossas metas de trabalho e ao mesmo tempo partilhar nossas iniciativas, meios e ações construídas neste ano de 2016.

O Relatório de Atividades pretende ultrapassar o simples registro de um conjunto de atividades, mas almeja disponibilizar e tornar público o que foi realizado. Tem como finalidade oferecer subsídios aos gestores públicos, privados, parceiros institucionais sobre as ações promovidas com recursos públicos e doações na melhoria constante dos atendimentos do público alvo da instituição, fortalecendo a imagem da Instituição na sociedade.

O Mepes é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos que tem como finalidade a promoção integral da pessoa humana, interagindo na saúde, educação e ação comunitária, sem fins econômicos, numa ampla atividade voltada principalmente ao meio rural, integrando campo e cidade, naquilo que concerne à elevação humano-social, especialmente do agricultor, nas dimensões da vida: espiritual, intelectual, sanitária, técnica, econômica e ambiental, com uma estrutura consolidada, que lhe assegura o cumprimento de sua Missão, tendo como princípios fundamentais a preocupação com o "ser humano" em sua integralidade, 'homem todo" e, ao mesmo tempo, todos os 'homens'", assim como o ambiente que o cerca, estabelecendo uma ação integrada, um tripé: saúde, educação e ação social.

Sempre nesta oportunidade consideramos importante aprofundar discussões e desafios que nos esperam, assim, contribuir para que a iniciativa do nosso fundador Pe. Humberto Pietrogrande estejam sempre presentes em nossos projetos futuros.

Sempre acreditamos na cooperação entre os povos, na parceria e principalmente no INTERCÂMBIO de ações, de pessoas, de conhecimentos, de costumes, de tradições e de valores. Os valores do intercâmbio estão sendo resinificados como novas parcerias e são fruto deste respeito mútuo, concretizado com a parceria dos inúmeros voluntários e colaboradores que nos possibilitaram chegar até aqui.

Partilhamos a disponibilidade de nossa instituição, à solidariedade das iniciativas que foram abraçadas por nossos parceiros, que representam a vontade de todos nós.

Continuamos na busca continua deste espirito de solidariedade, alimentando nossa fé e os nossos espíritos, pois assim, a cada dia, seremos mais presentes nas realidades de nosso povo e instituições parceiras.

Idalgizo José Monequi
Superintendente Geral do MEPES

Amélia Siller
Presidente da Junta Diretora do MEPES

I – MEPES, SUA HISTÓRIA, SUA AÇÃO:

MEPES

MEPES
Movimento de Educação
Promocional do Espírito Santo

Fundado em 26 de Abril de 1968, O MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, é uma Entidade Filantrópica, não governamental registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob n° 200.015 de 03 de Setembro de 1971. Nascido para ajudar o homem e as comunidades rurais, o projeto promocional do MEPES é, ao mesmo tempo, um espirito e um programa, uma pedagogia e uma proposta de estilo de vida, capaz de atingir as estruturas da vida humana, mas, sempre através das pessoas que se engajam, animam e operam estas estruturas.

É indeterminado o tempo de duração do MEPES, coincidindo o ano social como o ano civil, tem como âmbito de ação o Estado do espírito Santo, seu órgão soberano é a Junta Diretora.

Nascido para ajudar o homem e as comunidades rurais, o MEPES tem como **missão:** Promoção Integral da Pessoa Humana, através da Ação Comunitária gratuita, numa amplia atividade inerente ao meio e, rural especialmente, naquilo que concerne à elevação Humano-social do agricultor, nas dimensões da vida: **Espiritual, Intelectual, Sanitária, Técnica, Econômica e Ambiental.**

Tem como **visão:** Tornar-se referencial de excelência no Estado do Espírito Santo, como uma ONG com atividade técnica, econômica e social, que atua com núcleos familiares e sociedade civil organizada em parceria com órgãos públicos e empresas privadas, buscando o desenvolvimento local sustentável através da prestação de serviço nas áreas de educação, saúde e ação comunitária.

O projeto promocional do MEPES é, ao mesmo tempo, um espírito e um programa, uma pedagogia e uma proposta de estilo de vida, capaz de atingir as estruturas da vida humana, mas, sempre através das pessoas que se engajam, animam e operam estas estruturas.

Desde a sua fundação, o MEPES, através de sua ação comunitária, vem sendo promotor de trabalhos comunitários nos quais se juntam várias forças sociais, entre elas: lideranças rurais, agricultores, autoridades políticas e religiosas locais. Seu objetivo **promover a formação integral dos jovens e famílias rurais em seus aspectos econômico, tecnológico, político, social, ambiental e espiritual e a transformação de seu meio, através da ação comunitária,** concretizando pelos setores:

O principal trabalho desenvolvido no **setor educação** está ligado as Escolas Família Agrícola - EFA's. Seu surgimento deve-se à constituição da precariedade do ensino rural. As escolas nasceram pela participação ativa da comunidade, que se manifesta desde a decisão da criação da escola, a escolha do local, implantação, administração.... Trabalham em parceria com a associação, formada por representantes dos alunos e ex-alunos, representante dos pais dos alunos, órgãos públicos que atuam na região e pelo coordenador da escola nomeado pelo MEPES. Assim a comunidade influi de maneira determinada na gestão da escola, seja em relação a aspectos econômico-financeiro, seja nas questões de política educacional.

Escola e trabalho se conciliam na Pedagogia da Alternância, principio educativo que se viabiliza pela estruturação do curso em períodos curtos de permanência do aluno na escola, em tempo integral, alternando com período de permanência em casa, acompanhado as atividades

familiares no campo. O que é prioritário nessa pedagogia é a dignidade das pessoas, como sujeitos individuais e coletivos, trata-se de jovens e suas famílias e em termos lato a comunidade. Leva-se em conta a totalidade da pessoa como indivíduo e o que representa na sua história e no seu meio. Por esse motivo na Escola Família, o trabalho coletivo é fator de desenvolvimento do meio onde está inserida.

Os objetivos das EFA's vão, portanto desde a formação dos jovens do meio rural, adequada a sua realidade, incluem a melhoria da qualidade de vida das famílias na ação-reflexão-ação e o estimulo no jovem do sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo e solidário.

As EFA's do MEPES atendem adolescentes, jovens e adultos e filhas de agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores rurais assalariados em geral, remanescentes de quilombos, indígenas, assentados de reforma agrária, parceiros, meeiros e arrendatários. É importante apoiar esta iniciativa de educação do campo pelos impactos que ela apresenta com gente e dignidade no meio rural, valorizando a diversidade cultural.

O MEPES, no entanto, procurou desenvolver um trabalho próprio em resposta a problemas concretos, situados e específicos, em comunidades rurais desse estado brasileiro. Os bons resultados alcançados, a grande repercussão comunitária e o alto nível de participação estimularam, uma participação cada vez maior do poder público, que além do reconhecimento oficial das Escolas equiparou-as a Escola Públicas. Art. 281 da Constituição Estadual, assumindo assim a obrigação de fornecer recursos para sua manutenção, Lei 7.875de 26denovembro de 2004.

A intervenção do MEPES no **campo da Saúde** se estrutura dentro da proposta global do movimento como uma ação educativa preventiva. Isso se dá através do Hospital e Maternidade situado na sede do município de Anchieta.

A manutenção do Hospital, dá-se por meio de convênio com o SUS e Secretaria Municipal de Saúde. O Hospital surgiu como fruto de uma experiência de mobilização popular, sendo sua experiência acompanhada pela demanda da população local

A assistência médica de qualidade, a valorização do trabalhador, a insistência na educação e capacitação continuadas se tornaram metas marcantes do HMA, tornando o Hospital uma Entidade reconhecida em toda região.

Apesar das exigências humanas e legais para mantermos aberto nosso Hospital, renovamos diariamente nossa disposição para enfrentar desafios e para demonstrar que é possível oferecer atendimento integral à saúde de todos.

A **ação comunitária** ao lado das EFA's e do Centro comunitário de Saúde (Hospital) é uma estrutura que está voltada para a realização de atividades fins do MEPES. Foi pensada como sendo a base de todo o trabalho comunitário da instituição. Atualmente junta com as atividades desenvolvidas pelas creches, onde atende criança proveniente de famílias carentes e de baixa renda.

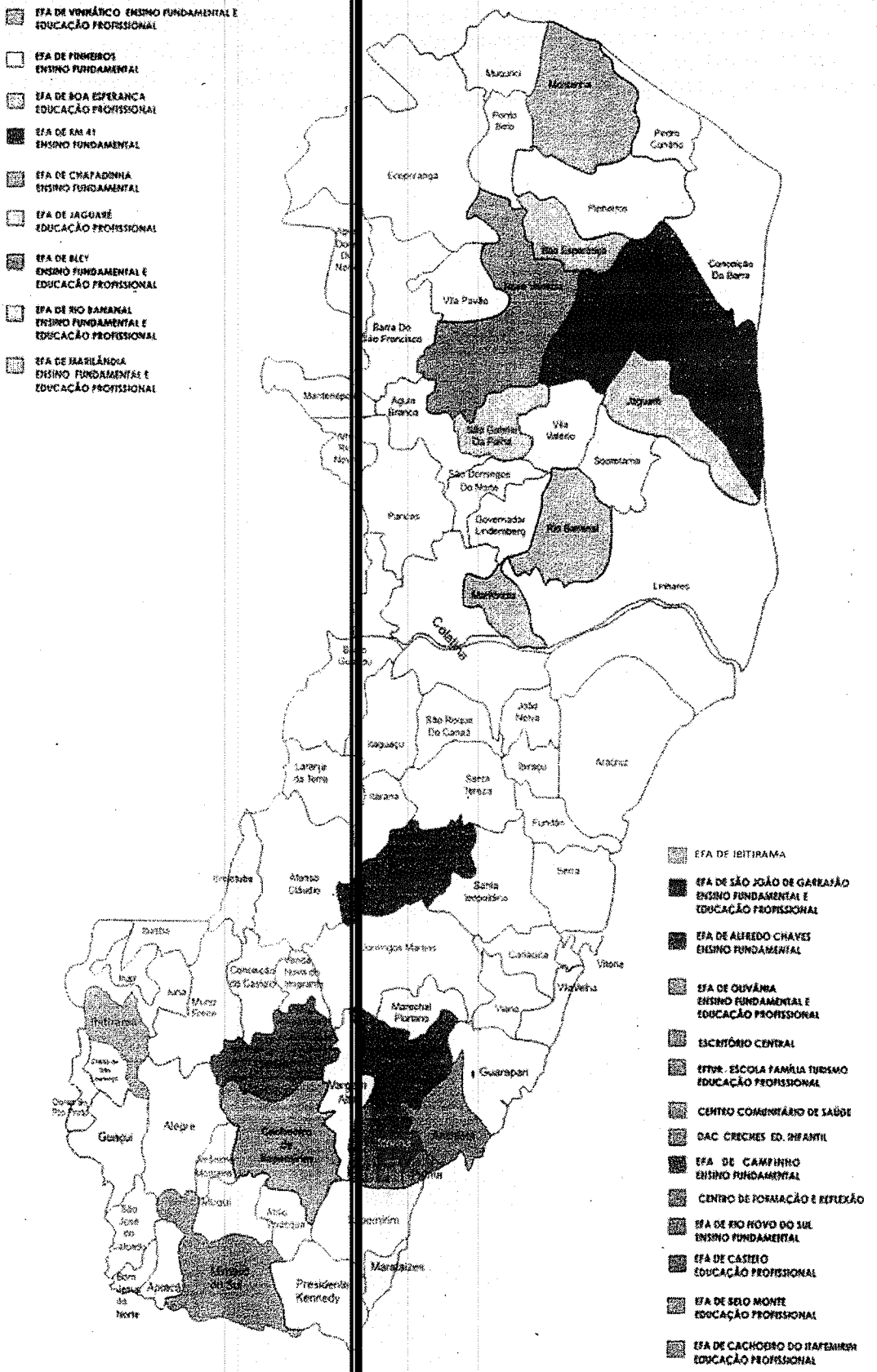
A sustentação filosófica e metodológica de todo o movimento é fornecida pelo **Centro de Formação** que cuida da preparação de recursos humanos. Suas atividades estão expressas no curso de formação em serviço, formação continuada, assessoria caso a caso, intercâmbio com outras instituições e apoio aos mais variados setores de atividades de todo o MEPES

Por filosofia, o MEPES sempre propugnou pela construção de uma comunidade humana universal, onde todos se sentem irmãos, independente da raça, nacionalidade, cultura, cor ou credo. Predomina a certeza de que o **intercâmbio** é uma via de mão dupla, onde cada um dos interlocutores sempre tem algo a dar e algo a receber, fazendo desaparecer o paternalismo, o protecionismo, a dominação e a exploração do homem.

O objetivo último do intercâmbio é promover a comunicação entre homens e mulheres, oportunizando a vivência dos valores humanos. A forma concreta sob a qual se realiza o intercâmbio foi a realização de projetos comuns onde recursos econômicos se integravam em função da promoção do ser e de sua comunidade.

O intercâmbio tornar-se-á a "ponte" que favorece a comunicação entre todos os homens para conseguir o desenvolvimento do homem, é a pretensão maior do MEPES. Se sua ação concreta a promoção do homem do campo, naturalmente bastante necessitado da ajuda que se lhe propõe dar, o fundamental em seu espírito e suas metas é a união fator decisivo de promoção e desenvolvimento, o MEPES procura ser ponto de encontro de todos.

Áreas de Atuação do MEPES



III- RELAÇÃO DE UNIDADES – MEPES

UNIDADES - MEPES	CURSOS OFERECIDOS	ENDEREÇO/CONTATO
Escola Família Agrícola de Olivânia	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rua Projetada, s/nº - CEP: 29230-000 – Comunidade de Olivânia – Anchieta/ES - Tel.: 028 / 99974-8176 E-mail: efao.mepes@gmail.com
Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 3ª séries)	Rua Projetada, s/nº - CEP: 29240-000 – Portal dos Imigrantes - Alfredo Chaves/ES - Tel.: 027 / 3269-1192 E-mail: efaalfredochaves@yahoo.com.br
Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	Rua Padre Guido Spolaor, s/nº - CEP: 29290-000 - Rio Novo do Sul/ES – Tel.: 028 / 3533-1515 E-mail: efa_rns@yahoo.com.br
Escola Família Agrícola de Jaguaré	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rodovia Dom José Dalvit, s/nº - KM 10 - CEP: 29950-000 – Jaguaré/ES – Tel.: 0xx27 / 3769-1345 E-mail: familiagricola@ig.com.br
Escola Família Agrícola do KM 41	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	Rodovia São Mateus a Nova Venécia, s/nº– KM 41 – CEP: 29942-990 – Distrito Nestor Gomes – São Mateus/ES - Tel.: 027 / 3763-0027 E-mail: escolafamiliakm41@yahoo.com.br
Escola Família Agrícola do Bley	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rodovia João Izoton Filho, s/nº - KM 12 - CEP: 29.780-000 Córrego do Bley – São Gabriel da Palha/ES - Tel.: 027 / 99849-7262 E-mail: ceffadobley@gmail.com
Escola Família Agrícola de Rio Bananal	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rodovia Roberto Calmon, s/n.º - KM 40 - CEP:29920-000 – Bairro São Sebastião – Rio Bananal/ES -Tel.: 027 / 3265-1314 E-mail: efarba@hotmail.com
Escola Família Agrícola de Pinheiros	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	Rodovia Pinheiros a Pedro Canário, s/nº - KM 2,5 - CEP: 29980-000 – Pinheiros/ES Tel.: 027 / 99913-3520 E-mail: efapinheiro@hotmail.com
Escola Família Agrícola de Boa Esperança	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Estrada do Campo, s/nº - CEP: 29845-000 – Córrego da Prata - Boa Esperança/ES – Tel.: 027 / 99913-2533 – E-mail: efabe@hotmail.com
Escola Família Agrícola de Chapadinha	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rodovia ES 220, s/nº - KM 38,5 – CEP: 29830-000 – Chapadinha - Nova Venécia/ES – Tel.: 027 / 99918-9173 E-mail: efachapadinha@yahoo.com.br
Escola Família Agrícola de Vinhático	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rodovia Montanha a Vinhático, s/nº - KM 02 - CEP: 29894-000 – Distrito de Vinhático – Montanha/ES – Tel.: 027 / 99870-8185 E-mail: ceffav@gmail.com
Escola Família Agrícola de São João de Garrafão	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	Avenida João Pedro Lauvers, s/nº - CEP: 29645-000 - São João de Garrafão/ES –

	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Tel.: 027 / 3263-4004 – E-mail: efagarrafao@yahoo.com.br
Escola Família Agrícola de Marilândia	Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rua Izaldino Camata, 150 – CEP: 29725-000 Marilândia/ES - Tel.: 027 / 3724-1019 E-mail: efamarilandia@yahoo.com.br
Escola Família Turismo Pietrogrande	Educação Profissional Técnico em Serviços de Restaurante e Bar (I e II Etapas)	Rua Costa Pereira, 131 – CEP: 29230-000–Centro – Anchieta/ES - Tel.: 028 / 3536-2700 E-mail: eftur@mepes.org.br
Escola Família Agrícola de Castelo	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Estrada do Campo, s/nº - CEP: 29360-000 – Comunidade Ribeirão de Meio – Distrito de Aracuí – Castelo/ES - Tel.: 028 / 3310-6721 E-mail: efa.castelo@gmail.com/
Escola Família Agrícola de Belo Monte	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 3ª séries)	Estrada de Belmonte, s/nº - CEP: 29400-000 – Patronato – Mimoso do Sul/ES – Tel.: 028 / 99915-0508 E-mail: mepes.efabelomonte@gmail.com
Escola Família Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rodovia João Domingo Zago, s/nº - Km 2,5 –CEP: 29323-000 – Pacotuba - Cachoeiro de Itapemirim/ES - Tel.: 028 / 99910-0585 E-mail.: efacachoeiroitapemirim@gmail.com
Escola Família Agrícola de Ibitirama	Educação Profissional Técnico em Agropecuária (1ª a 4ª séries)	Rua Malfado Blunck, s/nº, CEP: 29.540-971 - Comunidade São José do Caparaó - Ibitirama/ES – Tel.: 028 / 99906-2956 – E-mail: efa.ibitirama@mepes.org.br
Centro de Educação Infantil "Criança Feliz"	Educação Infantil	Avenida Beira Mar, nº 3.037 Ponta dos Castelhanos – Anchieta/ES CEP 29230-000- E-mail. luzmonequi@hotmail.com
Centro de Educação Infantil "Francisco Giusti"	Educação Infantil	Rua Joaquim Pereira da Silva Nº 35 – Bairro Alvorada/Anchieta-ES – CEP 29230-000 / Tel.: (28) 3536 – 2552 –E-mail. cmlabrantes@yahoo.com.br
Centro de Educação Infantil "Pingo de Gente"	Educação Infantil	Rua Professor Rui Lora, s/nº Inhaúma – Anchieta/ES - CEP 29230-000- E-mail. rosiane-correa@hotmail.com
Centro de Educação Infantil "Xodó das Titias"	Educação Infantil	Rua Beira Campo, s/nº Jabaquara – Anchieta/ES CEP 29230-000- E-mail. Lucimara de Fátima Ramalhete <lucimaramatos1@hotmail.com>
Centro Comunitário de Saúde – Hospital Maternidade Anchieta	Saúde	Rua Costa Pereira, 129 - Cx. Postal 35 – Cep: 29230-000 - Anchieta - ES E-mail.hospitalanchieta.org.br
Centro de Formação e Reflexão	-	- Fazenda Boa Vista, s/nº 29285-000 – Piúma – ES - Tel.: 0xx28 / 3520-1660 – E-mail: cf.mepes@hotmail.com
Escritório Central – Núcleo Administrativo	-	Rua Costa Pereira, 129 - Cx. Postal 35 – Cep: 29230-000 - Anchieta - ES Telefax: 028 3536-1151 – E-mail: mepes@mepes.org.br

IV -FINALIDADE ESTATUTÁRIA, DIRETRIZES E UNIDADES OPERACIONAIS

Em 2016, o MEPES completou 48 anos de serviços ao homem e à comunidade capixaba. Sua finalidade, conforme sua inspiração primitiva e comprovada por seus estatutos é a seguinte:

*"O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (**MEPES**) tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana, interagindo na saúde, educação e ação comunitária, sem fins econômicos, numa ampla atividade voltada principalmente ao meio rural, inerente campo e cidade, naquilo que concerne à elevação humano-social, especialmente do agriculto, nas dimensões da vida:*

ESPIRITUAL,

INTELECTUAL,

SANITÁRIA,

TÉCNICA.

Celebrando 48 anos de fundação, o MEPES procurou atingir esta finalidade através de unidades operacionais específicas:

UNIDADES OPERACIONAIS:

- Escolas Família Agrícola – Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e/ou Educação Profissional
- Centro de Formação e Reflexão
- Centro Comunitário de Saúde – Hospital
- Departamento de Ação Comunitária - Creches e programas diversos

DIRETRIZES:

- A pessoa humana sujeito de sua própria promoção.
- A comunidade responsável e globalmente engajada.
- O intercâmbio em todos os níveis e situações.
- A educação promocional em todas as áreas.
- A conjugação da promoção do indivíduo com o crescimento comunitário e desenvolvimento do meio.
- A atenção à unidade constitucional do ser humano: corpo e espírito, vocacionado para um destino transcendental.

DADOS DA ENTIDADE JURÍDICAMENTE

O MEPES conquistou este aval e chega a seus 48 anos de serviço, graças à credibilidade que alcançou junto a tantas Instituições que o apoiam e, sobretudo ás comunidades que serve.

Nestes termos, é de elevada importância para o MEPES os reconhecimentos conquistados a nível jurídico.

* Personalidade Jurídica: Cartório Costa-Anchieta – ES - Livro "A" - 1 n.º 2
* Declaração de Fins Filantrópicos: n.º 224.165/74
* Registro no Conselho Nacional de Serviço Social: n.º 200.015/03/09/71

* Equiparação às Escolas Públicas: Constituição do Estado do Espírito Santo – **Art. 281- Lei 7.875/2004.**

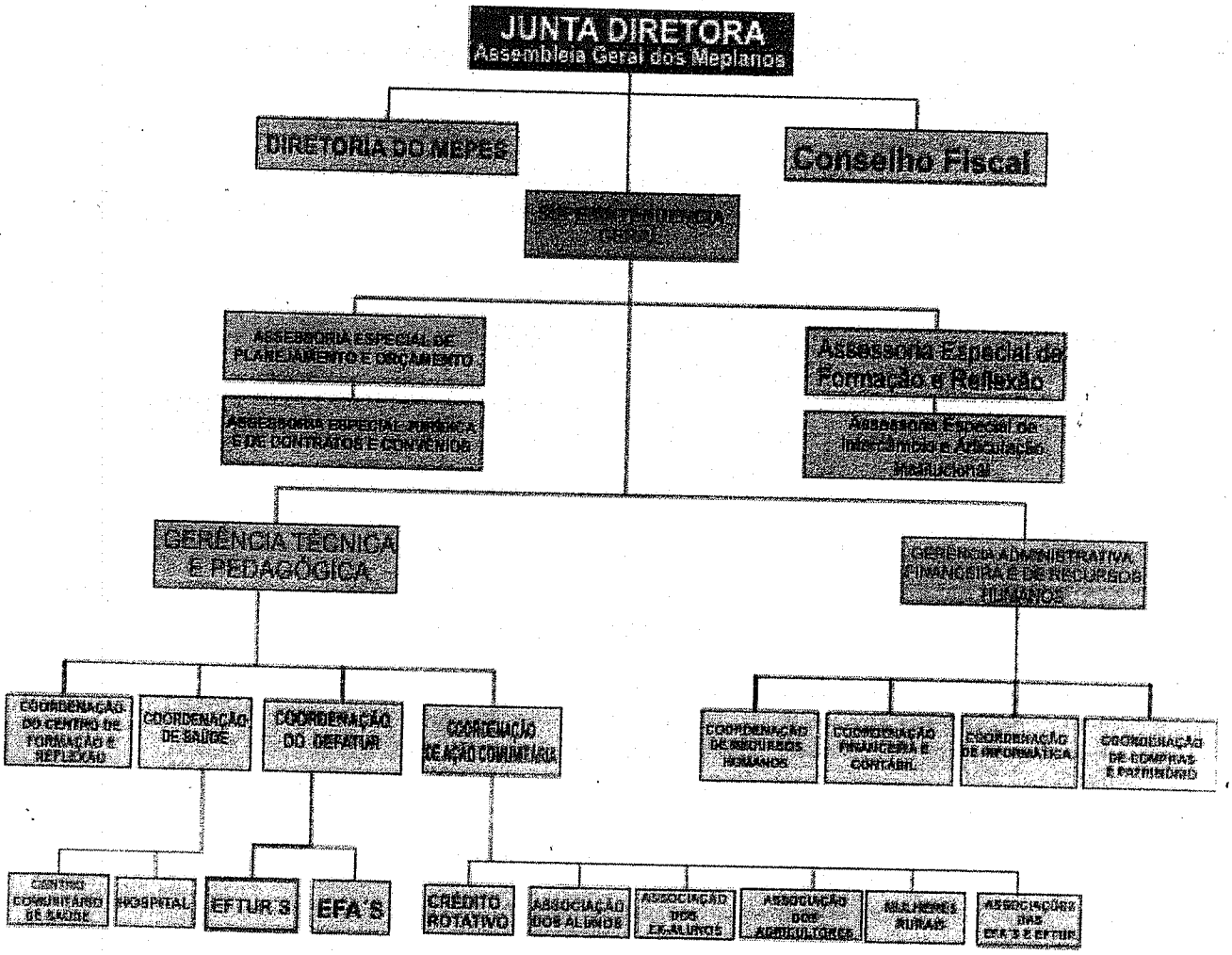
* Declaração de Utilidade Pública:
  - ✓ Federal: Lei n.º 94083/87
  - ✓ Estadual: Lei n.º 2.619/71
  - ✓ Municipal: Lei n.º 209/68

* Registros:
  - ✓ Tribunal de Contas do Estado: n.º 345/68
  - ✓ Coordenadoria de Proteção Materno Infantil n.º 351/74
  - ✓ Secretaria de Estado da Educação. Livro n.º 3 - fls.30-3l - Protocolo 10.983/71

* Membro Fundador da UNEFAB - União Nacional das EFAs do Brasil - 1982 - São Mateus - ES

VI - Organograma atual do MEPES:

No seguinte organograma se pode apreciar a organização do MEPES, a estrutura que lhe permite caminhar e realizar seu ideal.



VII – JUNTA DIRETORA DO MEPES

Em 2014 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para escolha dos novos associados, para o mandato 2014-2018, nas seguintes categorias:

Diretoria do MEPES
Presidente do MEPES **Nome** Srª Amélia Siller RG n° 665.325/SSP/ES – CPF nº 765.032.757-49 Endereço: Rua das Castanheiras, s/nº - Meaipe – Guarapari – ES Fone: (0xx) 27 / 999922158 - E-mail. ameliasiller@gmail.com **Secretário:** **Nome:** Sr. Wanderson Alves Ferreira CPF: 142.794.597-70 - RG: 3.191.455/SSP/ES Endereço: Fone: 27 / 996038140 - E-mail. wandersonc3ko@gmail.coom – k.wanderson@gmail.com **Tesoureiro:** **Nome:** Sr. Geovani Bissa Meriguete RG n° 1.949.128/SSP/ES /ES - CPF n° 103.353.117-09 Endereço: Pé do Morro – Jabaquara – Anchieta – ES – E-mail. meriguete82@yahoo.com.br Fone: (0xx) 28 / 999437428
Conselho Fiscal
Presidente: **Nome**: José Mauricio Rovetta - Data de Nascimento: 27/02/1954 Nº RG 249.226 Órgãos expedidor SPTC/ES – CPF N 327.949.087-15 Endereço: Rua Do Carmo, nº 96 – Bairro São Pedro - – 29230-000 – Anchieta ES. Fone (0xx) 28 3563 1351(resid.) – 35360326 (Serviço) e-mail. jmrovetta@camaraanchieta.es.gov.br
Membros Efetivos:
Nome: José Carlos Pereira de Souza, RG n° 7.728.594/SP. CPF n° 711.680.108-10 Endereço: Rua Augusto Freire Louco, s/nº, bairro Alvorada nesta cidade de Anchieta/ES Fone: (0xx) 28/ 35361151 – E-mail. jocapesouza@gmail.com **Nome**: Zelindo Covre - Data de Nascimento RG nº - .Órgão Expedidor: SPTC/ES CPF nº 577.856.947-54 Endereço: Córrego do Invejoso – São Roque – São Gabriel da Palha - ES Fone: (0xx) 27 / 996261985 – 996515354 – 998775834 – 998177548 – E-mail. territorionorte@gmail.com
Membros Suplentes:
Nome: Carlos Roberto Prucoli Nº RG 464.042 Órgão Expedidor - CPF nº 578.582.177-04 Endereço: São João Pequeno - Colatina – ES. 27/997479799 – 997479797 - 998237089 **Nome**: Adair Pancieri Sallin RG nº órgão Expedidor CPF n° Endereço: Sintinectar – Córrego do Café – Montanha – ES. –E-mail. odairsellin@hotmail.com Fone: 27 / 999985923 **Nome:** Srª Iva Regina Rozindo da Cruz, brasileira, casada, residente em Anchieta – ES. Nº Carteira de Identidade: -SPTC Data de Expedição: CPF: Endereço:
Categoria por Associado
Representante do Sócio Fundador **Nome:** João Baptista Martins - Data de Nascimento:28/07/1934 Nº RG 106.860 Órgãos expedidor SPTC/ES CPF nº 416.794.237-20 Endereço: Cachoeirinha Rio Novo do Sul – ES. – 29290-000 Fone: (0xx) 28 3533 0363 – (0xx) 28 99172267

Representante Sócio Honorário:
Nome: Paulo Cezar Hartung

Representante Sócio Benemérito:
Nome: Sr. Ronald Mansur
Nº Carteira de Identidade: 167.567 - Data Expedição de 09-10-1990: SSP/ES
CPF:215 450 657 72
Endereço. Avenida Hugo Musso 656 - Edif. Maria - ap. 601
29101 280 Praias da Costa Vila Velha/ES - Fone. (0xx) 27 / 32297690 (resid) Cel.: (0xx) 27 88220210

Representante Benemérito e AES/CCC-Associação dos Amigos do estado do Espirito Santo
Nome: Sr. Gabriele Lonardi
RG: WII 36267 - SSP/ES - CPF/MF n° 969.537.137-04
Endereço: Rua Costa Pereira, s/nº - Centro – 29.230-000 – Anchieta – ES.
Fone: (0xx) 28 / 35361151

Representante dos Prefeitos da Região Sul:
Nome: Carlos Roberto Castiglione Dias – Data de Nascimento:
Nº do RG: - Órgão Expedidor: SPTC-ES CPF:
Endereço: Pç. Jerônimo Monteiro, nº 32 – Palácio Bernardino Monteiro – Centro -29.330-170 – Cachoeiro de Itapemirim - ES
Fone: (0xx) 28 / 31555344– 31555280 – fax: 31555274 (Contato Janne Freitas)
E-mail: prefeito@cachoeiro.es.gov.br – gabinete.agenda@cachoeiro.es.gov.br

Representante dos Prefeitos da Região Norte
Nome: Sr. Antônio Carlos Machado
Nº do RG: - Órgão Expedidor: SPTC-ES CPF:
Endereço: Av. Agenor Luiz Hereger, 231 – Centro – Cep.: 29.980-000 - Pinheiros ES.
Fone:(0xx)27– 3765-0000 – 3765-2544 -27/998376375 - E-mail:gabinete@pinheiros.es.gov.br

Representante Categoria Religiosos:
Nome: Pr. José Carlos Pereira de Souza,
RG n° 7.728.594/SP. CPF n° 711.680.108-10
Endereço: Rua Augusto Freire Louco, s/nº, bairro Alvorada nesta cidade de Anchieta/ES
Fone: (0xx) 28/ 35361151
Nome: Pr. Marcos Ramos Garcia,
RG n° 871.542/ES, CPF n° 001.731.987-08,
Endereço: Rua Veriano da Matta – Centro – Anchieta – ES - Fone. 35362192
E-mail. ibg.ramos@hotmail.com

Representante Categoria Pais de Ex-alunos,
Nome: Zelindo Covre
RG 45.209/1SPTC/ES, CPF n° 577.856.947-53
Endereço: Córrego do Invejado – São Roque – São Gabriel da Palha – ES.
Fone: (0xx) 27/ 996261985 – 996515354 – 998775834 - 998177548 - E-mail. 'CEFFA BLEY' ceffadobley@gmail.com
Nome: Sr. Pedro Valani da Cruz.
RG: 149.912- SSP/ES - CPF/MF n° 282.591.497-53 - Endereço: Castelo - ES
Fone: (0xx) 28 / 35426262 (câmara) – Cel.: 28/99986 0787 – 35429006 (resid) 35421528 (Gab)– E-mail. pedroviana@cmcastelo.es.gov.br

Representante Categoria Pais de Alunos:
Nome: Sr. Odair Pancieri Sallin
RG n°17661708 SSPMG - CPF n° CPF 009.634.467-97
Sintinectar – Córrego do Café – Montanha – ES. –E-mail. odairsellin@hotmail.com
Fone: 27 / 999985923
Nome Srª Amélia Siller
RG n° 665.325/SSP/ES – CPF nº 765.032.757-49
Endereço: Rua das Castanheiras, s/nº - Meaipe – Guarapari - ES

Representante Categoria Alunos:
Nome: Natalia Monteiro Pianca

RG nº 3.775.738 SSP/ES - CPF: 168.195.897-00 Endereço: Córrego Gabriel Emilio, s/nº 29.920-000 Rio Bananal - ES Fone: 27/998569155 - EFA Rio Bananal (0xx) 2732651314 – E-mail: efarba@hotmail.com - nataliapianca14@gmail.com **Nome:** Heitor Pertele Achneider RG n° 3.592.511/SSP/ES, CPF n° 168.787.047-07 Endereço: EFA Olivânia - Cel. Particular. 27/998002841 -997663842
Representante Categoria Ex-alunos: **Nome**: Sr. Geovani Bissa Meriguete RG n° 1.949.128/SSP/ES /ES - CPF n° 103.353.117-09 Endereço: Pé do Morro – Jabaquara – Anchieta - ES Fone: (0xx) 28 / 999437428 **Nome:** Sr. Wanderson Alves Ferreira CPF: 14279459770 - RG: 3191455 Endereço: Fone: 27 / 996038140 - E-mail. wandersonc3ko@gmail.coom
Representante do Governo do Estado do Espírito Santo: **Nome:** Eduardo Malini Nº do RG Órgão expedidor: SSP/ES - CPF nº. Endereço: Secretaria de Estado da Educação Endereço: Av. Cesar Hilal, 1111 – B. Santa Lucia – Vitoria - ES Fone: (0xx) 27 / 36367740
Representante dos Pais de Alunos EFTUR Nome: Iva Regina Rozindo da Silva RG nº - Órgão Expedidor: SPTC/ES- CPF nº Endereço: Anchieta - ES - 29.285-000 – Piúma – ES.
Associado Categoria Operador Jubilado **Nome:** José Mauricio Rovetta Nº RG 249.226 - Órgão expedidor SPTC/ES – CPF N 327.949.087-15 Endereço: Rua Do Carmo nº 96 – Bairro São Pedro – 29230-000 – Anchieta ES. Mãe: Arlinda Marchezi Rovetta Fone 28 3563 1351 – 35360326 (Serviço) E-mail: jmrovetta@camaraanchieta.es.gov.br **Nome**: Carlos Roberto Prucoli Nº RG 464.042 Órgão Expedidor - CPF nº 578.582.177-04 End.: São João Pequeno-Colatina–ES-Fone: 27997479799 - Email:carlosprucoli@hotmail.com
Representante dos Párocos da Região Sul: Nome: Pe. Firmino Costa Martins - Data de Nascimento: 11/03/1951 RG nº 062.051.32-1 - Órgão expedidor: Felix Pacheco-RJ - CPF nº 691.601.717-15 Paróquia Nossa Senhora da Assunção – 29.230-000 – Anchieta – ES. Fone: (0xx) 28 3536 11 03 / 3536 12 51 / E-mail: cf.mepes@hotmail.com Mãe: Antônia Costa Martins
Representante dos Párocos da Região Norte: **Nome:**
Representante Categoria Operadores: **Nome:** Sr. Nielsen Alves RG n° 1231.623/SSP/ES - CPF n° 022.851.317-04 Endereço: Rua Geovane Groner.s/nº Vila Valério – ES E-maill: efachapadinha@yahoo.com.br; nielsena01@hotmail.com Fone: (0xx) 27 / 999189113 - 999927232 **Representante dos Operadores do MEPES** **Nome:** Sr. Vandeir Spadetti RG n°505.851/SPTC/ES /ES. CPF nº 726.335.577-91 Endereço: Rua Projetada s/nº - Cep 29.290-000 – Rio Novo do Sul - ES Fone: (0xx) 28 - 35331515 - 999384736 E-mail: efa_rns@yahoo.com.br - vandeirspadetti@hotmail.com
Representante da Sociedade Nacional de Instrução: **Nome:**

Durante o ano de 2016, foram realizadas 04 reuniões Ordinárias 04 Extraordinárias, totalizando 08 reuniões, com os seguintes assuntos principais:

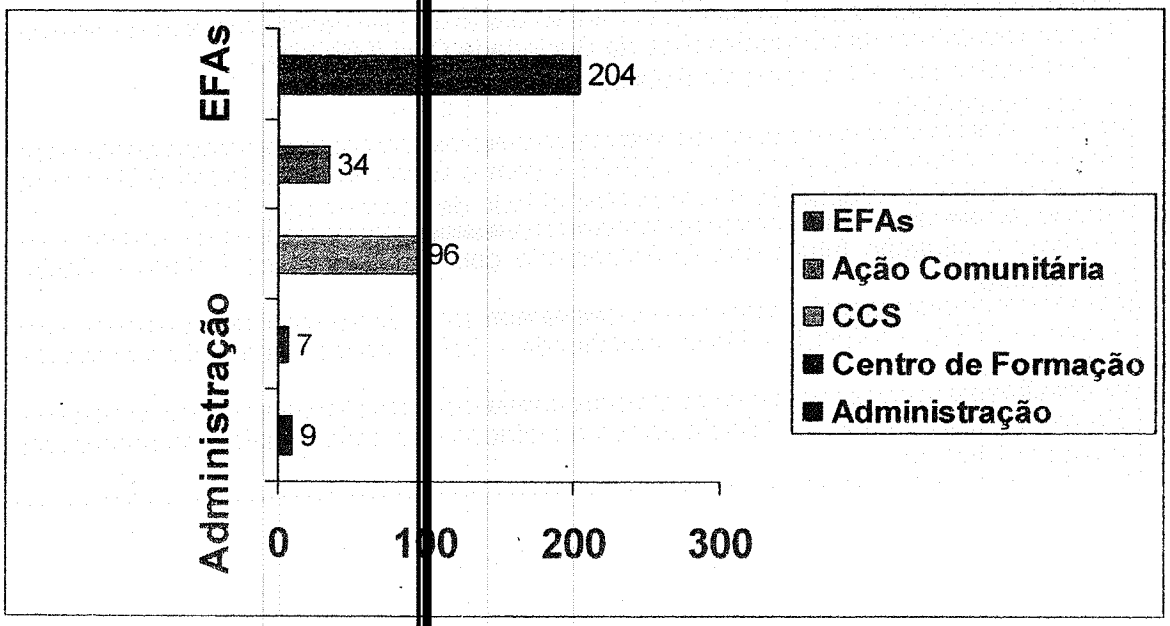
Balanço 2015	Relatório 2015
Quadro Pessoal 2016	Analise e Aprovação de Orçamento MEPES/2016
Plano de Metas 2016	Aniversario 48 anos dom MEPES
Conjuntura atual – Educação do Campo ES – Pedagogia da Alternância	
Convênios/Parcerias Estado e Municípios	
Sustentabilidade do MEPES/Manutenção do Núcleo Administrativo	
Convênio com o Governo do Estado/SEDU 2015 e Nova Modalidade 2016	
Contratação de Profissionais Auxiliares (relação MEPES/Associações Locais)	
Apresentação das atividades e situação atual do Hospital/MEPES	
Orçamento 2016	Projeto 50 anos do MEPES
Proposta Criação de Instituto	Adesão dos Sócios/categorias - MEPES
Portaria – Organização do trabalho das Equipes	
Vendas de Bens Móveis (autorização)	
Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC): - Credenciamento/Chamamento Público - Orçamento/Valor	
Analisar a situação da parceria do MEPES com o Governo do Estado/SEDU em relação ao convênio 2016 e celebração da Nova Modalidade de parceria para 2017.	
Analisar a situação futura das EFAs/parceria com o Governo do Estado – SEDU – nova modalidade	
Parceria SEDU – MEPES – Nova modalidade - Definir novos encaminhamentos de ações e estratégias	
Parceria SEDU – MEPES – Socializar os resultados das ações realizadas (encaminhamentos da Junta Diretora)	

VIII - RECURSOS HUMANOS DO MEPES

Registrados como seus operadores, temos um contingente de 349 pessoas, preparadas para o serviço que realizam, buscando sempre aperfeiçoamento, atualização, melhores condições para um trabalho em prol da pessoa e do desenvolvimento. Nestes 48 anos do MEPES, foram comprometidos com suas atividades.

QUADRO 2016- SETORES – MEPES

SETORES DO MEPES	2016	
	N° de Rrofissionais Contratados	%
Administração	08	2,29
Centro Comunitário de Saúde	96	27,51
Centro de Formação	07	2,01
Escolas Família Agrícola e EFTUR	204	58,45
Ação Comunitária - Creches	34	9,74
Total	**349**	**100%**



IX – Parceiros Atuais

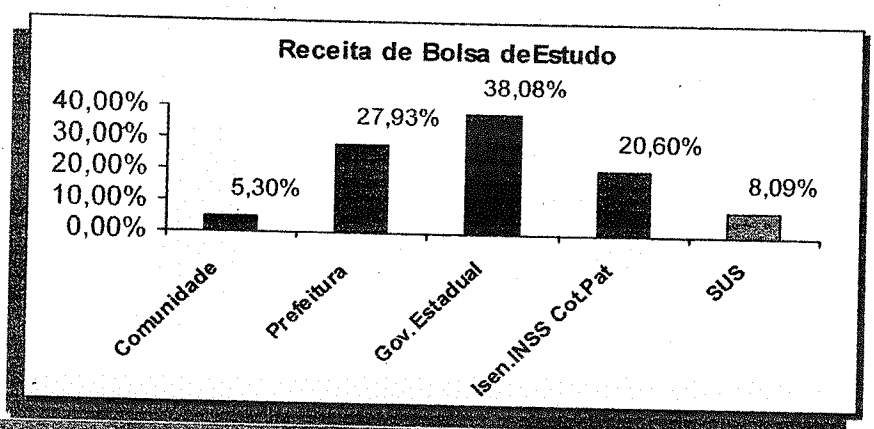
São parceiros do MEPES, aqueles que lhe dão apoio, respaldo moral, garantia de seriedade e também de repasse de recursos. Algumas pessoas e Entidades não oferecem recursos financeiros mas contribuem de forma muito importante, com serviços prestados por pessoas competentes, assessorando os trabalhos, em diversos lugares. Registramos as seguintes Entidades parceiras, agradecendo, com este registro, a cada uma por sua confiança e caminhada junto ao MEPES.

I – Órgãos Públicos e Privados Federais e estadual:
Ministério da Saúde – SUS
Governo do Estado do Espírito Santo
Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
SEDU – Secretaria Estadual de Educação
SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
INCAPER
Secretaria Estadual da Saúde- SESA
IFES – Campus Itapina / Alegre
IDAF- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
CCAUFES – Centro de Ciências Agrária – Alegre
UFES – Curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFES
Prefeituras, Câmaras e Secretarias municipais: Anchieta, Alfredo Chaves, Domingos Martins, Iconha, Piúma, Rio Novo do Sul, Boa Esperança, Pinheiros, Rio Bananal, Jaguaré, São Mateus, São Gabriel da Palha, Linhares, Nova Venécia, Montanha, Santa Maria de Jetibá, Marilândia, Vila Valério, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Piúma, Itapemirim, Muqui, Alegre, Mimoso do Sul e Colatina.
Parceiros Não Governamentais:
FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/ES.
Diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
MPA-Movimento dos Pequenos Produtores
MST – Movimento dos Sem Terra
FUNACI – Piauí
UNEFAB –União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
Regionais das demais Escolas Família Agrícola dos outros estados: AMEFA, REFAISA, AEFARO, AECOFABA, AEFAPI, RAEFAP, IBELGA, UAEFAMA
Santuário Padre José de Anchieta
Dioceses – Igrejas / comunidades rurais
Associações das Escolas Família Agrícola

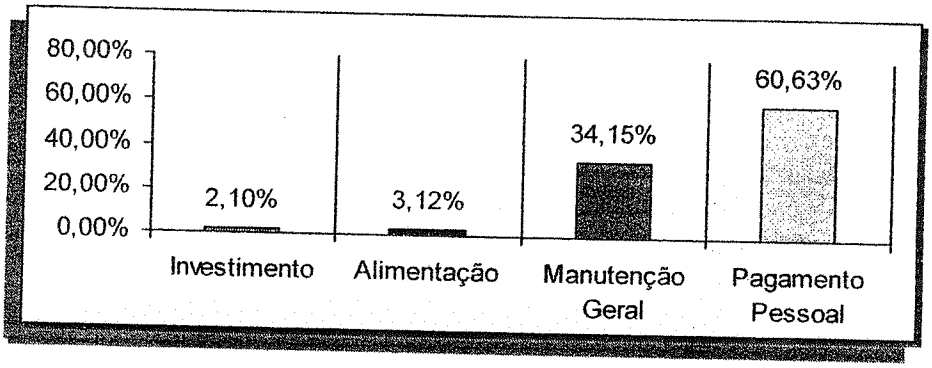
Comitê Estadual de Educação do Campo
Territórios – política – MDA (montanhas e águas, litorâneo sul, dentre outros)
Diversas Associações Locais na área de atuação
Área Internacional:
AES - Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo – Padova – Itália
I.P.S.S.A.R— Veneto – Itália
AIMFR – Association Internationales des Mouvements Familiales Rulales
Fundazione San Zeno – Itália

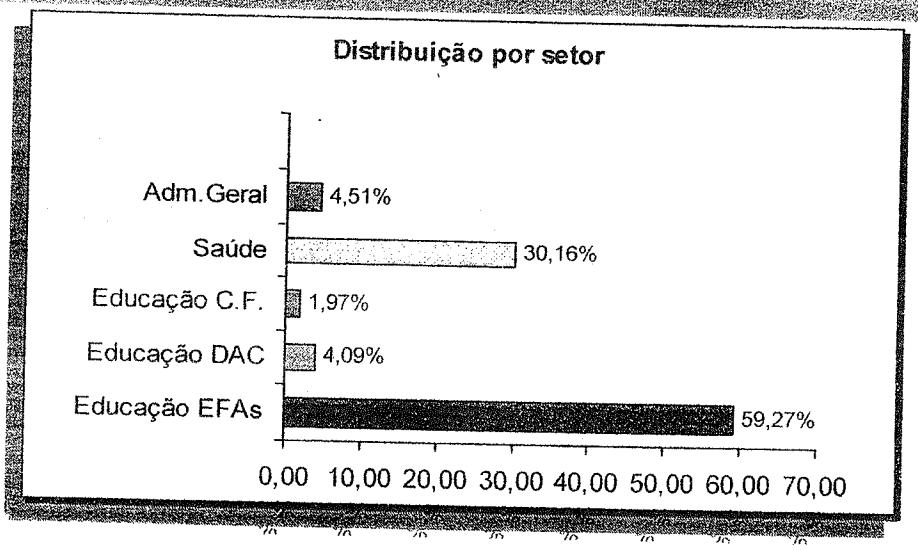
PROCEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS -

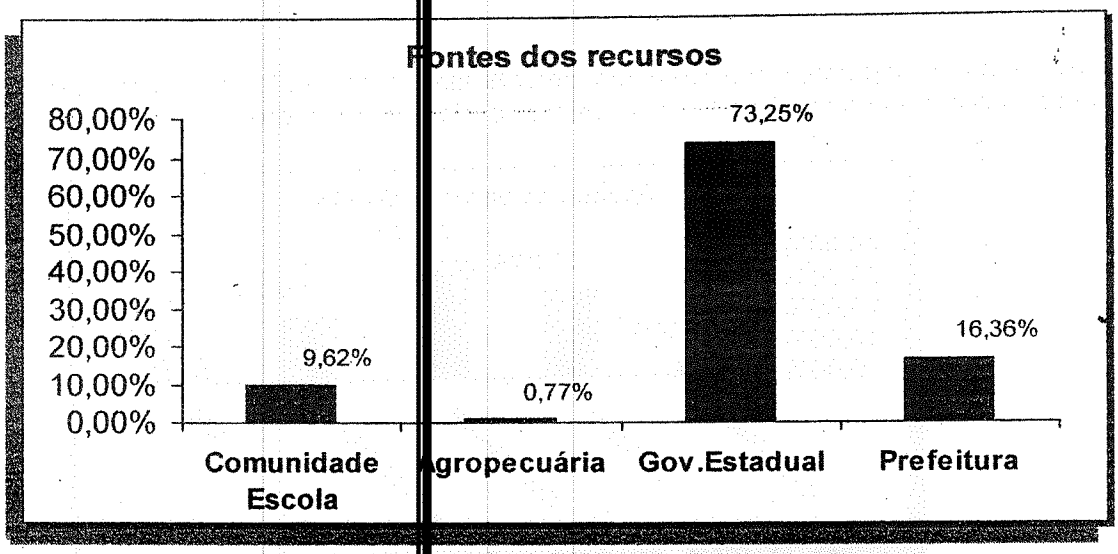
Nos quadros seguintes oferecem em percentuais, a procedência dos recursos, os tipos de despesas em que são utilizados e os setores onde são investidos:



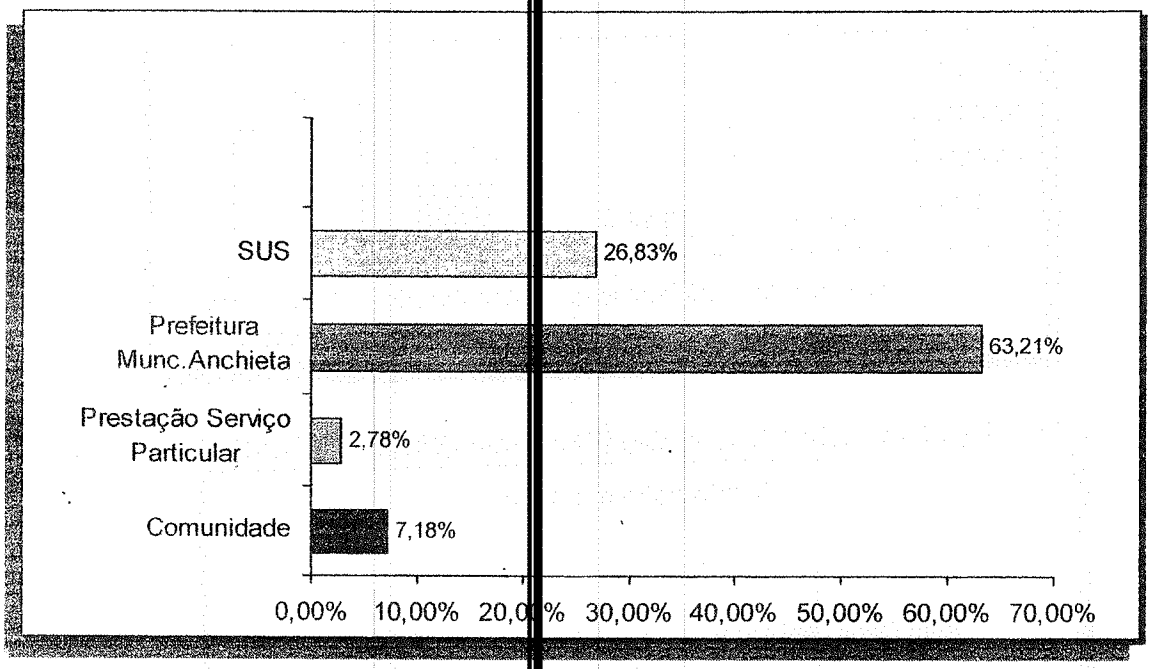
Distribuição por despesa







FONTES RECURSOS SAÚDE



X - NÚCLEO ADMINISTRATIVO – MEPES

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo Administrativo – MEPES está localizado na sede do MEPES em Anchieta – ES, constituído por 01 (um) Superintendente Geral; 01 (uma) Gerência Técnica e Pedagógica e 01 (uma) Gerência Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com 3 (três) Coordenações (Recursos Humanos; Financeira e Contábil; Coordenação de Compras e Patrimônio). Além disso, esta equipe conta 01 (uma) Auxiliar de Serviços Gerais, com a Equipe Técnica pedagógica – MEPES (Administração Escolar) e com o responsável da área de projetos – MEPES

2. Principais Atividades do Núcleo Administrativo - MEPES

2.1- Reuniões de equipe

As reuniões da equipe central - MEPES aconteceram no decorrer de todo o ano, no início e/ou ao final da semana de trabalho. A metodologia estabelecida para as reuniões é assim estabelecida: assuntos mais gerais, reunião com toda equipe; assuntos mais específicos de atuação, reuniões entre Gerências e Superintendências, com posterior, repasse aos setores de cada Gerência; reuniões entre as Gerências e os setores vinculados aos mesmos.

Reuniões	Quantidade	Principais Assuntos
Equipe Central	11	✓ Convênio SEDU ✓ Organizar Festa MEPES - Comemoração 50 ANOS MEPES ✓ Agenda Semanal ✓ Sustentabilidade Financeira – MEPES e Central ✓ Planejamento Equipe Central ✓ Sustentabilidade e Financiamento Central ✓ Plano Operativo do MEPES ✓ Convênio MEPES X SEDU ✓ Projetos Fundação San Zeno ✓ Plano de Ação do MEPES ✓ Procedimentos Contábeis MEPES X EFAs. ✓ Ano Político. ✓ Parceria MEPES x SEDU ✓ Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil ✓ Comemoração aos 48 anos do Mepes a ser realizado no Santuário de São José de Anchieta. ✓ Comissão 50 anos do MEPES: Discussão das ações que serão implementadas em ocasião 50 anos do MEPES. ✓ Socialização parceria Governo do Estado.
Superintendências e Gerências	22	✓ Projeto Plano alternativo p/Desenvol. De Anchieta

		✓ Reunião com a Presidente da Junta Diretora ✓ Projeto BNDES ✓ Aniversario 50 anos do MEPES ✓ Planejamento Escritório Central ✓ Novo Marco Regulatório (Lei 13.019) que entra em vigor em 2017 ✓ Projeto melhoria física da EFA ✓ Plano Operativo ✓ Reunião preparatória membros da Junta Diretora do MEPES (Norte e Sul) ✓ Sustentabilidade e Financiamento Central ✓ Convênios PMA – Creches, Olivânia, EFTUR e Hospital ✓ Organização do trabalho e dos setores ✓ Emenda parlamentar ✓ Projeto de Qualificação Social e Profissional do Jovem Rural Capixaba – Fundação San zeno ✓ Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil ✓ Contratação ✓ Convênio SEDU ✓ Prestações de Contas – SEDU e demais convênios ✓ Quadro das EFAs estrutura das equipes 2017 ✓ Plano de Ação MEPES ✓ O MEPES e o processo eleitoral Municipal 2016. ✓ Hospital administração. ✓ Orçamento SEDU, Contabilidade ✓ Ativo Consultoria ✓ Junta Diretora – MEPES ✓ Agenda Semanal ✓ Reuniões Fórum DEFATUR ✓ Formações – MEPES ✓ Comitê – MEPES – SEDU ✓ Visitas as EFAs ✓ Proposta Paulo Nozela

2.2. ATIVIDADES INTERNAS

2.2.1 DEFATUR

Categoria – Tipo de atividade	Assuntos/Finalidade	Nº	Participantes
- Reunião Fórum DEFATUR	- Socialização parceria Governo do Estado. - Funcionamento da Unidades/2017 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Comemoração dos 50 anos de fundação do MEPES	06	Superintendência, gerências e o núcleo

	- Socialização parceria Governo do Estado. - Questões contábeis das EFAs – Orientações legais e esclarecimentos de Dúvidas. - Discutir os impactos que a redução do valor do convênio da SEDU para 2017 provocará no funcionamento das Unidades - Socializar os resultados das ações realizadas (encaminhamentos da Junta Diretora) - Analisar a situação da parceria do MEPES com o Governo do Estado/SEDU -Convênio SEDU – indicadores de resultado (evasão, reprovação) e avaliação PAEBES; - Convênios 2015/2016; - Nivelamento das informações a respeito das articulações com o Estado sobre a parceira com a SEDU - Parceria do MEPES com o Governo do Estado – Construção da nova modalidade a partir dos novos marcos regulatórios		
- Reunião Coordenadores e Presidentes das Associações EFAs Sul	- Parceria – MEPES – SEDU Apresentar medidas de ajustes a serem adotadas e definir novas ações e estratégias. - Discussão referente das ações que serão implementadas em ocasião dos 50 anos do MEPES. - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Projeto de Qualificação Social e Profissional do Jovem Rural Capixaba – - Fundação San zeno	06	Superintendência, gerências, presidentes e coordenadores das EFAs

	- Parceria MEPES x SEDU - Socialização parceria Governo do Estado. - Funcionamento da Unidades/2017. - Redução do valor do convênio da SEDU para 2017 provocará no funcionamento das Unidades. - Situação Financeira do MEPES – Quadro das dívidas e manutenção escritório Central; - Questões contábeis das EFAs – Orientações legais e esclarecimentos de Dúvidas. - Parceria do MEPES com o Governo do Estado – Construção da nova modalidade a partir dos novos marcos regulatórios		
- Treinamento Ativo Consultoria	- Nova Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil	01	Superintendência, gerências, equipe central, presidentes e coordenadores das EFAs

A – EFAs –

Categoria – Tipo de atividade	Assuntos/Finalidade	Quantidade	Participantes
- Visitas e/ou Reuniões nas Escolas	- Planejamento EFA Ibitirama - Balanço dos trabalhos da EFA - Resultados, desafios e Perspectivas - Parceria convênio com as EFAs - Novo Marco Regulatório - Diálogo com a equipe e orientação do planejamento - Visita EFA Af. Chaves –Missa 48 anos fundação MEPES. - Convênios 2016 - Situação equipe - Situação Terreno EFA Campinho - Convênio Prefeitura	09	Superintendência, gerência pedagógica, equipe da EFA e/ou Diretoria da Associação

	- EFA Campinho Comissão de Transição - Estrutura e organização do trabalho da equipe - Reunião com candidatos a Prefeito onde estão localizadas as EFAs. - Trabalho das Coordenações (Abrangência das atividades) - Atividades Comunitárias - Coordenação da EFA - Plano de Formação/Plano de Curso - Assinatura de convênios		

B – Participações em Eventos nas EFAs

Categoria – Tipo de atividade	Quantidade	Participantes
Assembleia de pais (Rio Novo do Sul, Alfredo Chaves,	04	Superintendência, gerência pedagógica, equipe da EFA, Diretoria da Associação, parlamentares, Secretarias Municipais e lideranças
Formatura e Encerramento (EFA de Alfredo Chaves, Olivânia)	03	Presidente – MEPES, Superintendência, gerência pedagógica
Outros (festas, comemorações, palestras, ...)		
Participação 26º Aniversário e Festa do Morango EFA de Garrafão, Participação jantar Delegação Italiana com a Direção do MEPES e autoridades EFTUR, participação visita da Prof. Graziela Baptista Vidaurro a EFA de Olivânia, Dia da Família – EFA de Olivânia, Formatura EFATUR, participação Missa efa de Alfredo Chaves missa 48 anos de Fundação do MEPES, participação Solenidade Aniversario EFA Cachoeiro de Itapemirim, Confraternização do CCS		

2.2.2 – DAC – Departamento de Ação Comunitária - Creches

Categoria – Tipo de atividade	Assuntos/Finalidade	Nº	Participantes
Visitas e/ou Reuniões Coordenadoras – Creches	- Projeto Político Pedagógico; Organização e funcionamento das Creches - Regimento e PPP - Convênio 2016 - Estrutura e organização do trabalho das creches; - Atividades Formativas; - Atraso de salario - Situação Financeira das creches - - Calendário 2016 e formação - Carga horário de trabalho	08	Superintendência, gerências, coordenações da creche e do setor, equipe técnica pedagógica – MEPES

– Participações em Eventos nos Centro Materno Infantil

Categoria – Tipo de atividade	Quantidade	Participantes
Festa Julina - no Centro Materno Infantil Francisco Giusti	01	Superintendência
Encerramento Creches (EFA de Alfredo Chaves, Olivânia)	04	Superintendência

Dia da Família no Centro Materno Infantil Francisco Giusti	01	Superintendência
Encerramento Centro Materno Infantil	02	Superintendência

2.2.3 – Centro Comunitário de Saúde

Categoria – Tipo de atividade	Assuntos abordados	Quantidade	Participantes
- Reunião com a Direção do Hospital	- Contratação - Parcerias - Indicação no Conselho Municipal da Saúde. - Plano de Ação 2016 - Situação do Convênio PMA, dividas de Encargos Sociais e Salário atrasado. - Situação financeira do Hospital e definir metas	05	Diretoria da Junta Diretora/Direção MEPES
- Reunião Equipe do CCS	- Situação do CCS - Situação do Convênio PMA, dividas de Encargos Sociais e Salário atrasado, ações - Situação atual do hospital, Pagamento de 13º salário. -	03	Superintendência, Gerências, Setor Pessoal e Equipe Administrativa do CCS

2.2.4 – Centro de Formação e Reflexão

Categoria – Tipo de atividade	Assuntos abordados	Quantidade	Participantes
- Reunião – Equipe Técnica Pedagógica - MEPES	- Equipes EFAs; - Planejamento das Ações 2017; - Administração Escolar; - Regimento creches; - Projeto Político Pedagógico Creches - Censo Escolar/FUNDEB - Sistema de Gestão - Formação Inicial e Continuada - Credenciamento EFAs – MEPES - Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI - Programa de Avaliação Institucional/PAI	06	Gerência Pedagógica e Equipe Técnica Pedagógica - MEPES
Participações em Atividades Formativas			
XXX Semana Pedagógica FUNACI, Organização das EFAs Seminário Orientador das Sistematização das Auto-Organização dos Estudantes Curso Licenciatura em educação do Campo Coordenadores pedagógicos, coordenadores administrativos, formação inicial e			

continuada, Formação Inicial módulo V, formação em projetos Módulos II e III, Encontro de Coordenadores e Presidente de Associação Sul, Encontro Centro de Formação Coordenadores Administrativos Pedagógicos e Agropecuários, Organização do trabalho das EFAs –Centro de Formação, Formação continuada Área de Ciências da Natureza, Seminário Estadual de Educação do Campo, Reunião GT Ministério de Educação Brasília, Palestra Cultura e Desenvol- Prof. Brandão, Conselho da UNEFAB, Encontro Equipe Pedagógica Nacional – UNEFAB, Seminário Itinerante Terceiro Setor, Encontro escola da Terra –UFES/MEC e MEPES, Curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Audiência Pública Comissão de Direitos Humanos, formação Centro de Formação presidentes de Associação, Coord. Administrativo Pedagógico e Responsável pela Contabilidade – Marco Regulatório, Curso de Programação e Animação de Desenvolvimento Territorial, Formação Coordenadores Pedagógicos Administrativos, Palestra "Consolidação da Sustentabilidade do MEPES, Encontro Coordenadores (Administrativo - Pedagógico – Agropecuário e representantes das EFAs),

2.3 – PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO EM ATIVIDADES EXTERNAS

2.3.1 – Atividades externas (vinculadas diretamente aos convênios e processos *internos)*

Tipo de evento	Assunto /tema tratado	Quantidade
Reuniões SEDU	- Avaliação educação Basica/PAEBES - Convênio MEPES SEDU 2016 - Projetos de Infraestrutura (Reforma e ampliação da estrutura física das EFA's) - Lei Estadual para transferência de Recursos; - Levantamento de custo aluno das EFA's; Lei 13.019/2014 e seus impactos e contribuição do trâmite do processo da proposta de Convênio 2017 - Convênio MEPES SEDU – 2016 - Ajuste Convênio SEDU /Lei 13.019.	11
- Reunião SEAG	- Parceria Estado e MEPES - Projeto de Valorização da Juventude Rural - UDP – Unidade demonstrativas e produtivas - Prorrogação Sessão Uso EFA Cach. Itapemirim	03
Reunião com SESA Secretaria de Estado da Saúde	- Parceria MEPES/Hospital x Secret. Saúde	02
- Reunião Incaper – Presidência	- Parcerias - Situação Terreno EFAs de Cachoeiro de Itapemirim e Marilândia	03
Audiência com o Governador Paulo Hartung	- Parcerias MEPES x Governo do Estado - Convênio MEPES x SEDU (situação, aditivo)	02
- Reunião com Vice-Governador	- Convenio MEPES x SEDU 2016	02
- Reuniões SINPRO	- Processo SINPRO - Acordo Coletivo de Trabalho - Convênio 2016 MEPES X SEDU, parceria MEPES X SEDU 2017 - Socialização parceria Governo do Estado.	05

	- Nivelamento das informações a respeito das articulações com o Estado sobre a parceira com a SEDU.	
Reuniões – com candidatos a Prefeito de: Anchieta, Rio Novo do Sul, Alfredo Chaves, Ibitirama	- Parcerias Prefeitura Municipal x MEPES	05
Reunião Prefeito de Anchieta	- Convênio Creche - Convênio Hospital - Repasse parcelas	03
Reunião com Secretaria Municipal Educação de Anchieta	- Convênios (Creche - Convênio EEA Olivânia) - Repasse parcela	05
Reunião Secretaria Municipal de Saúde Anchieta	- Convênio POA-Plano - Situação repasse hospital	
Reuniões – Legislativo Estadual e.Federal	- Convênio BNDES - Convênio MEPES SEDU - Emendas Parlamentares - Parcerias MEPES - Planejamento estratégico - Estudo da Lei – MEPES - Educação do Campo - Emendas Parlamentar	10
Reunião FETAES	- Parcerias e ações conjuntas MEPES e FETAES	01

2.3.2. Outras reuniões e demais atividades

Tipo de evento	Assunto /tema tratado
- 01 (três) Reuniões com Dr. Luz Alochio	- Processos INSS
- Reunião Vereador Celem	- Situação Hospital – MEPES - Convênio Creches - Repasse parcela
Reuniões com Procurador da Pref. Munic. Anchieta	- Convênio Creche - Repasse
- 03 (três) Reuniões com Gerente Banestes	- Situação Empréstimos/MEPES

- Audiências de reconciliação (Afonso Claudio)	- Conciliação trabalhista
- Reunião Prof. Rogerio Caliari	- Curso de especialização IFES - Doação de Livros
- Reuniões com Advogados Leo Assad e Clei	- Marco Regulatório - Situação MEPES - processos trabalhistas e orientações jurídicas
- Reunião Conselho Municipal de Educação de Anchieta	Regimento Comum dos CEI – Centro Educação Infantil
- Reunião GIDU	Prestação de Conta Projeto Pronaf
- Reunião Casa civil	- Convenio MEPES X SEDU
- Reunião Célia Kieffer – Vice-governadoria	- Plano Operativo do MEPES - Convênio MEPESX SEDU - Audiência Governador
- Ida a Receita Federal	- Situação Certidão Negativa
Outros eventos	
Conferência Nacional de ATER (UFES);, Inauguração do Núcleo de Atendimento à Mulher de Anchieta, Sessão solene Entrega de Título de Cidadania Anchietense,; assembleia Sindicato dos trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma; I° Congresso Internacional de Agroecologia; Seminário Estadual Primeira Infância e& Politicas Publica – Palácio Anchieta; III Encontro de Alunos Curso Licenciatura em educação do Campo; Inauguração as Nova Instalações Setor Pediátrico do Hospital Maternidade Anchieta; Encontro Escola da Terra UFES/MEC e MEPES; Comissão Permanente para defesa e Incentivo da Agroecologia e agricultura Orgânica; Participação n Entrega 12° Prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes – Palácio Anchieta; Formatura EFTUR; Curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; Seminário Agricultura Familiar; Oficina de Capacitação sobre Editais de Cultura; Participação Audiência Publica Comissão de Direitos Humanos; 22° Encontro Empresarial de Anchieta; Curso de Programação e Animação de Desenvolvimento Territorial; Oficina Adeturci pata formação dos Conselheiros Municipais do Santuário nacional de Anchieta; Participação Sessão especial "Os Impactos do uso de Agrotóxicos no ES.; participação na Apresentação das Ações da secretaria especial Agricultura familiar; Solenidade da 13ª Semana Estadual de Ciências e Tecnologia; I Seminário da Agricultura Familiar; Oficina de debates para o Plano Diretor de Ciências Tecnologia, Inovação e educação Profissional 2017/2019; Audiência Pública com representantes do Governo do esta do ES para tratar o Orçamento Estadual; Casa dos Conselhos – Anchieta/ES; Audiência pública p/debater a implantação da Legislação do SUAS nos Municípios – Assembleia Legislativa; Aniversário do MEPES; Seminário Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Auditório da Prodest – Celebração Dia do Agricultor Familiar, Fórum Nacional de Educação do Campo (Brasília); Seminário de Educação do Campo – Construindo uma educação do campo emancipadora; Posse dos Conselheiros COMASA – Casa dos Conselhos; Audiência Pública Mimoso do Sul Fechamento de Escola do Campo; Audiência Pública Saúde; Palestra de sensibilização e esclarecimento Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalho; Entrega da ambulância e Inauguração da Brinquedoteca do Hospital; Palestra Cultura e Desenvolvimento Prof. Brandão; Assembleia Ordinária do território Sul Litorâneo, Seminário Estadual de Educação do Campo, Feira do Morango (EFA Garrafão)	

2.3.3 – Assessorias e colaboração externa / participações / realizações de eventos

Formação Inicial/continuada – AEFAPI – Oeiras – Piauí
Semana Pedagógica – FUNACI – Teresina – Piauí
Reunião Conselho da UNEFAB – Belo Horizonte - MG
Formação Inicial – REFAISA – Itiúba – BA
NEP – Equipe Pedagógica Nacional - EPN – UNEFAB - CFR – MEPES – Piúma
GT – Grupo de Trabalho – Fortalecimento da Rede CEFFAs
Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC – Brasília
Audiência Pública – Educação do Campo – Comissão de Direitos Humanos – Brasília
Seminário e Curso de Especialização em Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Rural – ARCAFAR – PA / Santarém - PA
II Seminário Regional das EFAs – Piauí / Teresina – Piauí

MEPES

AÇÕES

DESENVOLVIDAS POR SETORES

⇉ ESCOLA FAMILIA AGRICOLA

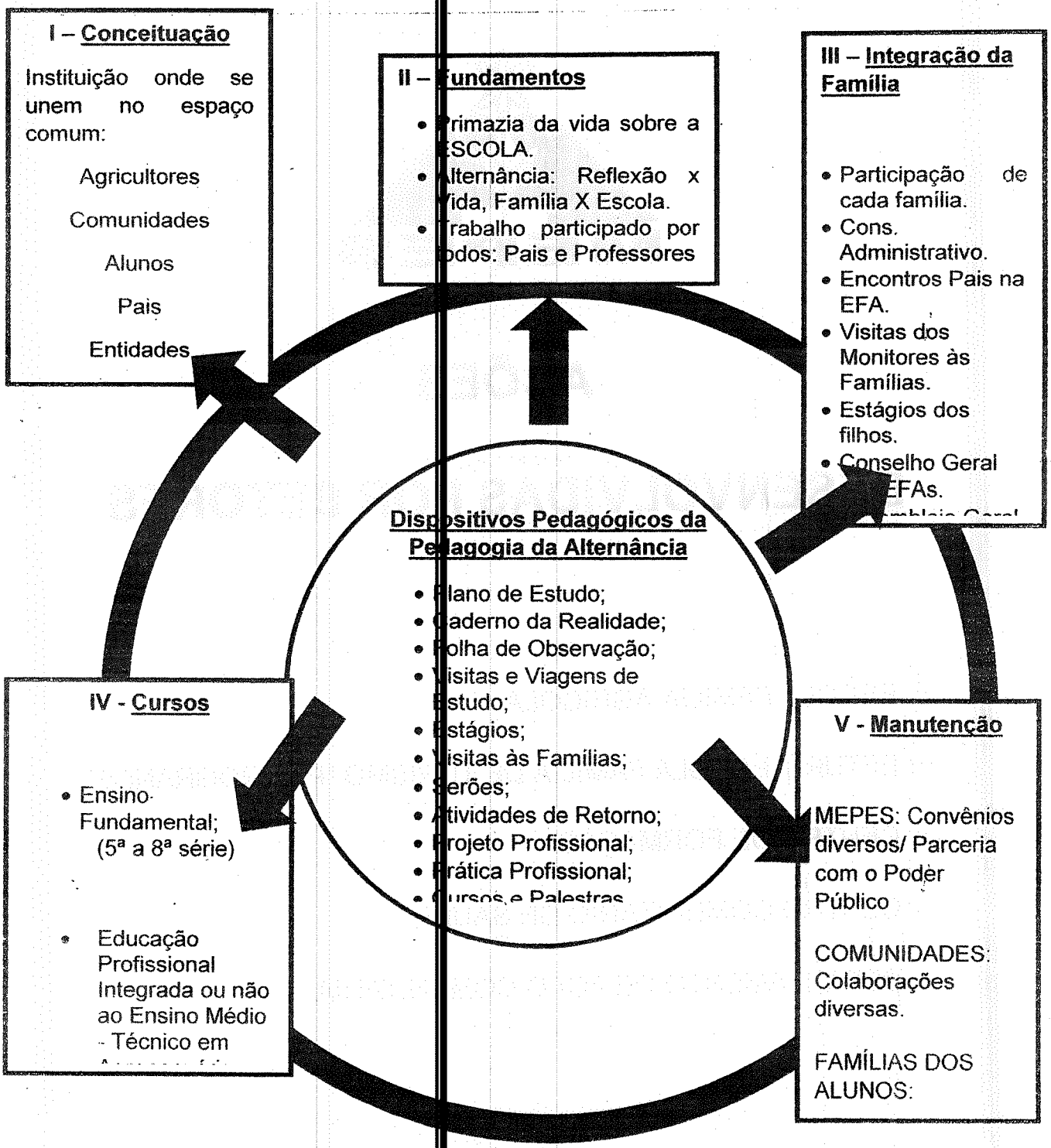
⇉ EFTUR - ESCOLA FAMILIA DE TURISMO "PIETROGRANDE"

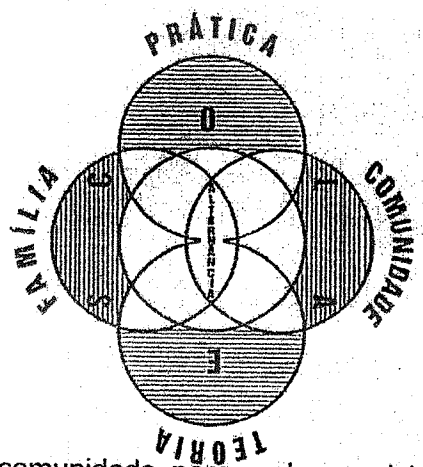
⇉ CENTRO DE FORMAÇÃO

⇉ CENTRO COMUNITARIO DE SAÚDE.

⇉ DEPARTAMENTO DE AÇÃO COMUNITARIA

XI - ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA





Escolas Família Agrícola – MEPES: trata-se, pois, de projeto educativo-comunitário que assegura aos jovens a formação integral que abrange aspectos profissional, intelectual, social e espiritual, qualificando-os legalmente para continuar os estudos ou para assumir, de imediato, sua vida de empreendedor na propriedade da família ou fora dela. Não é apenas uma escola com pedagogia diferente, nem um fim em si mesma, mas é um instrumento de transformação da realidade e promoção do meio rural.

O sucesso do projeto está ligado à própria natureza da escola: instituição educativa onde se unem espaço e objetivo comum: agricultores, comunidades, pais, alunos, entidades para a promoção do homem rural para o crescimento humano da comunidade para o desenvolvimento técnico-econômico do meio. Visa o fortalecimento da pessoa em harmonia com seu meio através da ação-reflexão-ação que ajudam no fortalecimento dos princípios de cooperação, como também o desenvolvimento de um projeto sócio profissional que permite ao jovem vivenciar plenamente sua condição humana.

A metodologia da Escola família Agrícola tem base em sólida concepção filosófica: visão do homem comum serão centro do universo e, portanto, do processo educativo senhor de seu destino, capaz de crescimento e chamado a comunhão e participação em seu presente e futuro, à obra de transformação responsável de seu meio.

Seus fundamentos e instrumentos pedagógicos (regime de alternância, plano de estudo, trabalho participativo, sistema de auto avaliação continuada, entre outros) vão sendo aperfeiçoados e revelando sempre mais sua eficácia. A participação dos pais e comunidades no processo educativo é algo de decisivo e que garantindo o sucesso da EFA.

As escolas trabalham em parceria com a associações formados por representantes dos alunos e ex-alunos, representantes dos pais dos alunos, representante da prefeitura, da paroquia, dos órgãos públicos que atuam na região e pelo coordenador da escola. Assim a comunidade influi de maneira determinada na gestão da escola, seja em relação a aspectos econômico-financeiros, seja nas questões de política educacional.

Escola e trabalho se conciliam na pedagogia da alternância, princípio educativo que se viabiliza pelam estruturação do curso em períodos curtos e permanência dos alunos na escola, em tempo integral, alternando com períodos de permanência em casa, acompanhando as atividades familiares no campo.

Hoje interagindo com o sistema oficial de ensino, as Escolas Família Agrícola podem oferecer as comunidades incluída em sua área de ação, uma alternativa para a educação no meio rural que se revela peculiar numa instituição de formação técnico agrícola, primando pelo encontro de educadores, pais, comunidades e entidades, numa convergência de iniciativa, atividades e reponsabilidades, a escola busca a promoção integral do jovem do campo, conjugada com o crescimento de sua família e comunidade e com o desenvolvimento do meio.

Assim a Escola Família Agrícola – unidade adequada à educação do homem do campo, fixada em áreas rurais, destinada não apenas a educar o pré-adolescente e o jovem, no sentido estreito da palavra, mas de realizar esta ação através de toda uma intervenção no meio envolvendo a promoção humana da família e da comunidade em busca do crescimento técnico social e econômico do meio rural. A escolas é uma associação de famílias, profissionais e entidades que buscam a promoção e o desenvolvimento do meio, rural, através da educação formação, na valorização do espírito de solidariedade.

Na Escola Família Agrícola a experiência concreta da vida do educando é o eixo central da aprendizagem. A realidade é enfocada em sua globalidade do ponto de vista racional, técnico e reflexivo, sempre a partir da vida para voltar à vida.

✓ **Número de matrículas:**

O MEPES oferece as bases para a educação do indivíduo, sendo uma fase essencial na formação educacional. Os alunos das EFA's contam com projetos de aprendizado que vão além da sala de aula. Apresentamos os dados quantitativos das atividades desenvolvidas pelas EFA's durante o ano de 2016.

Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio / Educ. Profissional	Total
Olivânia	103	111	214
EFTUR[1]	-	56	56
Alfredo Chaves[2]	81	55	136
Rio Novo do Sul	80	-	80
Castelo	-	117	117
Km 41	113	-	113
Belo Monte[3]	-	33	33
Cachoeiro de Itapemirim	-	114	114
São João de Garrafão	127	111	238
Marilândia	107	63	170
Rio Bananal	-	83	83
Jaguaré	-	90	90
Chapadinha	-	131	131
Bley	133	113	246
Boa Esperança	-	35	35
Pinheiros	73	-	73
Vinhático	103	100	203
Ibitirama[4]	-	28	28
TOTAL	**920**	**1.240**	**2.160**

OBS:
1- O curso Técnico em Serviço de Restaurante e Bar está estruturado em duas etapas anual.
2- Nas EFAs de Alfredo Chaves e de Belo Monte o Curso Técnico em Agropecuária está estruturado em 3 anos, para as demais 4 anos.
4- Iniciaram suas atividades educacionais em 2014.

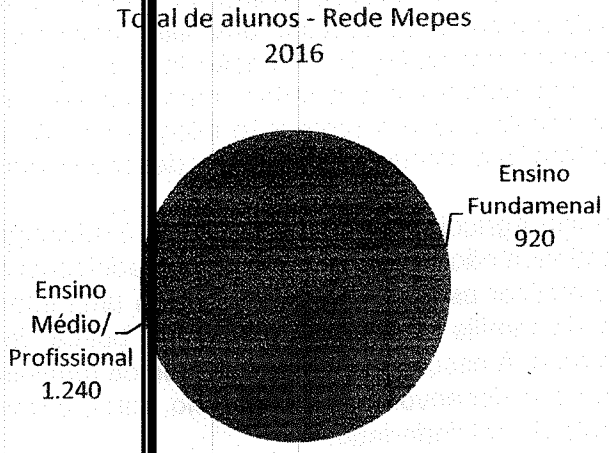
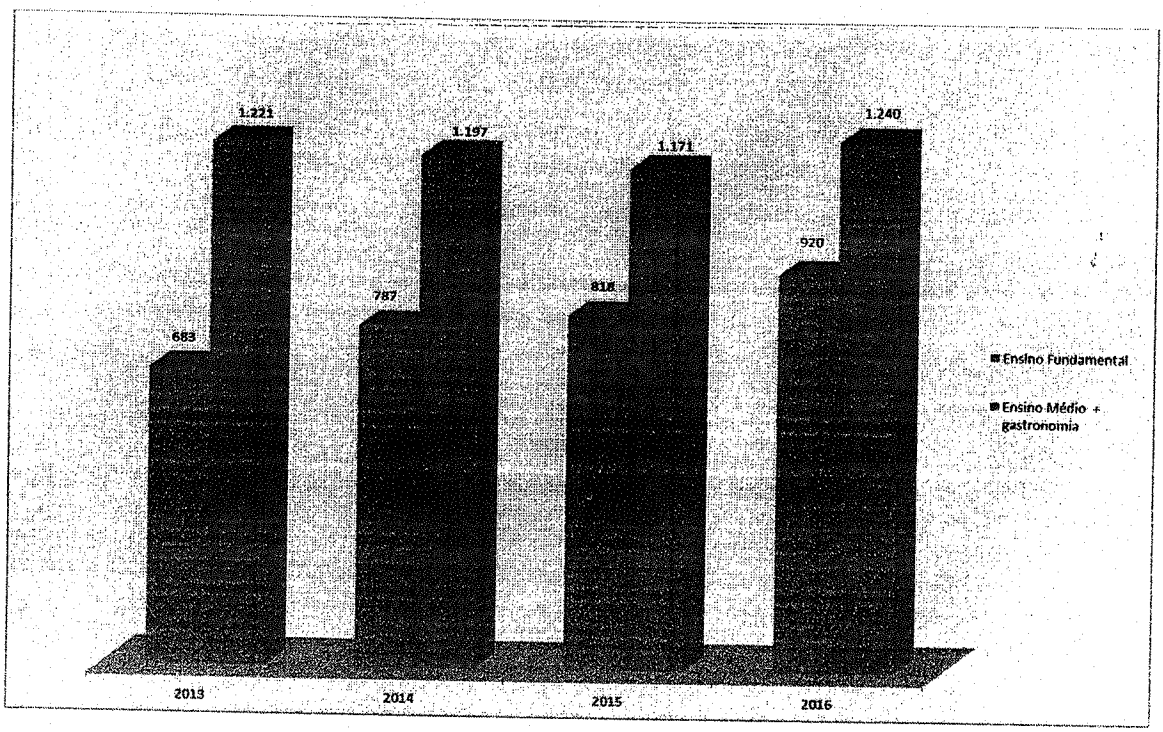


Gráfico Comparativo – matrículas de 2013 a 2016:



Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio + Gastronomia	Total
2013	683	1.221	1.904
2014	787	1.197	1.984
2015	818	1.171	1.989
2016	920	1.240	2.160

Presença no Estado do Espírito Santo

A abrangência de atuação se estende a agricultores procedentes de **61 Municípios.** Além dos jovens do próprio Estado, também atende a outros vindos da Bahia e Minas Gerais.

Quadro Demonstrativo de Procedência dos Alunos das EFAs

Municípios do Estado do Espírito Santo
Alfredo Chaves, Santa Leopoldina, Marechal Floriano, Domingos Martins, Viana, Vitoria, Anchieta, Conceição da Barra, Montanha, Pinheiros, São Mateus, Castelo, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Alegre, Afonso Claudio, Mimoso do Sul, Muqui, Jerônimo Monteiro, Itapemirim, Presidente Kennedy, Iconha, São José dos Calçados, Itarana, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Piúma, Marataízes, Linhares, Colatina, Marilândia, Rio Bananal, Governador Lindemberg, Aracruz, Sooretema, Jaguaré, Boa Esperança, Pedro Canário, Águia Branca, Alto Rio Novo, Mantenópolis, Nova Venécia, Pancas, São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte, Vila Valério, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Vila Pavão, Pedro Canário, Ponto Belo, Montanha, Rio Novo do Sul, Guarapari, Anchieta, Cariacica, Vila Velha, Ibitirama.
Municípios de outros Estados
Bahia: Mucuri Posta da Mata Teixeira de Freitas **Minas Gerais**: Conselheiro Pena

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS:

Atividades / Escolas	Serões	Estágios	Assembleia de Pais	Visitas às Famílias	Visitas Viagem de Estudo	Cursos/Palestras/ Ativ. retorno/ Experiência em casa e na EFA
EFA de Castelo	164	90	02	106	08	148
EFA Belo Monte	84	177	02	30	03	92
EFA de Vinhático	512	75	03	138	19	101
EFA de Boa Esperança	200	87	02	28	07	63
EFA de Marilândia	147	58	02	125	07	66
EFA de Rio Novo do Sul	155	-	02	83	11	99
EFA do Km 41	-	-	02	91	-	56
EFA do Bley	168	139	03	53	13	99
EFA de S. J. Garrafão	116	95	02	219	11	102
EFA de Jaguaré	80	85	02	35	01	63
EFA de Chapadinha	296	137	02	96	07	99
EFA Cach. Itapemirim	157	99	03	105	04	101
EFA de Pinheiros	200	-	02	67	10	49
EFA de Alfredo Chaves	84	47	02	105	10	119
EFA de Rio Bananal	-	32	02	43	05	71
EFA de Olivânia	168	148	02	168	21	108
EFA de Ibitirama	-	-	02	18	06	26
TOTAL	**2.531**	**1.269**	**37**	**1.519**	**143**	**1.462**

Observações:

- No cômputo dos serões, de forma geral, as Escolas que têm serões separados por turma, computam a quantidade de serões, observando o acompanhamento em cada turma, ou seja, se tenho 02 (duas) turmas na escola, 02 (dois) serões por dia; e as Escolas que fazem serões com as turmas em conjunto, fazem o computo de apenas 01 (um) serão por dia.

A Pedagogia da Alternância, consiste em repartir o tempo da formação em períodos da vivência e estudo na escola e na família, acompanhado pelos monitores. O regime da alternância dá uma formação global onde os elementos da experiência e os da sistematização racional ficam sempre presentes. A permanência na família mantém a continuidade da experiência, fortalecendo o engajamento do educando na atividade rural. O partilhar do trabalho da família numa ação quotidiana natural impede a sua transformação como mero "espectador". Os conhecimentos

novos brotam da experiência. Por este regime fica estabelecida a continuidade da formação na descontinuidade das atividades. A aprendizagem deixa de ser considerada como algo intelectualizante, mas recebe um significado a partir dos contextos onde é imediatamente aplicada.

Este sistema consiste em dois momentos de formação interligados e harmônicos:

- Na família: engajado no trabalho e na comunidade;
- Na escola: permitindo o descobrimento da vida através da reflexão.

A Escola Família Agrícola utiliza-se de instrumentos metodológicos específicos e de uma base organizativa escolar que permitem sua aplicabilidade. Tais instrumentos são

O Plano de Estudo: É elaborado pela equipe de professores ao findar uma semana de aula com a participação de alunos e pais. Sua elaboração comporta atividades na escola, na família e na comunidade. É o método de pesquisa participativa, possibilita analisar os vários aspectos da realidade do aluno, promove uma relação entre a vida do aluno e a escola. O Plano de Estudo garante a integração entre o espaço tempo de aprendizagem do educando na escola e, o espaçotempo de aprendizagem na família ou no meio sócio-profissional.

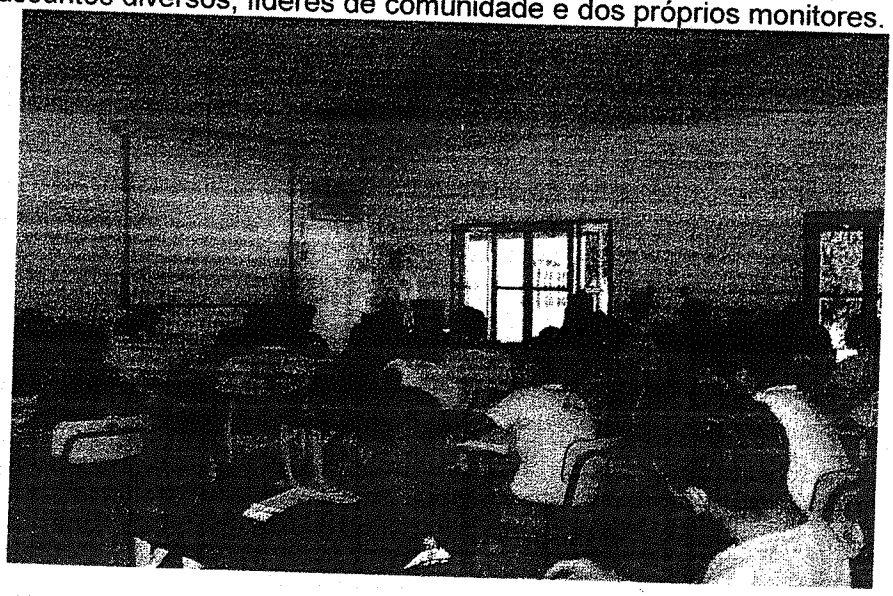
Visitas e Viagem de Estudo: Obedecem a um planejamento prévio e são seguidos de uma avaliação, de uma síntese e conclusão. As visitas e viagens de estudos permitem um aprofundamento de temas sociais, técnicos, econômicos em políticos. Permitem ainda que os alunos conheçam lugares diferentes dos povoados em que residem, motivados sobretudo por um tema levantado pelo Plano de estudo.

Serões: Os serões foram atividades educativas de grande enriquecimento para os alunos e comunidade, por diversas razões:

- Oferece oportunidade para ampliação da cultura geral e maior conhecimento intelectual dos alunos;

- Da ao aluno a possibilidade de desenvolvimento social pelo contato com pessoas de outros níveis sociais, de outras profissões e ambientes;
- Permite uma ampliação da visão pessoal, de sociedade dos problemas atuais do mundo, através da discussão dos mesmos com pessoas competentes;
- Levar ao aproveitamento e valorização dos recursos humanos locais pela participação de pessoas da comunidade que dirigiam e faziam colocações nas reuniões;
- Importante para a vivência do intercâmbio e solidariedade já que, em muitos serões, o dinamizador foi um elemento de outras regiões.

Para os serões as escolas contaram com a participação de especialistas como agrônomos, técnicos em assuntos diversos, líderes de comunidade e dos próprios monitores.



Visita as Familias: Consiste na troca de ideias com a familia sobre questões sócio-pedagogica-agricolas, ligadas diretamente ao meio familiar e escolar do aluno. Esta visitas são feitas pelos monitores quando o jovem se encontra em casa no periodo de convivêdncia familiar é elemento de destaque na aplicação da Pedagigia da Alternância, efetivando de fato a partilha da responsabilidade na educação do jovem rural, objetivando criar um víeulo mauiiro entre a Escola Familia Agrícola e as familias.

Colocação em Comum: É uma das etapas mais importante do Plano de Estudo. Requer do monitor um saber no sentido de mediar as falas e de estar atento as problematizações que necessitarão de aprofundamento. É o momento em que o aluno na escola coloca junto a seus pares, com a mediação do monitor o que trouxe da realidade para ser discutido no coletivo, refeltido,apronfundado nas áreas do conhecimento e posteriormente retornado ao meio.

Estágios: O estágio favorece ao aluno o aperfeiçoamento de técnicas aprendidas, é motivação para o desenvolvimento de inumeras atividades relacionadasao seu meio sócio-profissional, proporcionbando uma compreensão dos fenômenos que o cerca, adquirir experiência para analisar os procedimentos e até mesmo, aplicar em su propriedade o que for viável bem como o desenvolvimento critico de cada aluno no âmbito técnico-cientifico.

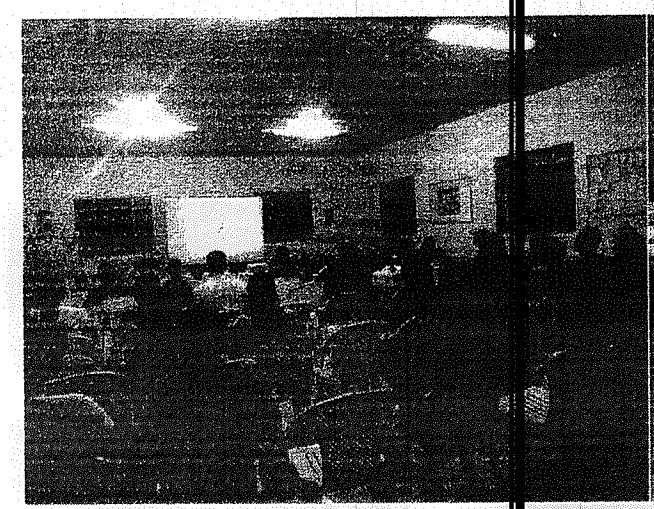
A Escola integrada com a Família: Estando o educado envolvido no sistema educacional onde é a vida a fonte essencial de experiência e conhecimentos pretende-se que sua família também seja envolvida neste mesmo processo, o que lhe permitirá romper gradativamente a estática social do ambiente rural. Este desenvolvimento se realizará em dois níveis:

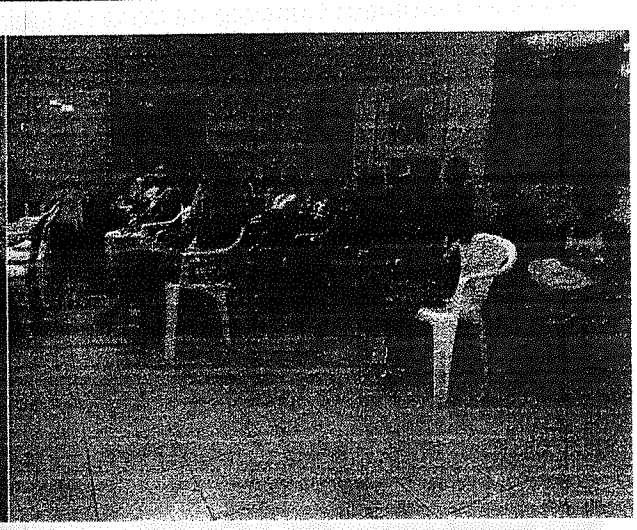
- Participação e responsabilidade de cada família através de Plano de estudo contatos com os monitores;
- Participação das famílias em uma reflexão comum, tratando-se de melhor constantemente a educação em cada família e na escola, através dos encontros periódicos com os pais.

Atividades de Retorno: As atividades de retorno emergem a partir da realização do plano de estudo como resposta à realidade. São experiências, atividades concretas que serão realizadas na comunidade, meio sócio-profissional e na família.

Formação das Familias:

TEMAS TRABALHADOS	
Sobre Família, parceria na formação	Adolescência comportamento.
Pais, filhos, autoridade e responsabilidade.	Escolha e vocação profissional.
Histórico da EFA	Gestão da EFA
As EFAs e os movimentos sociais	Associação





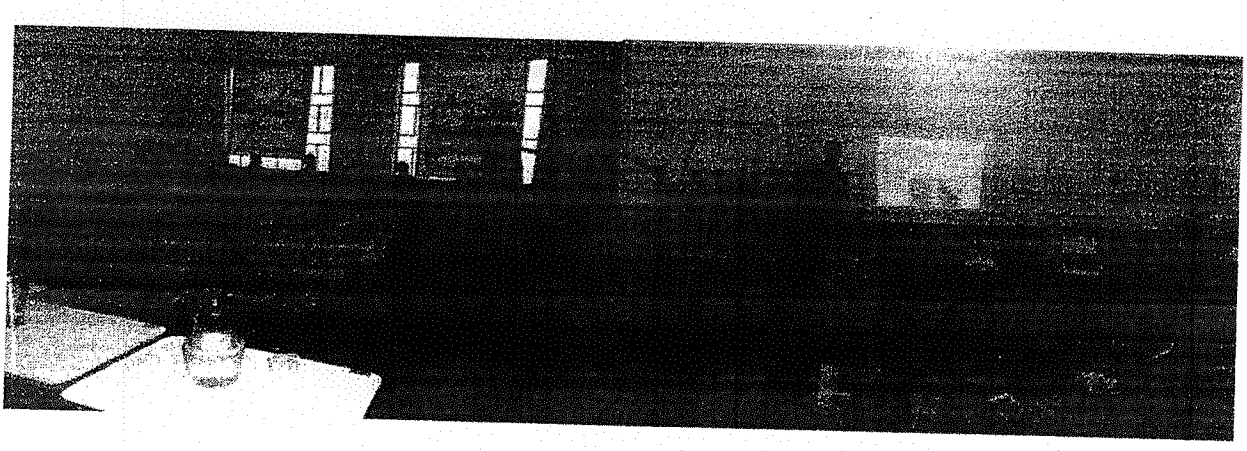
Avaliação: O aluno é avaliado em todos aspectos, como o aproveitamento escolar, as convivência no internato, o desenpenho de suas tarefas práticas, a atuação na comunidfade, a auto-avaliação eoutos. Os pais participam no processo de avaliação, é um dos pontos essenciais para a copncretização da pedagogia da alternbância.

Projeto Profissional: Trata-se de um trabalho realizado durante o curso, com realziação no último ano do Ensino Médio Profissionalizante, onde o educando, a partir do seu interesse profissional vai discutir junto com a equipe da Escola Familia e com a familia uma possibilidade de renda e de profissionalização. Essas discussões e analise não acontecem apenas como resultado de formação, mas vem se constituindo como processo durante os anos em que o educando esta da Escola Familia Agrícola. Sendo uma atividade obrigatória para a conclusão do curso, o projeto seguiu uma estrutura que possibilitou a investigação científica pautada na

realidade e uma posterior projeção de ações para a sua realidade. As etapas do Projeto são: Motivação, Tematização, Prognóstico, Diagnóstico, Justificativa, Objetivos, Planejamento, Plano de Apresentação, Apresentação e Relatório.

No dia da apresentação, se fizeram presentes Famílias dos Estudantes, diversos Monitores da EFA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Servidores Públicos, Ex-estudantes e Assessoria do Deputado Estadual Padre Honório, que muitos contribuíram para o aprimoramento dos projetos dos estudantes.

TEMAS DO PROJETO PROFISSIONAL JOVEM - PPJ
Implantação do Cultivo Hidropônico de Alface visando a Diversificação agrícola e da renda no sítio Santa Rosa
A implantação da Avicultura de postura visando a produtividade e a diversificação no sítio Liberdade
Bovinocultura de corte visando diversificar a renda e a produção no sítio Terra Alta
A diversificação da cultura do café e da banana visando maior renda familiar e aproveitamento da área no sítio Liberdade
Renovação do cacaueiro na ilha do papagaio afim de aumentar a produtividade e saúde da cultura
Condução da lavoura de café no sítio Celim possibilitando aumentar a produtividade da cultura
A horticultura como forma de diversificação, renda e aproveitamento de área no sítio Congonha
A implantação do viveiro de café visando a produção de mudas de qualidade na comunidade Santa Cruz
A implantação da cultura da Pimenta-do-reino buscando diversificar a propriedade e a renda no sítio Rio Terra Alta



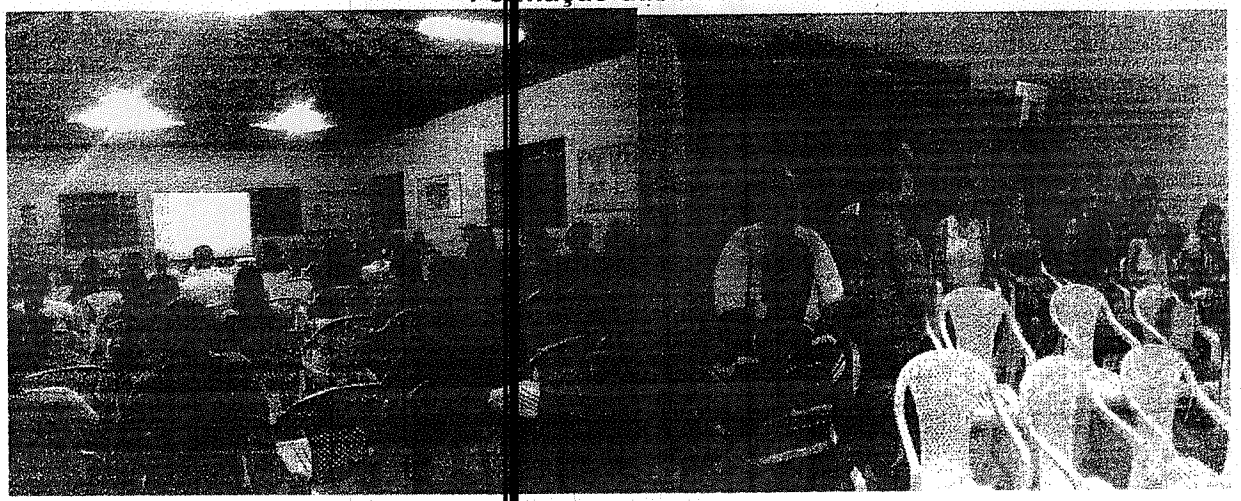
EVENTOS PROMOVIDOS PELAS EFAs.

Os eventos promovidos pelas Escolas Famílias Agrícolas vieram a atender o Plano Nacional de Formação tanto das famílias como dos alunos, neste ano de 2016 tivemos grandes contribuições, onde podemos destacar:

Dia do Meio Ambiente

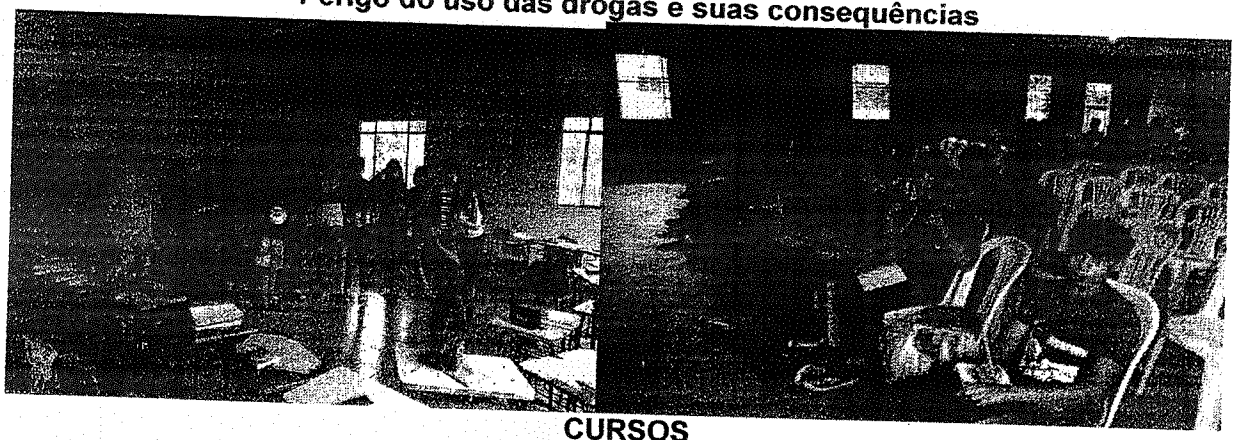
Avaliação final

Formação das Famílias



Palestras

Perigo do uso das drogas e suas consequências

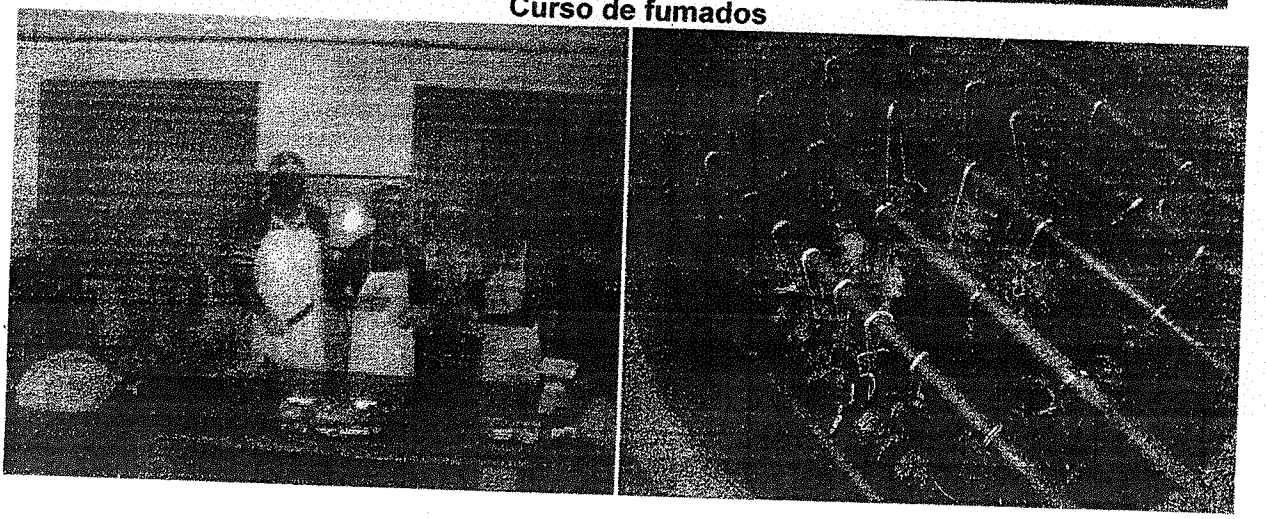


CURSOS

Curso Primeiro Socorros

Curso de Processamento de Pescado

Curso de fumados



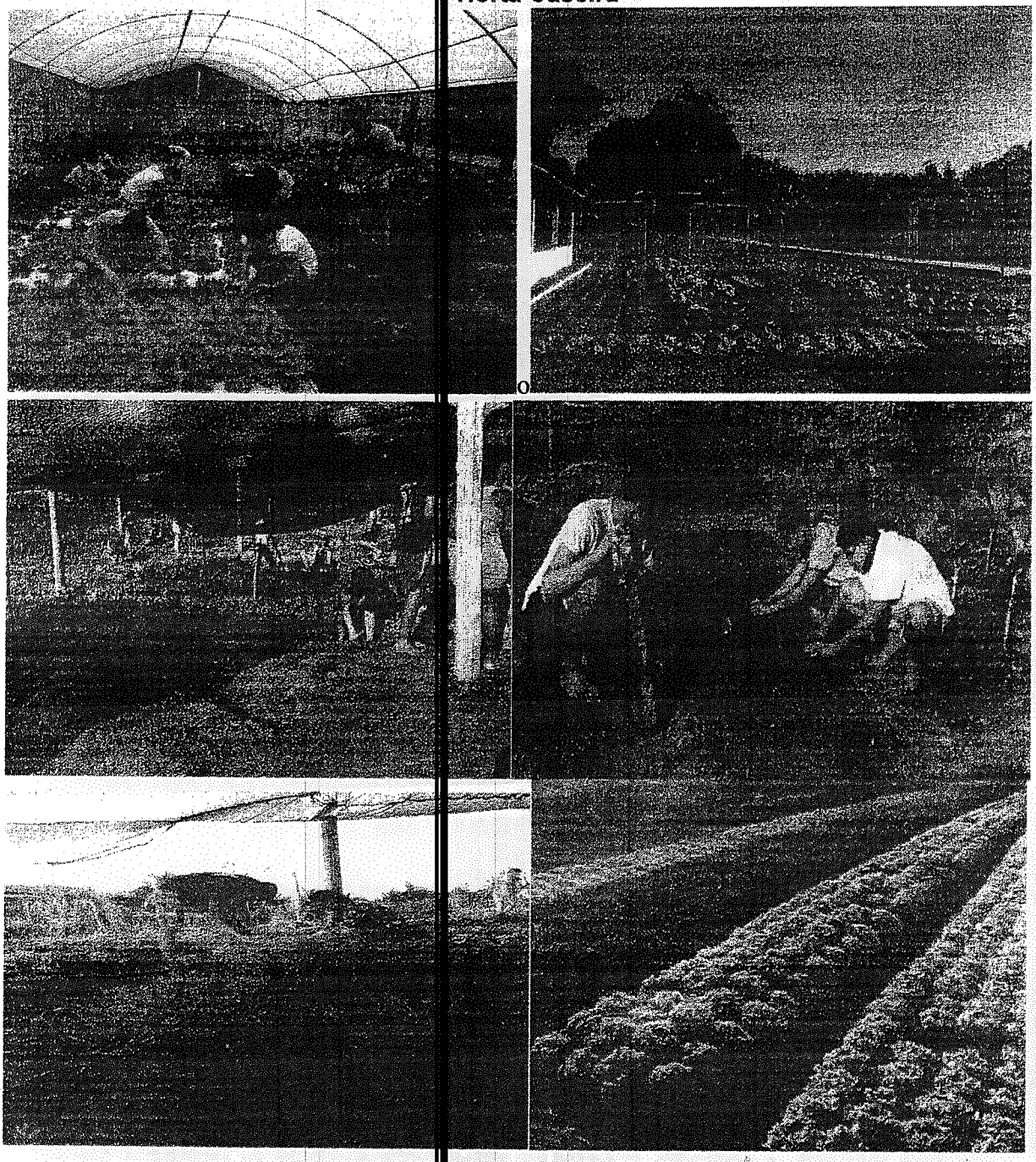
ATIVIDADES PRÁTICAS NA PROPRIEDADE DA EFA

O trabalho prático nas Escolas Famílias Agrícolas, são organizados por setores das unidade produtiva, pensionato e setor de pesquisa. É feita a distribuição semanalmente dos estudantes por setor de trabalho, os estudantes contribuem na coordenação por três sessões (semana).

A equipe de monitores coordena e acompanha o setor de trabalho prático junto com os estudantes. As atividades desenvolvidas nos setores são os de implantação e manutenção, com caráter formativo e a produção para abastecimento da EFA.

De forma geral a unidade produtiva dá em passado por cuidado para se tornar uma unidade de referência para aulas práticas e na região. Sempre adotando práticas agroecológicas e sustentáveis, criando nos nossos jovens uma consciência em relação ao meio em que vivem.

Horta Caseira



Pomar

ESCOLA FAMILIA DE TURISMO "PIETROGRANDE"

Através do inventario turístico dos municípios da região, constatou-se a predominância de pequenas e médias empresas, 98% possuem estrutura familiar, seja em nível gerencial, seja em nível operacional. Por isso é comum a falta de especialização e qualificação, resultando numa baixa qualidade dos serviços prestados, o que é uma ameaça à sobrevivência desses sistemas turísticos.

A partir desta constatação o MEPES, a APROTUR (representada pelos empresários locais) e os representantes legais dos municípios da região (Piúma, Anchieta e Iconha), avaliaram a necessidade da implantação de cursos de educação profissional de nível médio – Técnicos em Turismo.

Diante deste contexto, o MEPES propõe ofertar aos jovens, dos municípios envolvidos, um curso de educação profissional Técnico em Turismo com qualificação em Gastronomia e Hotelaria, com organização curricular estruturada para atender as necessidades operacionais da área, melhorar a oferta de mão-de-obra e proporcionar aos jovens a possibilidade de estabelecer-se na sua cidade, possibilitando também, através das disciplinas de cunho humanístico uma visão global e crítica do fenômeno turístico , tornando o egresso um agente de desenvolvimento local.

O MEPES, comprometido com o desenvolvimento sustentável, buscas com a EFTUR promover a integração do jovem com o seu meio sócio profissional, proporcionando-lhe possibilidades der desenvolvimento intelectual, social, político e econômico através de uma educação que comungue dos ideais desse jovem e assegure a identidade do meio.

A EFTUR- Escola Família Turismo "Pietrogrande" é uma das mais recentes investidas do MEPES na área de educação diferenciada para atendimento de jovens na formação profissionalizante em Gastronomia, bar/restaurante e recepção hotelaria. Por atender a importância desta atividade na região do litoral sul do estado, vem atuando como formador, fomentador e incentivador de iniciativas voltadas para a área de restaurante e turismo da região.

Este projeto vem se estabelecendo como um grande possibilitados de desenvolvimento e inserção de jovens em um mercado crescente, mas que necessita de pessoas bem preparadas para atuar neste mercado sem perder seus valores e cultura.

Missão da Escola Família Turismo. Utilização do ensino do turismo como vetor de encontro de culturas e intercâmbio, através da formação do indivíduo dentro de uma visão humanística, globalizada e multidisciplinar, buscando a mudança de comportamento da comunidade, gerando melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento.

Objetivo Geral. Ofertar curso em conformidade com as leis educacionais nacionais, adotando uma metodologia própria "Pedagogia da Alternância", voltada para o meio turístico e a realidade regional onde está inserido, promovendo a habilitação de profissionais de nível técnico em turismo, com ênfase em hotelaria e gastronomia.

Clientela Atendida:

Técnico/2016	Matricula Inicial	Matricula Final
8º Técnico/ 2ª Etapa	21	11
9º Técnico/2º Etapa	26	16
10º Técnico/ 1ª e 2ª Etapa	19	12
11º Técnico/1ª Etapa	25	-
Total	**91**	**39**

Condição Sóicio-Econômia.

Assalariado	Aposentado	Autônomo	Outros
10	03	22	49

Relacionamento Externo:

Parcerias:

Para atingir seus objetivos a EFTUR, através do MEPÉS, celebrou convênio com organismos através públicos e privados, conta com um bom numero0 de apoiadores e patrocinadores. No ano de 2016 manteve parceria com as seguintes entidades:

Prefeitura municipal de Anchieta, através da Secretaria Municipal de Turismo
Secretaria Municipal de Educação de Anchieta
Ex-alunos: trabalho voluntario
Comunidade de Anchieta Restaurante Escola
Santuário Nacional de São José de Anchieta

Poderes Público (estadual, municipal e federal)		
Parceiro	**Ações realizadas**	**Comentários**
Prefeitura Munic. Anchieta	Convênio	Manutenção da Escola
Prefeitura Munic. Anchieta	Transporte	Visita de Estudo
Centro Formação – Piúma	Doação de livros	Biblioteca da EFTUR

Comunidades/Voluntários.

Parceiro	Ação realizada	Comentário
Público Geral	Restaurante Escola EFTUR	Clientes Restaurante da Escola
Rafael ex-aluno	Eventos	Ex-Alunos que estão sempre participando dos Eventos organizados pela EFTUR como voluntários.
Leiloa ex-aluna	Eventos	
Alcideia, Luzia, Celinha,	Eventos	

Atividades Pedagógicas.
Plano de estudo

Descrição	Turma	Nº Aplicado por turma	Comentário
PE	Turma VII 2ª Etapa	02	-Tema Gerador: **Desenvolvimento Sustentável** – Conscientização e conservação do meio ambiente e ações mitigadoras.
PE	Turma VIII 1ª e 2ª Etapa	04	-Tema Gerador: **Higiene** – Higiene Pessoal, Ambiental e Profissional. -Tema Gerador - **Cultura** – Diferenças Culturais: resgate e preservação da identidade local.

			-Tema Gerador: **Desenvolvimento Sustentável** – Conscientização e conservação do meio ambiente e ações mitigadoras. -Tema Gerador: **Atendimento ao Cliente** trabalhando com o PE (plano de estudo) – Atendimento ao Cliente e Repercussões Econômicas.
PE	Turma IX	02	-Tema Gerador: **Higiene** – Higiene Pessoal, Ambiental e Profissional. -Tema Gerador: **Desenvolvimento Sustentável** – Conscientização e conservação do meio ambiente e ações mitigadoras.

Visitas e viagens de estudo

Turmas	Nº de visita	Origem recurso
Turmas V, VI e VII	08	EFTUR PMA-Prefeitura Municipal de Anchieta – SETURCE e SEME

Estágios

Turma	Nº Estagio realizados	Locais	Parecer geral sobre a turma
Turmas VII, VIII E IX	Dois (2) momentos de Estágios	Bares, Restaurantes, Hoteis e Pousadas	Bom aproveitamento

Outras atividades pedagógicas realizadas

Atividades	Turma	Nº por turma	Descrição
Projeto Profissional	VII	15	Projeto Profissional Apresentação do Projeto

AVALIAÇÕES

Tipo de avaliação	Quem participa	Quantidade realizada	Principais desafios	Encaminhamentos feitos
Teórica e Prática	Monitores e alunos	Duas por bimestre	Participação efetiva do aluno	Diminuição das avaliações teóricas, favorecendo as avaliações práticas

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS JUNTO AO PODER PÚBLICO, COMUNIDADE E MEPES.
Eventos realizados

Evento	Temas abordados	Nº participante	Parceiros	Finalidade
Encontro Empresarial de Anchieta	Café da manhã para Empresários e Instituições de Anchieta e região	50	Casal Eventos	Divulgação da EFTUR
Jantar com o "Clero Negro"	Apresentação dos Serviços das práticas dos alunos	30	Santuário São José de Anchieta	Estreitar laços com o Santuário

Aniversário "10 anos da EFTUR"	História da EFTUR, homenagens aos parceiros e apresentação dos resultados	150	Supermercados P.M.A	Comemorar os 10 anos e promover a escola
Jantar Natalino	Confraternização	45	Hospital Mepes	Confraternização dos colaboradores do hospital

Participação em atividades externas

Tipo de evento	Tema abordado	Nº de participante	Parceiros	Finalidade
Passos de Anchieta	Produtos Regionais, Decoração e Atendimento	500	PMA - SETURCE	Contrapartida com o Poder Público
Passos dos Imigrantes	Produtos Regionais, Decoração e Atendimento	300	PMA – SETURCE	Contrapartida com o Poder Público
COMTUR	Diversos	10	PMA – SETURCE	Participar das ações voltadas para o desenvolvimento turístico da comunidade
Conselho do Santuário Nacional de São José de Anchieta	Planejamento das ações do Santuário Nacional de São José de Anchieta	08	Vice-Governador do Estado, Comunidade, Empresários	Membros do Conselho do Santuário Nacional de São José de Anchieta
Grupo Gestor do Turismo Religioso de Anchieta	Planejamento estratégico para o Turismo Religioso em Anchieta	40	Sebrae, Santuário, Adeturce, PMA, Empresários, Setur	Participar das ações voltadas para o desenvol. Turístico da Comunidade
Oficina da ADETURCI	Oficina p/elaboração do plano desenvolvimento Sustentável do Mercado Turistico da Rora da Costa da e da Imigração.	40	SETURCE, Empresários	Participar das ações voltadas para o desenvolvimento Turístico da Rota da Costa e da Imigração.
Encontro Regional de Turísmo Religioso	Acolhimento e Condução Religiosa	60	Santuário São José de Anchieta, Sebrae e PMA	Participar das ações voltadas para o Desenvol. Turístico da Comunidade
Palestra Ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Brandão	Cultura e Desenvolvimento	60	UFES e MEPES	Formação

Curso ministrado pelo SENAC	Como Encantar o Cliente	13	Secretaria Estadual de Turismo, Setur e Senac	Capacitação

Em 2016 conseguimos alcançar nossos objetivos que era aumentar o número de inscrições e manter o máximo de alunos até o final do curso.

A EFTUR neste ano participou efetivamente nas principais ações relacionadas ao turismo no município, e principalmente contribuir com o desenvolvimento do turismo religioso na região.

Manteve o elo com a comunidade, participando em eventos gastronômicos, junto ao empresariado do setor, promovendo cursos e palestras com o objetivo de mostrar a importância da qualidade do serviço através da qualificação profissional e também cursos rápidos para aqueles que não possuem o ensino médio.

Diante de todas as ações programadas para o ano de 2016, as únicas que não conseguimos foram: a reforma da Escola, devido a crise econômica em que a região se encontra, e a aquisição de mais um monitor de cozinha.

CENTRO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO (CFR)

O Centro de Formação e reflexão traz em sua trajetória histórica uma vasta experiência de intercâmbio e formação de pessoas para atuarem em diferentes instituições que se preocupam com o homem do campo e com a educação popular. Nesse sentido, utiliza a metodologia Ação-reflexão e ação transformadora em vista da formação da consciência crítica, da luta pela conquista da plena cidadania em busca da transformação da realidade em que está inserido.

Nas ações que desenvolve, busca conjugar a prática com a teoria, assumindo uma postura coerente com os princípios genuínos do MEPES, proporcionando em seu cotidiano o desenvolvimento de um trabalho que possa atender os aspectos formativos dos operadores. Tem como principal desafio manter viva e em constante aperfeiçoamento a proposta do movimento em serviço, da promoção humana e especificamente do meio rural.

As atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação abrangem todos os setores: Departamento de Ação Comunitária, Centro Comunitário de Saúde, escolas Famílias Agrícolas e ocorrem dentro do contexto que visa à formação intelectual (sócio-político-econômico-cultural e espiritual) e busca a transformação do meio em que vivem.

Centro de Formação constitui-se como órgão catalizador e mobilizador das diversas ações desenvolvidas por cada setor, conjugando-as entre si; buscando, desta forma, estabelecer a unidade do movimento.

No ano de 2016 o Centro de Formação atuou sempre atendo aos seguintes princípios:

- Promover a formação humana-técnica-profissional do movimento, através de programação especifica, de acordo com as necessidades dos diversos setores.
- Assessorar pedagogicamente outras instituições que adotam a pedagogia da alternância.
- Promover parecerias a fim de buscar soluções concretas e integradas para o desenvolvimento rural.

Tem como atribuições:

- Realizar cursos, palestras, seminários, programas etc..em função da formação permanente dos monitores e demais agentes do MEPES.
- Manter E ministrar o cursos de formação inicial de monitores, para as diversas unidades do MEPES, quer aqueles mantidos por outras entidades.
- Oferecer assessoria permanente às diversas unidade do movimento, promovendo o intercâmbio e a integração entre os membros, quer os do MEPES, quer aquele mantidos por outras entidades.
- Aperfeiçoar a metodologia das Escolas Famílias Agrícolas em alternância, zelando pela visão de promoção humana e manutenção da filosofia pedagógica adotada pelo MEPES.

Segue, abaixo, tabelas referentes às ações desenvolvidas no ano de 2016:

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Municipal: Prefeitura de Piúma e Anchieta e suas respectivas Secretarias, bem como, as Câmaras Municipais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma (STRAP).

- Estaduais: Governo do Estado e suas Secretarias, de modo especial a Secretaria de Estado da Educação (SEDU), a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), bem como a Assembleia Legislativa.
- Nacionais: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e Instituto Souza Cruz.

PARCERIA COM O PODER PÚBLICO LOCAL.

Dentre as ações diretas resultantes da parceira estabelecida entre o Centro de Formação e o Poder Público Local, podemos destacar:

- Assinatura do Convênio entre o Centro de Formação e Reflexão do MEPES e Prefeitura.
- Disponibilização de mão de obra para limpeza do pátio do Centro de Formação.
- Aprovação da Lei pela Câmara Municipal.
- Utilização da infraestrutura do Centro de Formação pela municipalidade para realização de diversas ações, dentre os quais pode-se citar:
    - Conferência Municipal das Cidades;
    - Aulas de educação física, durante o ano letivo, para alunos da rede municipal;
    - Reunião de pais de alunos de Escolas do município;
    - Seminário sobre auditoria e uso da Tecnologia da Informação em Órgão Públicos.
    - Reuniões do Território Sul Litorâneo;
    - Atividades recreativas, no decurso do ano, para alunos de escolas municipais;
    - Oficinas e palestras para as comunidades escolares;
    - Encontros formativos com educadores;
    - Formaturas e atividades de encerramento do ano letivo de Escolas da Rede Municipal.

ORGANIZADORES E COLABORADORES DAS FORMAÇÕES REALIZADAS PELO CFR.

Equipe do Centro de Formação e Reflexão

Nome
Aldina Maria Ribeiro da Silva
Cleusa Maria Corrêa Taque
Dicéia Marone Batista
Elisabete Nunes Machado
Firmino Costa Martins
Lília Fernandes Medeiros
Paula Louzada Martins

Colaboradores/as das Formações.

Nome	Atividade
Aline Moura Faria Monitora da EFA de Alfredo Chaves	Mediar os Relatos de Experiências: O papel da Escola na Orientação e no Acompanhamento do Trabalho Final
	Mediar os Aprofundamentos: Trabalho Final e Projeto Profissional do Jovem
	Mediar os Relatos de Experiência: O papel da Escola na Orientação e no Acompanhamento do Projeto Profissional do Jovem
Claudinei Lima	Importância do Ensino de Ciências nos níveis fundamental e médio
	Estruturação Física do Laboratório de Ciências
Carlos Rodrigues Brandão	Palestra: Cultura e Desenvolvimento – Dialogando com as Multifaces do Território
Cláudio Vereza	Movimento Fé e Política

Dirceu Godinho Antunes Incaper Cachoeiro de Itapemirim	Formação de Monitores da Área Agropecuária. Tema: Agroecologia
Felipe Junior Mauricio Pomucheno-Monitor da EFA de Marilândia	Mediar Apresentações de Sínteses do Plano de Estudo: Trabalho Final e Projeto Profissional do Jovem na Pedagogia da Alternância
	Mediar os Aprofundamentos: Trabalho Final e Projeto Profissional do Jovem
	Mediar os Relatos de Experiências: O papel da Escola na Orientação e no Acompanhamento do Trabalho Final
Idalgizo José Monequi Superintendente do MEPES	O MEPES e a Formação de Monitores
	Mediar: Colóquio do Mepiano
João Baptista Martins Agricultor – Membro da Junta Diretora	Contextualização histórica dos movimentos sociais – educação do campo e a edagogia da Alternância: o caso MEPES
Joel Duarte Benísio – Gerente Pedagógico do MEPES	Mediações Didático-pedagógicas da Pedagogia da Alternância: aprofundamento Plano de Estudo
Mediar: Colóquio do Mepiano	Mediar Grupo de Trabalho na Formação Continuada: Para um Agir Transformador
José Claudino Capeline Agricultor – Membro Associação da EFA de Alfredo Chaves	O papel da Associação na Escola Família Agrícola
Dr.ª Marisa Valladares Universidade Federal Fluminense	O Processo ensino aprendizagem numa abordagem psicológica
Simone Ferreira Ângelo Monitora da EFA de Belo Monte	Relatos de Experiências: O papel da Escola na Orientação e no Acompanhamento do Trabalho Final
Mediar os Aprofundamentos: Trabalho Final e Projeto Profissional do Jovem	Mediar os Relatos de Experiência: O papel da Escola na Orientação e no Acompanhamento do Projeto Profissional do Jovem
Vânia Alphoim – Nutricionista	Palestra: Os Sucos Naturais na alimentação saudável
Valter Martins Giovedi	Pedagogia do oprimido e suas interfaces com a pedagogia da alternância
O processo educacional do MEPES: diferenças e similitudes com outras propostas educativas	o currículo crítico-libertador como forma de resistência e de superação da opressão
Wilcemar Gaigher Zetoles	As mediações didático-pedagógicas da Alternância: Panorama Geral
OUTROS/AS...	

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Anualmente o Centro de Formação busca realizar as diversas atividades formativas previstas no Calendário Formativo. Neste sentido, nos itens abaixo serão detalhadas todas as atividades formativas realizadas pelo Centro de Formação.

Formação Inicial de Monitores/Professores das EFA's do MEPES.

O objetivo geral da formação inicial é proporcionar aos atores envolvidos na formação dos jovens do campo um espaço - tempo de Formação na Pedagogia da Alternância para a apropriação dessa práxis.

Objetivos atingidos:

- Dar Prosseguimento à Formação Inicial dos monitores para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.
- Melhorou a sistematização e o aprofundamento científico dos instrumentos metodológicos dos monitores iniciantes.
- Conclusão de Projetos de Pesquisa de Experiumentação Pedagógica .

Módulos	Turma	Data de realização	Tema	CH	Total de Cursistas
I	2016	23 a 25/0	O Processo Educacional do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES)	24h	11
II	2016	04/06 a 05o/09	O/A Monitor/a e o Processo Ensino Aprendizagem da Pedagogia da Alternância	24h	12

Formação Inicial

Além dos Módulos I e II também foram realizadas apresentações de Projetos de Pesquisa de Experimentação Pedagógica – PPEP de vários monitores para Conclusão do Curso de Formação Inicial, conforme abaixo especificado:

Escola Família	Monitor	Tema
Alfredo Chaves	Diorgeni Cetto Escandian	Horta Medicinal
	Geciane Coutinho Zuqui	Valorização da Cultura Afro-Brasileira na EFAAC
	Ingrid Da Maia Gonçalves	O Resgate de Brincadeiras Tradicionais para os Estudantes do Ensino Fundamental na EFA de Alfredo Chaves
	Maria Silvia Lima Silva Triani	A Importância da Leitura Crítica na formação do Jovem da Escola Família Agrícola Alfredo Chaves-Efaac

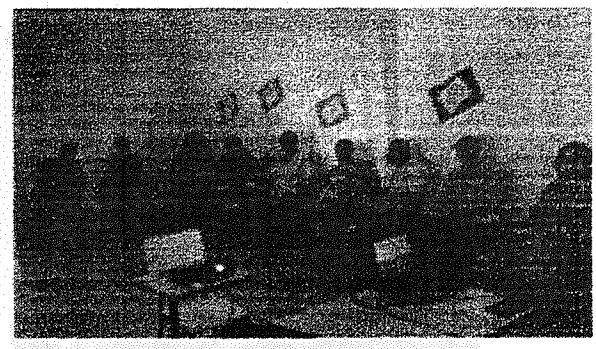
	Silas Nunes Batista	A Música na Educação Ambiental: Abordagem Lúdica da Agroecologia – Uma Proposta Didático-Pedagógica
Escola Família	**Monitor**	**Tema**
Marilândia	Felipe Junior Mauricio Pomuchenq	A Auto-Organização Fortalecendo o Protagonismo e Participação dos Estudantes na EFA de Marilândia
	Rosinei Zerbone Magnago	Como Estimular o Gosto pela Leitura
	Stefania de Paula Mendes Valoto	Atividade Prática como Ação Pedagógica na EFA
	Valeria Camata Lenzi	Produção de Sabão a partir da Reciclagem do Óleo de Cozinha
Olivânia	Jeferson Casale Tomazeli	Incentivo à Leitura
	Leandro Magnago	Conscientização e Resgate de Sementes Crioulas
	Wemerson Simões	A Redação Ilustrada como Recursos para as Aulas de Língua Portuguesa
Rio Novo do Sul	Nino Decotte Pontes	Resgatando a Pedagogia da Alternância: um saber necessário

Bancas - Apresentações de PPEPs

Formação Continuada

Coordenadores (as) e Representantes das Associações das EFAs do MEPES

Data da Formação	Público	N.º de Participantes
12/02	Coordenadores Administrativos – Pedagógicos – Agropecuários Representantes das Associações	40
09/03	Coordenadores Pedagógicos	14
09/03	Representantes das Associações	07
27/04	Coordenadores e Representantes das Associações	10
02/07	Coordenadores Pedagógicos e Monitores	20
04/08	Coordenadores Administrativos – Pedagógicos e Representantes das Associações	20
20/09	Coordenadores Administrativos - Responsáveis pela Contabilidade e Diretoria da Associação	20
20/09	Coordenação Pedagógica	11
11/10	Coordenadores Administrativos	14
16/11	Coordenadores Administrativos e Diretoria da Associação	15



Coordenadores e Membros das Associações das EFAs

Geral de Monitores/Professores – Semana Santa.

A pedagogia da alternância valoriza a dimensão dialógica, nela não há prática por prática, ou teoria por teoria, o que existe é a reflexão dialógica traduzida na práxis que reflete, propõe e transforma.

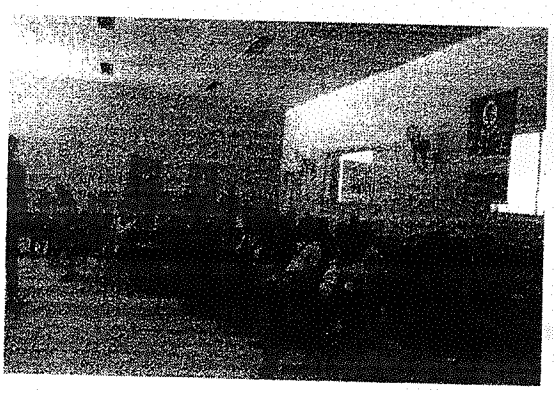
A formação continuada, realizada durante a Semana Santa, teve como ponto de partida o fortalecimento da construção coletiva e dinâmica do saber, através de estudos e reflexões tanto de conteúdos teóricos quanto das práticas diárias nas EFA's.

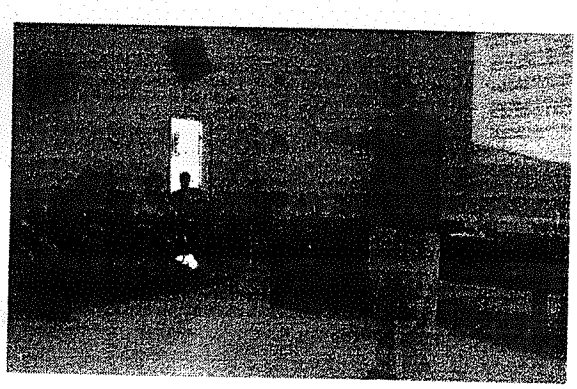
Objetivos atingidos:

- Aperfeiçoamento e manutenção da filosofia do Movimento e as técnicas pedagógicas, nas diversas unidades educativas participantes da formação;

- Promovida reflexão acerca da Pedagogia da Alternância, de seus elementos pedagógicos, dos impactos e resultados, com estabelecimento de relações com o contexto do campo e da educação do campo.
- Compreensão das relações entre a Pedagogia da Alternância e a Pedagogia Freiriana, com apropriação da fundamentação teórica de Paulo Freire.

Data da Formação	*Tema*	*Carga Horária*	*Nº. de Participantes*
De 21 a 23/03	Diálogo entre a Pedagogia da Alternância e a Pedagogia Freiriana	24h	80





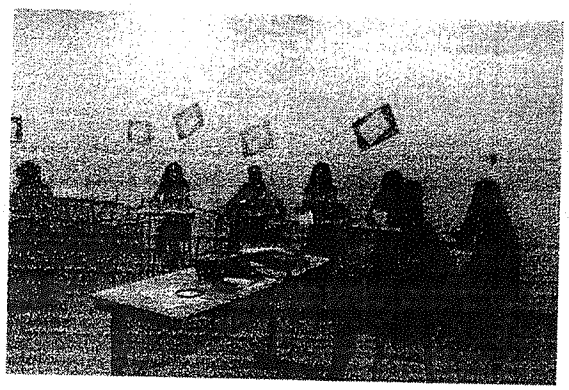
Formação Continuada – Semana Santa

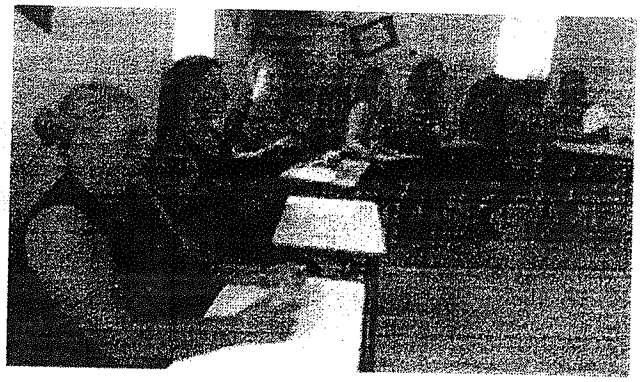
Secretários (as) Escolares.

Data da Formação	Tema	Carga Horaria	N.º de Participantes
02/06	A EFA e o processo de legalização	8h	11

Cozinheiras.

Data da Formação	Tema	Carga Horária	N.º de Participantes
De 21 a 23/03	Alimentação Saudável	24h	13

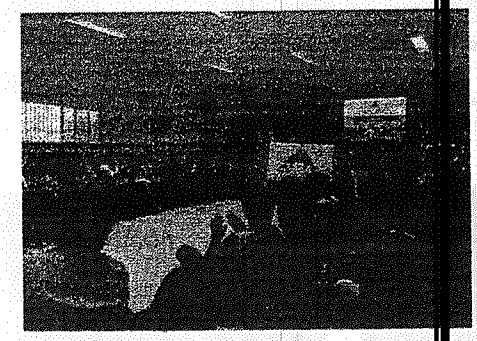


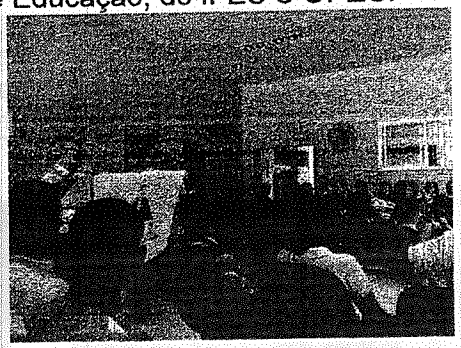


Formação das Cozinheiras das Escolas Famílias

Palestra em parceria com a UFES

Em parceria com a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, foi promovida na tarde do dia 24 de maio, Palestra proferida pelo professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão, tendo como tema: Cultura e Desenvolvimento: dialogando com as multifaces do território. Além dos monitores das EFAs do MEPES e dos educadores das escolas da terra, estiveram também presentes representantes de Secretarias Municipais de Educação, do IFES e UFES.





Por Área de Conhecimento:
Objetivos atingidos:

- Uso pelos monitores de práticas pedagógicas contextualizadas;
- Formação dos agentes educativos com uso de meios metodológicos apropriados às respectivas áreas;
- Reflexão do papel de cada área de conhecimento na formação integral do jovem.

Data da Formação	Áreas	Carga Horária	N.º de Participantes
12 e 13/04	Ciências da Natureza	16h	8
15/09	Agropecuária	8h	15

FORMAÇÕES DE PROFESSORES E SUPERVISORES

Visando certificar aproximadamente 250 jovens rurais, filhos de pequenos proprietários rurais, assalariados rurais, vaqueiros, meeiros, assentados da reforma agrária, na faixa etária de 15 a 29 anos o MEPES celebrou Convênio com a Fundação San Zeno (Itália). Dentre as atividades previstas foram realizados pelo Centro de Formação a Formação de Professores e Supervisores, conforme segue abaixo:

Primeiro Encontro

Objetivos atingidos:

- Desenvolvimento de habilidades de planejar, acompanhar, monitorar e avaliar o plano de trabalho do projeto
- Processo de inserção do Jovens no projeto, sua modalidade de acompanhamento no meio sócio profissional.
- Orientação didático metodológicos das ferramentas da pedagogia da alternância aplicada ao projeto.

Data da Formação	Tema	Carga Horária	N.º de Participantes
De 07 /04 a 08/04	Projeto: Qualificação Social e Profissional do Jovem Rural Capixaba	16h	35

Segundo Encontro

Objetivos atingidos:

- Aperfeiçoamento e manutenção da filosofia do movimento e as técnicas pedagógicas referente aos cursos executados pelo projeto;
- Reconhecer-se como sujeito no espaço e no projeto educativo.
- Diagnóstico dos elementos pedagógicos do trabalho do monitor, sua dimensão, considerando as etapas de organização do projeto;
- Socialização e distribuição das atividades/acompanhamento da formação dos jovens em seu ambiente familiar e sócio profissional;

Data da Formação	Tema	Carga Horária	N.º de Participantes
De 19 /04 a 20/04	Formação Integral do Jovem e Desenvolvimento Sustentável	16	18

ATIVIDADES REALIZADAS PELA EQUIPE DO CENTRO DE FORMÇÃO E REFLEXÃO.

Na planilha abaixo são relacionadas algumas das atividades que teve a participação e/ou foram desenvolvidas pela equipe do Centro de Formação, a saber:

Local	Atividades
Centro de Formação e Reflexão	Organizar Formação das Cozinheiras das EFAs
	Organização do Módulo I da Formação Inicial de Monitores
	Organização das Formações dos Coordenadores Administrativos – Pedagógicos – Agropecuários e Associações das EFAs
	Comunicação na Formação Geral dos Operadores da FUNACI – Teresina – Piauí
	Participação das Reuniões do Território Sul Litorâneo
	Organizar e Mediar Místicas e Serões nas Formações: Inicial e Continuada
	Organização do Módulo II da Formação Inicial de Monitores
Local	**Atividades**

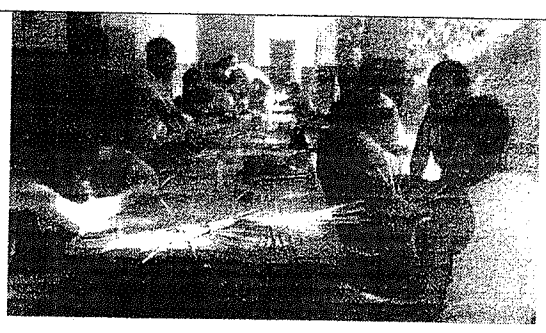
	Organização da Formação Continuada de Monitores na Semana Santa
	Mediar Colocação em Comum – Módulo I da Formação Inicial de Monitores
	Participação na Confência Municipal das Cidades - Piúma
Centro de Formação e Reflexão	Participação e Organização do Encontro das Mulheres do Território Sul Litorâneo
	Participação no Laboratório de Programação e Animação ao Desenvolvimento Local
	Seminário de Educação do Campo: Práticas Pedagógicas e Participação Comunitária – Ibiraçu e Piúma
	Mediar Formação das Cozinheiras das EFAs
	Participação e Organização do Seminário de Educação do Campo – Território Sul Liitorâneo
	Participação da Reunião MEPES/ ATER
	Seminário Escola da Terra – Mimoso do Sul
	Participação dos Encontros do Comitê dos Jovens do Campo do Território Sul Litorâneo
	Palestra na Formação Inicial: A pesquisa-ação na Formação do/a monitor/a: o PPEP
	Mediar Colocação em Comum – Módulo II da Formação Inicial de Monitores
Local	**Atividades**
	Organização e Participação da Palestra com o Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão
	Mediar na Formação Inicial o Tema: O Projeto de Pesquisa e Experimentação Pedagógica (PPEP).
	Mediar Reflexão na Formação Inicial: Ser Mepiano
	Mediar na Formação Inicial: O processo educacional do MEPES: diferenças e similitudes com outras propostas educativas
	Acompanhar alunos da Universidade Federal de Campos em Visita de Estudo
	Proferir Palestra para Educadores Municipais de Iconha: Avaliação

Centro de Formação e Reflexão	Ministrar Palestra na Formação Continuada: O Acolhimento nas Práticas Pedagógicas das EFAs
	Participação em Colóquio do Curso de Licentura Educação do Campo UFES
	Formação de Formadores de Base do Regional Sul - Jerônimo Monteiro
	Palestra na Formação Inicial: Identidade docente do campo: monitor/a, educador/a, professor/a.
	Organização e Participação da Formação da Área de Ciências Humanas
	Mediar na Formação de Cozinheiras: Troca de experiências: compartilhamento de receitas
	Participar da Organização do Seminário de Agricultura Familiar do Território Sul Litorâneo
Local	**Atividades**
Centro de Formação e Reflexão	Mediar na Formação de Cozinheiras: Construção de cartazes – Tema: a alimentação saudável; ornamentação do espaço com o material produzido
	Celebração – Creche Freancisco Giusti
	Participar da Organização do Encontro dos jovens do Território Sul Litorâneo
	Organização da Formação da Área Agropecuária
	Mediar a Formação dos monitores do Fundamental/ Médio e Educação Profissional da Área Agropecuária
	Organização do Curso de Metodologia do Ensino da Área de Ciências da Natureza
	Elaboração e Produção de Materiais do Projeto de Pós Graduação em parceria IFES (Itapina)/ MEPES
	Curso de Associativismo e Cooperativismo para os alunos do 4º ano do Ensino Médio/ Educação Profissional.
	Compor a Banca de apresentação de PPEP para conclusão da Formação Inicial de Monitores
	Oficina de Fitoterapia – Plantas Medicinais para os alunos do 2ª ano Ensino Médio / Educação Profissional.

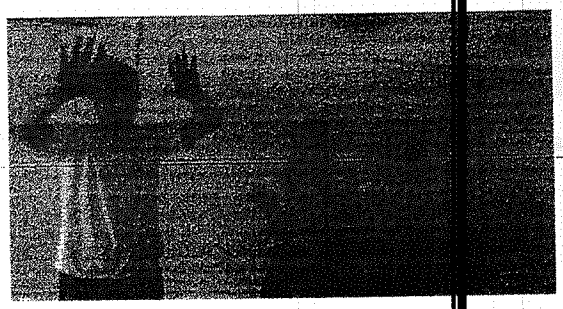
Escola Família Agrícola de Olivânia	Palestra sobre Associativismo e Cooperativismo para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.
	Curso Alimentação Alternativa para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental.
Local	**Atividades**
Escola Família Agrícola de Mimoso do sul	Palestra para os educandos. Tema: História do MEPES
	Organização e participação de Oficina: Artes Cênicas com os alunos
	Oficina Cestaria de Jornal para os alunos do 1º ano do Ensino Médio – Educação Profissional.
	Curso Produtos de Limpeza para os alunos do 2º ano do Ensino Médio / Educação Profissional.
	Curso de Alimentação Alternativa para os alunos do 1º ano do Ensino Médio/ Educação Profissional.
Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul	Palestra sobre Higiene - Preparo e Conservação dos Alimentos, para os alunos do Ensino Fundamental.
	Compor a Banca de apresentação de PPEP para conclusão da Formação Inicial de Monitor
	Palestra para os educandos. Tema: História do MEPES
Escola Família Agrícola de Boa Esperança	Acompanhar visita do Conselho Estadual de Educação
Escola Família Agrícola de Marilândia	Compor a Banca de apresentação de PPEP para conclusão da Formação Inicial de Monitores
Escola Família Agrícola de Cachoeiro	Oficina de Fitoterapia – Plantas Medicinais para os alunos do 2º ano do Ensino médio – Educação profissional.
	Curso de Alimentação Alternativa para os alunos do 1º ano do Ensino Médio – Educação Profissional.
	Palestra para os educandos. Tema: História do MEPES

Local	Atividades
Escola Família Agrícola de Chapadinha	Acompanhar visita do Conselho Estadual de Educação
Escola Família Agrícola de Castelo	Participação da Formação da Área de Ciências da Natureza
	Palestra para os educandos. Tema: História do MEPES
Escola Família Agrícola de Bley	Acompanhar visita do Conselho Estadual de Educação
Escola Família Agrícola de Ibitirama	Assessoria Técnica Pedagógica
	Palestra para os educandos. Tema: História do MEPES
	Oficina de Fitoterapia – Plantas medicinais para os alunos do 2º ano do Ensino Médio – Educação Profissional.
Escola Família Agrícola de Pinheiros	Acompanhar visita do Conselho Estadual de Educação
Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves	Compor a Banca de apresentação de PPEP para conclusão da Formação Inicial de Monitores
	Curso de Produtos de Limpeza, para os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental.
	Oficina: Atividades com Jornais, para os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental.
Escola Família Agrícola de Rio Bananal	Acompanhar visita do Conselho Estadual de Educação
OUTRAS...	

Visita a Escola Família



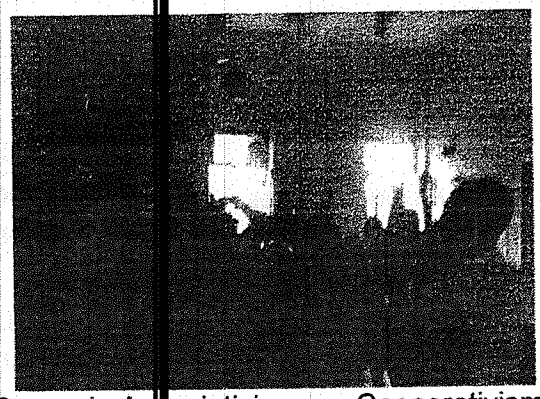
Oficina: Atividades com Jornal



Cursos: Alimentação Alternativa

Curso de Plantas Medicinais

Curso de Produtos de Limpeza



Curso de Associativismo. e Cooperativismo

INTERCÂMBIO

O cultivo do intercâmbio ente os povos é carro chefe do MEPES desde suas origens, sendo raiz que deve gerar o amadurecimento fruto da fraternidade entre todos os seus parceiros.

No MEPES a prática do intercâmbio sempre proveu a eficácia do esforço que une pessoas, grupos, entidades, nacionalidades, ao redor da grande causa que abraçou: a promoção do Homem Todo e de Todos os Homens.

As relações mantidas foram todas com base na visão do intercâmbio e com a realização de compromissos mútuos em vista da realização das finalidades do MEPES, podendo neste ano destacar os seguintes:

Rede de Jovem Rural

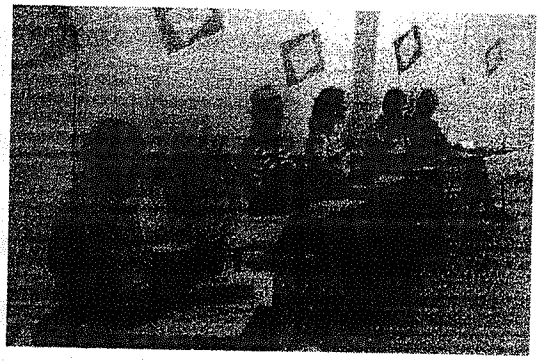
O VI Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira proporcionou aos jovens do campo, de diversos estados a oportunidade de conhecer diferentes realidades rurais. Seis estados e seis organizações não governamentais que investem em projetos de Educação do Campo apoiam a ação, dentre as quais o MEPES, tendo como coordenação o Instituto Souza Cruz.

Assim, o Espírito Santo foi um dos estados participantes. Entre os dias 02 e 09 de julho, um grupo de onze jovens rurais de diferentes localidades do país chega para conhecer a realidade rural capixaba, sendo recebidos em Vitória pelo MEPES e, logo depois, seguem para as Escolas Famílias Agrícolas ligadas ao Mepes nos municípios de Castelo, Mimoso do Sul, São João do Garrafão, Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim, Olivânia e Marilândia.

No período de uma semana, os intercambistas participaram de atividades culturais, visitas técnicas a agroindústrias e propriedades rurais para o aprendizado de novas técnicas agrícolas e passeios turísticos, entre outras ações, bem como pernoitaram nas casas de agricultores familiares capixabas, tendo um contato mais próximo com o dia a dia da região. No segundo semestre foi a vez dos educandos da Rede de Escolas do MEPES conhecerem outras realidades.

AES-CCC – Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo

No primeiro trimestre, recebemos a visita de um grupo de italianos tendo por objetivo retomar o intercâmbio entre a AES-CCC – Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo (Itália), o MEPES (Espírito Santo) e a FUNACI (Piauí).



A partir deste diálogo entre estas instituições e outras, realizou-se o Laboratório de Programação e Animação ao Desenvolvimento Local, de 26 a 30 setembro, com presença de 26 pessoas.

O objetivo do laboratório é promover uma primeira oportunidade para que os indivíduos da AES (Padova-Itália), do MEPES (Espirito Santo- Brasil) da FUNACI (Piaui- Brasil) e do Projeto Pe. Ezequiel Ramin (Diocese de Ji Paraná - Rondônia), possam viver o intercâmbio na partilha de um método comum para o desenvolvimento local, juntamente com novas capacidades de projetar.

Laboratório

Instituto Federal de Noroeste de Minas Gerais

Conhecer os princípios norteadores e os aspectos metodológicos da Pedagogia da Alternância foram os principais objetivos que levaram a equipe de educadores do Instituto Federal de Noroeste de Minas Gerais a estabelecerem o intercâmbio com o MEPES.

Ao final da visita a equipe deixou registrado no Caderno de Visitas do Centro de Formação uma mensagem, conforme transcrito abaixo:

> Sentimo-nos extremamente honrados com a visita, foi um momento muito rico onde compartilhamos nossos sonhos, projetos e dificuldades, encontrando no Centro de Formação do MEPES um horizonte e uma linha de reflexão para a construção de um projeto educativo em que o aluno do campo esteja inserido num contexto de conhecimento significativo, de libertação e poder para tornar a comunidade inserida em um contexto de igualdade social e com justiça e amor.

VISITAS REALIZADAS AO CENTRO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO.

Ao longo do ano o Centro de Formação é visitado por pessoas e/ou grupos com objetivos diversificados, conforme encontra-se explicitado abaixo.

- ✓ Técnicos da Secretaria de Estado da Educação para monitoramento de Convênio;
- ✓ Alunos da Universidade Federal de Campos dos Goytacazes em visita de estudo;
- ✓ Alunos da EFA de Jaguaré para realização de Visita de Estudo;
- ✓ Membros da Junta Diretora do MEPES para participar das reuniões;
- ✓ Membros do Território Sul Litorâneo;
- ✓ Lideranças para participarem de encontros e reuniões;
- ✓ Professores do Instituto Federal Noroeste de Minas Gerais;
- ✓ Outras...

Reunião Junta Diretora dia do aniversário de Fundação do MEPES

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA DO MEPES.

Como parte integrante da Equipe Técnico-Pedagógica do MEPES, os Técnicos do Centro de Formação e Reflexão, no decorrer do ano, participaram ativamente de diversas atividades, podendo destacar os trabalhos relativos à:

- Atualização e adequação do Regimento Escolar de cada Escola Família;
- Adequação para aprovação do Regimento Comum das Creches;
- Participação de reuniões;
- Visitas às unidades;
- Elaboração de processos de legalização (credenciamento, reconhecimento etc.) de Cursos ofertados pelas Escolas Famílias;
- Dar continuidade aos trabalhos de estruturação do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e do PAI – Programa de Auto Avaliação.
- Outros.

Este ano, como resultado do novo arcabouço legal do Estado do Espírito Santo, pela primeira vez na história, diversas Escolas Famílias tiveram a oportunidade de receber a visita de Membros do Conselho Estadual de Educação, acompanhados por representantes das Superintendências Regionais de Educação, a saber:

- Escola Família Agrícola de Rio Bananal
- Escola Família Agrícola de Bley
- Escola Família Agrícola de Chapadinha
- Escola Família Agrícola de Pinheiros
- Escola Família Agrícola de Boa Esperança
- Escola Família Agrícola de Vinhático
- Escola Família Agrícola de Jaguaré

Visita do Conselho Estadual de Educação às Escolas da Rede MEPES

A Equipe Técnica Pedagógica do MEPES buscou subsidiar as Escolas no atendimento das demandas as visitas recebidas, como também se fez presente na maioria delas.

X- AÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL

O MEPES por sua própria denominação, desenvolve, nestes 48 anos de sua existência, uma intensa ação social, implantada com sua assessoria em muitos outros lugares do estado do espirito santo.

O serviço social como uma ação gratuita, comunitária, de natureza diversa, conforme a necessidade individuada, prestada aos membros da comunidade social, privilegiando às necessidades daqueles que não dispõem de recursos suficientes para resolverem seus problemas imediatos. Encara-a como uma forma de levar o ser humano à promoção e de incluir na sociedade, a fim de que vivam os valores humanos mais profundos, realizadores do ser humano e da sociedade como um todo. Para o MEPES não se trata de fazer mera assistência social, numa luta de classes, criando dependências, mas de incluir todos, criando a fraternidade universal. É a isto que chama de promoção humana, ou serviço social do qual todos sempre carecemos, cada vez mais.

O MEPES que teve início no final da década de sessenta, já estipulara sai missão; o compromisso de garantir e promover dos direitos humanos dos setores vulneráveis discriminação, marginalização e violência. A pobreza extrema não deixa de ser uma violência. A falta de oportunidades em de instrução adequada é outra forma de violência.

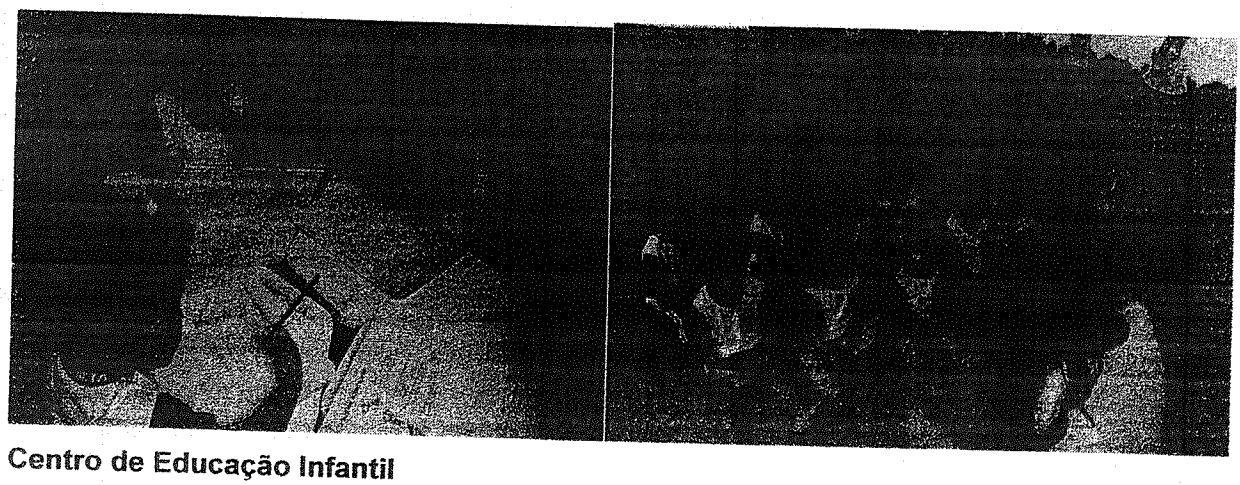
Pelos resultados que o MEPES apresentou desde seu início e que vai ainda apresentar no presente relatório, vê-se que é um serviço social, fruto da parceria de tantas pessoas, mas principalmente do trabalho dos próprios voluntários envolvidos.

Assim, o MEPES, entende como o serviço social não apenas o socorro imediato com alguma oferta de benefício, válido e necessário em algum momento, mas a verdadeira promoção do ser humano feita através das áreas da educação, da saúde, do crescimento da agricultura, da promoção da mulher, do turismo, do empreendedorismo, do cuidado com a qualidade de vida.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A seguir encontra-se a síntese da realização das atividades propostas no ano de 2016, realizado no decorrer do mesmo nos Centros de Educação Infantil do MEPES: Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, Centro de Educação Infantil Criança Feliz, Centro de Educação Infantil Francisco Giusti, Centro de educação Infantil Xodó das Titias. Importante destacar, duas ações importantes realizadas: O regimento dos centros de educação infantil e o início da revisão do Projeto Político Pedagógico.

Pioneiro na implantação da educação infantil (através das creches) no município de Anchieta, MEPES se ocupa de manter em sua guarda nos dias uteis, por um período de 08 horas diárias, as crianças carentes da comunidade, na faixa etária de 0 a 4 anos, garantindo-lhes acompanhamento educativo adequado, socialização, assistência médica e sanitária e a alimentação necessária ao seu bom desenvolvimento. Desta forma, concorre indiretamente, por permitir às mães a disponibilidade necessária para o ingresso no mercado de trabalho.



Centro de Educação Infantil

Os educadores desta Instituição de Ensino como promotor de aprendizagens criam oportunidades enriquecedoras e desafiantes para que as crianças inseridas cresçam e se desenvolvam globalmente e em harmonia.

A qualidade dos serviços prestados no Centro de Educação Infantil, vai ao encontro destas faixas etárias e as experiências que os educadores proporcionam às crianças nesta primeira infância. Cuidados reflexíveis têm promovido aprendizagens significativas e um desenvolvimento equilibrado nesta Instituição.

O espaço escolar na Educação infantil deve ser visto como um espaço rico, onde promova experiências e situações intencionalmente planejadas, de modo a democratizar o acesso aos bens culturais que proporcionam uma qualidade de ensino aprendizagem para toda a vida. A educação infantil deve estar voltada para os interesses do educando, como também propiciar a conquista da cidadania, ou seja um espaço de aprendizagem significativa, onde as crianças possam se desenvolver como sujeitos ativos e criativos.

O MEPES encontra no trabalho do Centro Materno Infantil, uma resposta adequada à necessidade da criança e sua família. Com o trabalho de todas as suas unidades educativas, promove o crescimento integral do homem.

Centralizamos nossas ações no sentido de:

- Promover o desenvolvimento de seres livres detentores de autonomia, que possam dar sentido e direcionar suas vidas.
- Desenvolver autoeducação como caminho para a educação dos princípios humanos, na síntese do saber, sentir e agir.

- Estabelecer vínculo afetivas e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.
- Criar um espaço organizacional entendido como organismo dinâmico, onde se propicia o crescimento pessoal para comunidade.
- Integração a Político Social para atendimento da criança de 0 a 4 anos previsto na LFDB 9394/96.
- Manter um relacionamento entre pais e educadores, contando com a participação de profissionais experientes, responsáveis pelo desenvolvimento das programações junto às crianças e suas famílias.

As unidades de trabalho estão situadas nas comunidades, que atendem a **218 famílias** de **38 comunidades**

Unidades	Famílias	Comunidades
Centro de Educação Infantil Pingo de Gente	18	03
Centro de Educação Infantil Criança Feliz	34	10
Centro de Educação Infantil Francisco Giusti	126	20
Centro de educação Infantil Xodó das Titias	40	06
Total	**218**	**39**

Para o funcionamento e organização dos Centros de Educação Infantil, dispomos de um quadro operacional, distribuído da seguinte forma:

Uma coordenadora geral com funções administrativas e pedagógicas;
Um auxiliar de manutenção;
Uma equipe de monitoras
Uma coordenadora em cada centro.

Para atendimento das 04 Centros de Educação Infantil, o MEPES dispõe de **132** Operadoras das quais **98** são à disposição dos Centros de Educação Infantil, através de convênio MEPES/Prefeitura Municipal de Anchieta.

Durante om ano de 2016, as monitoras dos Centros de Educação Infantil, participaram de cursos, seminários, palestras e abordados a seguinte temas:

- Planejamento Compartilhado;
- Treinamento do Sistema GIZ
- Capacitação de Pedagogos e Professores que atuam no Maternal II
- Formação de Pedagogos e Diretor
- Formação para Pedagogos em Serviço na EGRAN – Escola de Governo
- Capacitação dos Diretores, Coordenadores promovidos Assunto: Gestão Escolar;
- Troca de Ideias Professores Itinerantes – Centro Cultural;
- Formação de Pedagogos e Diretores –
- Abertura Oficial dos Jogos (JESA) –
- Capacitação de Diretores e Coordenadores na EMEB "Novo Horizonte.
- Reunião de Diretora e Coordenadores

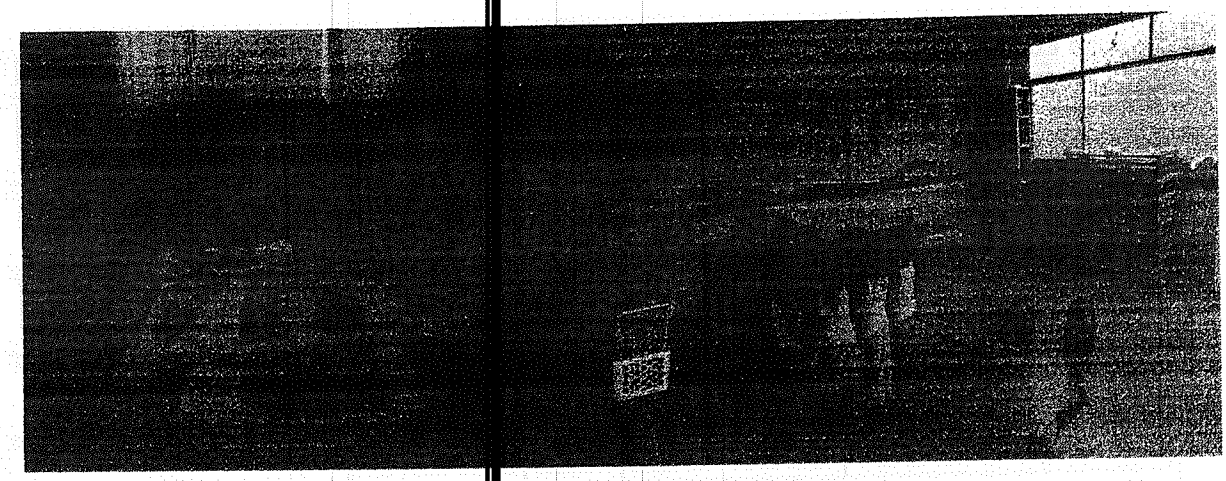
Condições Sócio econômica das Famílias:

O quadro que se segue nos vai permitir perceber o quadro da condição sócio econômica das famílias.

Centro Educação Infantil	Propriet	Assal	Pesc	Diarist	Pedrei	Comerc.	Outros	Total
Centro Educação Infantil Criança Feliz	-	03	03	06	01	-	24	**37**
Centro educação Infantil Francisco Giusti	-	66	05	04	13	-	45	**133**
Centro Educação Infantil Xodó das Titias	-	04	-	15	03	-	**15**	**37**
Centro Educação Infantil Pingo de Gente	-	-	11	02	-	-	**05**	**18**
Total	-	**73**	**19**	**27**	**17**	-	**89**	**225**

⇉ **Número de Crianças por Turma e Faixa Etária:**

Centro de Educação Infantil	Faixa Etária 3m a 1 e 11 meses	Matrícula Inicial		Total	Matrícula Inicial		Total
		M	F		M	F	
Pingo de Gente	4m a 1 e 11 meses	02	01	03	02	01	03
	1 ano a 2e11 meses	01	01	02	01	01	02
	2 anos a 3 anos e 11m	05	03	08	05	03	08
	3 anos	02	03	06	02	03	05
Sub-Total							**18**
Xodó das Titias	0 a 1ano e11 meses	04	12	16	02	09	11
	2 anos a 2 anos e 11	10	06	16	07	07	13
	3anos a 3 .11 meses	12	06	18	09	04	13
Sub-Total							**37**
Criança Feliz	4m a 1ano	02	05	07	02	04	06
	1ano a 2 anos	02	06	08	03	06	09
	2 anos a 3 anos	05	06	11	06	05	11
	3 anos a 4 anos	08	03	11	03	08	11
Sub-Total							**37**
Francisco Giusti	4 meses a 1 ano	05	11	16	07	11	18
	1 a 2 anos	23	17	40	25	16	41
	2 a 3 anos	29	20	49	30	16	46
	3 a 4 anos	18	19	37	13	18	31
Subtotal							**136**
Total Geral							**228**



⇒ **Reunião de pais:**

Foram realizadas pelas equipes dos Centros de Educação Infantil 29 reuniões com equipe de Professores, além de 12 reuniões com os pais, com objetivo de oportunizar a parceria entre a Família e escola. Assuntos tratados:

- Horário de funcionamento (chegada e saída dos alunos);
- Programação da atividade dos CEIs para o ano de 2016;
- Proposta curricular (Projetos);
- Rotina do Centro de educação Infantil;
- Cuidados de Higiene da criança;
- Uniforme;
- Agenda Escolar (meio de comunicação entre família e escola);
- Saúde da criança (medicamento);
- Alimentação das crianças;
- Kit Escolar;
- Transporte escolar;
- Situação atuação do Centro de educação Infantil;
- Importância da participação da família na escola;
- Avaliação e desenvolvimento do aluno com Fichas Avaliativas (Conselho de Classe);
- Ação de Graça;

TRABALHOS REALIZADO COM AS FAMILIAS DOS ESTUDANTES.

Rotina Escolar
Palestra: Como cuidar da higienização dos filhos; A participação dos pais na educação dos filhos; A Alimentação dos filhos; Educação pré-escolar;
Festa Junina com a participação dos pais e da comunidade local
Dia da Família no Centro Educacional Infantil
Formatura e Encerramento ano letivo

Baseado nos parâmetros curriculares é importante destacar que a educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, a ela se aplica todos os princípios e diretrizes voltadas para a educação de foram geral. Tendo como objetivo o atendimento as propostas pedagógicas que promovam as práticas de cuidado e educação, dentro de uma perspectiva de integração aos aspectos físicos, emocionais, afetivos linguísticas e sociais da criança, entendendo que a ela é um ser completo, total e individual.

O trabalho desenvolvido pelo CEI's (Centro de Educação Infantil), visa compartilhar a ação educativa em consonância com a instituição familiar, colaborando dinamicamente para o crescimento coletivo e um trabalho de qualidade essencial a este desenvolvimento.

Pensar em atender a estas crianças é antes de qualquer coisa, pensar nas peculiaridades existentes e desde já traçar metas para que se possa realizar um bom trabalho pedagógico.

ATENDIMENTOS

No ano de 2016 nas unidades do MEPES tivemos um grande atendimento de pessoas. Em termos de prestação de contas e de partilha com seus parceiros, apresentamos os seguintes dados numéricos:

DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS EM EDUCAÇÃO

Total/Bolsas de Estudos	Bolsas/100% Gratuitas	Descontos aluno Irmão	Bolsas Concedidas Filhos de Funcionários	Inadimplência revertida em Gratuidade	Reduções e anuidades (alunos Matriculados em mais de um Curso)	Outros Tipos de Bolsas
Nº Bolsas	Nº Bolsas	Nº Bolsas	Nº Bolsas	Nº Bolsas	Nº Bolsas	Nº Bolsas
2.160	2.160	-	-	-	-	-
Custo Por Aluno (R$)	Custo Por Aluno (R$)	Custo Por Aluno (R$)	Custo Por Aluno (R$)	Custo Por Aluno (R$)	Custo Por Aluno (R$)	Custo Por Aluno (R$)
452,50	452,50	-	-	-	-	-
Total Anual	11.728.921,24	-	-	-	-	-
OBS.: Os Alunos Matriculados nas nossas Escolas estudam em tempo integral (internato)						

DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA SOCIAL

Centro de Formação, EFAs e Centros Educ. Infantil	Nº de Participantes
Formação Continuada e Inicial	672
Seminários	644
Assessorias	40
Intercâmbio Parcerias	309
Cursos Qualificações	79
Visitas às Famílias	204
Viagem de Estudo	-
Estágios	-
Total de Participantes	**1.914**

Centro Comunitário de Saúde Serviço Social	Nº de Atendimentos
Encaminhamento outros recursos	750
Passagens Urb. e Interurbanas	25
Visitas Domiciliares	65
Acompanhamento/Medida Sócio educativa	08
Doações de vestuário	64
Enxovais recém-nascidos	19
Complementação Alimentar	308
Visitação Pastoral Beleza	54
Internações sociais	32
Empréstimo de Leito Domiciliares	19
Entrevistas p/avaliação socioeconômica	285
Visitas aos internados	1.150
Total Geral	**2.769**

RESUMO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO HMA EM 2016

QUADRO XXX– Atendimentos HMA 2016

TIPOS DE ATENDIMENTOS- (Descrição dos Serviços)		SUS	COM RECURSOS PRÓPRIOS	PMA/ CONVÊNIOS	PARTICULARES/ PREÇOS POPULARES	TOTAL
Internações Obstétricas	Partos Normais	76			3	79
	Cesárianas	193		2	46	241
	Outras Ocor. Obstétricas	47				47
Internações Pediatria		163		1	11	175
Internações Clínica Médica		1157		1	17	1175
Internações Cirúrgicas	Eletiva	214			39	253
	Urgência	107				107
Pessoas atendidas no P. S.		15.512				15.512
Ambulatório/Consultas		13516	56		422	13994
Radiodiagnóstico / Raio-X		2.587			163	2.750
Fisioterapia/Proced. (sessões)		5.253				5.253
Anestesias		510			3	513
Partos Normais		92			44	136
Cesarianas		189			7	196
Eletrocardiograma		266				266
Exames laboratoriais		19.351				19.351
Administração Medicamentos (doses)		160.833			7.020	167.853
Observação 24h		1.609				1.609
Hemotransfusões		-		218		218
Refeições servidas		98.494	13056		696	112.210
Atendimento sociais						2769
TOTAL DE PROCEDIMENTOS		329.169	13.112	222	8471	350974

As gratuidades econômicas totalizaram um valor de **R$ 82.035,** referente a doações em dinheiro (empréstimos de leitos, complementação alimentar para acompanhantes e colaboradores, internações sociais e consultas gratuitas ofertadas com recursos próprios.

DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA SOCIAL
ATIVIDADES NAS COMUNIDADES

Encontros	▪ Seminários Educação do Campo
Encontro de ex-alunos	▪ Mutirões
Apresentação cultual	▪ Encontro de Mulheres
Festa da Associação de EFA	▪ Assembleias
Caminhada da Independência	▪ Festa de Corpus Cristh
Participação da EFA na Semana da Agricultura Familiar em Anchieta	▪ Encontro de pais de alunos
Participação em reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	▪ Encerramento do ano letivo com fraternização entre famílias, alunos. Monitores e convidados
Festa Pomerana	Caminha ecológica
Seminário de Ecologia	Oferta de Curso Técnico
Confecção de tapetes de Corpus Christi	Seminário de cafeicultura
Jogos escolares	Feira de Ciências
Projeto leitura	Gincana dos jovens rurais

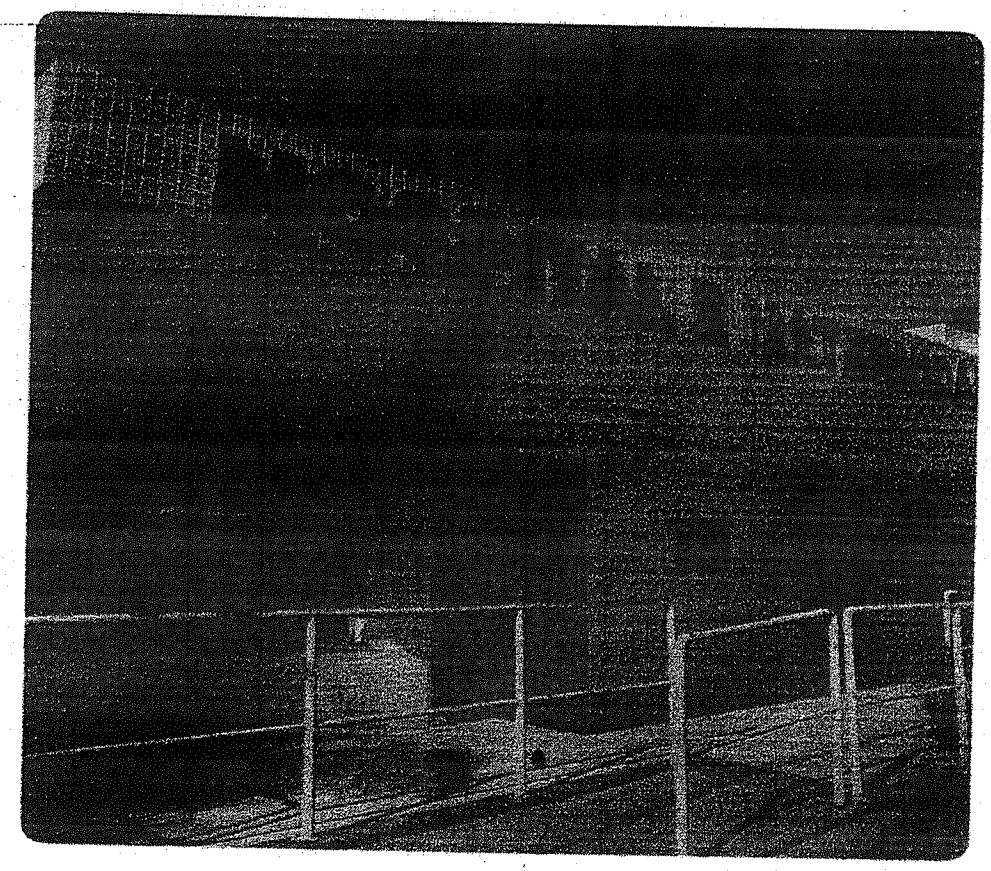
Todas as comunidades onde as EFAs atuam, seja através de seus alunos e outras atividades religiosas, sociais, profissionais, foram atendidas durante o ano de 2016.

REPRESENTAÇÃO DO MEPES EM CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAL

A importância dos conselhos e destas representações está no seu papel de fortalecimento da participação democrática e na formulação e implementação de políticas públicas. O MEPES participa ativamente destes canais efetivos de gestão, pois, permitem estabelecer diálogos interinstitucional, na qual os programas/ações deixa de ser apenas um direito, mas uma realidade.

A participação efetiva do MEPES em Conselhos e Comitês Municipais e Estadual, como:

- Conselho Municipal de Saúde de Anchieta
- Conselho Municipal de Educação de Anchieta
- Conselho Municipal de Turismo de Anchieta
- Conselho Municipal de Assistência Social de Anchieta
- Conselho Municipal de Segurança de Anchieta
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso de Anchieta
- Conselho de Desenvolvimento Urbano
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar
- Conselho do Santuário São José de Anchieta
- Conselho dos Territórios: Juparanã, Montanhas e Águas e Litorâneo Sul
- Conselho de Assistência e Desenvolvimento Social – CEPETI
- Conselho Municipal de Turismo de Piúma
- Conselho de Prevenção e Combate à Desertificação do Espírito Santo – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos –SEAMA
- Conselho do Parque Natural do Frade e a Freira
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável,
- Câmara Técnica de PRONAF – PRONAT, do Crédito Fundiário e ATER
- Comissão de Produção Orgânica no Esp. Santo – Cporg/ES
- Comitê Estadual de Educação do Campo
- CIEAS – Comitê Interinstitucional de Educação Ambiental
- Comitê de Gerenciamento de Integração das Políticas Sociais Rurais e Gestão do Novo PEDEAG
- Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Benevente
- Comitê Estadual de Produção Orgânica
- Representações nos diversos conselhos municipais – nas localidades onde as EFA's estão instaladas
- Conselho Tutelar de Anchieta
- Comitê Estadual de Educação Profissional
- Comitê Estadual Pronatec-Campo
- Comitê Convênio MEPES/SEDU
- Conselho da UNEFAB
- Conselho da AIMFR
- Equipe Pedagógica Nacional da UNEFAB
- Grupo de Trabalho – Fortalecimento da Rede CEFFAs
- Comissão de Educação Profissional e Tecnológica do Campo
- Comissão Nacional da Educação do Campo – CONEC



O Centro Comunitário de Saúde/Hospital e Maternidade Anchieta (CCS/HMA) é uma Instituição Filantrópica de corpo clínico misto com mais de 40 anos de existência. Referência em internações de baixa e média complexidade e pioneiro em diversas áreas de assistência médico-hospitalar na região onde se situa. Em sua estrutura, busca através de esforços e atividades, manter seu padrão de excelência no atendimento aos usuários que recorrem aos serviços da Instituição.
Com intuito de fortalecer a nossa filosofia, de que um serviço humanizado se faz a partir de pessoas, através de um atendimento com amor e sobretudo profissionalismo, o ano de 2016 foi capaz de se concretizar com metas importantes concluídas e traçadas.

Não menos importante, devemos destacar a ação das comunidades em favor do Hospital e Maternidade Anchieta durante o ano. Muitos gestos solidários na arrecadação de alimentos, ações voluntárias na captação de recursos e pessoal para tornar realidade o que tanto se preza na filosofia da Instituição.

Melhorias na qualidade de atendimento aos nossos usuários, através de reformas na pediatria, farmácia, pronto socorro e maternidade foram algumas implantações internas que marcaram nossa estrutura e visão de humanização.

A Instituição MEPES, na sua filial CCS/HMA, não é apenas uma estrutura física, mas também, composta por profissionais éticos e comprometidos de forma solidária a aliviar a dor dos que sofrem e encontram-se fragilizados.

Seguindo os preceitos do nosso fundador Pe. Humberto Pietrogrande *(in memoriam)*, acreditamos no pioneirismo da Instituição na área da saúde que iniciou suas atividades com um original programa de medicina preventiva e curativa, que pode ser considerado o precursor das

atuais Estratégias de Saúde da Família (ESF). Nestes mais de 40 anos de existência fomos testemunhas e protagonistas da evolução científica que significam uma melhor qualidade de vida daqueles que são por nós acolhidos.

O relatório anual aqui apresentado é prova de que temos perseguido insistentemente o desenvolvimento de um trabalho com o olhar voltado para a prestação de uma assistência de qualidade renovando o nosso compromisso de não sermos indiferentes e omissos a dor humana, contribuindo para a promoção da saúde do nosso meio social.

Ao final deste ano, temos a certeza de que nossos caminhos foram em direção ao modelo que sonhamos na assistência à saúde que a comunidade necessita.

Aos colaboradores, parceiros e amigos, nosso agradecimento e gratidão, competência e dedicação.

EQUIPE ADMINISTRATIVA HMA	
Paloma Alves Alcon Portes Direção Administrativa do HMA	**Joel Alves Rosa** Direção Clínica
Gabriele Lonardi Direção Técnica	**Marlene Rigoni Bossato** Assistência Social
Cristina Roncati Responsável Técnica Geral	**Julieta Maria de Fatima Andrade Duarte** Coordenação de Farmácia
Enedino Gomes Vasco Tesoureiro	**Vitor Jacobem de Mello** Faturamento
Thiago Vasconcellos Analista de TI	**Mascário Bayerl** Setor de Compras

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório apresenta as principais ações realizadas durante o ano de 2016, pelo corpo técnico e gerencial do Centro Comunitário de Saúde (CCS), baseadas na busca contínua do aperfeiçoamento das suas práticas. Com a denominação de Hospital e Maternidade Anchieta (HMA) é uma Instituição Filantrópica, sem fins lucrativos, mantida pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), apresentando-se hoje como um núcleo de assistência em atendimentos em Pronto Socorro e internações de baixa e média complexidade.

A instituição dispõe de 54 leitos cadastrados ao SUS, distribuídos em 1 enfermaria pediátrica, 2 enfermarias pós cirúrgicas, 3 apartamentos, 2 enfermarias obstétricas e 6 enfermarias de clínica médica e é conveniada com os seguintes planos de saúde: AMS (PASA), BRADESCO SAÚDE, CASSI, CESAN, GOLDEN CROSS, PLAMED'S, PHS, SAMP, SÃO BERNARDO, VITALES, BANESCAIXA, UNIMED. Tem como prática um modelo de atendimento científico, humanístico e integrador, enfocando o indivíduo como um ser biopsicossocial.

O Hospital e Maternidade Anchieta visa o tratamento e a recuperação dos seus doentes, no sentido de obter a sua reestruturação física e a reintegração sócio familiar, muitas vezes referenciando-os sobre a necessidade da continuidade e adesão aos demais serviços em saúde que dão suporte ao tratamento extra hospitalar.

Missão
Promoção Integral da Pessoa Humana através de ação comunitária gratuita, numa ampla atitude inerente à saúde, atendendo a média complexidade, urgência e emergência.

Visão

Tornar-se referencial de excelência em saúde no estado do espírito santo, buscando oferecer serviço de qualidade, promovendo ações básicas de saúde e atendimento humanizado através de parcerias com órgãos públicos e empresas privadas.

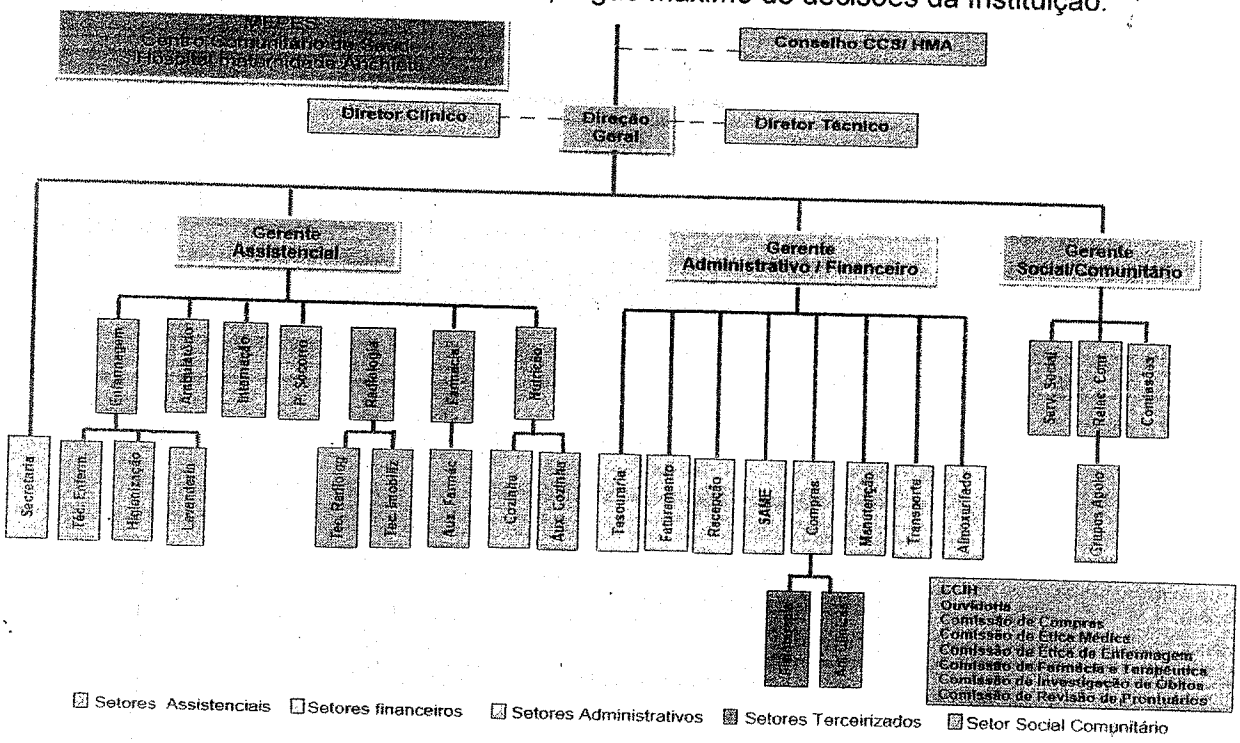
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O HMA tem o MEPES como mantenedor e 92% dos seus atendimentos são feitos através do Sistema Único de saúde (SUS). A população assistida pela Entidade implica nos 28.091 habitantes de Anchieta bem como os dos municípios de Iconha, Guarapari, Piúma e Alfredo Chaves onde recebemos seus usuários conforme demanda espontânea.

Cadastrado no CNES sob o nº 2499568 possui as 4 clínicas básicas necessárias à operacionalização das atividades de atenção à saúde do hospital.

Organograma

O organograma adotado pelo HMA está estruturado e adaptado às necessidades da Instituição e aprovado pela Junta Diretora do MEPES, órgão máximo de decisões da Instituição.



AS COMISSÕES ATIVAS DO HMA	
Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) Enfª Cristina Roncati	**Comissão de Revisão de Prontuários e Verificação de Óbitos (CRPVO** Enf. Tassia Souza Monti
Comissão de Ética de Enfermagem (CEE) Enf. Carolina de Almeida Castro	**Comissão de Ética Medica – CEM –** Dr. Luiz Carlos Guedes
Comitê Transfusional (CT) Dr. Carlos Augusto Souza Martins	**Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)**Farm. Julieta Maria de Fátima Andrade Duarte
Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) Enf. Cristiane Cicillioti	**Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)** Sr. Vitor Jacobem de Mello
Comissão de Mortalidade Materna e Neonatal (CMMN) Enf. Cristina Roncati	**Comissão de Mortalidade Materna e Neonatal (CMMN)**Enf. Cristina Roncati
Comissão de Ouvidoria- Serviço de Atendimento ao Cliente (CO-SAC) Assit. Social Marlene Rigoni Bossato	

Colaboradores.

Na busca pela satisfação completa do paciente, com foco no conjunto de suas necessidades, o Hospital e Maternidade Anchieta prima por princípios como respeito, cordialidade, responsabilidade e ética, a atenção personalizada de uma equipe multidisciplinar oferece conforto físico, psíquico e social a pacientes e seus familiares. Para isso, o HMA dispõe de uma equipe de trabalho diversificada e com profissionais qualificados, garantindo atendimento personalizado e de qualidade aos usuários desta Instituição.

Ciente da sua importância no controle social o HMA possui representantes em Conselhos Municipais e Estaduais, acreditando sempre no papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas de saúde

QUADRO I – Participações em Conselhos

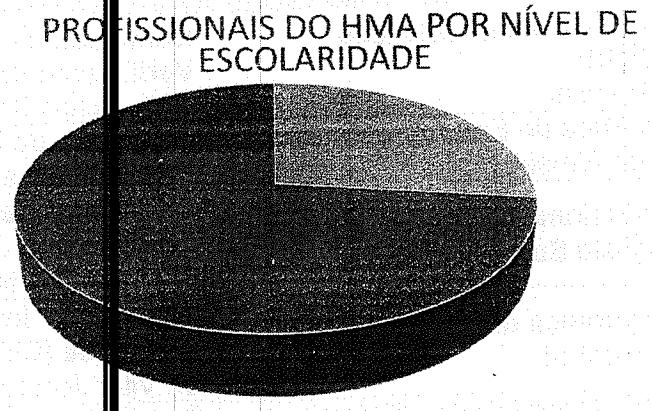
Programa	Nº de operadores do CCS/HMA
Conselho Municipal do Idoso	02
Conselho Municipal de Segurança	02
Conselho Municipal de Saúde	02
Conselho Municipal de Assistência Social	2
Conselho Estadual de Saúde	1

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

QUADRO II - Profissionais da área de saúde existentes no hospital (por formação).

OPERADOR	QUANTIDADE
Diretor	1
Médicos	12
Enfermeiros	7
Técnicos de enfermagem	35
Administrativo	7
Apoio operacional	8
Outros colaboradores	27
TOTAL	97

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA



Equipe multiprofissional

QUADRO III - Profissionais da área de saúde existentes no HMA (por categoria/quantidade/carga horária semanal ambulatorial e hospitalar).

Categoria	Quantidade	Carga Horária Semanal	
		Ambulatorial	Hospitalar
Anestesiologista	1	-	30 H
Assistente Administrativo	3	-	44 H
Auxiliar Administrativo	4	-	44 H
Auxiliar De Cozinha	4	-	36 H
Auxiliar De Enfermagem	1	-	36 H
Auxiliar De Farmácia	3	-	36 H
Assistente Social	1	-	44 H
Bioquímico**	1	-	36 H
Cardiologista *	1	-	*
Cirurgião Geral	1	-	40 H
Clínico Geral	5	8H	40 H
Cozinheira	2	-	36 H
Direção	1	-	44 H
Enfermeiro	7	-	36 H
Farmacêutico	1	-	40 H
Fisioterapeuta	1	-	36 H
Ginecologista	2	8H	24 H
Motorista	3	-	36 H
Nutricionista	1	-	20 H
Pediatra	1	-	20 H
Plantonista 12h	9	-	36 H
Plantonista 24h	3	-	24 H
Recepcionista	3	-	36 H
Serviços Gerais	8	-	36 H
Técnico Enfermagem	34	-	36 H
Técnico Lavanderia	2	-	36 H
Técnico Manutenção	1	-	44 H
Técnico Rx	4	-	24 H

* Conforme a solicitação do médico responsável, para avaliação e auxílio diagnostico.

** Profissionais de serviços terceirizados

Voluntariado

Sob demanda espontânea, o HMA, através do serviço de Enfermagem, recebeu 02 (dois) voluntários, técnicos de enfermagem, para realização de estágio. Os interessados realizaram atividades relacionadas aos aspectos administrativos e técnicos inerentes à profissão de

enfermagem, além do contato direto com os usuários do serviço. Tal prática possibilita às estas pessoas se defrontarem com dificuldades onde os mesmos são incentivados a buscar estratégias de resolução de problemas podendo assim aplicar o conhecimento adquirido durante o curso de enfermagem. O estágio conta com o apoio e supervisão da equipe de enfermagem do HMA. A oportunidade desse estágio voluntário é de suma importância já que o TÉCNICO é figura presente no quadro de operadores do HMA e, desta forma, o contato do profissional com o ambiente hospitalar os prepara de forma mais concreta para o mercado de trabalho.

Parque Tecnológico

Para atingir seus objetivos, o HMA dispõe de infraestrutura e Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH) que garantem a operacionalidade e qualidade do seu funcionamento.

Isso permite o controle do inventário dos EMH, medidas preventivas e corretivas que se façam necessárias para maior conservação e operacionalidade dos equipamentos colocando-os em conformidade com as normas da ANVISA, oferecendo suporte técnico especializado e informatizado às equipes médicas e de enfermagem.

Diagnóstico por Imagem:

- Aparelhos de Raio X de 100MA a 300MA (próprio);
- Exames de Ultrassonografia – (disponibilizados pela SEMUS);
- Exames de Endoscopia - (disponibilizados pela SEMUS);
- Exames histopatológicos - - (disponibilizados pela SEMUS);

Infraestrutura:

- Controle ambiental – descarte dos resíduos sólidos de saúde.
- Grupo Gerador.

Para manutenção da Vida:

04 Monitores de ECG	06 Monitores de pressão não invasiva
05 Reanimadores pulmonares/ambú	02 respirador/Ventilador
04 aspiradores	04 detector fetal
Sistema em rede para administração de Oxigênio e Ar comprimido	02 Ambu Infantil ou neonato com reservatório de oxigênio e válvula
02 carros de anestesia	03 Cadeira de Rodas em Aço
02 Bisturi Eletrônico	02 Cardioversor
03 carrinhos de emergência	02 Carrinho de Curativo Inox
03 Braçadeira de pressão não invasiva Adulto monitor dixtal	01 Braçadeira de pressão não invasiva infantil monitor dixtal
08 Cadeira de Banho	03 Carro de Parada Cardíaca
05 aparelhos de hemoglucotest	08 manômetros
03 Berço aquecido	04 Bomba de infusão

8 Cama Fowler Standart com 02 Rodízios	2 Cardioversor Bifásico desf+spo2+mp+imp
8 Aparelho de Pressão Coluna de Mercúrio com Rodizios	03 Equipamentos de fototerapia
03 Desfibriladores	01 Colposcópio Trinocular
05 Colar Cervical de Resgate	02 Foco Clínico fm 500 com espelho
10 Fluxometro para Oxigênio Regulador para Oxigênio Medicinal	03 Laringoscópio Adulto
03 Foco Clínico Refletor Parabólico	01 LCD monitor TV LG 21,5"
01 Laringoscópio Infantil com Lâminas nº 12	02 Monitor MultiParametr
01 Mesa Ginecológica Elétrica	04 Reanimador Manual Adulto
01 Oxímetro de Dedo portátil	10 Termômetro Digital Clínico
05 Sensor de Oximetro	02 Valvula com fluxometro ar comprimido p/ cilindro ref vf
05 Umidificador pvc porca metal 250ml uf210 unitec	03 Válvula Unidirecional para Ambu- Reanimador Adulto
02 Válvula para Reservatório de Oxigênio de reanimador manual	01 Venoscopio Baby 0 a 7 anos
02 Venoscópio Adulto	01 Encubadora Neonatal

EQUIPAMENTOS POR MÉTODO GRAFICOS	
01 Cardiotocógrafo;	02 Eletrocardiógrafo portátil;
01 Eletrocardiógrafo	

EQUIPAMENTOS FISIOTERÁPICOS	
01 Bolsa térmica;	03 Respiron;
03 Respiron	06 Marcros nebulizadores
02 Tens de 4 canais	01 Ultrasson Sonopulse Compact
02 Infravermelhos	01 Massageador Elétrico G-Tech com aquecimento e Infravermelho
01 Prancha de propriocepção	01 Bastão
01 Caneleira 2kg	02 Tensor Elástico
01 Circuito EPAP	02 Aspiradores portátil Aspiramax
05 Máscara com reservatório para O2	

AGÊNCIA TRANSFUSIONAL	
01 Banho maria	01 Seladora
01 Alicate pata seladora	01 geladeira para reagentes
01 computador	01 geladeira para concentrado e hemácias
01 pipetas 50ul	01 pipetas 100ul
01 pipetas 200ul	01 pipetas 1000ul
02 caixas térmicas	02 lava olhos

CAPACIDADE INSTALADA

O HMA dispõe de um total de 54 leitos para internações, um Pronto Socorro e um Ambulatório com a seguinte distribuição:

QUADRO IV - Distribuição quantitativa dos ambientes ativos e não ativados que compõem as Unidades de Produção de Serviços (UPS):

SALAS	ATIVAS	DESATIVADAS
Ambulatório	5	1
Centro Cirúrgico	1	0
Emergência	1	0
Sala de Parto	1	0
Pediatria	1	0
Apartamentos	4	0
Enfermarias	8	0
TOTAL	21	1

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

QUADRO V – Distribuição qualitativa dos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico

SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPEUTICO (SADT)		
Laboratório de Análises Clinicas	Terceirizado	-
Laboratório de Anatomia Patológica	Terceirizado	-
Imagem (Ultra-Som)	Terceirizado	-
Imagem fixo (RX)	01 unidade	-
Imagem móvel (RX)	01 unidade	
Métodos Gráficos (ECG)	02 unidades	-
Métodos Gráficos (Monitor Fetal)	03 unidades	-
Fisioterapia	Próprio	-

QUADRO VI - Distribuição do número de Leitos de Internações Operacionais segundo especificidade da Unidade de Internação.

Unidades de Internação Especializadas	Nº de Leitos	Leitos destinados ao SUS
Clínica pediátrica	8	6
Clínica Obstétrica	9	9
Clínica Cirúrgica	9	9
Clínica Médica	26	26
Emergência Clínica	2	2

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA / SESA caderno Municipal de Saúde MS/SE/Datasus

QUADRO VII - Distribuição do número de Leitos de Internações Operacionais segundo especificidade da Unidade de Internação e área física.

Unidades de Internação	Número de leitos
Enfermaria A	4
Enfermaria B	2
Enfermaria C (PUERPÉRIO)	5
Enfermaria D (CIÚRGICO)	5
Enfermaria E	5
Enfermaria F	4
Enfermaria G	2
Enfermaria H	2
Enfermaria I	2
Enfermaria J	2
Enfermaria K	3
Enfermaria L	2
Pré-parto	4
Pediatria	8
Área do Berçário (desativada)	4
TOTAL	54

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA / SESA caderno Municipal de Saúde MS/SE/Datasus

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Ambulatório

O ambulatório tem espaço para atendimentos e consultas com especialistas e alguns exames de diagnóstico necessário. Atende à demanda espontânea da população do entorno e também encaminhamentos da Secretaria Municipal de saúde de Anchieta, de acordo com uma agenda disponibilizada semanalmente.

Quadro VIII – Atendimentos ambulatoriais em 2016

MESES	PARTICULARES	CORTESIA/REVISÕES	PEQUENA CIRURGIA
Janeiro	27	6	03
Fevereiro	50	4	06
Março	59	2	13
Abril	29	6	07
Maio	38	4	11
Junho	32	3	05
Julho	27	2	06
Agosto	27	6	07
Setembro	13	3	02
Outubro	40	8	07
Novembro	32	6	04
Dezembro	48	6	07
Total	422	56	78

Fonte: Serviço de Informação do CCS-HMA

Quadro IX – Atendimentos de RX e ECG particulares em 2016

MESES	RX	ECG
Janeiro	19	0
Fevereiro	13	04
Março	27	0
Abril	06	0
Maio	07	0
Junho	16	0
Julho	13	02
Agosto	13	01
Setembro	06	0
Outubro	16	0
Novembro	09	0
Dezembro	31	0
TOTAL	**163**	**07**

Urgência/Emergência

O serviço de atendimento às urgências e emergências no HMA é realizado através de demanda espontânea, mas também cabe às unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) e ao Pronto Atendimento (PA) Municipal a triagem e encaminhamento dos pacientes.

QUADRO X – Número de pessoas atendidas no PS em 2016:

Meses	Pessoas atendidas	Meses	Pessoas atendidas
JANEIRO	1272	JULHO	1070
FEVEREIRO	1249	AGOSTO	1175
MARÇO	1480	SETEMBRO	1342
ABRIL	1569	OUTUBRO	1265
MAIO	1275	NOVEMBRO	1376
JUNHO	1163	DEZEMBRO	1276

Fonte: SP DATA - Serviços de Informação do CCS - HMA (Relação de Pacientes Modelo IV)

Total de pessoas atendidas no Pronto Socorro em 2016 = 15.512

QUADRO XI - Total de procedimentos realizados no PS em 2016:

PROCEDIMENTO	TOTAL
CONSULTAS	13.516
OBSERVAÇÃO 24 H	1.609
EX. LABORATORIAIS	5.412
ADM. DE MEDICAMENTOS	4.921
PROC. INVASIVOS	376
RX	1.953
ELETROCARDIOGRAMA	182
TOTAL	**27.969**

- Centro Cirúrgico

O Centro Cirúrgico do HMA utiliza 2 salas cirúrgicas, sendo uma destinada à realização das cirurgias gerais e outra para as cirurgias gineco-obstétricas.

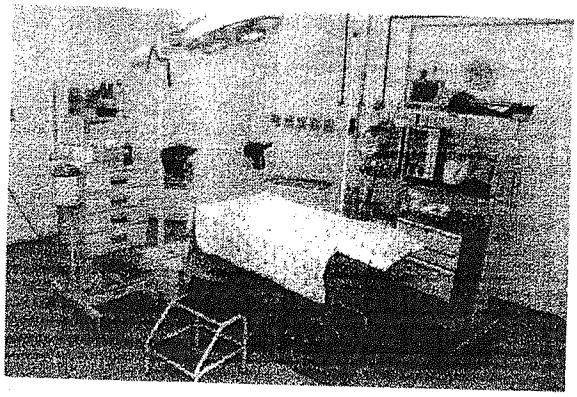
Por se tratar de um serviço que possui um grande déficit na região, o HMA realiza procedimentos cirúrgicos em urgência e eletivos além de mutirões e campanhas de algumas cirurgias de baixa complexidade possibilitando aumento na sua taxa de ocupação de leitos. Assim, merece destaque :

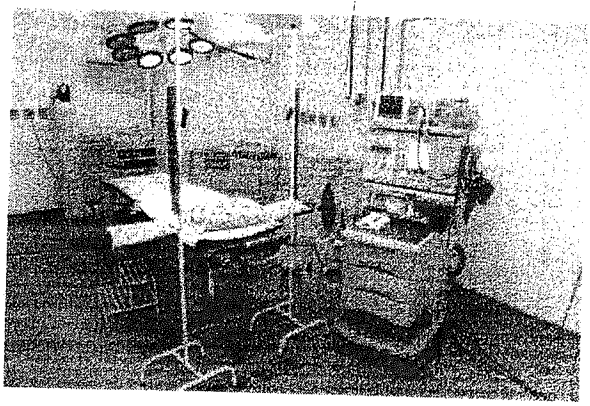
- 1 Sala obstétrica;
- 1 Sala cirúrgica;
- Recuperação Pós Anestésica;
- Carro de Anestesia;
- 428 Procedimentos cirúrgicos no ano;

QUADRO XII - Cirurgias por tipo de pagamento em 2016

CIRURGIAS SUS			PARTICULARES	
ELETIVAS/ URGÊNCIAS	CESÁREAS	EXODONTIAS	CIRURGIAS	CESÁREAS
321	189	0	63	44

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA





Atendimento Hospitalar - Unidades de Internação

Nas unidades de internação são admitidos pacientes oriundos do nosso serviço interno de Urgência/Emergência, referenciados pelo PA Municipal além dos pacientes eletivos

Quadro XIII - Média de Permanência Atual e Esperada segundo número de dias de internação:

Unidades de Internação	Indicador Pactuado p/ 2016 (Nº Apresentado de Permanência/mês)	Indic. Alcançado em 2016 (Média de Permanência/mês) Nº de Dias)
Clínica Médica	3,0	2,8
Clinica cirúrgica	6,0	6,3
Clinica Obstétrica	3,0	3,5
Clínica Pediatria	4,0	**4,5**
Geral	5,0	5,0

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

QUADRO XIV - Taxa de Mortalidade em 2016

ESPECIALIDADE	TAXA MORTALIDADE HOSPITALAR PACTUADO MES(%)	TAXA MORTALIDADE HOSPITALAR ALCANÇADO(%)
Cirúrgica	0	0
Obstetrícia	0	0
Clínica Médica	2,2	0,0078
Pediatria	0	0
Geral	**2,2**	**0,0078**

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

QUADRO XV – Internações Hospitalares SUS em 2016 por procedência

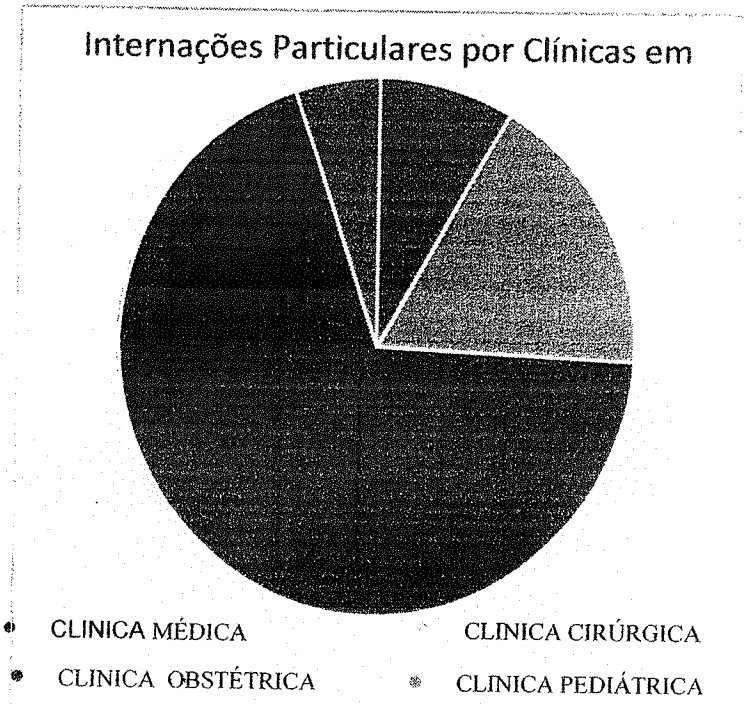
CIDADE	INTERNAÇÕES
Alfredo Chaves	37
Anchieta	1.509
Belo Horizonte	2
Cachoeiro	1
Cariacica	2
Condeuba	1
Guarapari	153
Iconha	9
Itapetininga	1
Itapemirim	6
Marataízes	2
Muriaé	1
Piúma	224
Pedro Canário	1
São Paulo	1
Venda Nova do Imigrante	1
Teixeira de Freitas	1
Rio de Janeiro	1
Total	**1953**

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

QUADRO XVI - Internações Hospitalares PARTICULARES em 2016

MESES	CLINICA MÉDICA	CLINICA CIRÚRGICA	CLINICA OBSTETRICA	CLINICA PEDIATRICA	TOTAL DE INTERNAÇÕES
JANEIRO	1	4	4	0	5
FEVEREIRO	2	5	5	1	13
MARÇO	1	2	7	4	13
ABRIL	1	1	3	1	5
MAIO	3	2	10	3	18
JUNHO	3	5	4	0	12
JULHO	2	2	2	2	8
AGOSTO	2	4	5	0	9
SETEMBRO	1	4	1	0	5
OUTUBRO	0	2	2	0	4
NOVEMBRO	0	6	3	0	9
DEZEMBRO	1	2	3	0	5
TOTAL	**17**	**39**	**49**	**11**	**106**

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA



Fonte: Serviço de Informação do CCS -HM

Clínica Médica

Destaques:

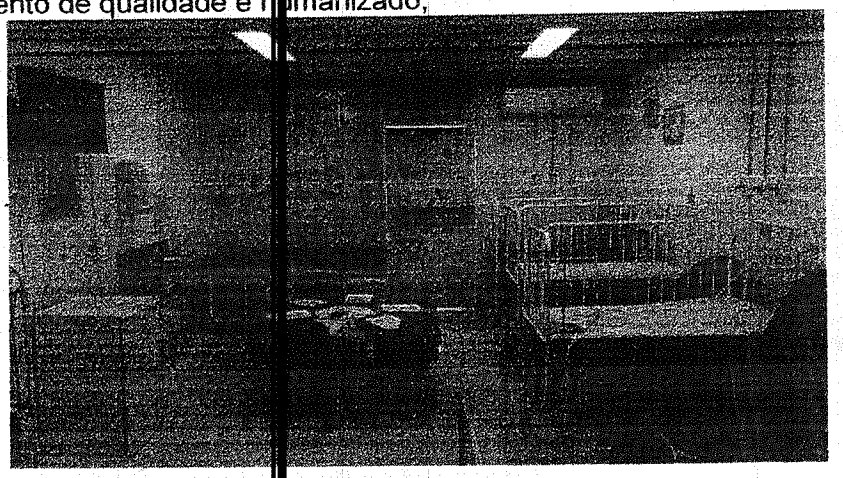
- 26 leitos disponíveis;
- 1 isolamento;
- Enfermarias com 2 ou 3 leitos;
- Televisores, banheiros e armários;

- Acompanhamento médico integral e multiprofissional;
- Atendimento de qualidade e humanizado;

Clínica Pediátrica

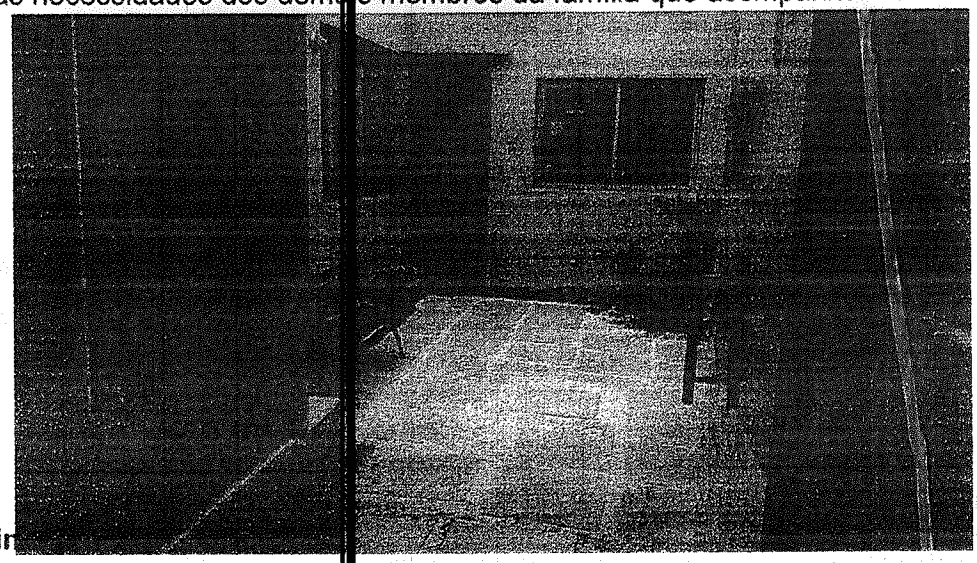
Destaques:

- 01 Enfermaria com 06 leitos disponíveis;
- 01 Enfermaria intermediária com 02 leitos disponíveis;
- Televisores, banheiros e armários;
- Cadeiras de repouso para o acompanhante;
- Acompanhamento médico integral e multiprofissional;
- Atendimento de qualidade e humanizado;



Com a colaboração do Bazar Solidários no Amor e Mãos Amigas de Anchieta o setor de Internação da Pediatria do Hospital e Maternidade Anchieta passou por reforma. A combinando uma proposta arquitetônica acolhedora com a disponibilidade de recursos tecnológicos para garante um atendimento humanizado, lúdico e de qualidade. Além de reformar a Pediatria, foi criado um novo ambiente para os momentos de lazer e descontração de nossos pequenos pacientes.

Todo trabalho desenvolvido teve por objetivo o cuidado integral do paciente, o que implica na atenção das necessidades dos demais membros da família que acompanham a internação.



Clínica Gin

Destaques:

- Alojamento conjunto;
- 09 leitos disponíveis;
- Pré-parto com 4 leitos disponíveis;

- Enfermaria com 5 leitos disponíveis;
- 02 Apartamentos particulares;
- Berçário;
- Sala cirúrgica;
- Sala de parto;
- Televisores, banheiros e armários;
- Equipe multiprofissional;
- Acompanhamento médico integral e multiprofissional;
- Atendimento de qualidade e humanizado;

QUADRO XVIII – Partos normais e cesarianas em 2016

MESES	PARTOS NORMAIS	CESARIANAS	% CESARIANAS
Janeiro	5	19	79%
Fevereiro	6	24	80%
Março	10	23	69,5%
Abril	7	16	69,5%
Maio	7	24	77,5%
Junho	9	37	80,5%
Julho	3	11	78,5%
Agosto	8	19	70,5%
Setembro	6	11	65%
Outubro	4	20	83%
Novembro	11	13	56,5%
Dezembro	19	7	26,9%
TOTAL	**95**	**224**	**70**

Clínica Cirúrgica

Setor destinado ao atendimento dos pacientes pré e pós-operatório. Neste setor existem 9 leitos, com horário de visita controlado e direito a acompanhante conforme normativas do HMA.

QUADRO XIX – CIRURGIAS POR TIPO

Cirurgias	SUS	Gratuitas	Particulares
Eletivas	214	0	39
Urgencias	107	0	0
Cesareas	189	0	46
Pequenas Cirurgias	376	0	0

Fonte: Serviço de Informação do CCS-HMA

Serviço de apoio diagnóstico e terapêutica.

Os exames de diagnóstico e complementares realizados no HMA contemplam, em média, 2.349/mês. Tais valores referem-se aos exames de eletrocardiogramas, análises clínicas (serviço terceirizado) que compreende todos os exames da tabela SUS, com monitoração

constante dos pacientes internados e do setor de imagem- exames de raio X. Também são computadas as realizações de eletrocardiografia, hemoterapia e fisioterapia.

QUADRO XX– SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutica)

SADT INTERNO	TOTAL DE PROCEDIMENTOS (Ano de 2016)	MÉDIAS DE PROCEDIMENTOS MENSAIS
Rx	2587	235
ECG	266	24
Anestesia	510	46
Hemoterapia	174	16
Ex. Laboratoriais	19351	1759
Fisioterapia (sessões)	2951	268
TOTAL	**25839**	**2349**

Fonte: SP DATA – Serviço de Informação do CCS- HMA

CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar

Quadro XXI – Taxas de Infecção hospitalar em 2016

CCIH				
Tipo (%)	**1º Trimestre**	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**
Índice IH Geral	2,80%	1,21%	3,10%	3,93%
Índice IH na corrente sanguínea	0%	0%	0%	0%
Índice IH em cirurgias limpas	15,80%	0%	3,10%	3,70%

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

Nutrição e Dietética

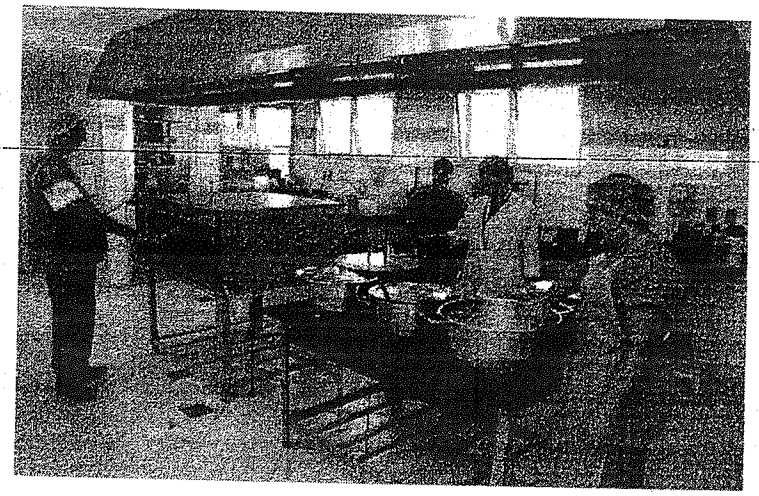
Setor fundamental no processo de recuperação dos pacientes.

O serviço de Nutrição e Dietética do HMA tem a função de garantir o fornecimento de uma alimentação equilibrada para o bom estado nutricional do usuário.

Deve-se considerar que a alimentação é crucial para a evolução do processo clínico do paciente garantindo também o restabelecimento da saúde.

Quadro XXII - Refeições Servidas em 2016

MÊSES	PACIENTES	FUNCIONÁRIO (MÉDIA)	TOTAL
JANEIRO	4626	1088	5714
FEVEREIRO	4572	1088	5660
MARÇO	6041	1088	7129
ABRIL	5470	1088	6558
MAIO	4636	1088	5724
JUNHO	5325	1088	6413
JULHO	4144	1088	5232
AGOSTO	6119	1088	7207
SETEMBRO	5200	1088	6288
OUTUBRO	5354	1088	6442
NOVEMBRO	5182	1088	6270
DEZEMBRO	5185	1088	6273
TOTAL	**99.154**	**13.056**	**112.210**



Agência Transfusional

Quadro XXIII - Nº de hemotransfusões em 2016

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
11	11	20	20	29	17	14	14	24	8	28	22	218

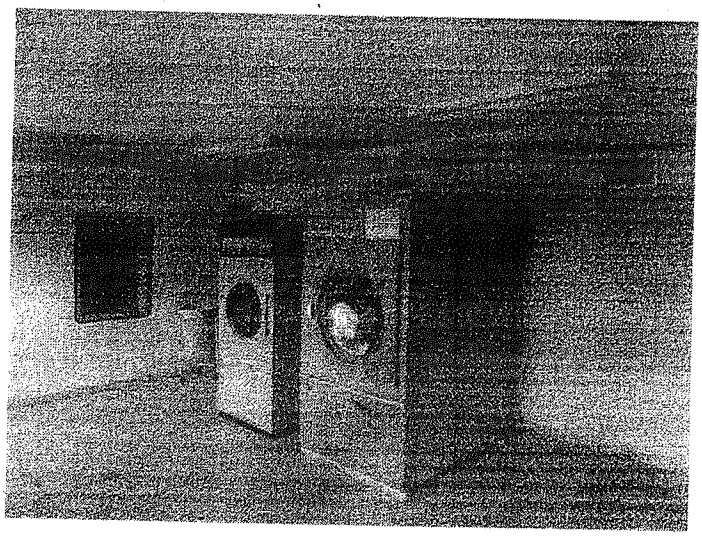
Lavanderia

A lavanderia do Hospital e Maternidade Anchieta é responsável pelo processamento da roupa e sua distribuição aos setores em perfeitas condições de higiene e conservação.

A lavanderia do CCS/HMA é uma das maiores da região e devidamente estruturada e equipada para garantir a qualidade deste setor.

Com uma excelente capacidade de funcionamento de higienização, conta com uma equipe de 3 colaboradores que se dedicam exclusivamente a este setor.

São processados mensalmente 4 toneladas de roupas tanto do Hospital como dos serviços de Saúde do Município de Anchieta-E.S.



SETOR SOCIAL

A Assistente Social do HMA, além de acolher, acompanhar e orientar os pacientes e usuários da instituição, bem como seus familiares, sempre analisa as carências e as necessidades existentes para depois definir suas ações, fornecendo condições sociais básicas de humanização do ambiente hospitalar de forma a beneficiar o paciente na participação do processo de tratamento

O Serviço Social do Hospital e Maternidade Anchieta, é de atuação e iniciativa de um profissional graduado que está diretamente ligado ao paciente.

Quadro XXIV - Ações Sociais

BENEFÍCIOS	Nº DE ATENDIMENTOS
Encaminhamento a outros serviços	750
Visitas domiciliares	65
Passagens urbanas e interurbanas	25
Entrevistas para avaliação sócio-econômica	285
Visitas da Pastoral da beleza	54
Internações sociais	32
Empréstimos leitos domiciliares	19
Doações de vestuário	64
Complementação Alimentar	308
Enxovais para recém-nascidos	19
Visitas aos internados	1150
Acompanhamento de Medida Socioeducativa	08
Total atendimentos sociais	**2.769**

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

FISIOTERAPIA

O Hospital conta com uma fisioterapeuta que atende as unidades de Internação, Urgência, Emergência e Ambulatório, atuando na prevenção e reabilitação, enfatizando a independência funcional de todos os pacientes, bem como de seu bem-estar durante o período de internação.

Quadro XXV - Nº de sessões de fisioterapia em 2016

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
192	178	337	336	397	293	378	360	458	328	300	376	3.933

CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO

A CME - Central de Material Esterilizado, é um setor de extrema consideração e importância para o Hospital e Maternidade Anchieta. Deve-se destacar que, todas as unidades assistenciais da estrutura hospitalar estão em direta dependência deste setor.

O HMA, investe na formação profissional (técnico de enfermagem e enfermeiro) assegurando ações criteriosas uma vez que, a assistência de qualidade deste setor garante segurança aos nossos usuários.

FARMÁCIA HOSPITALAR

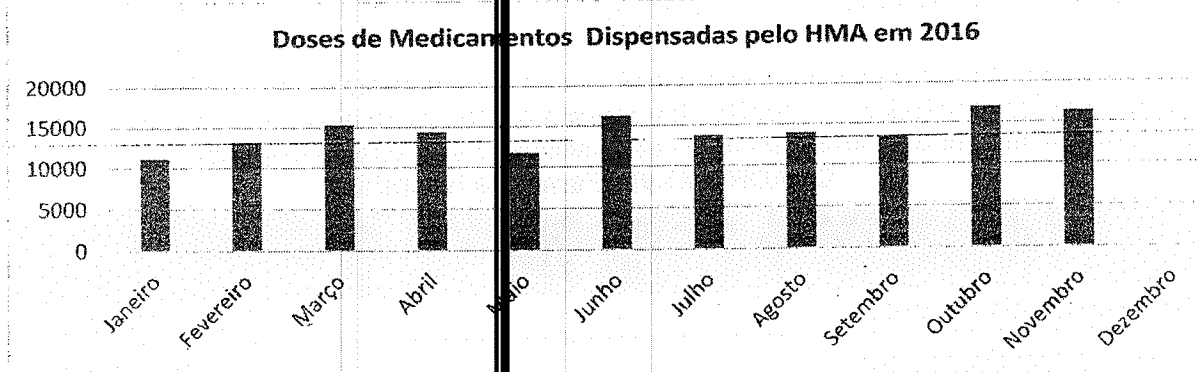
Como unidade clínica administrativa e econômica, a Farmácia Hospitalar do HMA é dirigida por profissional farmacêutico e ligada hierarquicamente à direção do hospital. Integrada funcionalmente com as demais unidades de assistência ao paciente dispensa.

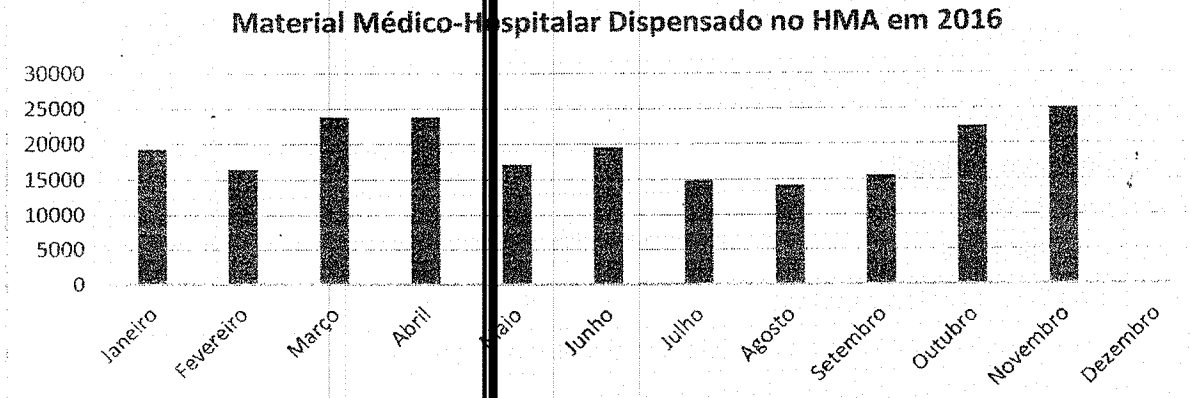
QUADRO XXVI - Farmácia Hospitalar

FARMÁCIA HOSPITALAR ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016	
Nº de doses dispensadas	156.227
Custo total Medicamentos	R$ 301.359,67
Nº de itens de material médico-hosp dispensados	211.391
Custo total Material Médico-Hospitalar	R$ 176.738,96
Doações recebidas*	R$ 19.145,11
Doações feitas a outros Hospitais**	R$ 10.656,56
Reuniões internas	2
Reuniões com a direção	1
Relatórios TOXEN	11
Relatórios SICLON	11
Relatórios CTA (Testes rápidos)	11
Balanços trimestrais entregues à Vigilância Sanitária Estadual	3
Comunicados institucionais emitidos pela CFT	4
Capacitações internas	7

FARMÁCIA HOSPITALAR - 2016 MEDICAMENTO		
Mês	**Doses Dispensadas**	**Valor Gasto**
Janeiro	11203	R$ 21.356,55
Fevereiro	13201	R$ 37.662,15
Março	15283	R$ 23.951,06
Abril	14360	R$ 28.219,25
Maio	11786	R$ 25.309,96
Junho	16174	R$ 32.588,29
Julho	13721	R$ 20.966,03
Agosto	13911	R$ 25.274,04
Setembro	13340	R$ 20.682,87
Outubro	16904	R$ 30.328,28
Novembro	16344	R$ 35.021,19
Dezembro	11626	R$ 20.280,63
ANUAL	**167853**	**R$ 321.640,30**

FARMÁCIA HOSPITALAR - 2016 MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR		
Mês	**Itens Dispensados**	**Valor Gasto**
Janeiro	19223	R$ 14.122,28
Fevereiro	16392	R$ 10.937,17
Março	23789	R$ 17.423,94
Abril	23805	R$ 19.850,73
Maio	17112	R$ 22.495,73
Junho	19466	R$ 15.647,83
Julho	14750	R$ 11.315,36
Agosto	14105	R$ 17.708,73
Setembro	15457	R$ 9.902,90
Outubro	22413	R$ 18.733,27
Novembro	24879	R$ 18.601,02
Dezembro	23577	R$ 23.881,04
ANUAL	**211391**	**R$ 200.620,00**





FARMÁCIA HOSPITALAR - 2016		
DOAÇÕES RECEBIDAS		
Mês	**Quant. Itens Recebidos**	**Valor**
Janeiro	2078	R$ 4.0 0,00
Fevereiro	-	-
Março	-	-
Abril	17802	R$ 3.3 7,95
Maio	2802	R$ 5.3 5,80
Junho	1561	R$ 4.3 3,65
Julho	-	-
Agosto	377	R$ 48 ,28
Setembro	-	-
Outubro	-	-
Novembro	6427	R$ 1.6 5,43
Dezembro	-	-
ANUAL	**31047**	**R$ 19. 45,11**

Fonte: Dados internos da FH

FARMÁCIA HOSPITALAR - 2016		
DOAÇÕES FEITAS A OUTRAS ENTIDADES		
Mês	**Quant. Itens Doados**	**Valor**
Janeiro	-	-
Fevereiro	-	-
Março	2178	R$ 4.203,54
Abril	-	-
Maio	-	-
Junho	1792	R$ 4.952,64
Julho	150	R$ 533,90
Agosto	35	R$ 129,50
Setembro	955	R$ 64,20
Outubro	-	-
Novembro	3188	R$ 772,78
Dezembro	-	-
ANUAL	**8298**	**R$ 10.656,56**

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

São áreas de apoio ao atendimento integrado do paciente e comporta os seguintes setores: Recepção, Faturamento, Higienização, Tecnologia da Informação, Tesouraria, Manutenção.

FORMAÇÃO PERMANENTE

A educação permanente, continuada e em serviço, motivam nossa transformação pessoal e profissional ao nos proporcionar alternativas para minimizar as dificuldades que possam existir na realidade de ensino do HMA. Com a função de obter condições favoráveis ao desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, acredita que o colaborador necessita de instrumentos para continuar a aprender.

Quadro XXVII – Planilha Treinamento Operadores

2016						
TREINAMENTOS REALIZADOS	DATA DO TREINAMENTO	SETOR/ EQUIPE	QUANTIDADE DE PROFISSIONAL TREINADO	HORAS DE TREINAMENTO REALIZADOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS	% DE INDIVÍDUOS TREINADOS
FRACIONAMENTO E DISPENSAÇÃO DOS MEDICAMENTOS	21/01/2016 E 22/01/2016	FARMÁCIA	6	12	97	0,12
NORMAS E ROTINAS HOSPITALARES	26/02/2016	RECEPEÇÃO	5	10	97	0,10
VALIDADE DOS MEDICAMENTOS NOS DIVERSOS SETORES DO HOSPITAL	16/03/2016	FARMÁCIA	6	24	97	0,25
NORMAS E ROTINAS DO BERÇÁRIO	04/04/2016	BERÇÁRIO	3	3	97	0,03
RDC 15/2012	04/04/2016	CME	7	7	97	0,07
BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAMENTO DE SOROS	25/04/2016	FARMÁCIA	6	12	97	0,12
CÂMARA TÉCNICA DE HUMANIZAÇÃO DA REGIÃO SUL	27/04/2016	ENFERMAGEM	1	4	97	0,04
ROTINA DE LIMPEZA DA FARMÁCIA HOSPITALAR E ALMOXARIFADO	10/05/2016	FARMÁCIA	6	24	97	0,25
NORMAS E ROTINAS DA FARMÁCIA	10/05/2016	FARMÁCIA	1	4	97	0,04
CÂMARA TÉCNICA DE HUMANIZAÇÃO DA REGIÃO SUL	19/05/2016	ENFERMAGEM	1	4	97	0,04
IMPORTÂNCIA DO USO DOS EPIS	19/05/2016 E 20/05/2016	ENFERMAGEM	14	14	97	0,14
ÉTICA E RELACIONAMENTO PROFISSIONAL	24/05/2016 E 25/05/2016	ENFERMAGEM	23	23	97	0,24
PARTO HUMANIZADO	24/06/2016	ENFERMAGEM	7	7	97	0,07
PROFISSIONAL DE SAÚDE X ACOMPANHANTE	27/06/2016	ENFERMAGEM	7	7	97	0,07
ROTINA NO LACTÁRIO	05/07/2016	NUTRIÇÃO	5	5	97	0,05
PROGRAMA DE SAÚDE DA MULHER	14/07/2016	ENFERMAGEM	1	17	97	0,18
MUDANÇA DO SISTEMA DE DISPENSAÇÃO DA MEDICAÇÃO PROPOSTA PELO NSP	05/10/2016	FARMÁCIA	4	16	97	0,16
MUDANÇA NO SISTEMA DE SISPENSAÇÃO DE LACRES PROPOSTO PELO NSP	01/11/2016	FARMÁCIA	4	4	97	0,04
NORMAS E ROTINAS DA CLÍNICA MÉDICA	01/12/2016 E 02/12/2016	ENFERMAGEM	13	13	97	0,13
ROTINAS PRÉ PARTO DE CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2016	ENFERMAGEM	4	6	97	0,06
NORMAS E ROTINAS DO PRONTO SOCORRO	16/12/2016 E 19/12/2016	ENFERMAGEM	15	15	97	0,15
ERGONOMIA NO AMBIENTE DE TRABALHO	21/12/2016	EQUIPE NUTRIÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, RECPEÇÃO, RX, MANUTENÇÃO	20	20	97	0,21
LAVANDERIA HOSPITALAR	27/12/2016	LAVANDERIA	1	1	97	0,01
TOTAL:			160	252	97	2,60

DOAÇÕES

Durante todo o ano de 2016 as comunidades da cidade de Anchieta e cidades vizinhas, deixaram sua sensibilidade aflorada em favor do Hospital e Maternidade Anchieta. Independente de raça, credo ou classe social todos estavam envolvidos em ações generosas. Foram R$ 40.091,44 (quarenta mil, noventa e um reais e quarenta e quatro centavos) em gêneros alimentícios, R$ 1.862,01 (hum mil, oitocentos e sessenta e um reais e um centavo) em materiais de limpeza e consumo e R$ 2.989,59 (dois mil novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) em materiais e equipamentos, gerando economia ao Hospital na compra desses alimentos e possibilitando investimento e compra de produtos para outros setores.
O Hospital e Maternidade Anchieta enobrece cada cidadão, cristão e pessoas de bem por tanta solidariedade através das doações feitas, agradecendo e suplicando graças e bênçãos em favor de cada um.

O Hospital e Maternidade Anchieta somou doações de materiais específicos de Pessoas Físicas e Jurídicas durante o ano de 2016. Oriundas do Poder Executivo Municipal de Anchieta/SEMUS foram R$ 8.513,62 (oito mil quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos) de equipamentos hospitalares. De pessoas físicas, foram R$ 539,05 (quinhentos e trinta e nove reais e cinco centavos) de artigos de higiene pessoal para enfermos acamados

Ministério Público

- No ano de 2016 o Ministério Público não recomendou nenhum tipo de pagamento em espécie (reais) ao Centro Comunitário de Saúde – MEPES

Receita do Bazar

DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESA POR MÊS - BAZAR
EXERCICIO DE 2016

	CÓDIGO	HISTÓRICO	JANEIRO	FEV.	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL R$
4	1.0.00	RECEITAS DO BAZAR													
5	1.1.01	VENDA MATERIAL USADO	388,00	653,00	314,00	590,00	542,00	1.333,00	1.087,00	1.574,00	710,00	1.145,00	1.205,00	1.613,00	11.234,00
6	1.1.02	RIFAS													0,00
7	1.1.03	DOAÇÕES DIVERSAS													0,00
8	1.1.04	RENDIMENTO APLICAÇÕES													0,00
10															
11		TOTAL DAS RECEITAS	388,00	653,00	314,00	590,00	542,00	1.333,00	1.087,00	1.574,00	710,00	1.145,00	1.205,00	1.613,00	11.234,00
12															
13	3.0.00	DESPESAS													
14	3.1.00	MANUTENÇÃO DO CCS	639,11	0,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.154,00	0,00	0,00	1.401,52	0,00	9.024,73
15	3.1.01	DOAÇÃO PARA MANUTENÇÃO	639,11		3.800,00					3.154,00			1.401,52		9.024,73
16	3.1.02														
19															
20	3.2.00	DESPESAS DO BAZAR	28,00	300,00	0,00	0,00	342,85	5.695,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.395,85
27	3.2.01	DESP. ADMINISTRATIVAS		300,00											300,00
23	3.2.03	DESPESA BANCÁRIA	28,00							30,00					58,00
25		DESP. REFORMAS					342,85	5.695,00							6.037,85
26															
27		TOTAL DAS DESPESAS	667,11	300,00	3.800,00	0,00	342,85	5.695,00	0,00	3.214,00	0,00	0,00	1.401,52	0,00	15.420,58
29	SALDO QUE PASSA		14.663,38	15.016,38	11.530,38	12.120,38	12.319,73	7.957,73	9.044,73	7.505,53	8.215,53	9.360,53	9.163,91	10.776,91	10.776,91

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HMA

PROJETOS

Para acrescentar alguns ingredientes benfazejos à vida dos nossos usuários e colaboradores, o Hospital e Maternidade Anchieta incentivam e levam a frente inúmeros projetos que são capazes de apresentarem resultados positivos e importantes para a história da Instituição. São esses:

Projeto Mãos Amigas

No dia 05 de janeiro de 2015, foi iniciado o Projeto "Mãos Amigas" pela Equipe do HMA (Maria Geralda Ribeiro – Técnica de Enfermagem, Arleide Sezini Dolores– Técnica de Enfermagem, Madalena Farias – Usuária/Voluntaria, Maria Izabel Ramos – Setor Lavanderia), visando atender as necessidades básicas do Hospital e Maternidade Anchieta para promoção do bem-estar dos pacientes e da Equipe.

O projeto tem como Objetivo Principal "desenvolver a sustentabilidade, através da reciclagem de materiais, com ênfase na geração de renda com apoio e em busca de benefícios para a comunidade". E seguindo esta premissa de apoio comunitário e participação social, foi lançado o Projeto **"MÃOS AMIGAS"**, buscando a mobilização da Equipe de Trabalho, durante as suas atribuições bem como em seu domicílio, para o recolhimento e segregação de materiais recicláveis. Coletas de: papelão (caixas), plásticos (frascos de soro, galões, garrafas pet...) E

alumínio (latas e marmitex). Os recursos arrecadados serão destinados à aquisição de roupas para o Centro Cirúrgico, rouparia hospitalar de modo geral e uniformes para a equipe, pois juntamente com a comunidade voluntariada desejamos beneficiar o acolhimento e a estadia de nossos pacientes durante a permanência em nossa Instituição.

Quadro XXIX – PLANILHA DE MATERIAIS DOADOS PELO PROJETO

PLANILHA DE MATERIAIS DOADOS PELO PROJETO MÃOS AMIGAS		
IDENTIFICAÇÃO DOS JOGOS	**QUANTIDADE**	**SETOR DE DESTINO**
CAMPOS DE MESA CIRÚRGICO	05	CENTRO CIRÚRGICO
CAMPOS DUPLOS GRANDES CC	11	CENTRO CIRÚRGICO
CAMPOS DUPLOS MÉDIOS CC	07	CENTRO CIRÚRGICO
CAMPOS DUPLOS PEQUENOS (CURATIVOS)	76	CME
CAMPOS DUPLOS PEQUENOS CC	15	CENTRO CIRÚRGICO
CAMPOS FENESTRADOS	09	CME
CAMPOS FENESTRADOS GRANDES CC	05	CENTRO CIRÚRGICO
CAMPOS PARA FOTOTERAPIA	03	MATERNIDADE
CAMPOS SIMPLES (BANDEJA)	21	CME
CAMPOS SIMPLES AZUL CC/CO	33	CENTRO CIRÚRGICO
FRONHAS	14	PEDIATRIA
FRONHA MESA CIRURGICA	06	CENTRO CIRÚRGICO
JOGO DE LENÇOL VERDE	10	CLÍNICA MÉDICA
LENÇOL COM ELÁTICO (BRANCO)	26	CLÍNICA MÉDICA
LENÇOL PARA MACA COM ELÁSTICO	02	PRONTO SOCORRO
PERNEIRAS	02	CENTRO CIRÚRGICO
PROPÉS	04	CENTRO CIRÚRGICO
TRAÇADOS CURVIM CC	09	CENTRO CIRÚRGICO
VESTES PARA CC	04	CENTRO CIRÚRGICO
TOTAL	**262**	

Pastoral da beleza

Muito além da medicação, dos exames e da nutrição, uma autoestima bem valorizada, garante um aceleramento no processo de recuperação do paciente. A pastoral da Beleza garante aos internados do Hospital e Maternidade Anchieta, toques de embelezamento com seus cabelos e barbas cortados. A Pastoral da Beleza se reúne toda segunda feira para garantir essa ação aos pacientes.

Bazar Solidários Do Amor

O grupo Solidários no Amor nasceu em julho do ano 2000 durante uma visita a um paciente operado. Passando pela pediatria, aconteceu um momento de reflexão. O que poderíamos fazer para ajudar o nosso hospital? No dia 29 de maio de 2001 foi realizada a 1ª reunião comparecendo 17 voluntárias cheias de amor. A partir dessa data o grupo iniciou as atividades do bazar solidários do amor ocupando o espaço cedido pelo hospital do qual todo valor arrecadado é revertido para implementação de melhorias da unidade hospitalar. Hoje o hospital cedeu um novo espaço no prédio principal, em local movimentado, oferecendo maior conforto e segurança para nossas voluntarias e seus clientes.

Bazar "Amigas do Bem"

Em maio de 2016 por iniciativa de um grupo de amigas da região central de Anchieta em parceria com Massas Polpinha, realizado o primeiro bazar na Praça São Pedro região central da cidade, a partir daí surgiu então o grupo "Amigas do Bem". O bazar é realizado uma vez por mês e todo lucro é administrado pelo grupo de voluntarias, onde o Hospital tem o papel de pontuar suas necessidades e elas após aprovação do grupo atendem a solicitação.

DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESA POR MÊS - BAZAR AMIGOS DO BEM
EXERCICIO DE 2016

	CÓDIGO	HISTÓRICO	JANEIRO	FEV.	MARÇO	ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL R$
4	1.0.00	RECEITAS DO BAZAR													
5	1.1.01	VENDA MATERIAL DOADO	0,00	0,00	0,00	3.[illegible],00	0,00	2.170,00	1.643,00	1.239,25	1.052,55	1.569,00	850,00	1.175,40	12.650,20
6	1.1.02	RIFAS/SORTEIOS							161,00	4.625,15	101,00	85,00		151,00	5.125,15
7	1.1.03	RENDAS DIVERSAS			358,00	[illegible],00		100,00		2.448,00					3.147,00
8	1.1.04	RENDIMENTO APLICAÇÕES													0,00
10															
11		TOTAL DAS RECEITAS	0,00	0,00	358,00	3.[illegible],00	0,00	2.270,00	1.807,00	8.364,40	1.153,55	1.754,00	850,00	1.326,40	21.133,35
12															
13	3.0.00	DESPESAS													
14	3.1.00	MANUTENÇÃO DO CCS	0,00	0,00	0,00	[illegible],00	0,00	4.635,50	0,00	2.452,00	2.694,00	0,00	0,00	995,40	10.796,90
15	3.1.01	DOAÇÃO PARA MANUTENÇÃO						4.635,50		2.452,00	2.694,00			995,40	10.796,90
16	3.1.02														
19															
20	3.2.00	DESPESAS DO BAZAR	0,00	0,00	0,00	[illegible],00	0,00	26,91	0,00	1.934,05	174,33	0,00	0,00	0,00	2.133,29
21	3.2.01	DESP. ADMINISTRATIVAS						26,91		1.934,05	174,33				2.133,29
23	3.2.03	DESPESA BANCÁRIA													0,00
25															0,00
26															
27		TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	[illegible],00	0,00	4.658,41	0,00	4.416,05	2.868,33	0,00	0,00	995,40	12.930,19
29	SALDO QUE PASSA				0,00	358,00	[illegible],00	3.982,09	1.287,59	3.994,59	6.992,54	5.858,16	7.972,16	7.972,16	8.283,16	8.283,16

Grupo de Gestantes

O Hospital e Maternidade Anchieta, tem como missão de trabalho a saúde preventiva dos seus usuários.
No dia 29 de setembro de 2016 aconteceu a primeira reunião do GRUPO DE GESTANTES do município. Mulheres acima das 30 semanas que através do Médico Dr. Carlos Augusto, foram orientadas sobre os cuidados da gravidez.
Na oportunidade participaram de palestras ministradas pelas enfermeiras Renata Mezadre, Cristina Roncati, Marquele Zampiroli Monequi Fisioterapeuta e Marlene Assistente Social e conheceram a estrutura da nossa Maternidade (Pré-parto, Bloco Cirúrgico, acomodações e equipe) na intenção de um preparo mais eficaz dessas mulheres para um parto seguro, tranquilo e saudável.

RESUMO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO HMA EM 2016

QUADRO XXX– Atendimentos HMA 2016

TIPOS DE ATENDIMENTOS (Descrição dos Serviços)		SUS	COM RECURSOS PRÓPRIOS	PMA / CONVÊNIOS	PARTICULARES/ PREÇOS POPULARES	TOTAL
Internações Obstétricas	Partos Normais	76			3	79
	Cesárianas	193		2	46	241
	Outras Ocor. Obstétricas	47				47
Internações Pediatria		163		1	11	175
Internações Clínica Médica		1157		1	17	1175
Internações Cirúrgicas	Eletiva	214			39	253
	Urgência	107				107
Pessoas atendidas no P. S.		15.512				15.512
Ambulatório/Consultas		13516	56		422	13994
Radiodiagnóstico / Raio-X		2.587			163	2.750
Fisioterapia/Proced. (sessões)		5.253				5.253
Anestesias		510			3	513
Partos Normais		92			44	136
Cesarianas		189			7	196
Eletrocardiograma		266				266
Exames laboratoriais		19.351				19.351
Administração Medicamentos (doses)		160.833			7.020	167.853
Observação 24h		1.609				1.609
Hemotransfusões		-		218		218
Refeições servidas		98.494	13056		696	112.210
Atendimento sociais						2769
TOTAL DE PROCEDIMENTOS		**329.169**	**13.112**	**222**	**8471**	**350974**

MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança

Autorização da Escola: Res. CEE nº 10/1991 DOES de 7/6/1991 Reconhecimento da Escola: Res. CEE n° 92/1997 DOES de 15/5/1997

CNPJ: 27.097.229/0015 – 48

RELATÓRIO FINAL 2017

EFABE

Córrego da Prata; Zona Rural – Boa Esperança/ES CEP: 29.845-000

Tel: (27) 9836-9048 E-mail: efabe@hotmail.com

		análise do material da supervisão e elaboração do parecer 2017.

2.1.2 Articulação político-financeira

TIPO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICO - FINANCEIRA	OBJETIVO
Reunião com o poder executivo e legislativo do município de Boa Esperança.	- Articular celebração de parceria, desenvolvimento ou inclusão em projetos, transporte escolar. - Divulgar o trabalho da EFA e solicitar apoio político financeiro.
Reuniões com representação da prefeitura, defesa civil e comunidade local.	- Garantir a melhoria do abastecimento de água, garantindo a participação da comunidade na manutenção financeira.
Participação na Comissão Local de Agroecologia.	- Articular ações para a manutenção e o desenvolvimento da agroecologia a nível municipal.
Participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.	- Discutir e propor política ambiental do município, colaborando nos programas intersetoriais e interinstitucionais de proteção e recuperação do meio ambiente.
Participação no Conselho Municipal de Meio Ambiente	- Discutir e propor políticas para o desenvolvimento rural sustentável, podendo desenvolver ações de carácter consultivo, deliberativo, recursal e de assessoramento do Poder Público.
Participação no Comitê Municipal de Educação do Campo de Boa Esperança.	- Estimular e contribuir com o processo de expansão da Educação do Campo em Pedagogia da Alternância.
Participação no Conselho Municipal de Ação Social.	- Acompanhar, propor e monitorar os serviços da Secretaria de Ação Social no município;
Reuniões em comunidades e associações rurais.	- Difundir a Pedagogia da Alternância como uma estratégia comprovada no campo da educação popular, de forma que a história pedagógica é construída com e pelo povo camponês.
Encontro de lideranças do meio público e das organizações da sociedade civil.	- Refletir sobre a função que o campo teve e tem na sustentabilidade de uma sociedade e do planeta, e o papel que a educação e a escola do campo exercem nessa relação sociedade-campo-escola do campo.
Encontro de Mulheres Trabalhadoras de Boa Esperança.	Promover a formação das Mulheres Trabalhadoras do município local e circunvizinhanças.
Divulgação do trabalho da EFA.	- Divulgar as matrículas com base na proposta pedagógica de formação integral.

2.1.3 CAMPANHAS E MUTIRÕES

DESCRIÇÃO	FINALIDADE
Campanha de utensílios	Aquisição de copos, pratos e talheres para o pensionato.
Campanha com monitores e outros parceiros	Contribuição com os estudantes de baixa renda, no transporte e alimentação.
Campanha de manutenção e reparos do ambiente e benfeitorias do CEFFA	Realizar reparos nos ambientes e benfeitorias, bem como refletir sobre atos de depredação e a importância de manutenção de um ambiente propício ao convívio e desenvolvimento das atividades.

2.2 – Equipe

A equipe de monitores tem como papel principal orientar os instrumentos metodológicos e pedagógicos da Pedagogia da Alternância, bem como colaborar na assessoria da política administrativa das famílias dentro da associação, atuação que exige o trabalho militante em equipe, numa cooperação harmoniosa.

As equipes de auxiliares administrativos e pedagógicos também integram a equipe de monitores e, necessitam de reflexão visando garantir o desenvolvimento de sua atuação dentro das atividades da EFA.

2.3 Público atendido:

Nome	Habilitação descrita no Diploma	Disciplina/Turmas	Função na Instituição	Tempo de Experiência comprovada como professor	Status
Arthur Barros Ziviani	Bacharel em Agronomia	Física (1ª e 2ª séries); Química (1ª e 4ª séries); Criações, Irrigação e Drenagem (3ª série); Culturas, Desenho e Topografia (4ª série).	Monitor/Professor, Coordenação do Setor Agropecuário, Responsável pelo Setor de Pesquisa, de Estrutura Física e Veículos, Assessoria a Associação de Estudantes.	6 meses	(x) Habilitado para Culturas. - Irrigação e Drenagem e Desenho e Topografia precisa de registro no CREA (x) Não Habilitado para Física e Química.
Daiane Nepel Marins	- Licenciatura em Ciências Sociais; - Cursando Licenciatura em Educação do Campo.	Agricultura (1ª série); Zootecnia (2ª série); Administração (1ª, 2ª e 4ª séries); Biologia (3ª série).	Monitora/Professora, Coordenação do Setor Administrativo, Responsável pelo Setor de Compras e Contabilidade, de Pensionato, de Parcerias, Projetos e Campanhas, de Encontro de Mulheres, e Assessoria a Associação de Estudantes.	4 anos e 5 meses	( ) Habilitado (x) Não Hab.

2.3.1 Estudantes

Fabrício Gomes Freire	Engenheiro Agrônomo	Zootecnia (1ª série); Química (2ª série); Culturas, Desenho e Topografia e Física (3ª série); Criações, Construções e Instalações e Planejamento e Projeto (4ª Série).	Monitor/Professor, Coordenação Geral da EFAEMEP, Coordenação e Representação do Setor Agropecuário, Responsável pelo Setor de Estrutura Física, de Parcerias, Projetos e Campanhas, e Assessoria a Associação de Estudantes.	8 anos e 3 meses	(X) Habilitado para Culturas, Desenho e Topografia, Criações, Construções e Instalações. (X) Não Habilitado para Zootecnia, Química e Física.
Fernanda Henrique de Souza	Curso Superior incompleto	Preparação dos Alimentos Limpeza dos Ambientes	Auxiliar de serviços gerais		(X) Habilitado
José Salvador de Jesus Mendes	Ensino Médio Curso de Formação de Vigilante	Vigilância da EFA	Vigia		(X) Habilitado
José Vitor Milanez Batista	Curso Superior incompleto	Atividades referentes a expediente de secretaria	Estagiário		(X) Habilitado
Júlia Leticia Helmer Brum	- Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase	Biologia (1ª, 2ª e 4ª séries); Agricultura (2ª série); Química (3ª Série); Física (4ª série).	Monitora/Professora, Coordenação do Setor Administrativo, Responsável pelo Setor de Secretaria e de Encontros de Mulheres, e Assessoria a Associação de Estudantes.	4 anos	(X) Habilitada para Agricultura (X) Não Habilitada para Biologia, Química e Física.

	em Ciências Agrárias				
Leticia Venturim Fagundes	Licenciatura, Habilitações em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas.	Língua Espanhola (1ª série)	Monitora/Professora	3 anos	(X) Habilitada (X) Não Hab.
Magides Brito Sampaio	- Cursando Licenciatura em Geografia.	História (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries); Geografia (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries); Sociologia (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries); Filosofia (3ª e 4ª séries)	Monitor/Professor, Coordenação Geral da EFAEMEP, Coordenação e Representação do Setor Pedagógico, Responsável pelo Setor de Formação dos Estudantes e Famílias.	31 anos e 11 meses	( ) Habilitado (X) Não Hab.
Marta Santos Pereira	Licenciatura Plena em Português e Licenciatura de Língua Portuguesa	Língua Portuguesa (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries); Arte (1ª série); Filosofia (1ª e 2ª séries).	Monitora/Professora, Coordenação do Setor Pedagógico, Responsável pelo Setor de Formação dos Estudantes e Família, Setor de Pensionato, de Encontro de Mulheres, e Assessoria a Associação de Estudantes.	16 anos	(X) Habilitada para Língua Portuguesa. (X) Não Habilitada para Arte e Filosofia.

Renata Telau	- Bacharel em Administração; - Cursando Complementação Pedagógica em Matemática	Matemática (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries); Administração e Economia Rural (3ª série).	Monitora/Professora, Coordenação Geral da EFAEMEP, Coordenação e Representação do Setor Administrativo, Responsável pelo Setor de Expansão, Assessoria a Associação das Famílias e a Associação de Estudantes	12 anos e 5 meses	( ) Habilitado (X) Não Hab.
Samila Ferreira Viana	Licenciatura em Educação Física	Educação Física (1ª série)	Monitora/Professora	3 meses	(X) Habilitado ( ) Não Hab.

Série	Matrícula inicial		Matricula Final		Transferência recebida	Transferência Expedida	Evadido	Aprovado	Estudantes em NOA
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino					
1ª Série	08	12	08	11	-	-	01		11
2ª Série	05	13	05	10	-	03	-		04
3ª Série	02	06	02	05	-	01	-		03
4ª Série	03	06	03	07	01	-	-		06
Total	18	37	18	33	01	04	01		24

Obs: Não podemos prever estudantes reprovados uma vez que estes têm a última etapa da recuperação (NOA).

2.3.2 Famílias atendidas

2.4 Procedência e condição sócio – econômica

Município	Bairro - Comunidade	Nº de ESTUDANTES atendidos	Condição Sócio- Econômica da família									
			Assalariad	Assentado	Diaristas	Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor	Meeiro	Aposentad o	Autônomo	Outros
Boa Esperança	Cinco Voltas	01							01			
	Córrego Itaúnas	01										01
	Córrego Itauninhas	03	01			01						01
	Vila Fernandes	01										01
	Córrego São Roque	01				01						
	Bairro Galiléia	02										02
	Assentamento Nova Vitória	01		01								
	Córrego Palmeirinha	02	01									01
Pinheiros	Fazenda Itauninhas	01	01									
	São João do Sobrado	02	01	01								
	Bairro Vila Verde	02									01	01
São Mateus	Assentamento Córrego da Palmeira – Km 47	01				01						
	Assentamento Juerana I – km 43	02		02								
	Assentamento Juerana II – km	01		01								
	Assentamento Vale da Vitória – km 41	05		01		03						01
	Pirola – km 24	01				01						
	Córrego Mata sede	01										01
	Km 28	05				05						
	Km 35	01	01									
	Nestor Gomes km 41	04	02								02	
	Assentamento Georgina – km 41	02		01		01						
	Santa Maria	07	02			03			01			01

Ponto Belo	Assentamento Otaviano Rodrigues	01							01			
Posto da Mata		01										01
Nova Venécia		01				01						

2.5 – Reuniões de equipe

Setores	Nº de Reuniões	Principais Assuntos
Administrativo	**60**	- Administração Escolar; - Transporte escolar; - Manutenção (Compras e contabilidade; Veículos; Estrutura Física, Parceria/Termo de Fomento; Projetos e Campanhas); - Pensionato (abrangência da estadia dos estudantes na EFA); - Legalização da Instituição EFA e APEFABE; - Recursos Humanos; - Pesquisa (laboratórios de informática e de química e biblioteca); - A perspectiva da PA em Boa Esperança e o contexto atual; - Encontros na EFA; - Divulgação das matriculas; - Situação Econômica do MEPES; - Expansão da Pedagogia da Alternância; - Planejamento e avaliação do setor; - Assessoria a Associação das Famílias; - Representação política
Pedagógico	**60**	- Sistematização do acompanhamento de turma - Plano de formação dos estudantes - Planejamento dos conteúdos vivenciais - Plano de formação das famílias - Reunião dos coordenadores pedagógicos - Encontro de mulheres - Avaliação de equipe - Reuniões com a Associação de estudantes -Encaminhamentos de vida de grupo

		- Planejamento da estadia - Avaliação do setor
Agropecuário	**60**	- A função da propriedade - Planejamento de atividades no ambiente educativo - Avaliação da infraestrutura - Atividades de formação - Sistematização do Estágio supervisionado - Sistematização sobre experiência na Estadia e na Sessão - Avaliação do Setor - Reunião de planejamento e acompanhamento na comissão agropecuária da associação de estudante - As atividades de retorno e a extensão rural - Plano de uso da unidade produtiva - Reunião dos coordenadores do Setor Agropecuário

3. Relacionamento externo

3.1 Parcerias (Entidades, movimentos)

Parceiro	Ação realizada	Comentário (objetivo-avaliação, etc.)
MPA	Encontro de mulheres Formação dos estudantes	O Movimento dos Pequenos Agricultores se apresenta como um grande parceiro da EFA, contribuindo com as reflexões e elevação da consciência crítica dos estudantes, sobre os problemas dos camponeses e sociedade geral. A parceria com a escola possibilita também a EFA a sediar atividades promovidas pelo Movimento.
Sindicato	Encontro das mulheres Divulgação da EFA	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa esperança, esteve presente na articulação do encontro de mulheres e se apresenta de grande responsabilidade na confirmação da PA em Boa Esperança.
Associação da comunidade	Aquisição de alimentos	Recebimento de alimentos da comunidade pelo programa do PAA e doações.
INCAPER	Formação dos estudantes	Contextualização da agroecologia no município de Boa Esperança e a nível nacional, curso de produtor sustentável integrado com informática. Divulgação da Pedagogia da Alternância.
Paróquia Local/ Associações Rurais/Sindicato/Incaper/ MPA	Atividades de divulgação da escola	Parcerias com a divulgação da escola.
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço	Encontro de Mulheres	Patrocínio para realização do Encontro de Mulheres trabalhadoras de Boa Esperança.

3.2 Poderes públicos (estadual, municipal, federal)

Parceiro	Ações realizadas	Comentário
Prefeitura Municipal de Boa Esperança - PMBE	Celebração da parceria/Termo de Fomento entre EFA e PMBE	Garantia da manutenção da EFA e continuidade da Oferta do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária.
	Secretaria de educação: Disponibilidade de transporte escolar, merenda escolar (FNDE),	Espaços de articulação que permite a realização das atividades de visita e viagens de estudo, a contribuição na alimentação dos estudantes e a

	encontros e formação para professores	participação dos monitores nas discussões das políticas educacionais do município.
	Secretaria de Meio Ambiente: fornecimento de água e podas e corte de árvores. FUNASA/Projeto de	Garantia do funcionamento da EFA com o fornecimento de água potável, colocando à disposição carro pipa e contribuindo parcialmente com o custo da água.
	Secretaria de Planejamento e Obras: articulação de projetos	Parceria no desenvolvimento de projetos para melhorias da infraestrutura, incluindo, construção de caixa de água, elaboração de projeto arquitetônico, hidráulico e elétrico de reforma da escola, neste procura-se adequar a estrutura física da instituição conforme as exigências legais.
	Secretaria de Agricultura: formações e encontros sobre o desenvolvimento rural sustentável e disponibilidade de mudas nativas, frutíferas e ornamentais	Espaço propício para difusão e reflexão da prática agroecológica como meio de desenvolvimento sustentável e solidário. Plantio ou distribuição de mudas estimulando a preservação do meio ambiente, a produção sustentável e o paisagismo.
Prefeituras Municipais de Pinheiros e São Mateus	Transporte escolar	Garantia do transporte dos estudantes que residem nos municípios vizinhos, possibilitando para alguns a continuidade dos estudos na Pedagogia da Alternância e para outros a inserção neste projeto de educação.

3.3 Legislativo (vereadores, deputados, senadores etc.)

Parceiro	Ação realizada	Comentário (objetivo-avaliação, etc.)
Deputados	Possibilidade de emenda parlamentar para o ano de 2018.	Atendimento as exigências legais para o funcionamento da EFA.
Vereadores	Sensibilização e apoio ao trabalho desenvolvido pela EFA	Espaços na sessão da Câmara de Vereadores para expor o contexto econômico e de atendimento aos estudantes, na perspectiva de fortalecimento das iniciativas de educação do campo no desenvolvimento econômico e social do nosso município.

3.4Comunidades/voluntários

Parceiro	Ação realizada	Comentário (objetivo-avaliação, etc.)
Famílias, ex-estudantes e simpatizantes com o projeto da Pedagogia da Alternância	Encontros, doações para a alimentação e trabalhos voluntários	Participar e colaborar no desenvolvimento das atividades da EFA, procurando amenizar as situações de desafios e manter as atividades de formação dos estudantes.

4. Visitas Recebidas

Categoria	Motivo	Duração aproximada (Médio por categoria)	Total de visitas
Pais	Matriculas e rematrículas	Cerca de 30 min.	60 visitas
	Casos de Vida de Grupo	Cerca de 30 min. a 1:00 hora	05 visitas
	Empenho e desempenho dos estudantes nos estudos	Cerca de 1:00 hora.	15 visitas
Escolas	Estudo e Integração	Cerca de 4:00 horas	2 Escolas e 50 estudantes
Poder público e organizações da sociedade civil.	Reuniões em vista de parcerias.	Cerca de 1:00 horas	15 reuniões.
RACEFFAES	Formação Pedagógica e articulações político-administrativas.	Cerca de 04:00 horas	10 reuniões
Total Geral			107

5. Assembleia da Associação

Quantidade de assembleia	Encaminhamentos	Nº de pais (média)
02	- Reflexão sobre "A conjuntura atual do Brasil em relação aos camponeses". - Planejamento das atividades do ano e apresentação dos principais desafios. - Aprovação dos eventos prioritários. - Formar comissão. - Adequação estatutária; - Eleição da diretoria e conselho fiscal da Associação;	50

	- Balanço das principais atividades realizadas durante o ano. - Celebração da sessão de encerramento da 4ª série 2017.	

Os programas das Assembleias estão em Anexo.

6. Estrutura física

Setores	Condição atual	Melhoria realizada	Necessidade de melhoria	Caso tenha sido feito melhorias (recurso/fonte) se não qual o valor da necessidade
Dormitórios	Regular	Conserto de telhado, ripas das camas, caixas de vaso, ventiladores, torneiras, chuveiros e telas contra mosquitos nas janelas.	Troca de ripas, pintura, revisão e reforma dos telhados e ventiladores.	Melhorias R$ 400,00 Necessidade R$ 7.000,00 Convênio e recurso da associação.
Cozinha	Ruim	Reforma do tanque externo.	Instalação de exaustor, pintura geral, troca de piso, reforma elétrica e hidráulica, utensílios, revisão e reforma do telhado e construção de bancadas.	Melhorias R$ 300,00 Necessidade R$ 4.000,00 Convênio e recurso da associação.
Refeitório	Ruim	Pintura	Pintura, forro, telhado, ventiladores, troca de piso e substituição de portas e janelas.	Melhorias R$ 100,00 Necessidade R$ 20.000,00 Convênio e recurso da associação.
Salas de aula	Regular	Conserto de ventiladores e pintura	Forro, revisão e reforma de telhado, pintura de portas, janelas e paredes.	Melhorias R$ 150,00 Necessidade R$ 8.000,00

				Convênio e recurso da associação.
Secretaria	Regular	Novos utensílios.	Pintura, ventilador, conserto de computador e materiais de trabalho.	Melhorias R$ 300,00 Necessidade R$ 700,00 Convênio e recurso da associação.
Sala de monitores	Regular		Pintura, rede elétrica, forro, telhado e piso.	Melhorias R$ 0,00 Necessidade R$ 12.000,00 Convênio e recurso da associação.
Biblioteca	Regular		Pintura, substituição de estantes, telhado, forro, piso e grades nas janelas.	Melhorias R$ 0,00 Necessidade R$ 7.000,00 Convênio e recurso da associação.
Laboratórios	Regular	Consertos de computadores.	Aquisição de computadores, instalação de ar condicionado, forro, pintura e piso, portas e janelas, materiais para o laboratório de ciências.	Melhorias R$ 400,00 Necessidade R$ 25.000,00 Convênio e recurso da associação.
Galpão	Ruim	Conserto de ferramentas	Telhado, portas, janelas, pisos, pintura, dedetização, aquisição de ferramentas em geral.	Melhorias R$ 80,00 Necessidade R$ 12.000,00 Convênio e recurso da associação.
Sala de Esportes	Regular		Janelas, pintura, piso, telhado e material esportivo.	Melhorias R$ 0,00 Necessidade R$ 6.000,00 Convênio e recurso da associação.

Banheiro externo	Ruim			Reforma geral.	Melhorias R$ 0,00 Necessidade R$ 4.000,00 Convênio e recurso da associação.
Pocilga	Ruim			Telhados, emadeiramento, cochos e bebedouros, canaletas, rede hidráulica e elétrica e aquisição de animais.	Melhorias R$ 0,00 Necessidade R$ 15.000,00 Convênio e recurso da associação.
Casa de Monitor	Regular			Telhado, forro, pintura, janelas e portas, rede elétrica e hidráulica, piso.	Melhorias R$ 0,00 Necessidade R$ 21.000,00 Convênio e recurso da associação.

7. Atividades pedagógicas (anexo planejamento e execução das atividades)

O Plano de Estudo - PE é direcionado para o trabalho em função do Tema Gerador, que é o ponto de partida para a investigação. O Tema de Estudo é o eixo norteador das atividades pedagógicas. O PE é o dispositivo necessário em vista da transformação da realidade, portanto, ele constitui o principal instrumento metodológico, é um método de pesquisa participativa; possibilita analisar os vários aspectos da realidade dos estudantes, promove uma relação autêntica na dinâmica da alternância (sessão e estadia). É ainda o canal de entrada da cultura popular para o CEFFA e é o responsável de levar para a vida cotidiana as reflexões, as questões e as conclusões.

Plano de estudo

O Plano de Estudo - PE é direcionado para o trabalho em função do Tema Gerador, que é o ponto de partida para a investigação. O Tema de Estudo é o eixo norteador das atividades pedagógicas. O PE é o mecanismo necessário em vista da transformação da realidade, portanto, ele constitui o principal instrumento metodológico, é um método de pesquisa participativa; possibilita analisar os vários aspectos da realidade dos estudantes, promove uma relação autêntica entre a vida e a escola. É ainda o canal de entrada da cultura popular para a EFA e é o responsável de levar para a vida cotidiana as reflexões, as questões e as conclusões, após a colocação em comum, é realizado a problematização e os aspectos para se aprofundados nas áreas do conhecimento.

Descrição dos Temas		Púbico atendido (Nº geral de pessoas em todos os PE)
Série	**Temas**	
1ª serie	O homem e a terra e a alimentação foram os temas geradores. Dentro do tema gerador "O Homem e a Terra" foram gerados dois planos de estudos – "O uso e aproveitamento do meio ecológico", com uma folha de observação "Sistema de criação" e a "Distribuição da terra em nossa região". No plano de estudo "Alimentação das plantações e alimentação das criações, foi orientada a folha de observação "A alimentação em nossa comunidade".	30 Pessoas
2 ª série	O tema gerador foi: "A Saúde e a reprodução". Foram realizados os planos de estudo "A saúde das plantas e Criações, foi orientado também uma folha de observação " A saúde em nossa comunidade". Foi motivado e orientado o PE estagio "Reprodução das plantações e criações", no 3º trimestre, e a folha de observação "Povo de nossa comunidade"	32 Pessoas
3 ª série	A agroecologia é o tema gerador que dá origem ao plano de estudo que foi trabalhado em vista do estágio supervisionado "Clima e energia na produção agropecuária" e mais dois PEs "Diversificação Agropecuária".	23 Pessoas
4 ª série	O tema gerador "Administração Rural". Garantiu as orientações dos planos de estudos, "Administrando o estabelecimento agropecuário", com bovinocultura leiteira, e as organizações rurais.	20 Pessoas

Obs.: Roteiro de pesquisa em anexo

7.1 . Visitas e viagens de estudo

As Visitas e Viagem de Estudo tem fundamental importância na formação integral dos estudantes das Escolas Famílias Agrícola, sendo um dispositivo que permite maior percepção das realidades da sociedade, bem como o desenvolvimento de práticas sustentáveis das comunidades de agricultores familiares.

Turmas	Nº de visita	Origem recurso
1ª série	1	Recurso próprio
2ª serie	1	Convênio
3ª série	2	Recurso próprio
4ª série	2	Recurso próprio

7.2 Serões

O serão e uma atividade pedagógica que ocorre todos os dias da sessão com duração de uma hora, organizada pelos monitores e estudantes. Esse momento se constitui como um recurso indispensável no ambiente educativo do internato, pois é um dos meios utilizados para a reflexão sobre temas diversos de interesse dos estudantes,

promovendo debates e interrogações de situações que estimulam o crescimento individual e coletivo. As reflexões passam pelos temas de auto-organização da vida de grupo, pedagógicos, políticos, sociais, de reflexão sobre aspectos transcendentais e atividades culturais.

Turma	Nº de serões	Assuntos / temas
1ª e 3ª Séries	82	Os Serões são trabalhados os conteúdos vivenciais dentro de cada série é realizada orientação quanto a sistematização das atividades vivenciais, bem como a aplicação e importância da ferramenta pedagógica, a auto-organização da turma e o perfil do estudante de cada ciclo, potencializando a formação integral do estudante, seguindo sempre a metodologia do planejamento que é: O que e como coordenar, planejamento, entre outros. Nas quartas feiras o serão é trabalhado com a coordenação da Associação de estudantes.
2ª e 4ª Séries	82	

7.3 Estágios

O Estágio Supervisionado é o meio pedagógico que apresenta um conjunto de instrumentos e métodos que fazem cumprir a etapa mais alta da formação no curso técnico profissional, levando o estudante a ser protagonista, em uma dinâmica na qual a monitoria acontece apenas no método e em algumas fontes de pesquisa.

No estágio o estudante parte da teoria para a prática e da prática para o científico, que permite ao estudante atingir um método para investigar; essa metodologia leva o (a) jovem a desvendar os problemas do cotidiano, além do senso comum, onde o conhecimento é empírico, pois a tentativa de resolver os problemas e lançarem alternativas é feita apenas a partir da observação da realidade. Já com a prática do método de estágio, a análise sistemática de problemas e as sugestões são obtidas a partir do conhecimento científico. Desse modo o (a) estudante deixará de analisar problemas a partir do senso comum e terá condições de aplicar os métodos científicos sobre qualquer situação da realidade.

Turma	Nº estagio realizados	Locais	Parecer geral sobre a turma (desempenho)
2ª	10 estágios 01 por estudante ou grupos de estudantes	O enfoque do estágio da 2ª série está nos métodos de reprodução das plantações, desta forma os locais de estágio se concentrarão em pequenos e médios viveiros da região de Boa Esperança, pinheiros e São Mateus.	A atividade de estágio foi um elemento de grande proveito na formação dos estudantes, sendo um elemento motivador para o curso, os aprofundamentos foram sistematizados e apresentados. A metodologia garantiu o protagonismo dos estudantes e a confirmação profissional.

3ª	12 estágios 03 por estudante ou grupos de estudantes	O enfoque dos estágios segue a aplicação dos planos de estudos, os locais para a realização do estágio devem possuir técnicas de convivência com os elementos climáticos que venham a diminuir os impactos negativos destes nos cultivos, que possua praticas com enfoques na transição para a agroecologia, tecnologias de adaptação e adequação aos elementos do clima (irrigação), tecnologias de conservação da água no solo, a energia na nutrição das plantas e animais, observando os fluxos energéticos e a energia no abastecimento que maquinas e equipamentos, unidades que cultive culturas anuais e perenes.	A metodologia utilizada na execução dos estágios permitiu uma preparação da pesquisa (preparação teórica) a prática, A turma avalia a metodologia de pesquisa e registro muito positiva, apresentou dificuldades iniciais quanto a nova projeção, mais foram superadas na medida em que as etapas foram concluídas.
4ª	15 estágios 03 Por estudante ou grupos de estudantes	O enfoque está na administração do estabelecimento agropecuário com bovinocultura leiteira, na realização dos planos de uso da unidade agrícola, verificação da função do administrador, o uso da mão de obra na unidade, as técnicas do manejo (nutricional, alimentar, reprodutivo) com a bovinocultura leiteira e planejamento contábil, extensão rural e a importância das organizações sociais no planejamento da produção, comercialização e na formação política.	A turma apresentou bom desempenho nas atividades de estágio, apresentando maiores dificuldades no registro do relatório, organização do tempo para esta atividade.

Obs. as unidades produtivas para a realização dos estágios devem atender aos enfoques estabelecidos.

7.4 Outras Atividades Pedagógicas realizadas (palestras, projeto das áreas, experiências, cursinhos, etc.)

Atividades		Nº por turma	Objetivo/tema
Série	Atividade		
	Intervenção-Palestra	02	Refletir sobre a evolução das técnicas de preparo e cultivo do solo e as lutas camponesas e conflitos acerca da terra em nossa região
	Cursinhos	01	Exercitar as técnicas básicas de conservação do solo, preparação de alimentação alternativa para as criações e a técnica da compostagem.

1 ª série	Atividade de retorno	01	Desenvolver com a família e comunidade técnicas de conservação do solo e reflexão sobre o papel da unidade agrícola camponesa.
	Experiência	02	Foram realizadas duas experiências uma na sessão e uma na estadia, o objetivo foi visualizar a influência dos aspectos nutricionais no desenvolvimento das plantas (sintomas de deficiência), manejo da adubação foliar (adubos alternativos) na nutrição do milho e uso de leguminosas e as melhorias das condições físicas e biológicas do solo.
	Projeto das áreas	02	O objetivo do projeto é garantir a interdisciplinaridade das disciplinas, garantindo um aprendizado contextualizado, cada projeto é tem seu tema eixo centrado no tema gerador e os respectivos PE gerados em cada tema.
2ª série	Intervenção-Palestra	02	Aprender técnicas alternativas, de bases agroecológicas no manejo de pragas e doenças, e sobre o panorama da agricultura familiar.
	Cursinho	03	Praticar o Manejo integrado de pragas e doenças, uso da homeopatia nas criações na unidade produtiva, as técnicas de reprodução das plantas.
	Experiência	01	Observar a influência dos tratamentos no aparecimento de pragas e doenças e o efeito do uso de caldas no manejo das enfermidades das plantas.
	Projeto das áreas	2	O objetivo do projeto é garantir a interdisciplinaridade das disciplinas, garantindo um aprendizado contextualizado, cada projeto é tem seu tema eixo centrado no tema gerador e os respectivos PE gerados em cada tema.
3ª série	Intervenção	02	Entender o processo de transição para a agroecologia, o fluxo de energia dentro da unidade produtiva as pequenas e médias criações nos fluxos energéticos.
	Cursinhos	02	Manjar o micro bacias hidrográfica, preservação de nascentes e encostas, instalação elétrica e funcionamento de motores agrícolas, Manejo e condução das principais culturas agrícolas da região, manejar as pequenas e médias criações.
	Experiência	01	Praticando os consórcios de plantas e observando os seus benefícios.
	Projeto das áreas	1	O objetivo do projeto é garantir a interdisciplinaridade das disciplinas, garantindo um aprendizado contextualizado, cada projeto é tem seu tema eixo centrado no tema gerador e os respectivos PE gerados em cada tema.

4 ª série	Intervenção	02	Entender a legislação e impostos rurais e o papel dos movimentos sociais no desenvolvimento dos camponeses
	Cursinhos	02	Realizando a administração do estabelecimento agropecuário e as técnicas de planejamento, os aspectos burocráticos na fundação de uma organização social (associação).
	Experiência	01	A gerência da AECEFABE (associação de estudantes) na unidade produtiva
	Projeto das áreas	1	O objetivo do projeto é garantir a interdisciplinaridade das disciplinas, garantindo um aprendizado contextualizado, cada projeto é tem seu tema eixo centrado no tema gerador e os respectivos PE gerados em cada tema.
	Projeto Profissional do Jovem	01	Verificação do nível de maturidade e contextualização do jovem, bem como seu potencial transformador na unidade produtiva e sociedade, (Anexo tema dos projetos).

7.5 Auto-organização

Tipo de ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	Importância na manutenção	Importância na formação
Tarefas	As tarefas são desenvolvidas em diversos campos na manutenção do ambiente da escola, planejamento e coordenação das atividades. Limpeza e organização dos ambientes,	Possibilita a limpeza e organização dos ambientes, implantação de culturas na unidade produtiva, colheitas e beneficiamento de alimentos.	Importância do trabalho coletivo, vencimento dos preconceitos dos trabalhos (gênero), a técnica e habilidades nas diversas atividades, coordenar e ser coordenado, respeito ao ambiente coletivo.
Assembleias	São realizadas 02 assembleias anuais, caráter de planejamento e avaliação anual.	Possibilita a efetiva maior percepção da organização dos estudantes e sua abrangência de atuação no cotidiano.	Estimular o espírito de coletivismo eleva a capacidade de coordenação e corresponsabilidade
Serões de reflexão integração	Atividade de caráter lúdica, de integração do coletivo e reflexivo sobre temas de caráter socioambiental, e relacionados a dificuldades internas e suas origens (estímulos) em nossa sociedade.	Mantém o grupo ativo, animados para a atividade cotidiana.	Estimula o conhecimento das culturas regionais, aumentar a percepção da realidade crítica, potencializa o sujeito protagonista nas relações.
Momentos de esporte	Ao final das atividades práticas e no dia	Organização da atividade de	Estimulo ao protagonismo,

	especifico de esporte os estudantes organizam o momento de esporte (sob previa orientação da comissão de integração).	esporte na escola compra de materiais esportivos através da AECEFFABE.	coordenação e responsabilidade.
Campanhas	Campanhas junto as famílias para a manutenção, utensílios...	Manutenção de utensílios, copos, talheres...	Estimular a participação dos parceiros como responsáveis no processo de educação.

8. Avaliações

A avaliação da EFA tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do processo educativo, medindo e quantificando a partir de um diagnóstico e embasado nos fundamentos da Zona proximal do aprendizado, são avaliados diversos elementos afim da verificação das competências dos ciclos, garantindo a formação integral do sujeito.

Tipo de avaliação	Quem participa	Quantidade realizada
Avaliação de Habilidade e convivência	Auto avaliação, família, colegas e monitores	03
Avaliação de sessão	Estudantes, os monitores participam de forma indireta, colaborando nas reflexões e encaminhamentos.	20
Avaliação de setores (comissões)	Estudantes, os monitores participam de forma indireta, colaborando nas reflexões e encaminhamentos.	20
Avaliação coletiva	Estudantes (03 avaliações por turma)	12
Projeto das áreas	Estudantes	12
Avaliação final	Estudantes (01 por turma)	04
Avaliação por disciplina	Estudantes (01 vez por trimestre)	12
Caderno da realidade	Estudantes (01 vez por trimestre	12
Caderno de acompanhamento	Estudantes (02 vezes por trimestre)	24

8.1 Eventos realizados

Os eventos promovidos pela EFA vieram a atender o Plano nacional de Formação, tanto dos estudantes como das famílias, neste intuído tivemos grandes contribuições, na qual podemos destacar o Encontro de famílias e lideranças e o Encontro de Mulheres Camponesas da EFA de Boa Esperança.

Evento	Temas abordados	Nº participante	Recursos / fontes

Encontro de mulheres	O preconceito e violência de sexo e gênero contra a mulher.	130	Projeto com CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), apoio Prefeitura Municipal de Boa esperança, Sindicato dos trabalhadores Rurais, e Doações de famílias, monitores, assessores e comércio e etc.

8.2 Visita às famílias

Turma	Nº de visitas realizadas	Duração (média) – visita	Realizado POR TURMA
1ª	25	**2h**	**1 ou 2 vezes ano**
2ª	08	**2h**	**1 vez por ano**
3ª	02	**2h**	**1 vez por ano**
4ª	-	-	-

8.3 Formação das famílias

Temas trabalhados	Nº de participantes GERAL	Nº de encontros
Conjuntura atual do Brasil com relação aos camponeses	60	01

Obs.: As formações das famílias aconteceram em forma de encontro e muitas vezes de forma a atender demandas mais específicas da família com a sua vinda na escola ou mesmo a ida dos monitores as casas das famílias.

8.4 Participação em atividades externas

Tipo de evento	Assunto /tema tratado
Seminários organizados pelo RACEFFAES e IFES	2º Seminário da Pedagogia da Alternância
Encontros Regionais de monitores	XXIX E XXX encontro regional de monitores e monitoras dos CEFFAs, - preparação para o plano de estudo coletivo" Cuidando dos bens da natureza e produzindo vida através da agroecologia
Seminário Regional de Agroecologia	Princípios e experiências agroecológicas

9. Unidade produtiva

O Ambiente Educativo da EFABE desenvolve vital importância na formação integral dos jovens, dos quais podemos destacar o trabalho em equipe, aspectos técnicos, ecológicos e outros. As atividades são desenvolvidas (planejada) dentro das instâncias de gerência compartilhada (Família, Monitor e Estudantes) da EFA, opôs planejamento anual, o planejamento semanal das atividades dos setores acontece através da estrutura da auto-organização no exercício dos estudantes de último ciclo – planejar e coordenar.

Setores	Principais atividades desenvolvidas
COMISSÃO AGROPECUÁRIA	O manejo das ervas espontâneas (plantio de leguminosas, plantio de anuais, experiência na escola) e os tratos culturais que a cultura necessita (poda, adubação, irrigação...). Nas hortaliças realizou-se, limpeza da área, confecção de canteiros, semeadura, produção de estaleiro de tomate, irrigação e tratos culturais que cada cultura exige (capina, irrigação, controle de pragas e doenças, rotação de canteiros, confecção de covas, colheitas). Trabalharam as culturas de alface, couve, beterraba, cenoura, cebolinha, coentro, taioba, brócolis, feijão de corda, milho verde, abóbora, salsa, batata doce, rabanete, agrião, tomate, aipim, pepino, repolho e entre outros. **Pocilga**: Reparos dos cochos dentro das baias e dos bebedouros. **Área de pastagem:** Revisão da cerca e aluguel do pasto.
COMISSÃO DE REFEITÓRIO E COZINHA	Beneficiamento de alimentos (lavagem, limpeza e armazenagem), limpeza do refeitório, cozinha e anexo, organização e limpeza da dispensa, construção de cardápio, sistematização da organização do refeitório, retirar lenha, organização de campanhas, armazenamentos de compras, distribuição de materiais de limpeza e reparos dos materiais de limpeza.

COMISSÃO DE DORMITÓRIO E INTEGRAÇÃO	Zelar pelo ambiente de lazer junto ao ambiente educativo. Garantir a organização do serão da associação. Limpeza dos dormitórios periodicamente, reparos hidráulicos e outros. Zelar pela organização dos dormitórios, banheiros e área de serviço.
COMISSÃO DE AMBIENTE EDUCATIVO.	Atividades de Manutenção do pátio (limpeza dos canteiros, poda das árvores, condução das plantas ornamentais, irrigação, roçada da grama, mesas de estudo, controle de pixixica, plantio de plantas em vaso, disposição de plantas no ambiente). Limpeza e organização periódicas dos prédios do ambiente educativo (salas de estudo, sala dos monitores, laboratórios, secretaria e cabana).

10. Conclusões

Situação de avanços	Situações de dificuldades	Propostas
Plano de formação dos estudantes: diagnóstico das dificuldades; o sistema de auto-organização da associação estudantes; a metodologia de encaminhamentos dos casos e as condições dos monitores em caminhar casos, em síntese é a evolução da percepção superficial do valor pedagógico e o desafio que é a vida de grupo na alternância, oferece para transformar situações negativas em situações otimizadas.	Entender a verdadeira causa dos fatos da vi grupo e Interpreta-las com base em qual mo toda abrangência. Que a envolve, a diferença do mesmo fato em Circunstâncias.	Cada monitor fazer ou ter o cuida do de ler as Propostas das normas, estatuto. Entender que a associação como instrumentos de organização e Teorias psicopedagógicas. Em nível de trabalhar Os fatos através de avaliação de sessão. (ativar a avaliação de sessão através das Comissões de acordo com o planejamento). - Fazer a sistematização dos fatos para expor na reunião de segunda feira.

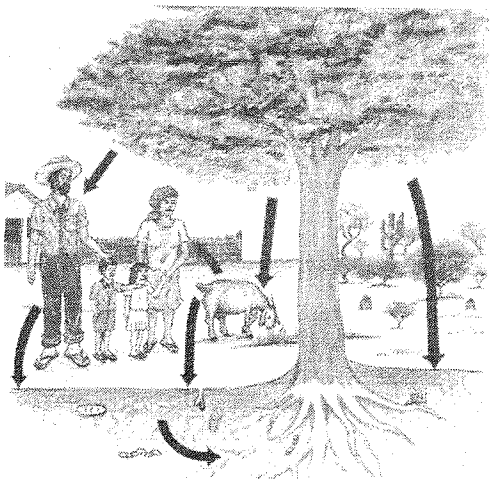
Conteúdos vivenciais - Projeção do 4º Ciclo - Sistema da projeção das experiências pedagógica agropecuárias. - Projeção do sistema de estágio supervisionado.	- Os monitores acompanhar a metodologia; - Cumprir o programa das atividades vivenciais	- Reuniões de formação e exercícios de dinâmicas nas práticas de conteúdos vivenciais.
Plano de Curso - Projeção do projeto das áreas.	- Consumo da carga horária com atividades de vida de grupo e a velocidade da resposta dos estudantes ; - Aproveitamento da estadia para o desenvolvimento do Plano de curso e formação das famílias.	- Intensificar as visitas as famílias com base num plano sistematizado pedagogicamente.
Pedagógico:		
- Articulação do setor pedagógico	- Reunião para preparar motivação das atividades, (sistematizar as atividades pedagógicas e ativação para as (reuniões do setor). - Valorização pragmática e pouca teoria (nem todos valorizam as reflexões do setor.)	- Continuar as reflexões sobre a práxis e dialética do sistema pedagógico da alternância para superar atuação pragmática.
Administrativo:		
- Adequação da unidade as exigências da nova lei de parcerias. - Parcerias com o poder público para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas (transporte escolar, manutenções na unidade produtiva, serviço de abastecimento de água, realizações de visitas de estudo, etc.) - Aumento do número de estudantes. - Participação nas atividades do Comitê Municipal de Educação do Campo.	- Concretização da parceria e manutenção da escola. - Reparos, reformas, reposição de equipamentos e adequação do espaço em vista da exigência do termo de ajustamento de conduta. - Participação parcial das famílias, condicionada especialmente, pela localização geográfica e pelas relações de trabalho em que estão envolvidas. - A expansão da educação do campo no município de Boa Esperança em vista da demanda de novas matrículas;	- Dar continuidade as articulações para firmar a parceria e desenvolver outras formas de angariar recursos para manutenção da escola. - Continuar a contribuição com o comitê municipal de educação do campo na perspectiva da expansão da Pedagogia da Alternância para as escolas públicas que atendem os estudantes do campo.

Agropecuário:		
- Articulação em vista do plano de estudo coletivo.	- Articulação do setor a nível regional (dificuldade de garantir as reuniões); - Manutenção das atividades do setor devido a restrição hídrica resultado das condições climáticas.	- Garantir reunião de planejamento do setor no início das atividades no ano letivo 2018; - Reforma da represa e perfuração de poço artesiano, buscando garantir as atividades da escola e consequentemente do setor.
Os pontos relevantes extraídos da avaliação de Equipe; Sistematização do projeto das áreas; Sistematizar as avaliações das sessões.	- Fazer o mapa dessas atividades e fazer as orientações	Como o pedagógico pode ajudar na sistematização do acompanhamento das turmas.

ANEXOS

Escola Família Agrícola de Boa Esperança

TEMA: A ALIMENTAÇÃO DAS CRIAÇÕES E PLANTAÇÕES



A alimentação é um elemento primordial para manter a vida das plantações, criações e também do homem e da mulher. A natureza sempre ofereceu alimentos para os seres vivos, e a partir do momento que o ser humano descobre que é possível cultivar a terra e manejar criações, começa-se a desenvolver novas formas de alimentar as plantas e animais pois percebe que para uma boa produção e saúde destes ele depende de uma alimentação saudável, de qualidade, que consequentemente será também uma boa alimentação para o próprio homem.

Com o passar do tempo foram utilizadas diferentes tipos e formas de alimentação na lida com as plantações e criações em nossas propriedades, no entanto, tem-se falado que na atualidade o agricultor está muito dependente de produtos industrializados e que isso pode gerar desperdícios e inseguranças para estes produtores.

Vamos através deste PE, conhecer como está a alimentação das plantas e criações nas propriedades em nossa Comunidade.

Abrangência: Em uma ou mais unidades produtivas, atingindo o máximo de tipos de plantações e criações, priorizando unidades produtivas diversificadas onde as plantações e criações sejam valorizadas em quantidade e qualidade.

OBSERVAR E DESCREVER:

Plantações:

- Tipos;
- Aparência;
- Sinais de pragas e doenças;
- Disponibilidade de água.

Criações:

- Tipos;
- Raças;
- Instalações (estrutura e higiene);
- Aparência dos alimentos fornecidos.
- Água (fonte, distribuição e aparência).

1) Quais os alimentos/adubos que são fornecidos para as plantações? De que forma eles são fornecidos e com qual frequência? Qual a origem deste adubo?

Adubo	Forma de aplicação	Frequência	Origem

2) Quais são os alimentos fornecidos para as criações? Como é fornecido e qual a origem destes alimentos?

Tipo de Criação	Alimentação		Como é fornecido
	Tipo	Origem	

3) Existem cuidados que devem ser tomados no fornecimento de alimentos para as criações e adubação nas plantações? Se sim, quais e por quê?

4) São encontradas dificuldades para alimentação das plantas e criações? Quais os motivos?

5) Existe alguma integração entre tipos de plantações? E entre plantações e criações? Quais? E quais tem sido os resultados?

6) Quais são as vantagens e desvantagens dos adubos utilizados nas plantações e dos alimentos fornecidos para as criações? E as vantagens e desvantagens quanto a forma de aplicação e fornecimento destes alimentos?

Tipo de adubo e forma de aplicação	Vantagens	Desvantagens

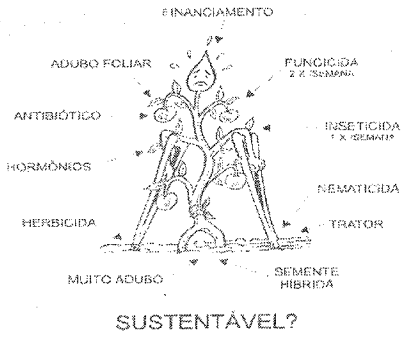
Tipo de alimentação e forma de aplicação	Vantagens	Desvantagens

7) Percebemos alguma mudança de antigamente para hoje no tipo de alimento fornecido e na maneira de alimentar as criações? E nos adubos e formas de aplicação nas plantações? Quais?

8) Temos preocupações ou boas perspectivas quanto a alimentação das plantações e criações? Quais?

Anexo 02 – Roteiros de Plano de Estudo 2ª serie

A SAÚDE DAS PLANTAÇÕES E CRIAÇÕES EM NOSSA REGIÃO



A saúde é um estado de bem estar de qualquer ser, e até mesmo do solo, da água e do ar. Todos dependem de um bom estado de saúde para produzir, como diz a cientista PRIMAVESI, "solo saudável, plantas saudáveis. Plantas saudáveis, pessoas saudáveis. Pessoas saudáveis, sociedade saudável".

Um ambiente saudável com criações e plantas saudáveis é o que mais desejam as pessoas e famílias que vivem no campo como também os que vivem na cidade, pois isto desrespeito diretamente a alimentação, que é a fonte base de toda saúde. No entanto, o aparecimento e aumento de pragas e doenças tem sido um grande desafio para garantir um bom estado de saúde de nossas plantações e criações, exigindo maiores conhecimentos e técnicas, bem como de novos produtos para controle das mesmas.

Para conhecer mais sobre essa realidade, nossas comunidades e região, estamos realizando este plano de estudo.

Abrangência: Se a unidade produtiva é diversificada com criações e plantações e usam produtos tanto convencionais como alternativo, já é suficiente para contemplar a pesquisa, caso falte algum elemento da abrangência, visite outros locais para observar e dialogar nos pontos em que forem necessários.

Pontos de observação:

- Aparência e condições do solo nas diversas áreas da unidade produtiva, indicando através de um croqui;
- Aparência geral das plantações e criações em relação ao estado de saúde (na medida do possível, ilustrar ou fotografar as situações que mais chamam atenção);
- Identificar os aspectos dos cuidados e higiene nas instalações, áreas de plantação e criação, e dos recursos hídricos (coletar ou fotografar rótulos dos produtos usados no controle das pragas e doenças das plantações e criações).

Entrevista sobre as plantações

1. As pragas e doenças que atacam nossas plantações:

Plantações	Pragas e doenças	Sintomas	Época-condição	Consequências

2. As formas de controle de pragas e doenças em nossas plantações

Pragas e doenças	Controle	
	Produto-dosagem	Forma de aplicação

*Quais pragas e doenças são mais danosas para nossas plantações? Por que?

3. Usamos técnicas ou métodos de prevenção das pragas e doenças? Quais?
4. Analisando a maneira que utilizamos para controlar as pragas e doenças nas plantações, vemos vantagens? Quais? Vemos desvantagens também? Quais?
5. Quando escolhemos sementes ou mudas, consideramos a resistência as pragas e doenças das plantas que vamos cultivar?
6. Se ouve muitos comentários que de antigamente para hoje aumentaram o ataque de pragas e doenças. O que mudou quanto ao tipo de pragas e doenças e o modo de prevenção e controle?
7. Os agricultores de nossa região manifestam preocupação sobre o ataque de pragas e doenças nas plantações? O que eles comentam?
8. Existem pessoas em nossa região buscando alternativas para prevenção e controle de pragas e doenças das plantações? Comente sobre essas experiências.

Entrevista sobre as criações

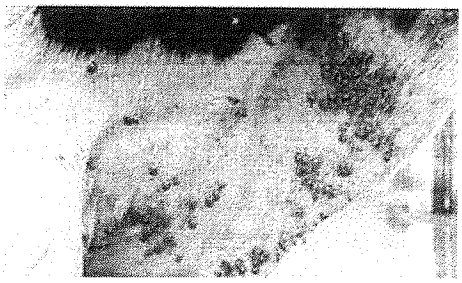
1. As pragas e doenças que atacam nossas criações:

Criação	**Pragas e doenças**	**Sintomas**	**Época /Motivo**	**Controle (produtos e dosagem)**

*Usamos calendário de vacinação? Como ele é?

OBS.: Organizar o calendário da seguinte forma:

Criação	Meses								
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agos	...



2. Consideramos a origem da criação em relação ao ataque de pragas e doenças? Por que?
3. Quais os fatores ou condições que mais influenciam no aparecimento de pragas e doenças das criações?
4. Analisando a maneira que utilizamos para controlar as pragas e doenças nas criações, vemos vantagens? Quais? Vemos desvantagens também? Quais?
5. Se ouve muitos comentários que de antigamente para hoje aumentaram o ataque de pragas e doenças. O que mudou quanto ao tipo de pragas e doenças e o modo de prevenção e controle? O que foi bom e o que foi ruim?
6. Os agricultores de nossa região manifestam preocupação sobre o ataque de pragas e doenças das criações? O que eles comentam?
7. Existem pessoas em nossa região buscando alternativas para prevenção e controle de pragas e doenças das criações? Comente sobre essas experiências.

Acompanhamento:

Acompanhar e descrever atividades de controle de pragas e doenças de plantações e criações, e descrever a forma, bem como as técnicas e recursos usados.

OBS.: Ter cuidado em relação ao manejo com venenos

Assinaturas:

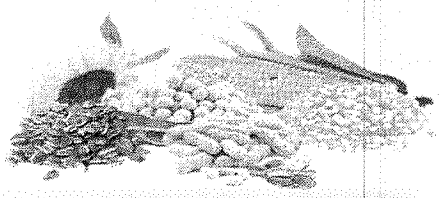
_____

_____

_____

_____

_____



REPRODUÇÃO DAS PLANTAÇÕES E CRIAÇÕES

O processo de seleção das melhores plantas e criações na perspectiva de dar continuidade na produção, com qualidade e quantidade, é uma prática desenvolvida pelos camponeses desde a antiguidade. Esta prática proporcionou um acúmulo de técnicas reprodutivas e garantiu uma diversidade de culturas e criações adaptadas as distintas realidades e necessidades do campo e dos camponeses. No entanto, com o avanço do agronegócio, boa parte das atividades e técnicas de reprodução foram tomadas pelas empresas especializadas, de forma que muitos camponeses passaram a consumir tanto as técnicas de reprodução, como também outras tecnologias exigidas por este modelo, o que comprometeu a autonomia dos camponeses

Por isso, com esse plano de estudo queremos pesquisar sobre a reprodução das plantações e criações conhecendo as experiências das famílias de nossa comunidade e em um local especializado (viveiro).

1. Abrangência:

- Em uma comunidade pesquisar as diversas experiências sobre reprodução das plantas e criações. (No mínimo 3 unidades produtivas)
- Em local especializado (viveiro), considerando que é necessário observação de pelo menos duas ou três espécies diferentes. No caso de não houver possibilidade em apenas um viveiro visitar outros.

2- Pontos de observação e acompanhamento:

Na comunidade:

- Através de um mapa da comunidade localizar as experiências a serem pesquisadas.
- Em todo processo de pesquisa das experiências considerar os elementos seguintes:
  - ✓ Maneiras de coletar muda na forma de estaca, broto, clone (Exemplo: mandioca, bananeira, plantas ornamentais, batata, inhame, hortaliças, abacaxi, cana);
  - ✓ Sementeiras e germinador de sementes de hortaliças e coco;
  - ✓ Coleta e armazenamento de semente para plantios posteriores;
  - ✓ Formas e cuidados na reprodução de aves, suínos, bovinos, etc., incluindo seleção de reprodutores e matrizes.
  - ✓ Descrever os locais, instalações, tamanhos, materiais utilizados, cuidados necessários no desenvolvimento da atividade e outros recursos empregados.

No local especializado (viveiro):

- Através de croqui desenvolver a demonstração da estrutura do viveiro, descrevendo as condições do entorno (acesso, iluminação, ventilação);

- Acompanhar participando das atividades que estiverem acontecendo em relação ao tema, procurando descrever:
  - ✓ Horários;
  - ✓ Mao-de-obra empregada;
  - ✓ Técnicas;
  - ✓ Cuidados;
  - ✓ Dificuldades;
  - ✓ Alternativas;
  - ✓ Tempo gasto.
  - ✓ Aparência e Qualidade das mudas.

Roteiro para entrevista

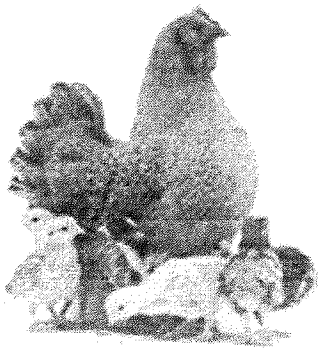
Na comunidade:

1- Utilizar a tabela abaixo para descrever as formas de reprodução das plantações e criações das experiências nas comunidades:

Tipo de planta ou criação (variedade/raça)	Origem do material reprodutivo	Maneiras ou técnicas que realiza reprodução	Materiais ou ferramentas utilizadas	Vantagens e desvantagens da técnica utilizada

Das técnicas relatadas anteriormente, quais conhecimentos são fruto das tradições das famílias?

2- Principais cuidados que temos no processo de reprodução de cada planta e criação em relação:
   - Ataque de pragas e doenças;
   - Irrigação e nutrição das plantas em sementeiras e mudas em brotação;
   - Conservação de sementes;
   - Coletas de mudas (gema, broto, estacas, etc.);
   - Cuidados com a nutrição de reprodutores, matrizes e recém-nascidos;
   - Manutenção e limpeza das instalações.



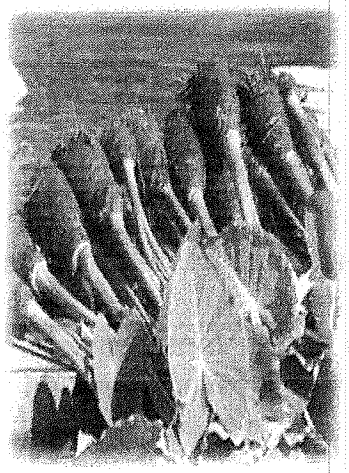
3- Podemos destacar algum desafio no desenvolvimento das técnicas de reprodução das plantas e criações? Se sim, quais seriam os desafios e os motivos destes?

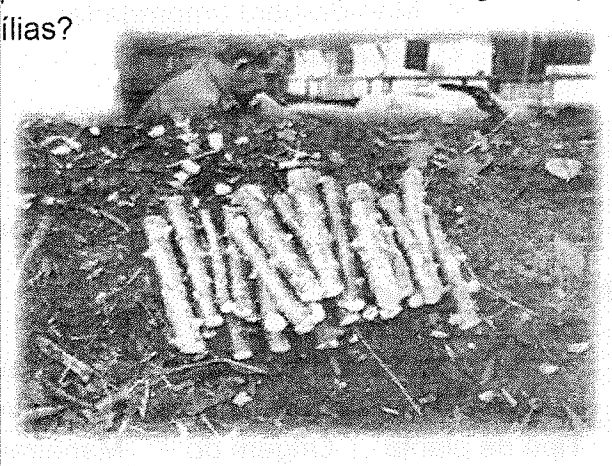
4- Na reprodução de cada plantação e de cada criação fazemos planejamento? De que maneira? Existe influência das fases da lua nesse planejamento? Quais?

5- De antigamente para hoje o que é diferente e o que é semelhante em relação à reprodução das plantações das criações? As mudanças que aconteceram trouxeram vantagens ou desvantagens?

6- A família tem pretensões de conhecer novas técnicas de reprodução das plantas e criações, em vista de aplica-las na U.P?

7- As novas tecnologias trouxeram influência para a reprodução das plantações e criações das famílias do campo? Entre as sementes, mudas, matrizes e reprodutores usados pelas famílias da comunidade que são trazidas de fora, existe alguma que pode ser produzida pelas próprias famílias? Quais?



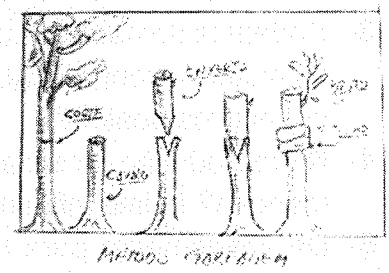


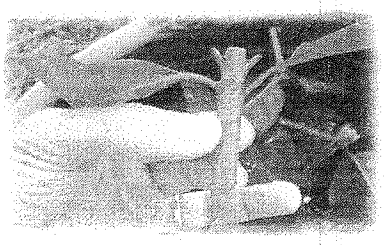
No local especializado (viveiro):

1- Quando e como iniciou o trabalho de reprodução das plantas? O que motivou? Como tem sido a evolução da atividade?
2- Utilizar a tabela abaixo para descrever as formas de reprodução das plantas do viveiro:

Tipo/variedade de planta	Maneiras ou técnicas que realiza reprodução	Materiais ou ferramentas utilizadas	Vantagens e desvantagens da técnica utilizada

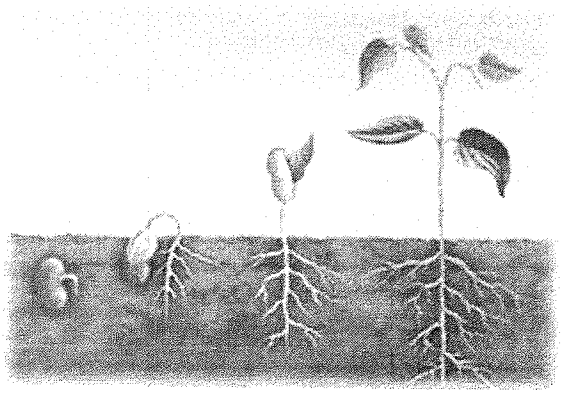
3- Quais os principais procedimentos na reprodução e os cuidados:
   - Escolha, coleta, preparo e plantio de clones, estacas, sementes, etc.;
   - Umidade, temperatura, ventilação;
   - Controle do desenvolvimento e aclimatação e transporte das mudas.





4- Como fazemos a composição do substrato e manejo nutricional? Há diferenças em relação ao tipo de planta?
5-Quais as principais pragas e doenças que atacam as mudas e como fazemos o controle?
6-Quais as exigências burocráticas legais para funcionamento do viveiro?

7- Como é a estrutura e funcionamento da irrigação? Enfrentamos alguma dificuldade de manejo? Quais?
8- Como é desenvolvido o planejamento nos aspectos da produção, mão-de-obra, finanças e comercialização? Encontra desafios no planejamento ou até mesmo na direção das atividades? Quais?
9- O clima possui influência especifica na produção e comercialização das mudas? Se sim, de que forma?
10- Houve mudanças de antes para hoje nas atividades do viveiro em relação as técnicas utilizadas, quantidade e qualidade das mudas e aspectos legais do viveiro? Quais? Por quê?
11- Fale um pouco sobre a influência e atuação do viveiro considerando a abrangência local e regional.
12- Quais perspectivas o produtor aponta visto a atividade atual de produção de mudas?

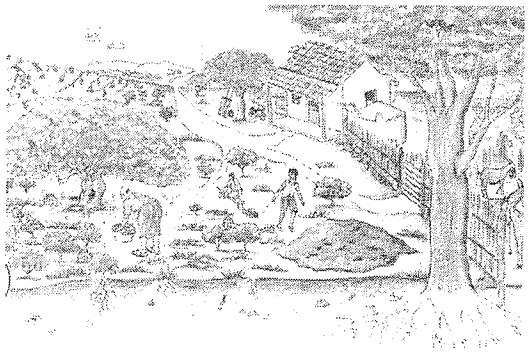


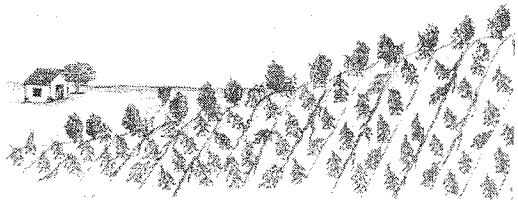
"Ai de nós se por nossa culpa a semente morrer semente".

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA – 2017

FATORES CLIMÁTICOS E ENERGÉTICOS E SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO AGROPECUÁRIO DE NOSSA REGIÃO.

O Clima e Energia tem sua origem na própria natureza, manifestada de diferentes formas em diferentes lugares. As atividades agropecuárias, seja de nossa região como em geral, no passado e no presente, envolve





diretamente com os fatores e elementos do clima, das fontes e uso da energia e da água. Isso acontece tanto na fase primária, que é a produção em si, como na fase de beneficiamento e industrialização, a chamada fase secundária e mesmo nos serviços ligados a essas fases como transporte, serviços administrativos, apoio técnico e serviços domésticos. Tendo em vista a influência destes elementos tanto para o campo, como para a cidade, é comum se ouvir os comentário e preocupações a respeito deste assunto, tanto sobre as mudanças climáticas, como a escassez de água, alterações no ciclo das chuvas e dificuldades ligadas ao uso e consumo das fontes de energia.

Desta forma, temos a finalidade de através deste Plano de estudo como tem-se percebido a interferência dos fatores climáticos e do uso das fontes de energia na agropecuária, e quais alternativas tem sido proposto para melhor conviver com as mesmas.

Abrangência:

Realizar as atividades deste estágio atingindo o tempo mínimo legal de 20 horas, em três ou mais dias, em uma ou diversas unidades produtivas que desenvolvam atividades relacionadas ao aproveitamento e reaproveitamento das fontes de energia e a convivência com os fatores do clima.

- Utilização de energia eólica, solar, hidráulica em moinhos, beneficiamento de alimentos (fermentação, destilação, secagem e desidratação), reciclagem de nutrientes através de compostagem, biofertilizantes, biodigestores, fenação, silagem;
- Alternativas para adaptação e convivência com clima: técnicas de captação de agua da chuva, preservação dos recursos hídricos, conservação da água no solo, sistemas de irrigação, sombreamento, quebra ventos, técnicas de climatização de ambientes; técnicas que favoreçam um microclima favorável.

Orientações para desenvolvimento da pesquisa

- Apresentação dos (as) estagiários (as), da escola, e do tema, objetivo e duração da atividade;
- Utilizar roupas adequadas para cada tipo de atividade a ser desenvolvida, prezando pela apresentação e segurança do estagiário;
- Desenvolver primeiro o acompanhamento das atividades, e finalizar com a entrevista, cuidando para não ser repetitivo no diálogo;
- Favorecer um diálogo de valorização dos saberes do entrevistado, desenvolver as perguntas de forma clara, e cuidar do uso de gírias ou palavreados durante a pesquisa que possam constranger as pessoas;

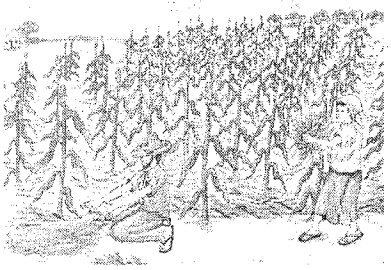
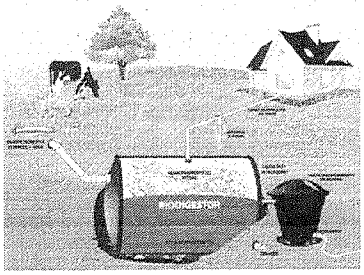
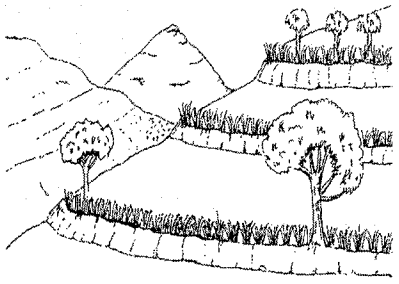
Observações

- Observar e descrever o panorama físico da região, construir um mapa de localização das pesquisas, indicando neste os recursos naturais existentes nas proximidades das unidades produtivas pesquisadas;
- Construir um croqui do (s) local (s) pesquisado (s) destacando os arranjos produtivos e apontando os locais onde existem fontes e aproveitamento da energia e água e são desenvolvidas técnicas de convivência com o clima.
- As formas de utilização das diversas fontes de energia;

- A utilização, preservação e degradação das fontes de água;
- Técnicas de preservar a água no solo, nas fontes e de poupar no uso de irrigação;
- Técnicas utilizadas para amenizar efeitos de temperatura (climatização e ventilação nos ambientes do campo e das instalações);
- Possíveis efeitos dos fatores climáticos sobre as atividades agropecuárias;
- Alternativas de convivência com as mudanças climáticas
- Registro com fotos e ideias de ilustrações e citações para o relatório.

Acompanhamento

- Acompanhar observando e discutindo as atividades que tem envolvimento com o clima e a energia, comentando as técnicas e instrumentos utilizados. Fazer registros escritos e fotográficos.

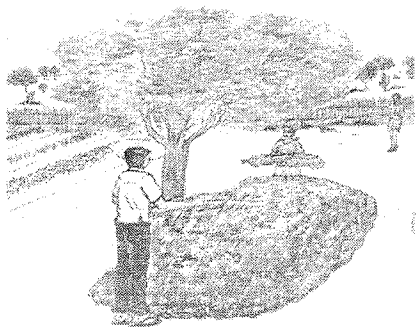




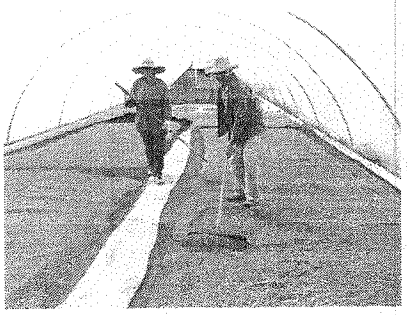
Entrevista

1. Quais as atividades produtivas desenvolvidas na U.P.? Destas quais possuem mais participação na renda da família?
2. Existe alguma integração entre as atividades produtivas? Se sim, quais?
3. Quais técnicas são adotadas para melhor conviver com os fatores do clima?
4. Utilize a tabela abaixo para indicar as fontes, utilização e manejo dos recursos hídricos:

Fontes e captação de água	Forma de Utilização	Manejo e conservação

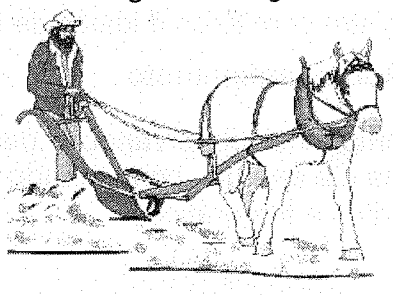
5. É desenvolvido alguma técnica de acompanhamento e controle de umidade e temperatura nos ambientes e no solo? Se sim, como é feita?
6. No caso de racionamento de uso de água é feito de que maneira e em quais circunstâncias?
7. Quem é responsável e como é feita a identificação de reparos em situações relacionadas à água?
   -E em situações relacionadas as tecnologias agropecuárias? (Como trator, maquinas em geral, implementos e outros)
8. Quais as fontes de energia empregadas e as técnicas ou formas de utilização tanto no setor primário, secundário e terciário? (Biomassa, biocombustível, solar, eólica, elétrica, humana, animal, gravidade, orgânica e sintética –adubos químicos)





9. Do preparo do solo ao beneficiamento, industrialização e armazenamento como é o manejo do uso da energia (natural, orgânica, química e elétrica) seja nas atividades agrícolas seja na pecuária?

10. Como funcionam as relações formais (legais), de manutenção do emprego e uso da energia e da água?



11. De que maneira os arranjos agropecuários da unidade produtiva contribuem ou desfavorecem a convivência com o clima e o uso das fontes de energia disponíveis?

12. Como as condições do clima tem influenciado no planejamento e no calendário agropecuário?

13. O aparecimento de novas tecnologias agropecuárias tem influenciado de algumas forma nas atividades produtivas no que diz respeito a convivência com clima e aproveitamento das fontes de energia?

14. Quais as principais vantagens e desvantagens da forma de uso da energia e da água em cada atividade ou sistema específico?

Atividade ou sistema	Vantagens	Desvantagens

15. Quais as mudanças que ocorreram de antigamente para hoje nas formas de uso e aproveitamento de energia e nas alternativas para lidar com os fenômenos climáticos? O que influenciou essas mudanças?

16. Com relação a convivência com os fatores do clima e utilização da água e energia, em quais aspectos os agricultores manifestam mais preocupações?

17. De modo geral as formas encontradas para enfrentar os desafios relacionados às mudanças climáticas e uso da água e energia na produção agropecuária tem sido alternativas ou não? Por quê?

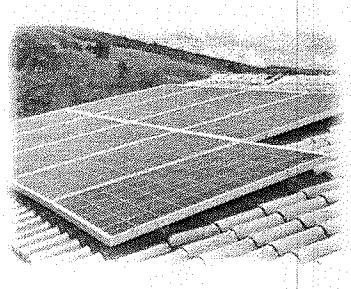
ASSINATURAS:

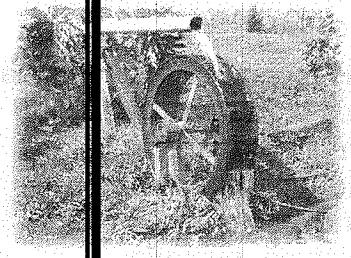
_____

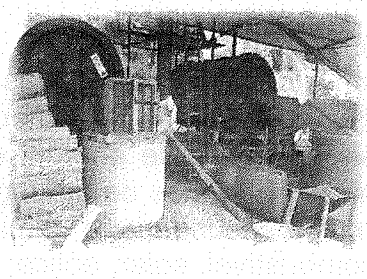
_____

_____

_____







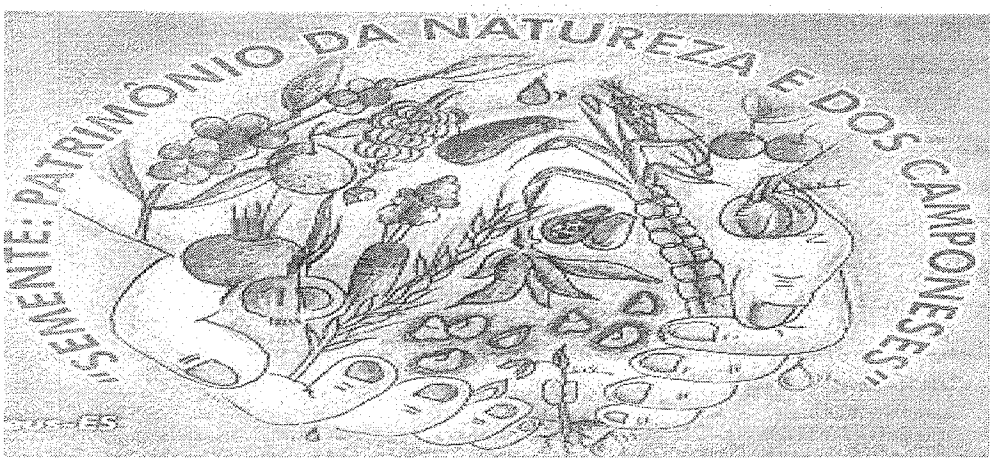
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA – MEPES

13/12/2017

Anexo 03 – Roteiros de Plano de Estudo 3ª serie

Escola Família Agrícola de Boa Esperança

A DIVERTIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA EM NOSSA REGIÃO



A natureza é a matriz da diversificação das plantações e criações, que na maioria das vezes se apresenta em diversos lugares em forma de consórcio entre plantas e animais. Os povos camponeses antigos de todas as partes do mundo, e mais tarde, as empresas de colonização principalmente da Europa, ajudaram a distribuir e integrar vários tipos de plantas e criações levando-a de um lugar para o outro, num processo de adaptação que acontece até hoje através de trabalhos de pesquisa e laboratório e pelos camponeses da agricultura familiar.

Por outro lado, por interesse das empresas de mercado internacional foi criado o sistema de plantação, o mesmo que monocultivo padronizado que desembocou no que se costuma chamar agricultura moderna ou agronegócio; Colocando para o sistema de diversificação e consorciação um desafio para continuar resistindo e se renovando. Apesar dos estudos e experiências mostrarem as desvantagens da monocultura da agricultura moderna e as vantagens da diversificação os interesses e politicas das grandes empresas são mantidos.

Com o intuito de aprimorar os conhecimentos e refletir como essa situação vem acontecendo em nossa realidade, estamos realizando esse plano de estudo

1. **Abrangência:**

   Em cada estágio identificar um ou mais locais que ofereçam no mínimo 3 atividades em plantações, criações ou mistas e que tenha bom nível tecnológico, onde em uma das unidades produtivas haja a integração de no mínimo 2 culturas ou criações.

   Caso não tenha unidades produtivas diversificadas que deem conta da abrangência realizar um mais de uma unidade analisando as possibilidades de integração.

2. **Roteiro de observação:**

2.1 Históricos da unidade produtiva

- Localização e panorama físico, econômico e social da região;
- Projeção de aproveitamento dos arranjos produtivos e infraestrutura;

2.2 Histórico das criações e plantações escolhidas:

- Planejamento e implantação;

2.3 Instalações, equipamentos e insumos utilizados:

- Geral da unidade produtiva;
- Em cada plantação e criação;

2.4 Características gerais do sistema utilizado na plantação e criação;

2.5 Exigências climáticas e de adaptação da plantação ou criação:

- Sistema de irrigação para plantações e pastagens;
- Fornecimento de água para as criações;

2.6 Manejo nutricional (crescimento, reprodutivo e produção):

- Formas de adubação;
- Produção e fornecimento dos alimentos;

2.7 Manejo de condução sanitária de cada plantação e criação:

- Limpeza (controle de pragas e doenças);

2.8 Colheita ou coleta, beneficiamento e comercialização (exigência de mercado e burocrática) da produção de cada plantação e criação;

2.9 Utilização de subprodutos;

2.10 Fluxos de integração; Cultura-cultura, cultura-criação, criação-cultura e criação-criação.

3 **Observações:**

3.1 Observar a localização e o panorama físico econômico e social da região desenvolvendo croquis e descrições e da mesma forma a unidade produtiva;

3.2 Realizar a descrição e análise do aproveitamento, arranjos seus enfoques agroecológicos e convencionais;

3.3 Descrever e ilustrar as principais instalações, equipamentos e infraestrutura que envolve diretamente as plantações ou criações;

3.4 Descrição geral do sistema de cultivo de cada plantação e criação – organização e técnicas aplicadas – insumos usados aproveitamento de subprodutos e integração de culturas;

3.5 Observar e descrever as relações sociais de trabalho, planejamento e orientações;

4 **Entrevista**

4.1 Através do roteiro de observação, fazer pergunta sobre cada item e subitem para saber:

- Como aconteceu ou acontece (forma de planejar e executar), quando e quem
- Vantagens e desvantagens das técnicas utilizadas no planejar e executar os projeto e atividades.

4.2 Indagar para saber sobre as mudanças ocorridas, influencias externas e perspectivas da diversificação agropecuária:

- Mudanças ou diferenças de antes para hoje em relação a tamanho, quantidade, formas de pensar e fazer cada atividade bem como sobre os resultados obtidos;
- Motivos das mudanças ou diferenças – influencias externas;
- Contribuição da atividade no processo de diversificação agropecuária tanto na unidade como em geral;
- Perspectiva da diversificação;

5 Acompanhamento

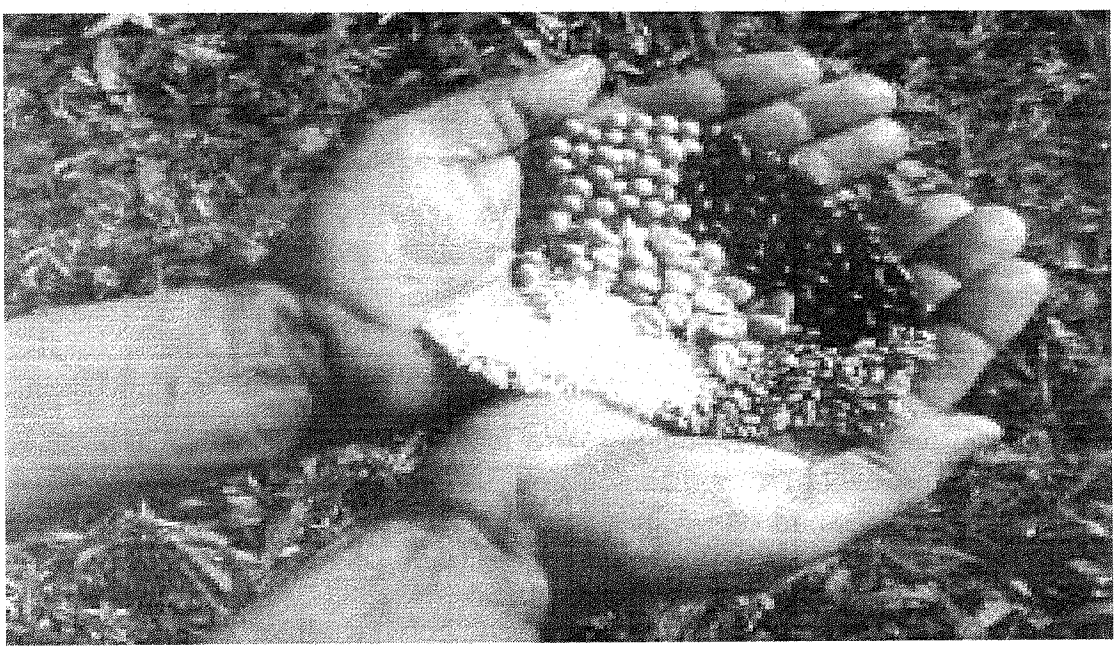
Realizar o acompanhamento descrevendo as técnicas, recursos e habilidades da mão-de-obra em atividade:

5.1 Concertos, manutenção e operacionalidade de máquinas equipamentos e instalações

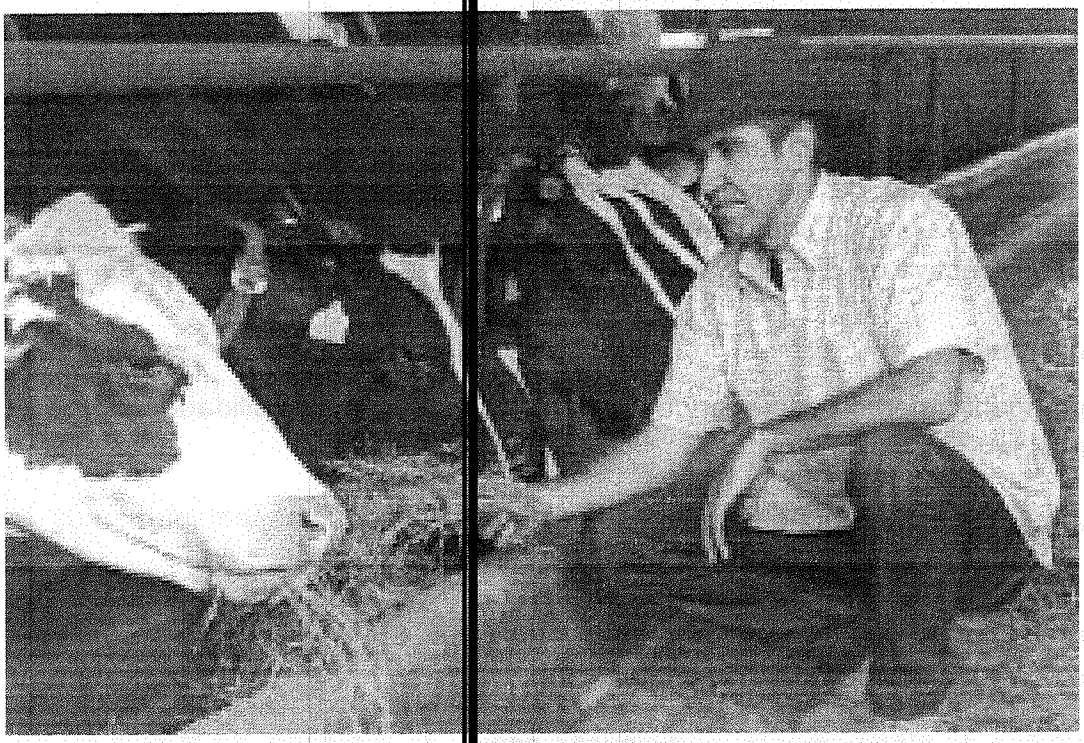
5.2 Condução, nutrição, reprodução, tratos sanitários, irrigação coleta ou colheita, beneficiamento, armazenamento e comercialização;

5.3 Reuniões de planejamento, participação social, de mercado, da família ou da empresa;

5.4 Orientações para execução das atividades planejadas; Mão-de-obra familiar ou de terceiros;



Administração do estabelecimento agropecuário com bovinocultura leiteira



As técnicas de administração da unidade produtiva com bovinocultura leiteira e o gerenciamento das técnicas de manejo com o rebanho formam um conjunto de atividades envolvendo planejamento, execução, controle e avaliação.

A criação de bovinos para produção de leite, tem sido de fundamental importância social e econômica em nossa região, pois possibilita ao homem do campo maior integração, diversificação e sustentabilidade, melhorando a renda, trazendo autonomia aos camponeses e minimizando as possibilidades de êxodo rural.

Apesar da tradição e do papel que essa atividade exerce em nossa região, alguns desafios ainda preocupam os produtores, principalmente em relação à adequação da unidade produtiva, planejamento, integração, diversificação, agregação de valores e organização social coletiva com autonomia nesta atividade, levando o produtor a dependência de mercados e menor protagonismo em sua atividade.

1. Abrangência

Em estabelecimento agropecuário com bovinocultura leiteira, com nível de gestão empresarial e técnicas apropriadas nos diversos setores da criação, se possível, vivenciar o cotidiano de associação ou cooperativa ligadas a atividade. Atender a carga horária de 20 horas, divididas em observação, entrevista e acompanhamento.

Em caso de abrangência não totalmente contemplada, complementar em outra unidade produtiva.

2. Roteiro de observação

2.1 Observar a localização e o panorama físico, econômico e social da região, desenvolvendo croquis. Descrição da mesma forma na unidade produtiva;

2.2 Fazer um mapa hidrográfico da unidade;

2.3 Desenvolver um croqui ilustrando as principais instalações, equipamentos e infraestrutura que envolve diretamente a bovinocultura leiteira da unidade;

2.4 Descrição do aproveitamento de técnicas alternativas, enfoques agroecológicos e convencionais e alternativas de convivência com as mudanças climáticas;

2.5 Descrever as relações de trabalho, planejamento e orientações;

2.6 Observar o método de planejamento nas atividades da bovinocultura leiteira;

2.7 Destino dos dejetos;

2.8 Saúde do rebanho e higiene local;

2.9 Descrição de equipamentos e instalações.

3. Orientação para entrevista

Através do roteiro de observação, realizar as perguntas sobre cada item, tanto para descrever o fato concreto como a análise dos mesmos, ou seja do fato concreto: questionar o que, quando, onde, quem, como,... para análise: por que ou motivos, vantagens ou desvantagens, consequências e resultados e dificuldades.

4. Roteiro para entrevista

4.1 Administração e gerenciamento da unidade produtiva.

4.1.1 Integração da bovinocultura leiteira com outras atividades.

4.1.2 Obrigações jurídicas e sociais da unidade produtiva (registros, cadastros, controle, e outros documentos).

4.1.3 Comercialização e cadeia produtiva/integração no processo da produção (critérios técnicos e formais, formas de comercialização).

4.1.4 Sistema de organização e abrangência do funcionamento (organograma, mão de obra, assistência técnica, planejamento e orientações).

4.1.5 Desafios no gerenciamento e análise de resultados.

4.2 A bovinocultura leiteira da unidade produtiva

4.2.1 Histórico da criação.

4.2.2 Manejo da criação.

4.2.2.1 Reprodutivo (raças, cruzamentos, controle, adaptação, manejo no parto e recém nascido).

4.2.2.2 Nutricional (pastagem, ração, suplementação, água (fonte, qualidade e quantidade)).

4.2.2.3 Sanitário (pragas, doenças e controle, calendário de vacinação, técnica de aplicação, relação do clima e da genética, cirurgias).

4.2.2.4 Mobilidade, adestramento, ordenha e acompanhamento ou vigilância.

4.2.3 Manutenção de instalações e equipamentos

5 Acompanhamento

Realizar o acompanhamento durante os momentos de atividade e observar as técnicas para realização das atividades, os instrumentos, o tempo gasto, dificuldades, alternativas, a mão-de-obra, entre outros. Registrando o dia, horas e os pontos de questionamento e que mereçam aprofundamentos.

08/12/2017

Anexo 04 – Roteiros de Plano de Estudo 4ª serie

Escola Família Agrícola de Boa Esperança

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO EM NOSSA REGIÃO

Para enfrentar os desafios do cotidiano da vida, a auto-organização foi e tem sido a principal condição para a sobrevivência do ser humano. As formas de ser organizar vão das mais simples e espontâneas as mais complexas; formais ou informais, de acordo com interesses ou finalidades apontadas pelas necessidades (social, econômica, política, educativa, cultural, lazer...); envolvendo principalmente o povo e a sociedade em geral. No campo elas aparecem na forma de organização comunitária, movimento social popular, sindicatos, associações, cooperativas, movimento educacional, entre outras; todas procurando fazer defesas e conquistas de direitos da terra, infraestrutura, serviços e conscientização.

Apesar de serem essenciais de suas bandeiras de luta, as organizações sociais no geral, umas mais outras menos tem enfrentado desafios no funcionamento, manutenção e alcance das finalidades.

Dessa forma, este estudo tem objetivo de nos ajudar a conhecer mais e entender melhor os desafios que nossas organizações enfrentam no seu dia-dia.

Abrangência:

Pesquisar as organizações sociais do campo na comunidade e município:

Organizações religiosas, grupo de jovens, esportiva;

Associações educativas, recreativas e culturais (Movimento CEFFA e Pedagogia da Alternância)

Associação de Pequenos Agricultores, MPA através grupo de base e coordenações, MST através de organização em assentamento, grupo de Produtores, Acampamento ou coordenação;

Cooperativas – Matriz ou Filial;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
Serviço de Extensão Rural
OBS: Dividir o tempo nas diversas organizações escolhidas dedicar maior tempo em 02 de maior importância as quais assinarão as fichas de estágio.

Observação:
Descrição das características do contexto sócio-econômico da área de abrangência da organização;
(elaborar croqui)
Estruturas físicas (utilização dos espaços quanto o aproveitamento);
Equipamentos uso interno e externo;
Relações de Trabalho e relações sociais, hierarquia das funções, exercício do poder, metodologia do trabalho, reuniões número de funcionários e trabalho voluntário e participação do povo
Discurso – Defesa e propaganda do projeto, diagnóstico da realidade
A organização e mística do espaço, posição, política referente a sociedade local e geral.
Como lidam com os temas em debate na atualidade.

Acompanhamento:
Descrever planejamento e funcionamento das reuniões e eventos com ênfase na metodologia;
Atendimento no expediente e visita aos beneficiários;
Atividade e serviços conforme a organização, interno e externo.

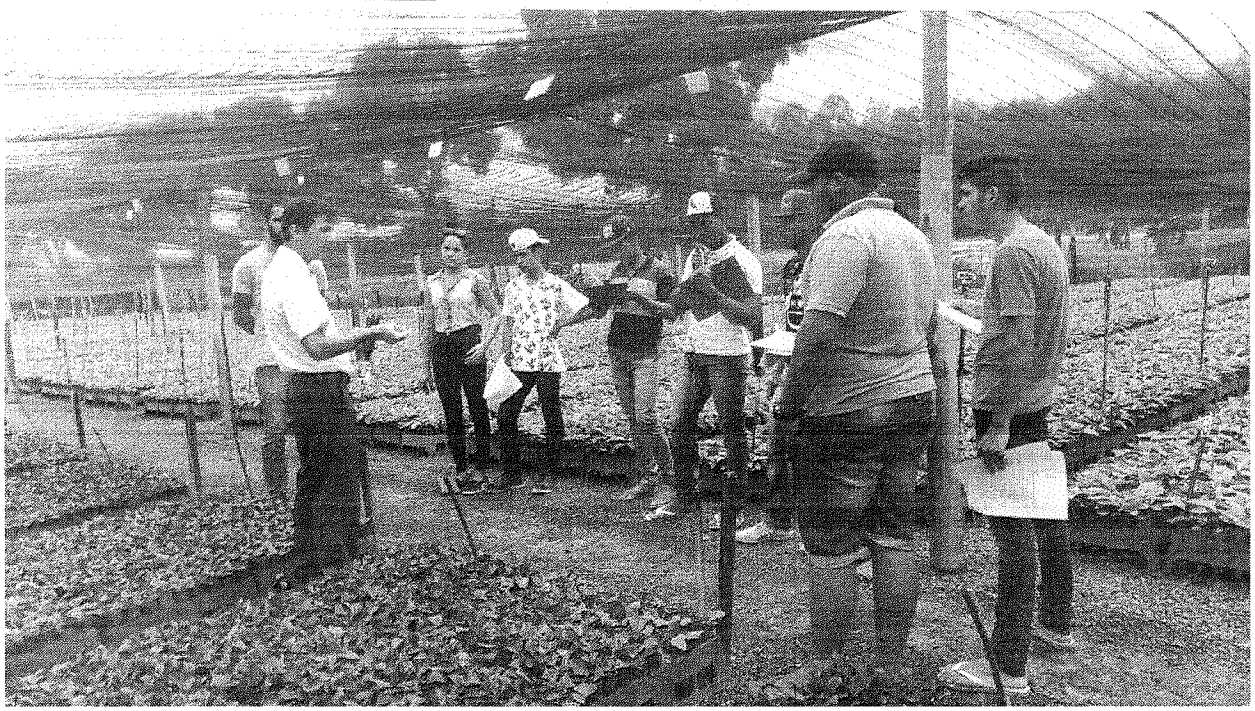
Roteiro Orientativo
1- Histórico do surgimento e desenvolvimento (local, regional e nacional);
2- Objetivo ou finalidades e o processo de constituição (os passo para estruturar a organização)
3- Estrutura e funcionamento. Hierarquia e formas de exercitar o poder;
4- Aspectos institucionais e jurídico das organizações formais (Estatutos, Inscrições e obrigações jurídicas e sociais);
5- Programas: Metodologia, Planejamento, Execução, envolvimento comunitário e conquistas;
6- Bens Patrimoniais: Móveis e Imóveis;
7- Recursos Humanos: Voluntários e Contratados;
8- Fontes de Manutenção;(procedimento)
9- Avaliação das atividades e prestação de contas; Processo Avaliativo – Análise - Resultados
10- Parcerias (tipo, finalidades, funcionalidade)

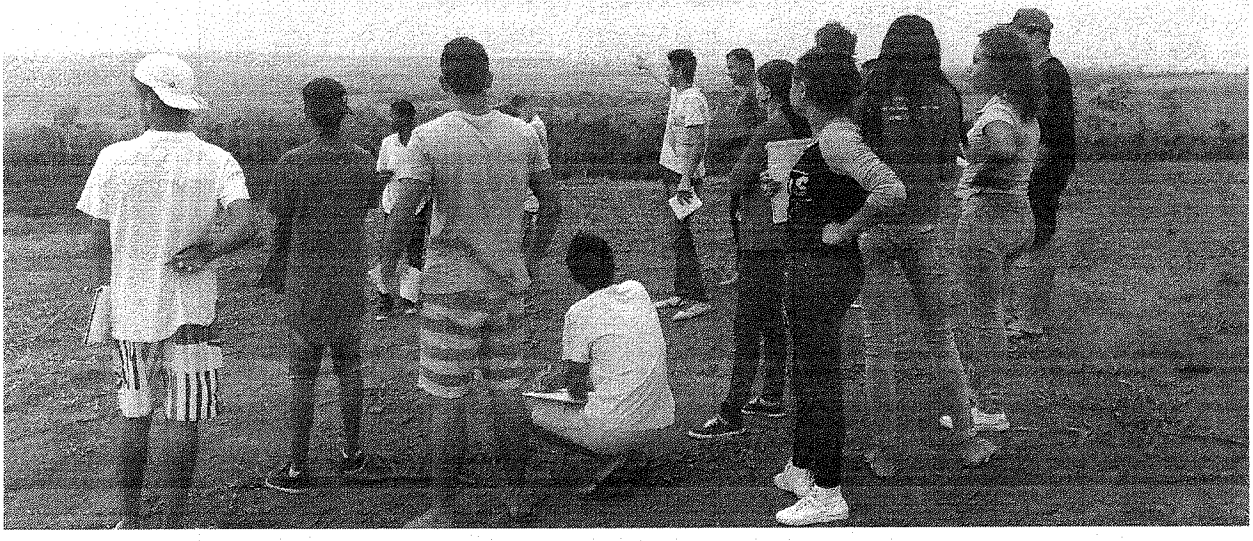
Entrevista

1. De forma ordenada pedir para descrever como aconteceu e acontece, e o por quê em cada item do roteiro
2. - Quais aspectos das finalidades tem alcançado maior êxito e quais menos? Por que?
3. - Quais outros aspectos ou atividades tem apresentado dificuldades? De que maneira? Por que motivo?
4. - Como são planejados e executados as atividades dos programas ou planos no dia a dia? Como são trabalhados as atividades ou situação imprevistas?
5. - Quais as mudanças ocorridas na estrutura e funcionamento da organização? Se houver, quais e por quê? Se não houver, Por quê?
6. - A dinâmica econômica – social e política da realidade específica e geral. Quais fatores que interferem, provocando mudança na maneira de funcionar as organizações sociais? E como refletimos isso na nossa organização e nas outras de nossa região?
7. Quais as perspectivas que se tem para o funcionamento e futuro da organização?
8. - No geral, quais os requisitos ou cuidados necessários para as organizações do campo darem conta de suas finalidades ou missão?

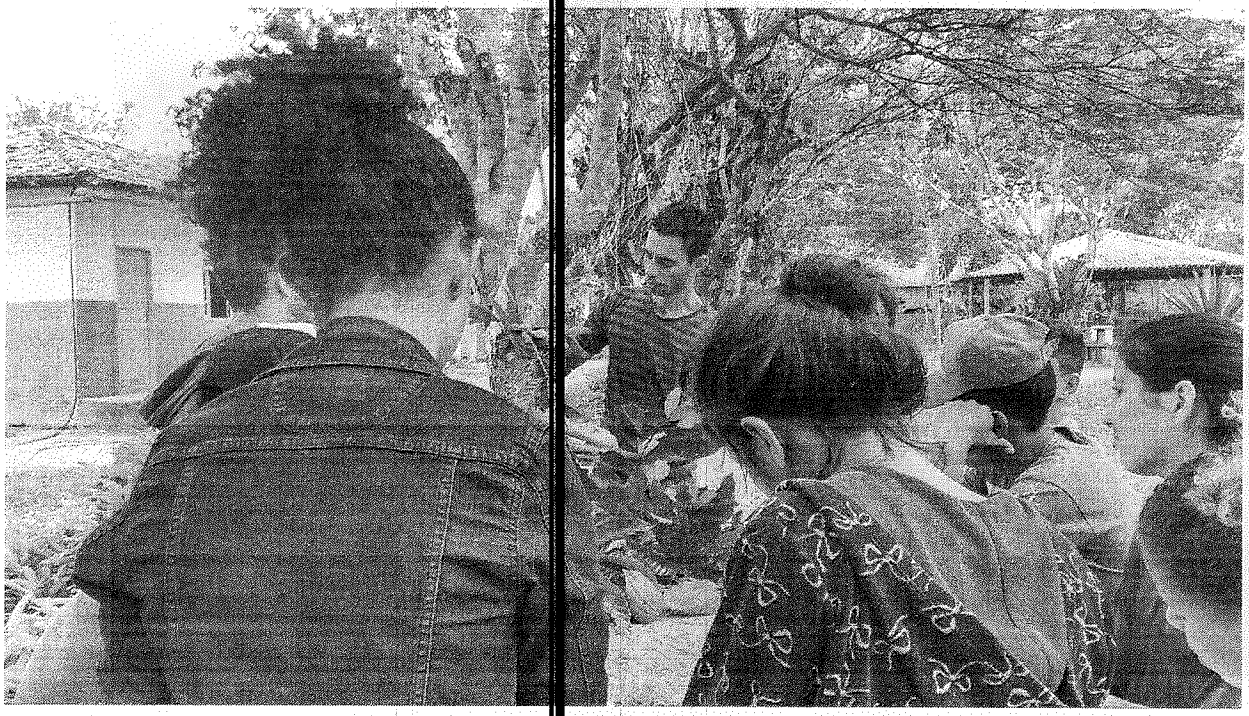
OBS: Solicitar assinatura de cada organização entrevistada.

Anexo 05 – Viagem de Estudo



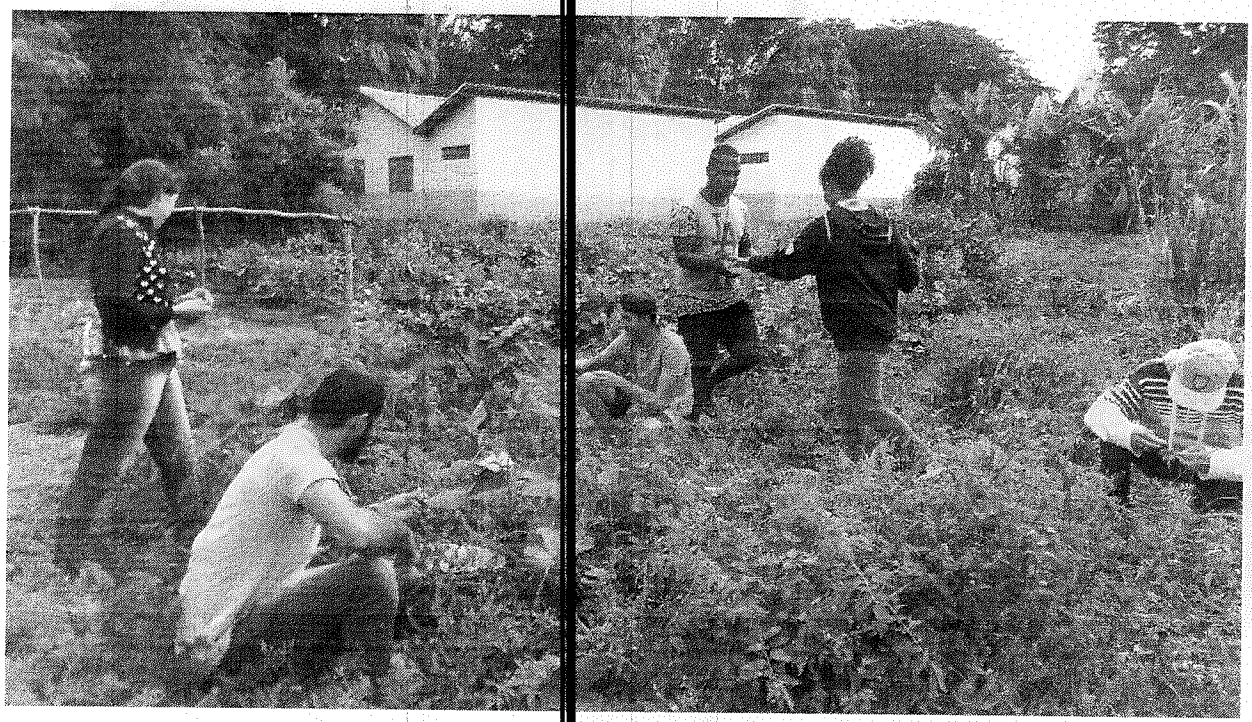


Anexo 06- Cursinhos



Anexo 07 – Palestras e intervenções

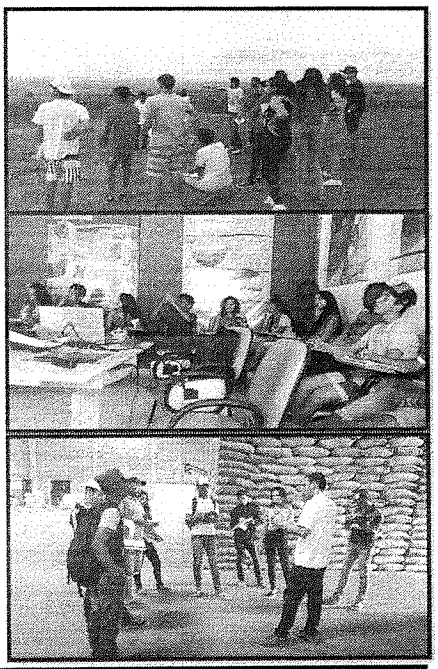
Anexo 08 – Experiência na sessão



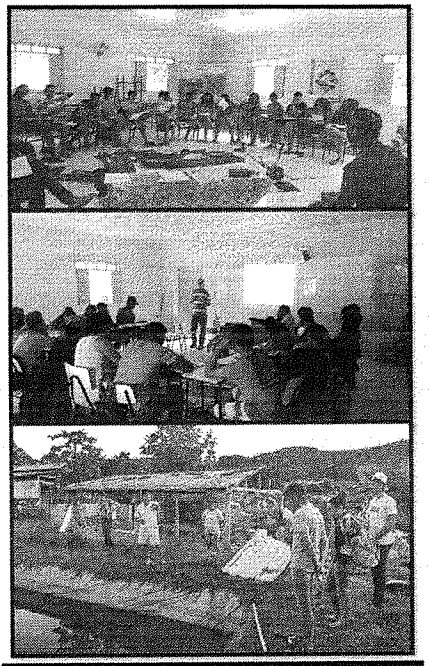
Anexo 09 – Formação as Famílias.

Anexo 10 –
Visitas de estudo

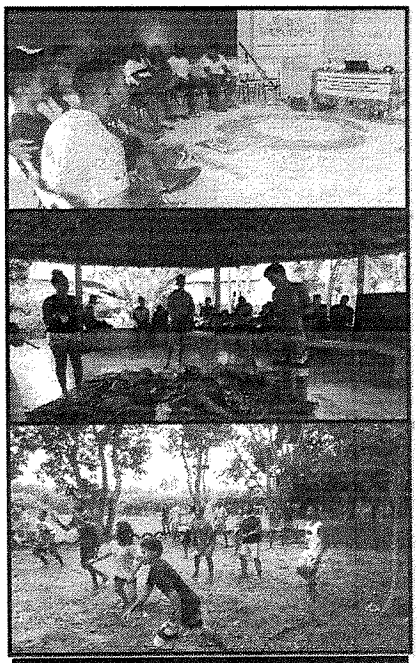
Anexo 11 – Outras atividades



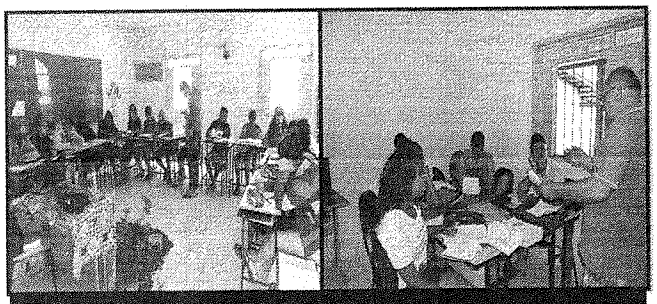
Viagens de Estudo



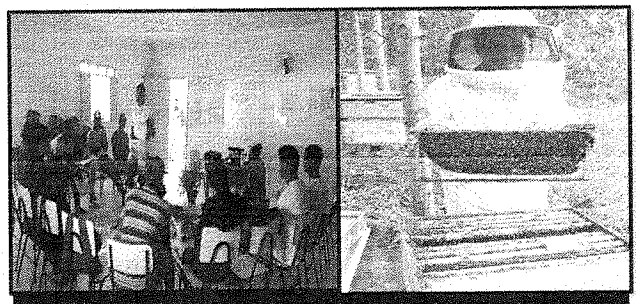
Intervenções e Visitas de Estudo



Associação de Estudantes.



Momentos de estudo e trabalhos em grupo.



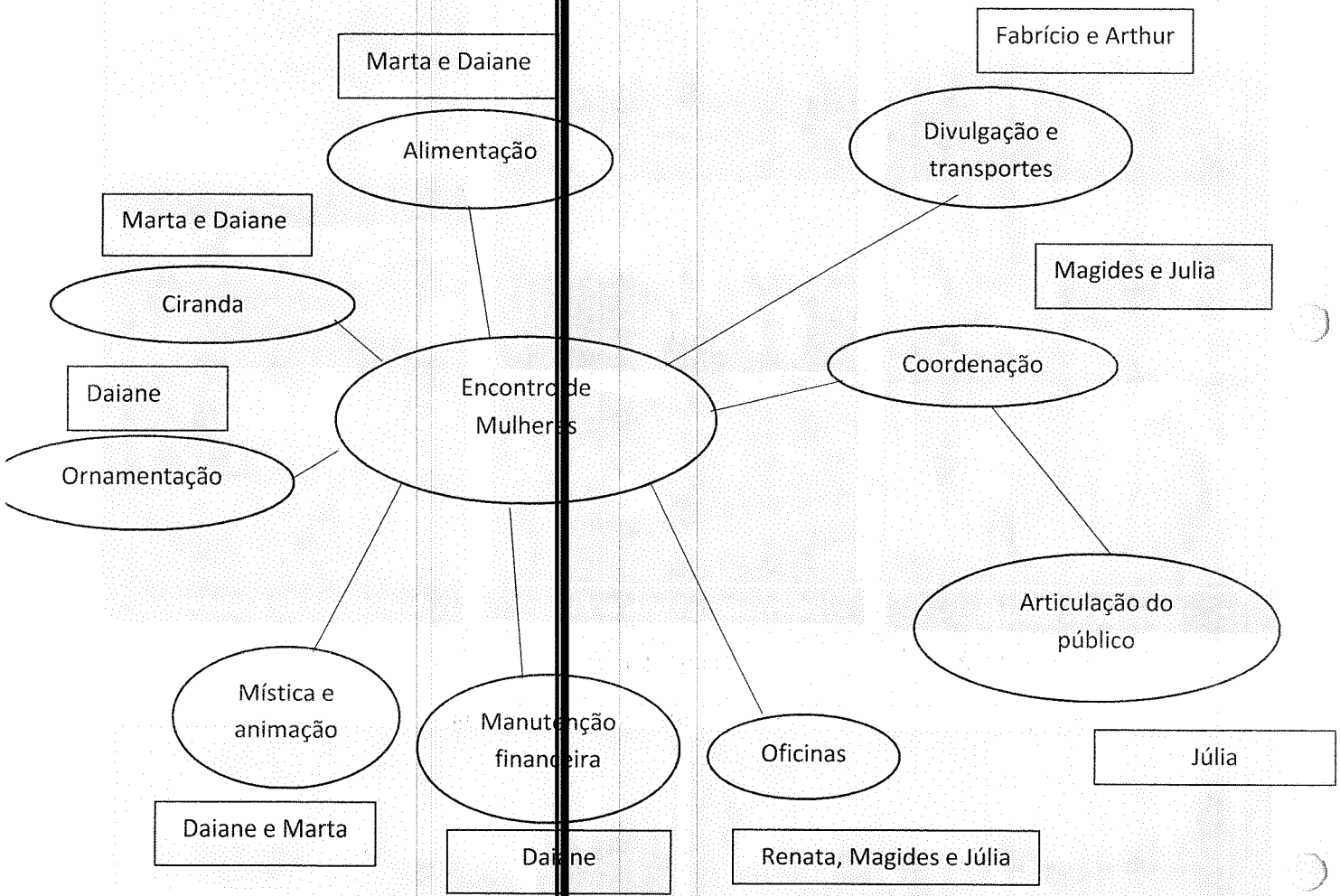
Estágios Supervisionados.

Experiências Agropecuárias.

Cursinhos.

Anexo 12– Encontro de Mulheres

XI Encontro de Mulheres do CEFFA



Equipe: Coordenação Geral		
Função	**Abrangência**	**Componentes**
- Articulação da assessoria. - Planejamento pedagógico/metodológico do encontro.	- Mapear possibilidades e definir a assessoria; - Providenciar os materiais de apoio e recursos didáticos (lembranças).	**Julia** **Magides**

- Acompanhar e ativar as equipes para o desenvolvimento das funções e tarefas. - Coordenar o encontro.	- Acompanhamento de todas as atividades nas equipes de serviço.	

Equipe: Finanças		
Função	**Abrangência**	**Componentes**
- Buscar/construir formas de manutenção financeira para o encontro. - Articulação de recursos com parceiros.	- Mapear as possibilidades e articular os recursos. - Elaboração e encaminhamento de projetos e campanhas. - Levantamento de custos; - Prestação de contas. (infra, alimentação, divulgação, assessoria, materiais didáticos, ciranda, mística)	**Daiane**

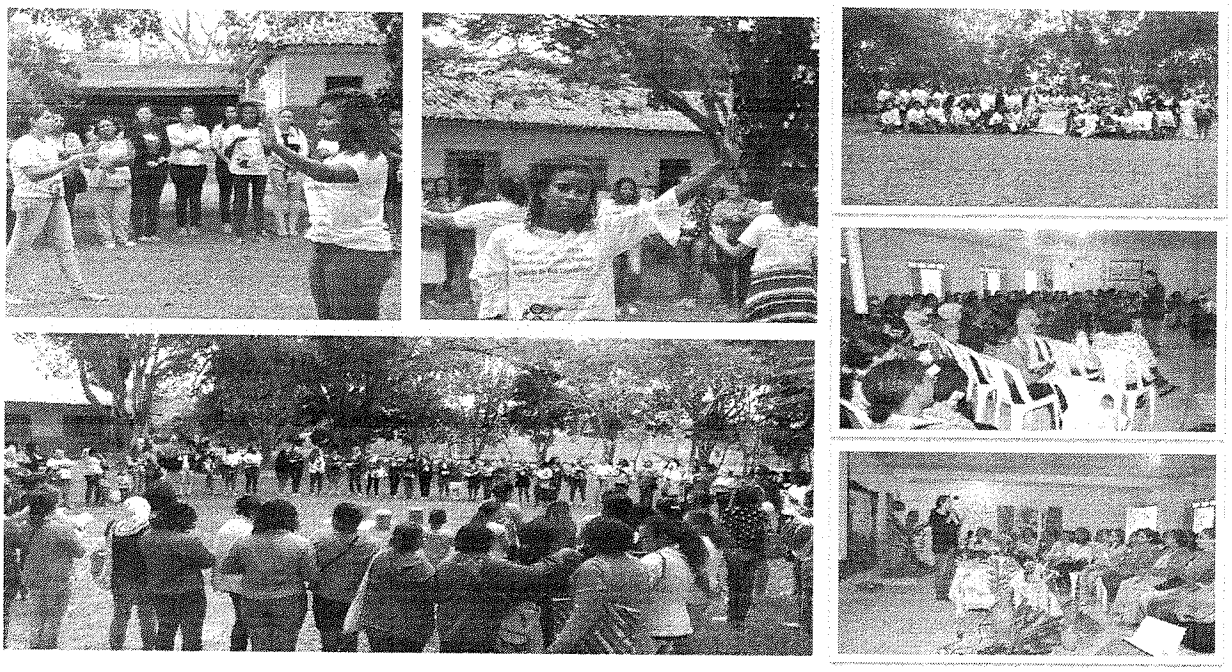
Equipe: Divulgação e Transporte		
Função	**Abrangência**	**Componentes**
- Articular os recursos e planejar a forma de divulgação; - Articular junto ao poder público ou outros possíveis parceiros, o transporte para o encontro.	- Planejar e encaminhar a produção dos materiais; - Definir quais são e articular com os meios de comunicação a divulgação; - Divulgação nas Comunidades. - Definir as rotas de transporte de acordo com a demanda do público, sistematizar e articular a coordenação das rotas.	**Fabrício** **Arthur**

Equipe: Oficinas		
Função	**Abrangência**	**Componentes**

- Planejar e articular o desenvolvimento das oficinas.	- Definição dos temas, de acordo com tema geral; - Articulação de assessores (recursos para a participação); - Levantamento e articulação de materiais; - Sistematização do conteúdo e abrangência das oficinas; - Proposta de espaços e distribuição do público.	**Renata** **Magides** **Julia**

Equipe: Mística e animação		
Função	**Abrangência**	**Componentes**
- Planejar e articular as místicas e animação do encontro.	- Mística de início e encerramento do encontro; - Articulação de pessoas para contribuir na animação; - Articulação dos recursos para mística e animação (som).	**Marta**

Equipe: Ciranda		
Função	**Abrangência**	**Componentes**
- Planejar e articular a organização da ciranda.	- Planejamento das atividades a serem desenvolvidas; - Articulação e orientação das pessoas para contribuir na ciranda; - Articulação de recursos (alimentação, brinquedos, materiais audiovisuais, espaço...)	Marta Daiane



Anexo 13- Temas dos projetos Profissionais

Estudante	Tema do Projeto
Érik Henrique Santos Juncker	Consórcio da pimenta do reino com cacau na fazenda Bom Jardim
Evanilson dos Santos e Silva	A criação de aves poedeiras com iniciativas agroecológicas no manejo, visando diversificação no Sítio canto dos sabiás
Fabíola da Silva	A cultura da pimenta do reino integrando manejo com o solo utilizando milho no Sítio dois Ipês
Fernando Luiz Santos Juncker	A consultoria e assistência técnica rural influenciando no desenvolvimento da agricultura de Sooretama
João Paulo Pereira Santos	Consorciamento de banana da terra e café conilon no Sítio Silva

José Antônio Modesto Apolinário	Ampliação da cultura da pimenta e diversificação com a banana da terra no Sítio Nilson Modesto
Raynara Santos de Jesus	O cultivo de hortaliças como atividade alternativa na diversificação do Sítio Santa Joana.
Sávio da Cruz Ferreira	A assistência técnica influenciando no desenvolvimento sustentável e otimizando a produção dos agricultores de Posto da Mata - BA

Anexo 14 – Programa Assembleia

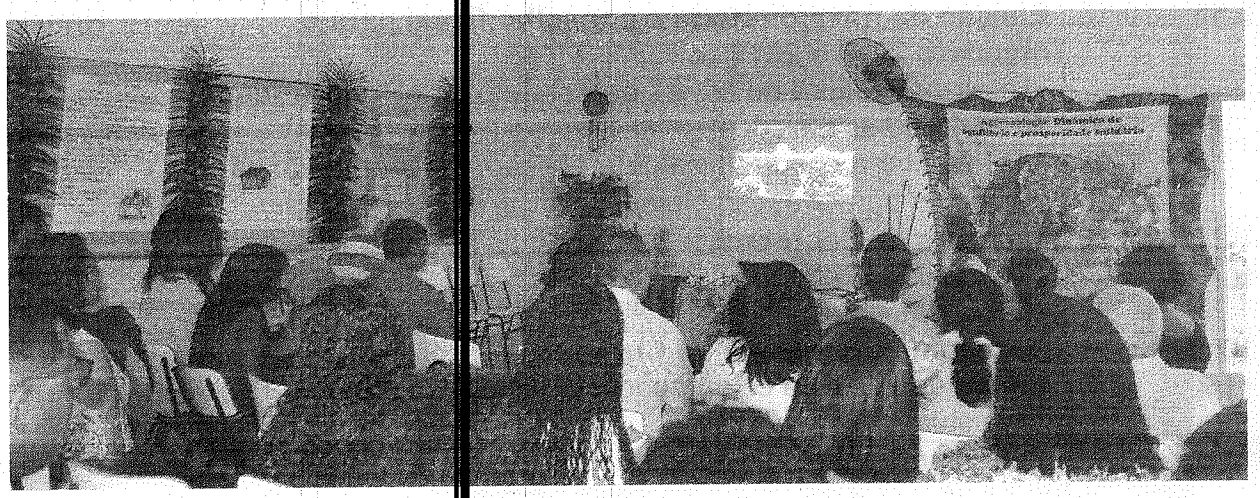
Planejamento da Assembleia Final – 16/12/2017

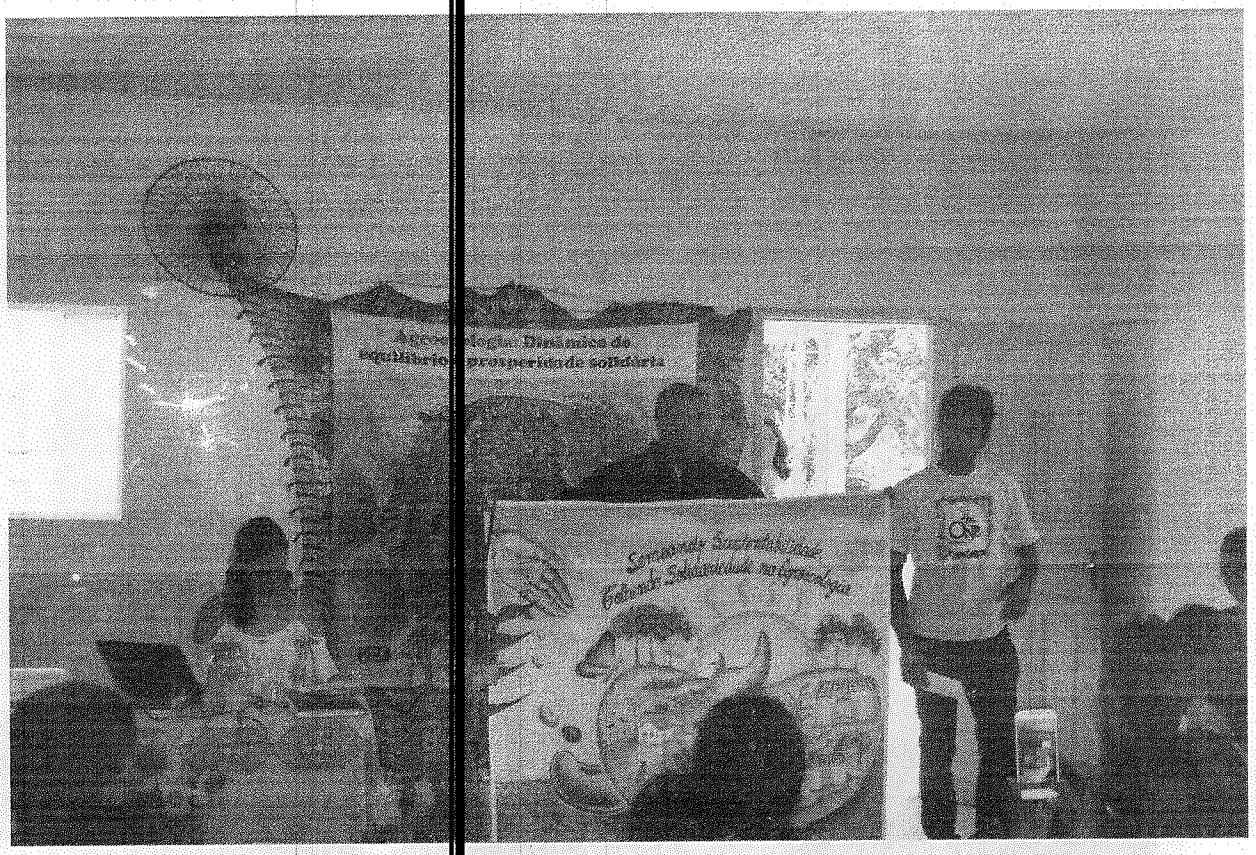
Objetivos:

- Apreciar as principais realizações, desafios e atividades de manutenção da APEFABE/EFABE.
- Apreciar e aprovar a adequação do estatuto da APEFABE.
- Eleger a nova diretoria e conselho fiscal da APEFABE - 2018/2019.
- Celebrar a conclusão de curso da 4ª série 2017.

HORÁRIO	CONTEÚDO	RESPONSÁVEL
8:00 - 8:40	**Chegada e Recepção:** - Café e inscrição - Atendimento às matrículas e rematrículas	Setor Pensionato e Secretaria
8:40 – 9:00	**Mística:** - Apresentação do vídeo de divulgação das matrículas.	Júlia
9:00 – 9:10	**Abertura:** - Acolhida dos participantes; - Apresentação dos objetivos e programa;	Laudir
9:10 – 9:20	**Leitura da ata anterior** - Aprovação pela assembleia	Júlia
9:20 – 9:40	**Apresentação e apreciação das atividades:** - Expor em mapa conceitual nos slides as atividades em forma de balanço, analisando os avanços e desafios.	Magides Júlia Renata
9:40 – 9:55	**Aprovação da mudança estatutária** - Apresentação das partes alteradas e colocadas em aprovação.	Laudir Renata

9:55 – 10:10	**Eleição da nova diretoria e conselho fiscal para o mandato 2018 e 2019:** - Realizar a leitura do art. 27 do Estatuto da APEFABE que diz respeito as eleições; - Apresentar a chapa única para eleição, apresentando os presentes para a assembleia e justificando as ausências.	Renata
10:10 – 10:15	**Informes da Secretaria:** - Matrícula e Rematrículas - Início das aulas 2018	Júlia
10:15 – 11:45	**Sessão de Conclusão de Curso:** - Aviso do início da celebração e convite para a entrada dos estudantes.	Laudir
11:45	Confraternização com almoço	Setor Pensionato




Semeando Sustentabilidade
Colhendo Solidariedade e Aprendizado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COLATINA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES

O **MUNICÍPIO DE COLATINA**, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº 27.165.729/0001-74, com sede na Avenida Ângelo Giubert, nº 343, Bairro Esplanada, Colatina - ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo **Sr. SÉRGIO MENEGUELLI,** brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 478.204.117-91, portador do RG nº 342585 SSP/ES, residente nesta Cidade e o **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO - MEPES,** associação civil de direito privado, de fins não econômicos, neste ato denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL,** inscrita no CNPJ sob n.º 27.097.229/0001-42, com sede na Rua Costa Pereira, 129, Centro, Anchieta – ES, neste ato representada por seu Superintendente Geral **Sr. Idalgizo José Monequi**, brasileiro, casado, portador da C.I. nº 267.623/ES, inscrito no CPF sob o nº 106.170.605-25, residente e domiciliado na Avenida Rauta, nº 1052, Bairro Alvorada, Anchieta – ES, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e subsidiariamente a Lei 8.666/93, consoante o processo administrativo nº **029891/2016 e 004360/2017** e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração, encontra-se em conformidade com o Art. 30, inciso IV, da Lei 13.019/2014, e tem por objeto a cooperação financeira visando a realização das atividades de Capacitação dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino, para atuarem na Formação de Adolescentes Jovens da Zona Rural de Colatina, sob a perspectiva da Pedagogia da Alternância, a ser realizada na EMCOR Pe. Fulgêncio do Menino Jesus e EMCOR São João Pequeno, visando à formação integral dos alunos camponeses na promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas da Administração Pública;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações e eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

l) providenciar o registro contábil adequado e manter atualizado o controle sobre os recursos liberados e sobre as prestações de contas apresentadas.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

i) cumprir fielmente o Plano de Trabalho, realizando as atividades constantes no mesmo com o acompanhamento do responsável técnico indicado no referido plano;

j) assegurar livre acesso dos profissionais dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, das Instâncias de Controle Social e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

k) apresentar, em formato digital até o 5º dia útil do mês subsequente ao recebimento da parcela, relatório mensal de atividades e de atendimento conforme modelo de cada Serviço, à Gerência de Gestão do Suas (setor de Vigilância Socioassistencial) e às respectivas Gerências, além do relatório impresso na prestação de contas;

l) apresentar relatório anual de atividades de cumprimento de objeto sob orientação da SEMAS até o 15º dia do mês de janeiro;

m) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pelo Município;

n) manter o funcionamento do serviço durante todo o período de vigência da parceria;

o) prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto deste Termo, exceto no caso de Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas, onde é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da OSC nas despesas abarcadas pelo Termo, limitada a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso, na forma do § 2º do art. 35 da Lei 10.741/03;

p) manter em arquivo individualizado toda a documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude do presente Termo pelo prazo de 10 anos (dez) anos, contado do 1º dia útil ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para apresentação desta;

q) obriga-se a restituir eventual saldo de recursos recebidos, inclusive os valores correspondentes a rendimentos de aplicações financeiras na data de sua conclusão ou extinção;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de **R$ 65.913,05 (sessenta e cinco mil novecentos e treze reais e cinco centavos).**

3.2.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de **R$ 65.913,05 (sessenta e cinco mil novecentos e treze reais e cinco centavos)** correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: 5501.1339200142125 - Fonte de Recurso: 10000000001 - ED: 33504300000 – Ficha: 555

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VIII - Destinar recursos de parcela liberada para pagamento de uma única despesa.

IX – Contratação de pessoal até o 3º grau de parentesco e consanguíneos com o dirigente das entidades e coordenadores do serviço, a partir da vigência deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir de 01/07/2017 à 31/12/2017, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O Município exercerá as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação deste Termo, além do exame das despesas realizadas, a fim de verificar a correta utilização dos recursos correspondentes, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas e atestação da satisfatória realização do seu objeto;

7.2 – O Município emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante este Termo e o submeterá a Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da Prestação de Contas devida pela OSC (art. 59 Lei 13.019);

PARÁGRAFO ÚNICO - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.3 – Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes no município (art. 59, § 2°, Lei 13.019/2014).

7.4 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, quando for o caso, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando houver, e os saldos;

II – Relatório de Execução Físico-Financeira;

III – Relação de Pagamentos Efetuados;

IV – Conciliação bancária;

V – Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando houver;

VI – Relatório de Cumprimento do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, com material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VII – Extrato da conta bancária específica (conta-corrente e de rendimentos), do período do recebimento da parcela até o último pagamento;

VIII – Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil, número do instrumento da parceria e declaração de liquidação de despesa;

IX – Comprovantes de transferências bancárias, utilizados para a execução do objeto do Termo de Colaboração;

X – Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando houver;

XI – Comprovante do recolhimento do saldo dos recursos não aplicados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, à conta indicada pela Administração Pública, quando for o caso.

§ 1.º Ao final da execução do Termo de Colaboração a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a Administração Pública Municipal a Prestação de Contas Final, contendo os documentos listados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X e XI.

§ 2.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 3.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do recebimento da parcela repassada.

§ 4.º A não apresentação da prestação de contas, prevista no parágrafo anterior, acarretará a suspensão do repasse pela Administração Pública das parcelas subsequentes, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei;

8.2 – A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.3 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.4 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.5 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.6 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.7 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.8 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.9 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.10 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado, e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo, ou endereço eletrônico nos endereços das partes e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

IV - O Plano de Trabalho integra este Termo independente de transcrição;

PARÁGRAFO ÚNICO – as comunicações por e-mail apenas considerar-se-ão devidamente efetivadas se houver confirmação do seu recebimento pelo destinatário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Colatina - ES, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Colatina/ES, 30 de Junho de 2017.

MUNICÍPIO DE COLATINA

PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 001/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 001/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/ES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO (MEPES/CRECHES)

O **MUNICÍPIO DE ANCHIETA/ES,** Inscrito no **CNPJ sob n° 27.142.694/0001-58**, com sede Rodovia do sol, 1620, km 21,5, Vila Residencial Samarco, Anchieta/ES, CEP: 29.230-000, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Fabrício Petri,** Inscrito no **CPF no. 080.134.247-31, RG 1560603-SSP/ES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES/CRECHES), Inscrito no **CNPJ sob o n°. 27.097.22910001-42**, com sede na Rua Costa Pereira, 129, Centro, Anchieta/ES, CEP: 29.230000, telefone (28) 3536-1151, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo seu Superintendente Geral, Sr. Idalgizo José Monequi, Inscrito no **CPF n°. 106.170.605-25**, **RG 267623-SSP/ES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município resolvem celebrar o presente ***Termo de Colaboração,*** regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o Processo Administrativo n° 12811/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração tem por objeto atendimento integral da criança na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, garantindo acompanhamento educativo adequado à sua formação e desenvolvimento conforme detalhado no Plano de Trabalho **(ANEXO I)** Deste Termo.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município de Anchieta/ES;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município de Anchieta/ES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

I - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na Internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo Colaboração é de **R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).**

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de Colaboração, recursos no valor de **R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).** correndo a despesa à conta da dotação orçamentária conforme discriminação abaixo:

SECRETARIA/GERÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
Secretaria Municipal de Educação,	12.365.2015.2097	3.3.50.43.00000	1.1.010001

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento. Demonstranda a impossibilidade fisica de pagamento mediante transferencia eletrônica, o termo de colaboração poderá admitir a realização de pagamentos em espécieis, observando o teto previsto no incisos 2º do art.38 do decreto nº8.726/2016.

4.2 - Os recursos recebidos **em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente especifica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.**

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - **As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos Incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:**

I- utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II- pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei especifica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá sua vigencia por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTE DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A fiscalizaçãodo Termo de Colaboração caberá a Servidora **Camila Teixeira Motta, inscrita no CPF nº097.933.177-36, matricula 04414-01, cargo de Auxiliar Administrativo**, com acompanhamento da Secretária de Educação.

7.2 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, que será apresentado ***semestral*** sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI – As metas supracitadas serão monitoradas por meio de instrumentos como:

- Censo Escolar(Base Inep)
- Indices de fluxo escolar(matrícula, evasão, transferência)
- Relatórios de visitas da equipe técnica;
- Atas das reuniões de pais;
- Avaliação do cardápio alimentar;
- Avaliação do quadro de profissionais da instituiçao e sua qualificação
- Profissional, bem como a inserção dos mesmos em programa de formação continuada.

7.3 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública municipal poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III- comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II- os impactos econômicos ou sociais;

III- o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Os relatorios citados deverão ser apresentado de forma semestral.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I- aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinqüenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II- nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município de Anchieta/ES, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessárias à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de colaboração.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de Colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, bem como no site oficial da PMA, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal, conforme Art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 5 (cinco) dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos participes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, a Comarca de Anchieta/ES, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Anchieta, 11 de Outubro 2017

FABRICIO PETRI

PREFEITO MUNICIPAL

IDALGIZO JOSÉ MONEQUI

SUPERINTENDENTE GERAL DO MEPES

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2017
DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – ART. 30, VI, LEI Nº 13.019/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7946/2017

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2017 QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES E, DE OUTRO, O MEPES – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ALFREDO CHAVES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES** - Poder Executivo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 27.142.686/0001-01, com sede na Rua José Paterlini, 810, Centro, Alfredo Chaves/ES - CEP: 29.240-000, denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Exmº. Sr. Prefeito, o Sr. **FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE**, brasileiro, divorciado, médico, inscrito no CRM/ES sob o nº 786 e no CPF sob o nº 752.243.727-04, residente e domiciliado neste Município, e de outro lado, o **MEPES – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ALFREDO CHAVES**, associação civil de direito privado, de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 27.097.229/0003-04, estabelecida na Rua Projetada, s/n, Cx. Postal 118, Portal dos Imigrantes, Alfredo Chaves/ES - CEP: 29.240-000, fone: (27) 3269-1192, email efaalfredochaves@yahoo.com.br, neste ato representada por **IDALGIZO JOSÉ MONEQUI**, portador do RG nº 267.623-ES, inscrito no CPF sob o nº 106.170.605-25, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem aditar o aludido contrato de gestão, firmado em 04 de maio de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão nº 02/2017, que é para a ampliação e desenvolvimento da educação do campo por meio da metodologia de ensino na concepção/modalidade da pedagogia da alternância, conforme Ofício MEPES – EFAAC N 058/2017, de 24 de novembro de 2017, e PLANO DE TRABALHO – 2018 apresentado pelo PROPONENTE. Tem por escopo, também, a inclusão da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a qual terá a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do seguinte recurso:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Dotação Orçamentária: 100001.1236100122.056 – Elemento de Despesa: 33504300000 – SUBVENÇÕES SOCIAIS – Ficha nº 349.

CLAUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo ao referido contrato correrão por conta do seguinte recurso:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Dotação Orçamentária: 100001.1236100122.056 – Elemento de Despesa: 33504300000 – SUBVENÇÕES SOCIAIS – Ficha nº 349.

CLAUSULA TERCEIRA – DO REPASSE DO CONCEDENTE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

3.1. Para a execução das atividades previstas neste Termo Aditivo, o CONCEDENTE transferirá ao PROPONENTE, de acordo com o cronograma de desembolso, o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da seguinte forma:

Jan./ 2018	R$ 10.000,00
Fev./ 2018	R$ 10.000,00
Mar./ 2018	R$ 10.000,00
Abr / 2018	R$ 10.000,00
Mai./ 2018	R$ 10.000,00

3.2. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

3.3. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:
a) quando houver evidência de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
b) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
c) quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. Por este Termo Aditivo, prorroga-se o prazo de vigência do contrato de gestão nº 02/2017 por mais **12 (doze) meses**, com início em **27/12/2017 e término em 26/12/2018**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas e aplicam-se ao presente Termo.

E, por estarem contratadas, assinam as partes por seus representantes, firmando o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais desejados.

Alfredo Chaves/ES, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES
CONCEDENTE
FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE
PREFEITO MUNICIPAL

MEPES – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO –
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ALFREDO CHAVES
PROPONENTE
IDALGIZO JOSÉ MONEQUI
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA.
CONTRATANTE: Estado do Espírito Santo, através da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.
CONTRATADA: INBRATERRESTRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA.
INSTRUMENTO AUTORIZADOR: Processo nº 62383060.
OBJETO: Aquisição de coletes balísticos, conforme descrito no Anexo I do Edital de Registro de Preços nº 054/2013 da PMES.
VALOR TOTAL: R$ 1.622.725,00 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta projeto: 5755, Fonte 0101, PI 5755FI0099, Natureza de Despesa 4.4.90.52.24 do orçamento da PMES para o exercício de 2014.
Vitória, 01 de julho de 2014.

EDMILSON DOS SANTOS - CEL QOC
COMANDANTE GERAL DA PMES
Protocolo 73561

RESUMO DA ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 055/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA D&T COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. **CONTRATANTE:** Estado do Espírito Santo, através da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.
CONTRATADA: D&T COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
INSTRUMENTO AUTORIZADOR: Processo nº 63384477.
OBJETO: Aquisição de contentores e coletores de lixo, conforme descrito no Anexo I do Edital de Registro de Preços nº 049/2013 da PMES.
VALOR TOTAL: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta atividade: 2750, Fonte 0101, PI 2750FI0099, Natureza de Despesa 3.3.90.30.22 do orçamento da PMES para o exercício de 2014.
Vitória, 07 de julho de 2014.

EDMILSON DOS SANTOS - CEL QOC
COMANDANTE GERAL DA PMES
Protocolo 73563

Polícia Civil - PC-ES -

Resolução nº 069, de 16 de julho de 2014.

O Conselho da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, em conformidade com o Artigo 13 de seu Regimento Interno - Resolução n.º 06, de 20.03.90, publicada no Diário Oficial de 27.03.90, e à vista da **Decisão n.º 042/2014** do Conselho da Polícia Civil, proferida na 19ª Reunião Ordinária, de 09.7.2014, no **Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2012** (SEP 55873880), instaurado em desfavor do policial civil **PC IP.VALDIR SANTA ROSA DE LIMA JÚNIOR,** nº funcional 314472 (Defensor: Dr. Vinício Canal Neto - OAB/ES 10.126), **RESOLVE,** por **UNANIMIDADE** de votos: **"ARQUIVAR O PAD 010/2012 EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO".**

JOEL LYRIO JÚNIOR
PRESIDENTE DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL
Protocolo 73565

Resolução nº 070, de 16 de julho de 2014.

O Conselho da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, em conformidade com o Artigo 13 de seu Regimento Interno - Resolução n.º 06, de 20.03.90, publicada no Diário Oficial de 27.03.90, e à vista da **Decisão n.º 043/2014** do Conselho da Polícia Civil, proferida na 19ª Reunião Ordinária, de 09.7.2014, no **Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2013** (SEP 60443634), instaurado em desfavor da policial civil **PC IP CARLA CHRISTINA RODRIGUES DE LIMA,** nº funcional 3313263 (Defensor: Dr. Alex Nascimento Ferreira - OAB/ES 9.292), **RESOLVE,** por **UNANIMIDADE** de votos: Quanto à Prescrição: **"QUE O FEITO NÃO SE ENCONTRA PRESCRITO".**
RESOLVE, por **MAIORIA** de votos: Quanto ao Mérito: **"APLICAR A PENA DE DEMISSÃO SIMPLES COM INCOMPATIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO DE OUTRO CARGO OU FUNÇÃO PELO PERÍODO DE DOIS ANOS, NA FORMA DO ART. 199, PARÁGRAFO ÚNICO, ALÍNEA "A" DA LEI COMPLEMENTAR 3.400/81, À PC IP CARLA CHRISTINA RODRIGUES DE LIMA EM RAZÃO DA POLICIAL TER PRATICADO AS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES PREVISTAS NO ART. 192, INCISOS XIII, XXXII, XLII, LXIII E LXXXI C/C ART. 3º, INCISOS I, VII, VIII, XI, XII E XIII DO MESMO DIPLOMA LEGAL".**

JOEL LYRIO JÚNIOR
PRESIDENTE DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL
Protocolo 73566

O Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº182 de 17.07.14.

DESIGNAR o **PC-EP MAURO SANTOS BAYERL**, nº funcional 2872455, para exercer a função gratificada de Chefe de Cartório da 7ª Delegacia Regional - Cachoeiro de Itapemirim, subordinada à SPRS.

Vitória, 17 de julho de 2014.

JOEL LYRIO JUNIOR
Delegado Chefe da Polícia Civil/ES
Protocolo 73679

RESUMO DE CONTRATO
Processo: 61955671
Pregão Eletrônico nº 053/2014
Contrato n.º22/2014 (DIAF/PCES)
Contratante: Polícia Civil - ES
Contratada: CAL ALVES INFORMATICA ME.
Objeto: Compra de uma Maquina Auto Motor Empilhadeira, para a Policia Civil/ES.
Vigência: terá início a partir do dia posterior a publicação deste resumo no DIOES e sua duração será até a entrega do objeto adquirido por meio deste contrato. **Valor Total:** Será de R$ 162.000,00 (Cento e Sessenta e Dois Mil Reais).
Classificação dos recursos: atividade: 453742 elemento de despesa 3.4.4.90.52 do orçamento da PC-ES, para o exercício de 2014.

Vitória/ES, 08 de Julho de 2018.

JOEL LYRIO JUNIOR
Delegado Chefe de Polícia Civil-ES
Protocolo 73510

Secretaria de Estado da Educação - SEDU -

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE Nº 3.793/2014

Renova a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, na Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE nº. 4.196/2014 (Processo CEE n.º 031/2014), aprovado na Sessão Plenária do dia 11-06-2014,

RESOLVE:

Renovar a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, baseado na pedagogia da alternância, com 40 (quarenta) vagas iniciais anuais, por um período de 04 (quatro) anos, a partir do início do ano letivo de 2014, na Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, situada na Estrada do Campo, s/nº, Comunidade Córrego da Prata, município de Boa Esperança, ES, mantida pelo MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

Vitória, 14 de julho de 2014.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 14 de julho de 2014.

KLINGER MARCOS BARBOSA ALVES
Secretário de Estado da Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE Nº 3.813/2014

Autoriza a ampliação do número de vagas do Curso Técnico em Radiologia, Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, no Centro de Formação Profissional Castelo Branco, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE nº. 4.218/2014 (Processo CEE n.º 093/2014), aprovado na Sessão Plenária do dia 25-06-2014,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a ampliação do número de vagas do Curso Técnico em Radiologia, Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, passando de 80 (oitenta) vagas iniciais semestrais, para 160 (cento e sessenta) vagas iniciais semestrais, distribuídas em 04 (quatro) turmas de até 40 (quarenta) estudantes cada uma, no turno noturno, no Centro de Formação Profissional Castelo Branco, situado na Avenida Brasil, n.º 1.303, Bairro Maria das Graças, município de Colatina, ES, mantido pela Fundação Educacional Presidente Castelo Branco, CNPJ n.º 27.314.715/0001-75.

Art. 2º Manter o período de vigência da Resolução CEE n.º 3.458/2013, publicada no Diário Oficial de 15 de abril de 2013.

Vitória, 14 de julho de 2014.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 14 de julho de 2014.

KLINGER MARCOS BARBOSA ALVES
Secretário de Estado da Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE Nº 3.820/2014

Renova a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, na Escola Família Agrícola de Olivânia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE nº. 4.225/2014 (Processo CEE n.º 063/2014), aprovado na Sessão Plenária do dia 25-06-2014,

RESOLVE:

Renovar a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

OF. Nº. 604/2014 CEE.

Vitória, 23 de julho de 2014.

Senhor,

Estamos encaminhando, para conhecimento de V. Sª., cópias do **Parecer CEE nº. 4.196/2014** e da **Resolução CEE nº. 3.793/2014,** publicada no Diário Oficial de **18-07-2014** que renova a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, na Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança.

Atenciosamente,

ARTELIRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE/ES

Ao Senhor Idalgizo José Monequi
Superintendente Geral do MEPES
Estrada do Campo, s/nº. Comunidade de Córrego da Prata
Boa Esperança/ES
CEP: 29.845-000

C/C À SRE NOVA VENÉCIA

PUBLICADO NO
DIÁRIO OFICIAL
EM 18 / 07 / 14

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE Nº 3.793/2014

Renova a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, na Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE nº. 4.196/2014 (Processo CEE n.º 031/2014), aprovado na Sessão Plenária do dia 11-06-2014,

RESOLVE:

Renovar a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, baseado na pedagogia da alternância, com 40 (quarenta) vagas iniciais anuais, por um período de 04 (quatro) anos, a partir do início do ano letivo de 2014, na Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, situada na Estrada do Campo, s/nº, Comunidade Córrego da Prata, município de Boa Esperança, ES, mantida pelo MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

Vitória, 14 de julho de 2014.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 14 de julho de 2014.

KLINGER MARCOS BARBOSA ALVES
Secretário de Estado da Educação

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo		**MUNICÍPIO:** Boa Esperança/ES
ASSUNTO: Renovação de autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais		
COMISSÃO: Educação Profissional e Ensino Superior		
RELATORA: Marluza de Moura Balarini		
PROCESSO SEDU/Nº: 64790134/2013	**SRE Nº:** ***	**CEE Nº:** 031/2014
PARECER Nº: 4.196/2014	**RESOLUÇÃO Nº:** 3.793/2014	**APROVADO EM:** 11-06-2014

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros,

HISTÓRICO

Neste processo, o Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo - MEPES solicita ao Secretário de Estado da Educação a renovação da autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, a partir de 2014, com 40 (quarenta) vagas iniciais anuais, a ser oferecido pela Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, localizada na Estrada do Campo, s/nº, Comunidade Córrego da Prata, município de Boa Esperança, Espírito Santo.

O Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, teve sua autorização renovada por meio da Resolução CEE/ES nº. 2.545/2011, a partir de 02-03-2010, por 04 (quatro) anos, com 40 (quarenta) vagas iniciais anuais e com funcionamento em regime de alternância.

O MEPES, enquanto mantenedor da rede de Escolas Famílias Agrícolas no Espírito Santo - EFAs, tem as unidades escolares funcionando sob o amparo de atos autorizativos emanados do Conselho Estadual de Educação.

A Escola Família Agrícola de Ensino Médio e de Educação Profissional de Boa Esperança funciona sob o amparo dos seguintes atos autorizativos:

- Resolução CEE nº. 92/1997, D.O. de 15-05-1997 – reconhece a Escola Família Agrícola de Ensino Médio de Boa Esperança;

- Resolução CEE nº. 235/1999, D.O. de 19-01-2000 – autoriza a Escola Família Agrícola de 2º Grau de Boa Esperança, situada na Comunidade de Córrego da Prata, município de Boa Esperança, ES a ministrar o Ensino Médio;

- Resolução CEE nº. 443/2001, D.O. de 17-12-2001 – retifica o currículo do Ensino Médio, autorizado pela Resolução CEE 235/1999, alterando sua duração para 03 (três) anos, com o mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, a partir do ano letivo de 2001;

- Resolução CEE nº. 1.079/2004, D.O. de 31-01-2005 – autoriza a mudança de denominação para Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança. Credencia a escola a oferecer Educação Profissional de Nível Técnico. Autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Agropecuária, com ênfase em Fruticultura e Piscicultura, com 40 (quarenta) vagas anuais, no período de 2001 a 2005;

- Resolução CEE nº. 1.323/2006, D.O. de 03-08-2006 – autoriza a EFA de Boa Esperança a ministrar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de forma concomitante ao Ensino Médio, com o Curso Técnico em Agropecuária, com 40 (quarenta) vagas anuais, por um período de 04 (quatro) anos;

- Resolução CEE nº. 2.039/2009, D.O. de 23-10-2009 – autoriza alterações nas organizações curriculares, para fins de convalidação de estudos dos alunos ingressantes nos anos de 2006, 2007 e 2008, do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio. Determina que o mantenedor providencie a adequação ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, para as turmas ingressantes a partir do ano letivo de 2009. Mantém o período de vigência da Resolução CEE nº. 1.323/2006, publicada no D.O. de 03-08-2006;

- Resolução CEE nº. 2.545/2011, D.O. de 14-02-2011 – renova, a partir de 02-03-2010, por um período de 04 (quatro) anos, a autorização para a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, na Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, com 40 (quarenta) vagas iniciais anuais, em regime de alternância. Considera a proposta adequada ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

O processo foi protocolado na SRE de Nova Venécia em 07-10-2013 e encaminhado para análise. Às fls. 359 e 360, consta consulta realizada pela SRE Nova Venécia ao CEE, datado de 1º-08-2013, quanto à vigência dos atos autorizativos da instituição.

Em 23-08-2013, a Supervisora Escolar da SRE encaminhou por e-mail orientações à instituição quanto ao prazo de protocolização do referido processo e atendimento a Resolução CNE/CEB nº. 06/2012. Posteriormente, em 28-10-2013, foi realizado novo atendimento à EFA de Boa Esperança, com solicitação de correções e complementação da documentação.

O Termo de Visita, datado de 01-11-2013, com verificação dos espaços físicos e solicitação de esclarecimentos quanto à mudança ocorrida em relação ao cumprimento da carga horária aprovada no plano de curso anterior, no que se refere à quantidade de dias letivos nas sessões, visto que dos 06 (seis) dias autorizados estavam cumprindo somente 05 (cinco) dias.

O atendimento ocorreu em 12-11-2013, conforme documento às fls. 380 e 381. A conclusão do RVP deu-se em 06-12-2013. O relatório final da SEDU data de 21-01-2014, com encaminhamento ao CEE.

ANÁLISE

A solicitação de renovação do Curso Técnico em Agropecuária ministrado pela EFA de Boa Esperança está respaldado na Resolução CEE nº 1.286/2006 que determina:

Art. 176 (...)

Parágrafo Único - No caso de renovação de autorização para ampliar o prazo de funcionamento, de curso autorizado, o mantenedor deverá requerer, ao Secretário de Educação, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do termino previsto, comprovando demanda, resultados e alterações que pretenda efetivar no curso.

O processo foi protocolado na SRE Nova Venécia em 07-10-2013, respeitando a antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término previsto para a vigência do ato.

O quadro demonstrativo de resultados (fls. 13 e 14) mostra que, desde a autorização para oferta do curso, foram formadas turmas únicas nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, com número de matrículas inferior ao total autorizado e declínio da oferta. No entanto, é reduzido o número de alunos reprovados e evadidos, demonstrando resultados defensáveis.

Consta (fl. 389) o quadro demonstrativo evolutivo de matrículas referente ao ano de 2013, como também lista de pré-matrícula para 2014 com 67 (sessenta e sete) alunos. Segue o referido quadro:

2013

	CURSO/ETAPA	SÉRIE/ANO	TURMA	Nº DA SALA	M² DA SALA	Nº DE ALUNOS	CAPACIDADE DE MATRÍCULA
INTEGRAL	Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio	1º	ÚNICO	II	54,37	15	40
		2º	ÚNICO	II	54,37	13	40
		3º	ÚNICO	I	55,02	11	40
		4º	ÚNICO	I	55,02	13	40
		TOTAL				52	160

Quanto à capacidade de matrícula, considerando o regime de alternância, verifica-se que cada sessão de 05 (cinco) dias ocupa as 02 (duas) salas disponíveis, atendendo à 1ª e à 3ª séries e à 2ª e à 4ª séries alternadamente.

A renovação da autorização do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Recursos Naturais, é justificada considerando a necessidade de inserção profissional do jovem no âmbito da agricultura familiar e da sustentabilidade, em que o agronegócio tem se caracterizado como um dos setores mais dinâmicos da economia. A metodologia denominada "Pedagogia da Alternância", adotada pelas EFA's, é importante estratégia para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo. A justificativa está fundamentada em dados.

O Plano de Curso (fl. 467) aprovado pelo CEE em 14-02-2011, pela Resolução CEE nº. 2.545/2011, foi reformulado.

As alterações promovidas ou pretendidas que incidem sobre o curso são:

- possibilidade de ingresso de alunos a partir da 2ª série, previsto no Regimento Comum das Escolas Famílias do MEPES. No entanto, cabe observar o que está estabelecido na Resolução CNE/CEB nº. 06/2012;

- o ano letivo passa a ser estruturado em trimestres, de acordo com o novo Regimento Comum das Escolas Famílias do MEPES, aprovado pela SRE e em vigor a partir de 2014;

- quanto aos critérios de aproveitamento de estudos, conhecimentos e experiências anteriores, ressaltamos a necessidade de adequá-lo em conformidade com a legislação vigente;

- o Quadro Técnico Administrativo é formado por secretária, coordenadora Pedagógica, diretora escolar, coordenador do curso e orientador de Estágio, todos habilitados para as funções que exercerão. O coordenador do curso é Engenheiro Agrônomo;

- o Quadro Docente é formado por 10 (dez) profissionais, todos com documentação comprobatória da habilitação (fls. 330 a 352, 682 a 684). Os professores que ministram os componentes curriculares "Filosofia", "Física", "Sociologia", "Arte" e "Biologia" não possuem habilitação específica;

- os Certificados e Diplomas passam a ser emitidos conforme determinado na Resolução CNE/CEB nº. 06/2012, em seu artigo 38, quanto à inserção do número do cadastro do SISTEC.

Quanto à Organização Curricular será adotada a organização em anexo. Comparativamente, constam as seguintes alterações:

- alternância de internato para semi-internato, sendo que o internato passa a ser um espaço de hospedagem e não requisito do curso;

- exclusão dos serões e inclusão do instrumento projeto das áreas e auto-organização da vida de grupo, que sistematiza os temas geradores e a integração dos conhecimentos de forma contextualizada entre as disciplinas e áreas do conhecimento;

- fusão dos temas geradores da 3ª série, devido à necessidade de integração dos conhecimentos, disponibiliza e amplia os locais para realização dos estágios e aprofundamento das áreas;

- exclusão da carga horária específica para "Oficinas Práticas" e "Esporte Orientado", que passarão a ser contemplados nas aulas de agropecuária e linguagens;

- ampliação na carga horária dos componentes curriculares "Biologia", "Matemática", "Agricultura", "Zootecnia", "Administração e Economia Rural", "Planejamento e Projeto";

- ajustes na carga horária de alguns componentes curriculares, devido à ampliação do número de sessões e de estadia;

- redução da carga horária total do curso, de 5.498 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito) para 5.159 (cinco mil, cento e cinquenta e nove) horas; redução do número de dias de sessão, de 06 (seis) para 05 (cinco) dias semanais; ampliação do número de sessões, de 20 (vinte) para 21 (vinte e uma) e de estadia de 18 (dezoito) para 21 (vinte e uma);

- Em atendimento ao artigo 20, § 1° e inciso I da Resolução CNE/CEB nº. 06/2012 Plano de Curso contém a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar para cada componente curricular;

- fica excluído o termo serões nas Atividades Complementares, permanecendo Auto-Organização da Vida em Grupo, com acréscimo de 400 (quatrocentas) para 840 (oitocentas) horas;

- alteração da carga horária do Estágio Supervisionado de 322 (trezentas e vinte e duas) para 392 (trezentas e noventa e duas) horas, passando a ser computado o tempo de planejamento e preparação da sessão estadia;

- fusão da base nacional com a parte diversificada, em atendimento ao determinado no artigo 8º, parágrafo 2º da Resolução CNE/CEB nº. 02/2012;

- alteração da nomenclatura dos componentes curriculares Inglês e Espanhol, passando a denominar-se Língua Estrangeira Moderna-Inglês e Língua Espanhola.

O Regimento prevê, ainda, a possibilidade de a escola receber alunos transferidos na 2ª série do ensino médio.

De acordo com o relatório da Supervisão Escolar da SRE, a instituição funciona em imóvel de propriedade da mantenedora, com vários prédios onde são desenvolvidas atividades com os estudantes e de suporte ao funcionamento da instituição. O estado de conservação é razoável, porém demanda reforma, exceto os 03 (três) prédios do dormitório, que receberam melhorias em 2013. Fotos às fls. 706 a 713.

De acordo com esse relato, a escola deverá ser reformada em 2014 pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança com melhorias na rede elétrica, no primeiro e segundo prédios. Não apresenta o referido documento nos autos.

Espaços físicos:

Primeiro Prédio

- sala de Estudo I, medindo 55,02m², com 04 (quatro) janelas e porta em madeira, forro de PVC, quadro de giz e quadro branco, mesa e cadeira para monitor, 12 (doze) jogos de mesas com cadeira para estudantes, mural fixo;
- sala de Estudo II, medindo 54,37m², com 04 (quatro) janelas e porta em madeira, forro de PVC, quadro de giz e quadro branco, mesa e cadeira para monitor, 13 (treze) jogos de mesas com cadeira para estudantes, mural fixo;
- biblioteca medindo 14,89m², com 02 (duas) janelas e porta em madeira, forro em madeira, 07 (sete) estantes em aço, 02 (duas) cadeiras;
- biblioteca/sala de Estudos, medindo 13,95m², com 02 (duas) janelas e porta em madeira, forro em madeira, 06 (seis) estantes em aço, 01 (uma) mesa com 02 (dois) bancos em madeira, suporte para panfletos, extintor;
- sala da Associação dos Estudantes, corredor das salas de aula, banheiro externo.

Segundo Prédio

- secretaria, sala de monitores, banheiro de monitores e funcionérios, refeitório, cozinha, 02 (duas) despensas, área de serviço;
- laboratório de Informática medindo 27,55m², com 08 (oito) computadores, 13 (treze) cadeiras, armário de parede de uma porta, 02 (duas) janelas e porta em madeira, extintor;
- laboratório de Ciências medindo 25,40m², com forro em madeira, mesa em granito, 08 (oito) cadeiras, janela e porta em madeira, ventilador, tanque e equipamentos específicos diversos.

Terceiro Prédio

- galpão medindo 139,24m², contendo garagem e depósito.

Quarto Prédio

- almoxarifado medindo 73,58m², com cadeiras e mesas inservíveis, beliches novos.

Quinto Prédio

- dormitórios I, II e II, medindo de 112,70m² a 119,48m², contendo 02 (dois) quartos em cada com banheiro próprio;

- área de serviço com 02 (dois) tanques, entre o dormitório II e III.

Sexto Prédio

- casa dos monitores medindo 84,83m², com 10 (dez) cômodos;
- casa do caseiro medindo 95,34m², com 08 (oito) cômodos.

Sétimo Prédio

- cabana medindo 61,20m², com mesa de ping-pong, mesa de totó.

Áreas Externas

- Campo de Futebol medindo 2.076,90m², toda gramada;
- Quadra de Vôlei de areia medindo 16m²;
- Diversificada I, medindo 5,982m², para cultivo de pomar (em fase de implantação);
- Diversificada II, medindo 8,020m², para cultivo de plericulturas –Implantação das experiências;
- Pastagem medindo 86,61m², com produção de brachiária brizanta – pasto arrendado;
- Reflorestamento I, medindo 14,376m², com cultivo de espécies nativas e exóticas;
- Reflorestamento II, medindo 8,732m², com cultivo de espécies nativas e exóticas;
- Represa medindo 8,775m², para abastecimento de água, culturas e criações;
- Ambiente Educativo medindo 13,717m², com cultivo de plantas ornamentais diversas e árvores frutíferas;
- Curral e pocilga.

Da infraestrutura recomendada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, a escola dispõe de biblioteca com acervo específico e atualizado, laboratório de Informática e laboratórios Didáticos: Unidades de Produção Animal, Vegetal e Agroindustrial. O acervo bibliográfico específico consta à fls. 218 a 307.

O Relatório de Verificação Prévia informa que o laboratório de Informática não possui programas específicos, mas os monitores providenciam os materiais necessários para ministrar os conteúdos. Nos laboratórios didáticos, as atividades são desenvolvidas em toda a extensão territorial da propriedade.

Para a prática de Educação Física, a escola não tem quadra esportiva. Conta com Campo de Futebol e quadra de Vôlei.

O MEPES não apresentou documentos pertinentes à estrutura física, tendo em vista que houve obra nova nos 03 (três) prédios do dormitório na Escola Família Agrícola de Boa Esperança, conforme determina a Resolução CEE nº. 1.286/2006:

> Art. 12 (...)
>
> *Parágrafo Único - Havendo obra nova, ampliação ou reforma do prédio escolar, a mantenedora deverá apresentar os documentos pertinentes – Planta Baixa Habite-se, Certidão de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o Alvará de Licença atualizados.*

Segundo o Relatório da SRE, o plano de prevenção contra incêndio está em estudo e acontecerá após a reforma dos espaços. No último ano, foram feitas aquisições para o laboratório de informática, Tvs, Dvds, materiais pedagógicos. A Diretora da instituição informou que há previsão de outras verbas, que serão destinadas à compra de equipamentos para cozinha e ferramentas.

Quanto à Proposta Pedagógica da EFA de Boa Esperança, há informação de que não está concluída, e, segundo a diretora, as equipes das EFAs do Norte estão trabalhando para a construção coletiva do referido documento.

A escola adota o Regimento Comum das Escolas Famílias Agrícolas e Escolas Famílias Turismo do MEPES, aprovado pela SRE de Linhares, sob nº. 023 em 18-10-2013, conforme verificamos à fl. 403 consta como alteração, o período letivo organizado na forma trimestral.

A Supervisora da SRE Nova Venécia informa, em seu RVP, que em visita de monitoramento realizada em 2013, foi constatado *in loco* que a EFA Boa Esperança cumpria 05 (cinco) dias letivos por sessão, de 2ª a 6ª feira, desde 2012, em desacordo com o determinado no calendário oficial da instituição. Ressaltamos que para o cumprimento da organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, autorizado pela Resolução CEE nº. 2.545/2011 de 14-01-2011, o calendário previa 06 (seis) dias letivos por sessão, de 2ª a sábado.

A instituição justifica que a maioria dos estudantes depende do transporte escolar público, não disponível aos sábados, o que exigiu da instituição criar alternativas. Informa em documento às fls. 678 e 679, que adequou seu calendário para cumprimento da carga horária mínima exigida, considerando como letivos os dias de planejamento e formação dos monitores, encaminhando atividades na sessão meio sócio profissional como letivas, os dias de sessão meio profissional passaram de 18 (dezoito) para 21 (vinte e um) e os dias de sessão escolar passaram de 20 (vinte) para 21 (vinte e um), a partir de 2013, para garantir os 200 (duzentos) dias letivos previstos por lei.

A Supervisora Escolar da SRE Nova Venécia indica para a EFA Boa Esperança que oficialize as alterações praticadas junto ao CEE e consulte sobre a necessidade de publicação das alterações promovidas sem autorização prévia.

Em contato com a direção do EFA Boa Esperança foi solicitado esclarecimentos quanto às alterações praticadas. A mantenedora informou que retornaria com o referido atendimento, mas não o fez até a presente data. A indicação da assessoria técnica é a de que a instituição encaminhe solicitação de alteração das organizações praticadas desde 2012 para regularizar a vida dos alunos, tendo em vista que ao alterar o total de sessões meio sócio profissional e sessões escolares, altera toda a estrutura do curso, inclusive a carga horária total.

Na Avaliação da aprendizagem, predominarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, onde será considerado aprovado o aluno que obtiver o rendimento mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada componente curricular e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência mínima.

Recebe o Diploma de Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio o aluno que concluir com aproveitamento todas as unidades curriculares da Organização Curricular, além de atender ao Estágio Supervisionado.

PARECER E VOTO

Mediante o exposto e considerando que a Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança funciona sob o amparo de um conjunto de resoluções do Conselho Estadual de Educação, o que caracteriza um funcionamento regular, do ponto de vista legal; que se trata de instituição que dispõe de alternativa metodológica apropriada à oferta de educação básica à população do campo; que há demanda para ser atendida pela escola, mesmo diante da redução da população localizada nas áreas rurais; que as alterações praticadas pela escola no âmbito do currículo escolar não promoveram alterações profundas quanto à natureza do curso e sua qualidade, manifestamo-nos favoravelmente á renovação da autorização para a

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 4.811/2017

Aprova a ampliação do número de vagas para a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Eixo Tecnológico Segurança, na EEEFM Monsenhor Guilherme Schmitz, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE-ES n.º 5.111/2017 (Processo CEE-ES n.º 092/2017), aprovado na Sessão Plenária do dia 30-05-2017, com fundamento na Resolução CEE-ES nº. 3.777/2014,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a ampliação do número de vagas para a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Eixo Tecnológico Segurança, de 40 (quarenta) vagas iniciais anuais, para 80 (oitenta) vagas iniciais semestrais, distribuídas em duas turmas de até 40 (quarenta) estudantes cada uma, no turno noturno, a partir do 2º semestre de 2017, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Guilherme Schmitz, situada na Rua Aristides Bitti, n.º 350, Bairro De Carli, município de Aracruz, ES, mantida pelo Governo Estadual.

Art. 2º Manter o período de vigência da Resolução CEE n.º 4.180/2015, publicada no Diário Oficial de 26 de maio de 2015.

Vitória, ES, 03 de julho de 2017.
MARIA JOSÉ CERUTTI NOVAES
Presidente do CEE

Homologo
Em 03 de julho de 2017.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 4.813/2017

Renova o credenciamento do Centro Educacional de Aracruz, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE-ES n.º 5.113/2017 (Processo CEE-ES n.º 198/2016/SEP n.º 75309459), aprovado na Sessão Plenária do dia 06-06-2017, com fundamento na Resolução CEE-ES nº. 3.777/2014,

RESOLVE:
Art. 1º Renovar, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 30 de maio de 2016, o credenciamento do Centro Educacional de Aracruz, situado na Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº. 180, Centro, município de Aracruz, ES, mantido pela Fundação São João Batista, CNPJ nº. 27.450.709/0001-45.

Art. 2º Reconhecer, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 30 de maio de 2016, as Etapas do Ensino Fundamental (completo) e do Ensino Médio, ministrados no Centro Educacional de Aracruz, situado na Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº. 180, Centro, município de Aracruz, ES, mantido pela Fundação São João Batista, CNPJ nº. 27.450.709/0001-45.

Art. 3º Aprovar, para o período de 2017 a 2021, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - e o Programa de Autoavaliação Institucional - PAI -, do Centro Educacional de Aracruz, situado na Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº. 180, Centro, município de Aracruz, ES, mantido pela Fundação São João Batista, CNPJ nº. 27.450.709/0001-45.

Vitória, ES, 05 de julho de 2017.
MARIA JOSÉ CERUTTI NOVAES
Presidente do CEE

Homologo
Em 05 de julho de 2017.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 4.823/2017

Renova o credenciamento da Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE-ES n.º 5.122/2017 (Processo CEE-ES n.º 090/2016/SEP n.º 74290940), aprovado na Sessão Plenária do dia 13-06-2017, com fundamento na Resolução CEE-ES nº. 3.777/2014,

RESOLVE:
Art. 1º Renovar, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 30 de maio de 2016, o credenciamento da Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, situada na Estrada do Campo, s/nº, Córrego da Prata, município de Boa Esperança, ES, mantida pelo MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, CNPJ nº 27.097.229/0001-42.
Art. 2º Aprovar, para o interstício de 2016 a 2020, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - e o Programa de Autoavaliação Institucional - PAI -, da Escola Família Agrícola de Ensino Médio e Educação Profissional de Boa Esperança, situada na Estrada do Campo, s/ nº, Córrego da Prata, município de Boa Esperança, ES, mantida pelo MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, CNPJ nº 27.097.229/0001-42.
Vitória, ES, 06 de julho de 2017.

MARIA JOSÉ CERUTTI NOVAES
Presidente do CEE

Homologo
Em 06 de julho de 2017.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 327935

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 4.819/2017

Renova a aprovação para a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Eixo Tecnológico Segurança, na EEEFM Liceu Muniz Freire.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE-ES nº. 5.118/2017 (Processo CEE nº. 229/2016/ SEP n.º 75410850), aprovado na Sessão Plenária do dia 13-06-2017, com fundamento na Resolução CEE-ES n.º 3.777/2014,

RESOLVE:
Art. 1º Renovar a aprovação para a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Eixo Tecnológico Segurança, com 120 (cento e vinte) vagas iniciais anuais, distribuídas em três turmas de até 40 (quarenta) estudantes cada uma, no turno noturno, por um período de 03 (três) anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Liceu Muniz Freire, situada na Rua Moreira, nº. 171, Bairro Independência, município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, mantida pelo Governo Estadual.
Parágrafo único. A Organização Curricular do curso citado no *caput* está anexada a esta Resolução.

Vitória, 04 de julho de 2017.
MARIA JOSÉ CERUTTI NOVAES
Presidente do CEE

Homologo
Em 04 de julho de 2017.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação

ANEXO À RESOLUÇÃO CEE-ES Nº. 4.819/2017

Módulo I		
Componentes Curriculares	Aulas/Semana	Carga Horária
Português Instrumental I	02	40
Psicologia Social/ Trabalho	02	40
Inglês Instrumental	02	40
Informática Aplicada I	02	40
Matemática Aplicada/ Estatística I	02	40
Normas Técnicas e Legislação Aplicada I	03	60
Segurança do Trabalho I	02	40
Carga Horária Total do Módulo	15	300

Módulo II		
Componentes Curriculares	Aulas/Semana	Carga Horária
Português Instrumental II	02	40
Matemática Aplicada/ Estatística II	02	40
Informática Aplicada II	02	40
Técnicas de Prevenção e Combate a Sinistros	02	40
Prevenção de Doenças Profissionais	02	40
Segurança do Trabalho II	03	60
Ergonomia	02	40
Carga Horária Total do Módulo	15	300

Módulo III		
Componentes Curriculares	Aulas/Semana	Carga Horária
Técnicas de Didática e Oratória	01	20
Ética Profissional/ Cidadania	02	40
Primeiros Socorros	03	60
Higiene Ocupacional I	03	60

Assinado digitalmente pelo ORGÃO DE PARTICIPAÇÕES DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quarta-feira, 12 de Julho de 2017 às 07:00:00
Código de autenticação: 1f5a0fc

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI - DAS ESCOLAS FAMÍLIAS DA REDE MEPES

Boa Esperança - ES

Abril de 2016

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO
CGC 27.097.229\0001-42
E-MAIL: mepes.central@gmail.com
Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº94083 de 10 de março de 1987 - Processo nº MJ - 31093/71

UNIDADE EDUCATIVA: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE BOA ESPERANÇA

Boa Esperança - ES

Abril de 2016

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL.....06

1.1. Perfil Institucional da Mantenedora.....06
1.1.1. Filosofia.....06
1.1.2. Missão.....06
1.1.3. Visão.....07
1.1.4. Objetivos.....07
1.2. Perfil Institucional das Escolas Famílias da Rede MEPES.....08
1.2.1. Missão.....09
1.2.2. Princípios – Fins e Objetivos.....09

2. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA – PPP.....12
2.1. Histórico, Abrangência e Área de Atuação do MEPES.....12
2.1.2. Histórico e Inserção Regional.....12
2.1.2. Breve Histórico da EFA e Caracterização do Município.....16
2.1.3. Abrangência e Área de Atuação do MEPES.....18
2.2. Articulação com Outras Instituições.....21
2.3. Concepções da Prática Educativa do MEPES.....22
2.3.1. Filosofia Educacional.....22
2.3.2. Valores Preconizados.....22
2.3.3. Diretrizes Pedagógicas.....23
2.3.4. Perfil do Egresso.....25
2.3.4.1. Perfil do Egresso do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.....25
2.4. Organização da Oferta.....26
2.4.1. Turnos de Funcionamento.....27
2.4.2. Capacidade de Matrícula.....27
2.5. Metodologia de Ensino.....28
2.6. Práticas Pedagógicas Inovadoras.....31
2.6.1. Plano de Estudo.....31
2.6.2. Caderno da Realidade.....32
2.6.3. Visitas e Viagem de Estudo.....33
2.6.4. Atividades de Retorno.....33
2.6.5. Visitas às Famílias.....34
2.6.6. Projeto Profissional do Jovem.....35
2.6.7. Folha de Observação.....35
2.6.8. Experiências Agropecuárias: na EFA e no Meio Familiar Sócio – Comunitário.....35
2.6.9. Projeto das Áreas.....36

2.6.10. Intervenção 37
2.6.11. Curso/oficina.....37
2.6.12. Auto-organização da Vida de Grupo.....37
2.7. Articulação entre as Atividades Desenvolvidas.....38
2.8. Projetos Integradores.....39
2.8.1. Trabalhos Interdisciplinares.....39
2.8.2. Programa de Estágio Supervisionado.....43
2.8.3. Estudos Complementares.....45
2.9. Avaliação da Aprendizagem: Metodologia, Critérios e Sistemática.....46
2.10. Indicadores de Produtividade Institucional.....50
2.10.1. Da Rede MEPES.....50
2.10.2. Da Unidade Escolar.....51
2.11. Indicadores de Qualidade 51
2.12. Políticas de Educação Inclusiva.....53
2.13. Projeto Pedagógico dos Cursos, Etapas ou Modalidades de Ensino.....54
2.13.1. Objetivos dos Temas Geradores e descrição dos Temas de Planos de Estudo das séries do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional-.....55
2.13.3. Planejamento dos temas do Plano de Estudo (P.E).....59
2.13.4. Estrutura do Currículo das Matérias.....60

3. PLANO DE METAS PLURIANUAL - CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO.....63
3.1. Eixos Norteadores.....63
3.2. Plano de Metas Plurianual.....63
3.2.1. Cronograma da Mantenedora.....63
3.2.2. Cronograma da Unidade.....66

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....68

5. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA E DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE.....70
5.1. Comunicação da EFA com a Comunidade.....71

6. POLÍTICAS DE PESSOAL 73
6.1. Perfil Docente.....73
6.2. Perfil do Corpo Administrativo.....74
6.3. Mecanismo de Ingresso.....75
6.4. Condições Institucionais de trabalho dos profissionais.....75
6.5. Programa de Formação Continuada dos Profissionais das Escolas Famílias do MEPES.....76

6.5.1. Organização e Funcionamento da Formação Inicial e Continuada- 76

7. GESTÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO DOS SEGMNETOS DA COMUNIDADE ESCOLAR....79

8. INFRAESTUTURA: CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E SERVIÇOS....81
8.1. Instalações Gerais....81
8.2. Instalações Administrativas....82
8.3. Salas de Aula....82
8.4. Laboratórios – Didáticos e de Práticas Agropecuárias....82
8.5. Recursos Audiovisuais, Multimídia, Internet e Intranet....82
8.6. Biblioteca....83
8.7. Políticas de Aquisição, expansão, atualização e manutenção dos Recursos audiovisuais....85

9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES....86
9.1. Programa de Apoio ao Estudante Bolsista e Programa de Ensino Gratuito....86

10. PLANO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA....89

11. BIBLIOGRAFIA....93

12. ANEXO....94

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Perfil Institucional da Mantenedora

Como resposta dada por lideranças civis, religiosas, rurais e urbanas à situação precária do homem do campo capixaba, tendo em vista, a formação integral dos jovens e famílias rurais e a transformação/desenvolvimento de seu meio, em 26 de abril de 1968 foi fundado oficialmente o MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

O MEPES é, na forma legal e para os devidos fins de direito, uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos, que serve à coletividade desenvolvendo atividades em 04 setores básicos: Saúde, Ação Comunitária, Formação e Educação.

A rede educacional do MEPES é composta por 18 (dezoito) Escolas Famílias que adotam uma pedagogia própria, a Pedagogia da Alternância, sendo 17 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e 01 Escola Família Turismo (EFTUR), localizadas em diversos municípios do Estado do Espírito Santo.

1.1.1. Filosofia

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo tem como princípios orientadores a promoção do homem todo e de todos os homens, entendido em sua totalidade: corpo, mente e espírito, sem admitir nenhuma exclusão. Qualquer programa feito para aumentar a produção não tem afinal, razão de ser, senão colocado a serviço da pessoa humana. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torna-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável de seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual.

1.1.2. Missão

O MEPES tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana, interagindo na saúde, educação e ação comunitária, numa ampla atividade voltada, principalmente, ao meio rural, naquilo que concerne à elevação humano-social, especialmente do agricultor, nas dimensões da vida: espiritual, sanitária, técnica econômica e ambiental.

O significado da sigla MEPES: Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo norteiam sua missão institucional.

Movimento - Organização que não pretende cristalizar-se em atividades estáticas, mas colocar como caminho a revisão crítica constante para a superação, abandono ou ampliação de atitudes e atividades em vista da fidelidade a seus objetivos.

Educação - Situa-se exclusivamente na linha da educação, qualquer que seja a natureza de seus serviços. Fazer crescer o SER HUMANO em todas as dimensões pessoal e comunitária, numa formação integral: ética, ecológica, intelectual, técnica, científica, profissional, artística, filosófica, espiritual e transcendente, etc.

Promocional - Desenvolver uma educação adequada que ajude o ser humano em sua caminhada rumo ao verdadeiro crescimento humano-social-espiritual e se tornar sempre mais consciente, livre, responsável, solidário, comunitário.

Espírito Santo - É um Movimento que nasce situado no Estado do Espírito Santo, mas, sempre disposto a partilhar suas experiências e a comungar, solidariamente, com todos os que procuram o bem das pessoas e da Comunidade.

1.1.3. Visão

Tornar-se referencial de excelência no Estado do Espírito Santo, como uma ONG que atua com núcleos familiares e da sociedade civil organizada em parceria com órgãos públicos e empresas privadas, buscando o desenvolvimento local sustentável com a prestação de serviço nas áreas de educação, saúde ação comunitária.

1.1.4. Objetivos

De acordo com o Art. 4º de seu estatuto, o Movimento de Educação Promocional do Espirito Santo tem alguns dos seguintes objetivos a seguir:

- Apoiar a agricultura familiar de forma integrada, nas suas diferentes atividades agrícolas, privilegiando as formas que favoreçam a constituição e a defesa da pequena propriedade e possibilitem o crescimento da pessoa humana através de iniciativas que promovam o encontro de pessoas e famílias, entre si e a solidariedade entre grupos, classes e povos;

- Planejar, programar e executar atividades voltadas para a organização social das famílias, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do homem do campo, contribuindo para o combate ao êxodo rural;
- Apoiar atividades de integração ao mundo do trabalho;
- Contribuir para a formação e o desenvolvimento integral da família e o aperfeiçoamento ético e moral da sociedade;
- Apoiar, promover e executar atividades de assistência técnica, de extensão rural, de associativismo, de cooperativismo, de desenvolvimento educacional, de turismo, de cultura e lazer.
- Realizar atividades de intercâmbio com a finalidade educacional e desenvolvimento tecnológico;
- Oferecer educação escolar nos níveis da Educação Infantil, Fundamental, Médio e Profissionalizante, sendo nos últimos 03 (três) níveis por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância e em consonância com as demandas sociais, econômicas e ambientais;
- Realizar, por meio do Centro de Formação e Reflexão do MEPES, formação inicial na Pedagogia da Alternância aos educadores/monitores das Escolas Famílias Agrícolas do MEPES e de instituições formalmente parceiras e filiadas, bem como formação continuada a todos os profissionais que atuam no MEPES.

1.2. Perfil Institucional das Escolas Famílias da Rede MEPES

A formação desenvolvida pelas EFA's está fundamentada em princípios que visam o desenvolvimento sustentável e solidário, enfatizando o papel do estudante pesquisador, aplicando no seu dia-a-dia os novos conhecimentos compreendendo que o meio onde vive é indispensável para sua aprendizagem, a partir da formação social, política, econômica e cultural.

Além da formação geral e profissional, leva em consideração todas as dimensões da pessoa, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as habilidades dos estudantes, através do espírito de iniciativa, criatividade, trabalho em grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida/Profissional, junto com a família e o meio em que vive.

O foco da Pedagogia da Alternância desenvolvido pelas EFA's, o estudante é visto como sujeito do processo educativo situado no seu meio. O ponto de partida é a produção familiar agroecológica que possibilita resolver os problemas da infraestrutura, tecnologia e dinamismo para atender as constantes mudanças do mundo atual. É necessário que o camponês se aproprie dos serviços públicos que lhe são de direito, atendendo com isto as suas reinvindicações na luta e conquista pela sua cidadania.

1.2.1. Missão

A missão das Escolas Famílias Agrícolas da rede MEPES é desenvolver um projeto educativo que através da Pedagogia da Alternância, integre o ambiente escolar com o meio sócio profissional do educando, realizando atividades em prol do desenvolvimento do campo de forma consciente, ética, respeitando os princípios da vida, favorecendo a construção de conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis à formação, comprometido com o desenvolvimento do meio, garantindo também a sustentabilidade dos recursos produtivos e diversificação das atividades, para que o jovem do campo possa se inserir como sujeito do processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

1.2.2. Princípios – Fins e Objetivos

A educação na rede MEPES é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. Assim, as Escolas Famílias do MEPES, tem por objetivos:

- Promover a formação dos sujeitos nas dimensões: humano-social, intelectual-profissional, espiritual-ético-ecológico dentro de uma dimensão da solidariedade;
- Contribuir para a promoção e o desenvolvimento sustentável do educando, da família e do campo.
- Desenvolver no educando aptidões para a vida produtiva e social;

- Proporcionar através de suas atividades educativas um desenvolvimento que dê ao meio sócio profissional uma liderança motivada e devidamente preparada para que possa estimular e orientar o desenvolvimento técnico e social;
- Privilegiar o ambiente familiar como meio da aprendizagem e ampliação do saber e o ambiente escolar e sócio profissional, como local de sistematização científica e ponto de partida para organizar pesquisas, alternando momentos de prática com teoria, ação com reflexão;
- Possibilitar a participação das famílias, comunidades, lideranças e instituições no processo educativo da escola;
- Proporcionar um ambiente educativo fundamentado em princípios de responsabilidade, liberdade, participação e cooperação, voltados para o bem comum;
- Respeitar a individualidade do educando como cidadão, garantindo uma educação voltada para o respeito à sua dignidade, liberdade, cultura e tudo o que possa colaborar para o seu desenvolvimento integral;
- Proporcionar meios para que o educando adote um posicionamento crítico construtivo e responsável diante da realidade, questionando com respeito e usando o diálogo como meio de resolver problemas e conflitos;
- Desenvolver um projeto que possibilite aos educandos, professores e demais pessoas envolvidas no processo educativo da Pedagogia da Alternância, caminharem em direção do verdadeiro crescimento humano-social-espiritual;
- Reconhecer o educando como sujeito do processo de desenvolvimento, integrado à família, à comunidade e ao meio sócio profissional, no resgate dos direitos e deveres do cidadão camponês, considerando o acesso e permanência à escolarização como direito garantido constitucionalmente;
- Favorecer condições para refletir sobre a problemática do meio, no que se refere aos hábitos culturais e à preservação ambiental;
- Preparar o jovem, para participar conscientemente e com formação técnica conveniente ao desenvolvimento do meio em que está inserido;
- Preparar profissionais para atuarem em empresas e instituições prestadoras de serviços para os setores diversos da economia;

- Estimular o processo de formação permanente para estar continuamente atualizado frente aos desafios e perspectivas do mundo contemporâneo;
- Estimular no educando a interpretação da realidade a nível local, estadual e nacional, relacionando-a com o mundo, visando questionar as ideologias de dominação e marginalização deste meio e fortalecer a sua cultura respeitando as demais;
- Estimular a interação do educando no desenvolvimento sócio-econômico-político e cultural da região, do Estado e do País.

2. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA – PPP

2.1. Histórico, Abrangência e Área de Atuação do MEPES

2.1.1. Histórico e Inserção Regional

No final da década de 60 a política adotada pelo Governo militar favorece ainda mais o processo de urbanização e industrialização como condições indispensáveis para o desenvolvimento do Brasil, em detrimento de políticas agrícolas e agrárias. É o mito da cidade grande. É a ideologia do "Jeca Tatu". Uma pesquisa socioeconômica realizada por peritos demonstrou: é assim o nosso meio rural! Seu empobrecimento é cada vez mais acentuado: empobrecimento por falta de uma agricultura tecnificada; empobrecimento pela evasão de seus melhores elementos: jovens que migram para a cidade em busca de preparo e nunca mais voltam; empobrecimento econômico-financeiro, empobrecimento também porque aquele foi um tempo de formação dos grandes latifúndios e da ilusão de muitos pequenos proprietários, migrando para se tornar favelado nas metrópoles; empobrecimento pelo esfacelamento da família com corte brusco provocado pela migração e do diálogo entre as gerações.

No Espírito Santo, se faz sentir esta mesma política, através da edificação da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da fábrica da Aracruz Celulose e da erradicação do café. Neste contexto, o jovem advogado e recém-ordenado Humberto Pietrogrande é enviado a Anchieta. Em uma de suas aulas, interessado em conhecer mais os seus estudantes perguntou a um garoto, líder da turma, muito inteligente e esperto: quem são seus pais? E qual sua comunidade? O estudante agiu como se não tivesse ouvido as indagações e desconversou. Alguns dias mais tarde, o religioso voltou a fazer-lhe as mesmas questões. Envergonhado e com voz tímida sussurrou. O padre compreendeu, então, a situação de vergonha e constrangimento do garoto. Seus pais eram muito pobres, viviam no meio rural, quase isolados. Compreendeu também que esses sentimentos revelam o distanciamento do jovem com o seu meio e, mais sério ainda, a negação de sua identidade pessoal, familiar e cultural.

Percebeu também a ausência de uma escola própria à promoção do homem, da família e do meio rural. Neste sentido inicia-se o processo de discussão para uma ação conjunto que congrega técnicos de diversas áreas, autoridades civis e religiosas de alguns municípios da região sul capixaba e são formados comitês de trabalho.

Neste período ocorre a criação em Padova (Itália) da AES (Associação dos Amigos do Espírito Santo) e logo envia monitores para o Brasil e acolhem brasileiros em suas Escolas. Estabelece-se a ponte que une pessoas e entidades, tendo como lema: "Encontrar-se para se conhecer; conhecer-se para caminhar juntos; caminhar juntos para crescer; crescer para amar mais." (Pe. Humberto Pietrogrande)

Como resultado de uma ampla ação política comunitária, em 26/04/1968, funda-se oficialmente o MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, tendo como pioneirismo uma ação educativa que adota a Pedagogia da Alternância, pedagogia esta de valorização dos homens e mulheres campesinos e de suas culturas através do trabalho desenvolvido pelas Escolas Famílias Agrícolas – EFAs

Esse projeto educativo possui origem na França entre os anos de 1935 – 1937. Contudo, a experiência do MEPES teve como influência as Escolas Famílias Agrícolas da Itália, país de origem do Jesuíta Humberto Pietrogrande, mentor e articulador do movimento.

Desta forma, a partir do trabalho do MEPES surge a primeira Escola Família Agrícola em Olivânia, Munícipio de Anchieta – ES, em março de 1969, e, posteriormente foram criadas, no mesmo ano as EFAs de Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e a de Campinho, em Iconha. O Processo de Expansão ganhou força a partir de 1972, e o projeto foi para o norte do Espirito Santo e no ano seguinte a expansão rompe as divisas do Estado para Minas Gerais, chegando também a Região Norte, Nordeste e Centro Oeste do país.

Atualmente a Rede MEPES possui as seguintes Escolas Famílias:

- **Escola Família Agrícola de Olivânia**

  Rua Projetada, s/nº, Comunidade de Olivânia, Município de Anchieta, neste Estado.

  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves**

  Rua Projetada, s/nº, Bairro Portal dos Imigrantes, Município de Alfredo Chaves, neste Estado.

Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul**
  Rua Padre Guido Spolaor, s/nº, Município de Rio Novo do Sul, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental.
- **Escola Família Agrícola de Jaguaré**
  Rodovia Dom José Dalvit, s/nº - KM 10, Município de Jaguaré, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola do KM 41**
  Rodovia São Mateus a Nova Venécia, s/nº, KM 41, Distrito de Nestor Gomes, Município de São Mateus, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental.
- **Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional do Bley**
  Rodovia João Izoton Filho, s/nº - KM 12 - Córrego do Bley, Município de São Gabriel da Palha, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de Rio Bananal**
  Rodovia Roberto Calmon, s/nº, KM 40, Bairro São Sebastião, Município de Rio Bananal, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de Pinheiros**
  Rodovia Pinheiros a Pedro Canário, s/nº - KM 2,5 - Município de Pinheiros, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental.
- **Escola Família Agrícola de Ensino médio e Educação Profissional de Boa Esperança**
  Estrada do Campo, s/nº Córrego da Prata, Município de Boa Esperança, neste Estado.

Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Chapadinha**
  Rodovia ES 220, s/nº - KM 38,5 - Chapadinha, Município de Nova Venécia, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de Vinhático**
  Rodovia Montanha a Vinhático, s/nº - KM 02, Distrito de Vinhático, Município de Montanha, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de São João do Garrafão**
  Avenida João Pedro Lauvers, s/nº, São João do Garrafão, Município de Santa Maria de Jetibá, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitante/subsequente ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de Marilândia**
  Rua Izaldino Camata, nº 150, Centro, Município de Marilândia, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitante/subsequente ao Ensino Médio.
- **Escola Família Turismo Pietrogrande**
  Rua Costa Pereira, 131, Centro, Município de Anchieta, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio subsequente ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de Castelo**
  Estrada do Campo, s/nº - Comunidade de Ribeirão do Meio, Distrito de Aracuí, Município de Castelo, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.
- **Escola Família Agrícola de Belo Monte**

Estrada de Belmonte, s/nº - Patronato, Município de Mimoso do Sul, neste Estado.

Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim**

  Rodovia João Domingo Zago, s/nº - KM 2,5 - Pacotuba, Município de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado.

  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Ibitirama**

  Comunidade São José do Caparaó, Município de Ibitirama, neste Estado.

  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

2.1.2. Breve Histórico da EFA e Caracterização do Município

A Escola Família Agrícola de Boa Esperança está localizada na Estrada do Campo, Comunidade Córrego da Prata município de Boa Esperança. É um município brasileiro do estado do Espírito Santo. Localiza-se a uma latitude 18º32'24" sul e a uma longitude 40º17'45" oeste, estando a uma altitude de 140 metros, está a 285 km de distância da capital e faz divisa com os municípios de Nova Venécia, São Mateus e Pinheiros. Sua população estimada em 2015 era de 15 318 habitantes.

O município de Boa Esperança foi elevado à categoria de Distrito em 1949, através da Lei nº. 65.265, de 22 de outubro de 1949, sendo criado anos depois, pela Lei nº. 1.912, de 28 de dezembro de 1963, que foi publicada no Diário Oficial em 4 de janeiro de 1964. O município foi desmembrado de São Mateus e instalado no dia 3 de maio de 1964. 78% da economia do município vem da agricultura e desses, 43% são das colheitas do café, iniciadas em maio. O município também tem uma forte potência no cultivo e exportação de pimenta-do-reino e uma parcela visível na produção de mamão-papaia.

A Escola Família Agrícola de Boa Esperança foi fundada pelo MEPES em 27 de outubro de 1985 com a realização de uma cerimônia de lançamento da pedra

fundamental para sua construção, para atender ao anseio das famílias de agricultores do município, para tanto o MEPES contou com a parceria e participação das Comunidades, Igreja Católica, do Poder Público Municipal e Estadual, Sindicatos e Lideranças Religiosas.

Este desejo foi motivado principalmente pelo fato da população deste município ser essencialmente rural. Após a mobilização de mutirão para erguer o prédio o funcionamento ocorreu a partir do ano de 1986 com o Curso Técnico em Agropecuária nos moldes do Parecer CFE nº 45/72.

As primeiras experiências de Pedagogia da Alternância na Região Norte, se deram aproximadamente a partir de 1971, por incentivo das pastorais da igreja católica (Diocese de São Mateus) e assumidas pelo MEPES, surgiram então as primeiras EFAs (Nestor Gomes e Jaguaré no município de São Mateus e Bley no município de São Gabriel da Palha). Outras EFAs foram surgindo mais tarde na região, a exemplo de Rio Bananal, Pinheiros, Nova Venécia e Montanha pela rede MEPES e Barra de São Francisco, Mantenópolis e Ecoporanga pelas redes municipais.

Todas as escolas em Pedagogia da Alternância na região Norte eram de Ensino Fundamental. Desta forma, várias lideranças ligadas a estas escolas e de outros setores se articularam, em vista da fundação de uma escola em Alternância de 2º Grau que ofertasse o Curso Técnico em Agropecuária na região Norte. Sendo Boa Esperança um município central na região de demanda, ficou determinado como local de implantação da escola. A comissão de pró – fundação da escola criou as condições para iniciar as atividades letivas da primeira turma, que teve início em 1986. O atendimento era feito por percentual de vagas para o município de Boa Esperança, para as escolas de Pedagogia da Alternância da região e para outras diversas Comunidades.

A função de atendimento Regional foi diminuindo sua área de abrangência na medida em que outras unidades de ensino médio – profissionalizante com Curso Técnico em agropecuária no sistema de Pedagogia da Alternância foram surgindo: em 1991, o curso de supletivo de suplência em Pedagogia da Alternância da EFA de Jaguaré – MEPES, foi transformada em 2º Grau Técnico em Agropecuária e o município de Jaguaré criou a Pedagogia da Alternância pela via pública com as Escolas Comunitárias Rurais de Giral, São João Bosco e Japira. Em 1992 a EFA de

Vinhático/Montanha – MEPES ampliou o atendimento agregando o ensino médio – profissionalizante ao fundamental.

Em, 2001 a EFA do Bley – MEPES agrupou também o ensino Médio Profissionalizante ao fundamental. Em 2005, o município de Barra de São Francisco criou a EFA de ensino médio profissionalizante em Pedagogia da Alternância. Em 2008 a EFA de Rio de Bananal foi transformada do ensino fundamental para o ensino médio profissionalizante técnico em agropecuária e o município criou as Escolas Comunitárias Rurais de Panorama e Santa Rita. Em 2009 a EFA de Chapadinha/Nova Venécia – MEPES foi transformada do ensino fundamental para o médio profissionalizante – técnico em agropecuário e o município criou as Escolas Comunitárias Rurais de Santa Helena, Água Limpa e Gaviãozinho.

Em 2013 a SEDU criou o Curso de Ensino Médio Profissionalizante Técnico em agropecuária, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Nestor Gomes anexada a EFA do Km 41 em São Mateus, já que o município havia implementado a Pedagogia da Alternância nas escolas multi-seriadas e no ensino fundamental nas localidades de Córrego Seco, Assentamento Zumbi dos Palmares e Nativo. Assim sendo, a partir de 2013 o atendimento da EFA de Boa Esperança ficou na Abrangência do município de Boa Esperança, Pinheiros, Conceição da Barra e algumas comunidades do noroeste do Município de são Mateus.

2.1.3. Abrangência e Área de Atuação do MEPES

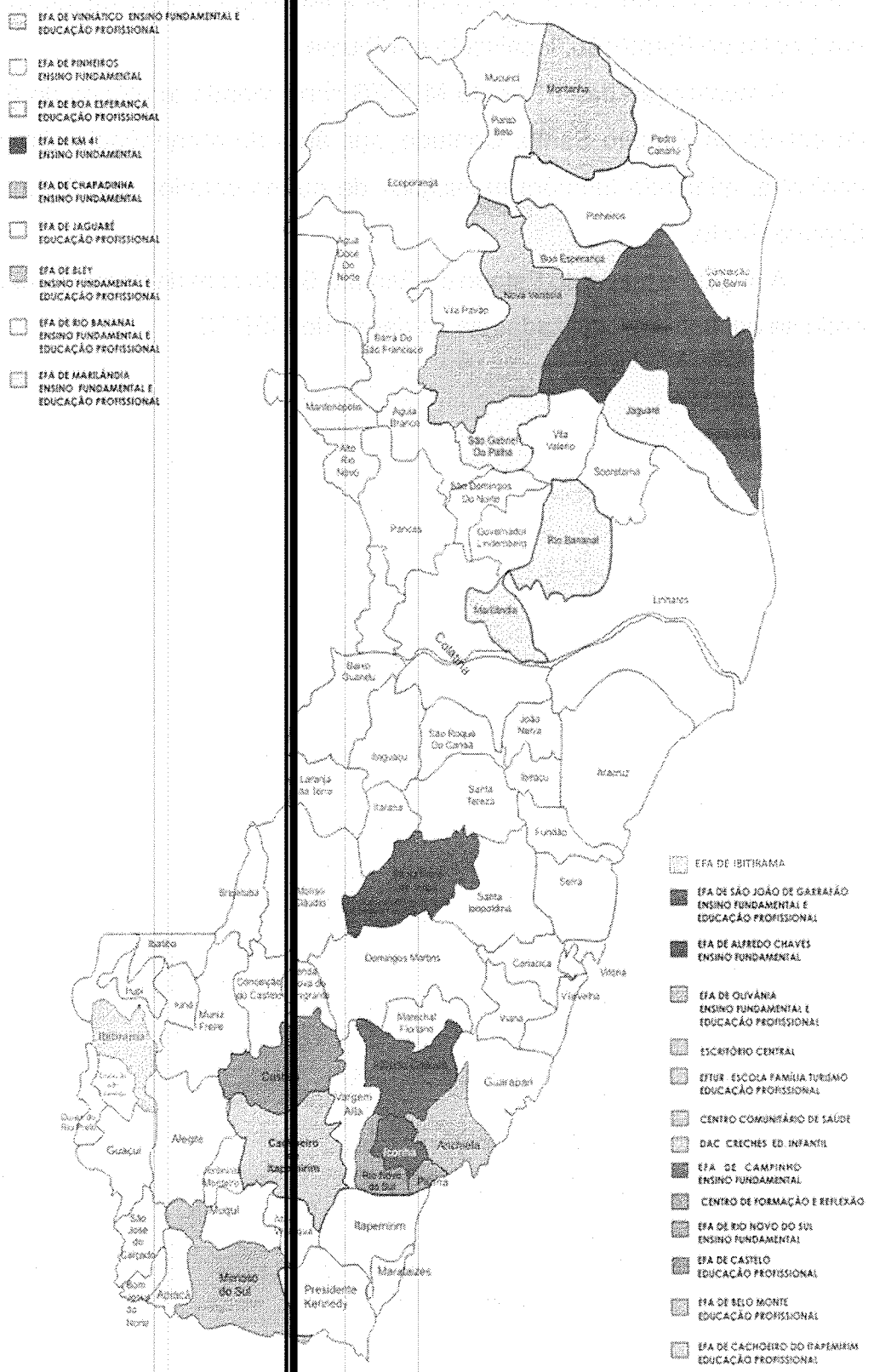
O MEPES desde sua fundação atua com ações integradas de Educação, Saúde e Ação Comunitária.

No que se refere à Educação, seu pioneirismo advém da utilização da Pedagogia da Alternância, desenvolvidas pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Atualmente a rede MEPES conta com 18 EFAs em funcionamento, ofertando anualmente 2.500 vagas em 13 cursos Médio-profissionalizantes, 09 cursos de Ensino Fundamental, atendendo mais de 2.300 famílias de 621 comunidades e 51 municípios. Além destas, atua também na Educação técnico-profissional em turismo, hospitalidade e gastronomia, no município de Anchieta, com a Escola Família Turismo "Pietrogrande" – EFTUR e na Educação infantil com o trabalho em 04 creches.

Para assegurar a formação dos profissionais de suas unidades, e de educadores que atuam na Pedagogia da Alternância, o MEPES desde 1971 possui um Centro de Formação, localizado em Piúma.

A localização das EFAs do MEPES compreende territórios do Sul e do Norte do estado do Espírito Santo. Contudo, sua área de abrangência ultrapassa o limite capixaba, atingindo também municípios de outros estados que fazem limite com o Espírito Santo.

A seguir, o mapa do Estado do Espírito Santo com destaque para os municípios onde se encontram localizadas as unidades do MEPES.


EFA DE VINHÁTICO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE PINHEIROS ENSINO FUNDAMENTAL
EFA DE BOA ESPERANÇA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE KM 41 ENSINO FUNDAMENTAL
EFA DE CHAPADINHA ENSINO FUNDAMENTAL
EFA DE JAGUARÉ EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE BLEY ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE RIO BANANAL ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE MARILÂNDIA ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Mucurici
Montanha
Ponto Belo
Pedro Canário
Ecoporanga
Pinheiros
Boa Esperança
Nova Venécia
Vila Pavão
Conceição Da Barra
Água Doce Do Norte
Barra De São Francisco
Mantenópolis
Água Branca
Jaguaré
São Gabriel Da Palha
Vila Valério
Sooretama
Alto Rio Novo
São Domingos Do Norte
Pancas
Governador Lindenberg
Rio Bananal
Linhares
Marilândia
Colatina
Baixo Guandu
João Neiva
São Roque Do Canaã
Aracruz
Laranja Da Terra
Santa Teresa
Fundão
Serra
Santa Leopoldina
Domingos Martins
Cariacica
Vitória
Viana
Marechal Floriano
Guarapari
Vargem Alta
Cachoeiro
Castelo
Alfredo Chaves
Rio Novo Do Sul
Piúma
Iconha
Rio Pardo
Alegre
Guaçuí
Mimoso Do Sul
Presidente Kennedy
Itapemirim
Marataízes
Bom Jesus Do Norte
Apiacá
EFA DE IBITIRAMA
EFA DE SÃO JOÃO DE GARRAFÃO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE ALFREDO CHAVES ENSINO FUNDAMENTAL
EFA DE OLIVÂNIA ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
ESCRITÓRIO CENTRAL
EFTUR ESCOLA FAMÍLIA TURISMO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE
DAC CRECHES ED. INFANTIL
EFA DE CAMPINHO ENSINO FUNDAMENTAL
CENTRO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO
EFA DE RIO NOVO DO SUL ENSINO FUNDAMENTAL
EFA DE CASTELO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE BELO MONTE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EFA DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.2. Articulação com Outras Instituições

Para promover o aprimoramento dos serviços oferecidos pelo MEPES, nas áreas da educação, as parcerias funcionam como uma estratégia institucional à otimização da sustentabilidade institucional. Os beneficiários diretos e indiretos são as famílias e comunidades atendidas pela ação do MEPES. Neste sentido, o MEPES possui parceria com: Órgãos Públicos e Privados, podendo destacar:

Nacional:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário- SAF e DATER
- Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
- SEDU – Secretaria Estadual de Educação
- SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
- INCAPER
- Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia
- Prefeituras: Alfredo Chaves, Alegre, Anchieta, Boa Esperança, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Colatina, Domingos Martins, Iconha, Itapemirim, Jaguaré Marilândia, Mimoso do Sul, Montanha, Muqui, Nova Venécia, Pinheiros, Piúma, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha, São Mateus e Vila Valério.
- FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/ES.
- Diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
- FUNACI – Piauí
- UNEFAB –União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
- Regionais das demais Escolas Famílias Agrícolas dos outros estados: AMEFA, REFAISA, AEFARO, AECOFABA
- Instituições religiosas

Internacional:

- AES - Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo – Padova – Itália
- I.P.S.S.A. R-Istituto Profesionale di Stato Per i Sevizi Alberghieri e della Ristorazione – Veneto – Itália.
- AIMFR – Association Internationales des Mouvements Familiales Rulales

2.3. Concepções da Prática Educativa do MEPES

2.3.1. Filosofia Educacional

O MEPES tem sua filosofia educacional baseado na promoção integral da pessoa humana, gratuitamente promove a educação e desenvolve a cultura, interagindo saúde, educação e ação comunitária, numa ampla atividade voltada principalmente ao campo, integrando campo e cidade, naquilo que concerne à elevação humano-social, especialmente do agricultor, nas dimensões da vida: espiritual, intelectual, sanitária, técnica, econômica e ambiental.

Na Educação do Campo, a originalidade está na utilização da Pedagogia da Alternância, com as Escolas Família Agrícola. Em sua ação Metodológica, o modelo Educativo da Escola Família Agrícola - MEPES está baseado em quatro pilares:

- Alternância: uma ligação entre a escola, a família e o meio de vivência sócio profissional do jovem;
- Associação: responsabilidade das famílias e do meio para com a formação do jovem;
- Formação integral da pessoa: considera que a formação leva em conta todas as dimensões humanas: pessoal (afetiva, intelectual, profissional e religiosa) e comunitária (política, econômica e social);
- Desenvolvimento Local Sustentável.

2.3.2. Valores Preconizados

O projeto Educativo desenvolvido pelo MEPES se embasa nos seguintes valores:

- A pessoa humana como sujeito de sua própria promoção;
- A participação dos sujeitos;
- Vivência do pluralismo;
- A comunidade responsável e globalmente engajada;
- O intercâmbio em todos os níveis e situações;
- A educação promocional em todas as áreas;
- Conjugação da promoção do indivíduo com o desenvolvimento social;
- Desenvolvimento integral do ser humano;
- Processo Educativo dialético.

2.3.3. Diretrizes Pedagógicas

As Diretrizes Pedagógicas é um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos propostos para nortear o desenvolvimento da prática educativa desenvolvida nas escolas famílias do MEPES, nos diferentes níveis e modalidades, orientando a revisão e formulação de propostas curriculares constantes nos projetos político-pedagógicos escolares, bem como no trabalho docente. As diretrizes pedagógicas, assim como a própria Pedagogia da Alternância são dinâmicas, porque parte de um processo contínuo de avaliação, revisão e remetem as tendências sócio-político-culturais. Assim sendo, são diretrizes pedagógicas das Escolas Família do MEPES:

- Respeito à pessoa - o desenvolvimento da personalidade de cada sujeito se realiza dentro de suas características próprias. Num momento histórico e geográfico com liberdade de fazer opções.
- Integração escolar e vida - para que a escola se torne um verdadeiro lugar de educação, é necessária uma integração do educando no seu meio. A vida ensina a educar e é fonte geradora de experiências de conhecimentos. É dentro da comunidade que as pessoas se educam para a vida inteira. A escola é, antes de tudo, local de diálogo com os saberes. Para o entrosamento com o meio e a comunidade e seus líderes devem permanentemente estar em contato com a escola. Quando a escola pretende unicamente ensinar apresenta ao sujeito uma realidade artificial e empobrecida. Nesse sentido.
- Educação pelo trabalho e para o trabalho - a aprendizagem é feita pela ação a qual leva ao intercâmbio, à responsabilidade, ao diálogo e ao desenvolvimento da personalidade. Para isso, todas as atividades, dentro e fora da escola devem ser aproveitadas para educar, valorizando a dimensão da cultura, vinculadas às relações sociais e aos processos produtivos da existência social. Integra-se a uma tradição teórica que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho.
- A escola centro de comunidade - a escola deve ser centro da comunidade. Para ela deveria convergir todos os empreendimentos e dela partir o impulso de melhoria social. Caberá à escola promover sessões recreativas, sociais, culturais e outras atividades que levem a comunidade a enfrentar seus

problemas reais que impedem o desenvolvimento. Deve considerar que as comunidades têm valores e como tais respeitadas em seus aspectos socioculturais. O desenvolvimento se faz a partir de cada pessoa e comunidade, contando em primeiro lugar com os recursos existentes no próprio meio.

- Relação dinâmica, dialética e dialógica entre contexto histórico-social-político e cultural e o currículo como um todo, concebido como processo em constante construção que se faz e se refaz.
- A pedagogia da alternância:

  - A característica essencial das escolas famílias é o regime de "alternância" da vida familiar e da vida escolar do educando, de maneira a conjugar o meio e a escola com um período de vivência em ambos. A alternância confere uma originalidade ao funcionamento das escolas famílias agrícolas, evitando a dicotomia do ambiente familiar e a vida da escola e entre teoria e prática. Esta pedagogia possibilita uma formação global na qual as experiências são sistematizadas. Delas brotam os novos conhecimentos que são retomados pela escola em outras situações de aprendizagem. A Pedagogia da Alternância permite que os conteúdos de ensino da Escola Família Agrícola sejam verdadeiramente vinculados ao meio de vida do estudante. A família e o meio sócio profissional não é apenas o lugar onde coloca-se em prática as suas experiências escolares, mas é o lugar onde o estudante vai incorporar ao seu trabalho as interrogações e as preocupações levantadas nas reflexões feitas na escola.

  - O meio sócio profissional é reconhecido pela Pedagogia da Alternância, também como local de formação do estudante, meio do trabalho em seu cotidiano que emergem os questionamentos que necessitam de aprofundamento e pesquisa na escola. É uma formação que contempla ação-reflexão-ação, num processo contínuo e interminável, pois pressupõe que aprender é inerente à vida humana.

  - A Pedagogia da Alternância tem a dimensão dialética, pois, não há prática por prática, ou teoria por teoria. O que existe é a reflexão dialógica traduzida na práxis que reflete, propõe e transforma.

- A Pedagogia da Alternância com seu projeto educativo é organizada por meio de um Plano de Formação que se constitui num eixo norteador de todas as ações educativas da EFA. Assim, o Plano de Formação contém:

a) Finalidades e objetivos discutidos e definidos com base no contexto;

b) Temas dos Planos de Estudos baseados na realidade apontada por diagnósticos participativos;

c) Conteúdos curriculares formais do ensino da base nacional comum e da educação profissional, trabalhados a partir dos temas da realidade e de forma interdisciplinar.

2.3.4. Perfil do Egresso

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo propõe ações que buscam preparar o sujeito do campo para a complexa sociedade contemporânea. Neste sentido, se faz necessária uma organização educacional que promova uma formação contínua e abrangente de profissionais inseridos numa realidade que está em constante mudança, seja no campo ou na cidade, em que as competências exigidas passam pela capacidade de iniciativa, liderança, comunicação, atualização permanente, visão geral e específica do seu ofício. Considerando as especificidades e diversidades das modalidades/ níveis/ etapas de ensino ofertado pela rede de escolas do MEPES, apresenta-se o perfil de egressos por nível de ensino, sem trazer à luz os conhecimentos específicos de cada curso.

2.3.4.1. Perfil do Egresso do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Em consonância com a filosofia educacional das Escolas Famílias do MEPES, o egresso do ensino médio e dos cursos técnicos de nível médio, além de demonstrar o domínio das competências técnicas específicas de sua área, deverá estar apto a:

- Desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de abstração;
- Comunicar-se, adequadamente, utilizando a linguagem falada e a escrita;
- Agir com compromisso ético, primando por ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência profissional, zelando e aplicando a legislação e as normas técnicas em vigor;

- Desempenhar com qualidade e responsabilidade tarefas e operações técnicas específicas de sua profissão;
- Desenvolver projetos para o desenvolvimento local e regional, com ênfase na agroecologia e agricultura familiar;
- Desenvolver atividades através de ações cooperativas;
- Divulgar práticas viáveis da atividade agropecuária, respeitando os costumes e tradições do seu meio, conservando e recuperando o meio ambiente;
- Projetar e comprometer-se com as transformações do campo;
- Ser criativo e curioso com capacidade de pensar as múltiplas alternativas de soluções para os problemas do cotidiano ou situações imprevistas;
- Compreender os avanços científicos, sociais e tecnológicos;
- Ter iniciativa e autonomia intelectual;
- Pesquisar, analisar, interpretar situações que prescindam de opinião profissional;
- Mostrar-se dinâmico e flexível, posicionando-se sempre adequadamente frente ao mundo do trabalho;
- Exercer a cidadania, mostrando-se autônomo, corajoso e independente com capacidade para enfrentar desafios, assumir responsabilidade, intervir e tomar decisões visando ao desenvolvimento local;
- Responsabilizar pelo seu crescimento pessoal e profissional, visando ao prosseguimento dos estudos, como processo contínuo;
- Demonstrar capacidade de trabalhar em equipe como membro atuante e inserido no contexto.

2.4. Organização da Oferta

As etapas e modalidades de ensino das Escolas Famílias do MEPES estão organizados em Alternância que consiste na distribuição do tempo em períodos regulares de estudos na escola alternados com períodos regulares de estudos no meio sócio familiar/profissional, ofertados com base nos objetivos do ensino que devem convergir para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

Em conformidade com sua organização, as Escolas Famílias do MEPES ofertam: ensino fundamental - nos finais (com duração de quatro anos), o ensino médio (com duração de três anos) e a educação profissional técnica de nível médio, estruturadas de forma integrada (com duração de três ou quatro anos), concomitante e subsequente ao ensino médio, de acordo com o Plano de Curso.

2.4.1. Turnos de Funcionamento

As Escolas Famílias Agrícolas do MEPES adotam a Pedagogia da Alternância, uma proposta educacional que compreende o processo de ensino-aprendizagem como um movimento contínuo, que acontece em diversos espaços e tempos diferentes, e promove uma intencionalização pedagógica nestes tempos e espaços.

Nas EFAs, estes tempos e espaços são organizados de forma que o estudante permanece um período no meio escolar, e um período no meio familiar e sócio comunitário, organizados de forma que os estudantes desenvolvam atividades individuais ou coletivas, contribuindo com a formação integral.

O funcionamento da Escola Família Agrícola se dá em tempo integral (turnos matutino e vespertino) de segunda a sexta-feira com atividades teóricas interdisciplinares, práticas e socioculturais. O jovem alterna uma semana (cinco dias letivos) no meio escolar e uma semana (cinco dias letivos) no meio familiar e sócio comunitário, ambos são considerados letivos em concordância com o parecer CNE/CEB nº1/2006, que dispõe sobre os dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância.

Na semana em que o estudante está no meio escolar, o mesmo retorna para casa todas as noites. Para os estudantes que moram mais distantes do Ceffa e que não têm a opção de transporte escolar diário, a escola oferece a possibilidade de pernoite, organizados de forma que os estudantes desenvolvam atividades individuais ou coletivas, planejadas pelo grupo de estudantes que ficam no Ceffa, e que permitam a viabilidade da utilização do espaço, com característica de hospedagem.

2.4.2. Capacidade de Matrícula

Em cada período letivo as Escolas Famílias do MEPES possuem capacidade para abrir novas matrículas apenas para uma única turma em ambos os sexos.

O número de educandos por turma é estabelecido conforme a legislação específica e o espaço físico de cada escola, a fim de que possa permitir um atendimento de forma individualizada e coletiva, compatível ao Plano de Formação da Pedagogia da Alternância, conforme segue:

Matutino / Vespertino (Tempo integral em Alternância)					
Nível de Ensino /Curso	**Número da Sala**	**Série/ Ano**	**Turma**	**Metragem da Sala**	**Capacidade de Matrícula**
Ensino Médio / Educação Profissional	1	1ª	1	7,00m X 7,86m = 55,02 m²	40
	2	2ª	1	7,00m X 7,86m = 55,02 m²	40
	3	3ª	1	6,98m X 7,79m = 54,37m²	40
	4	4ª	1	6,98m X 7,79m = 54,37m²	40

2.5. Metodologia de Ensino

Pedagogia da Alternância

A Pedagogia da Alternância, através de suas mediações pedagógicas – instrumentos didáticos extraem da realidade concreta elementos significativos que motivam a relação ensino-aprendizagem. Congregando-os com as áreas de conhecimento os instrumentos pedagógicos, principalmente, os de pesquisa como o Plano de Estudo e Estágio, possibilita ao jovem perceber as contradições existentes dentro do seu próprio meio, tornando-o ainda sujeito que analisa sua realidade, transformando-a, recriando-a.

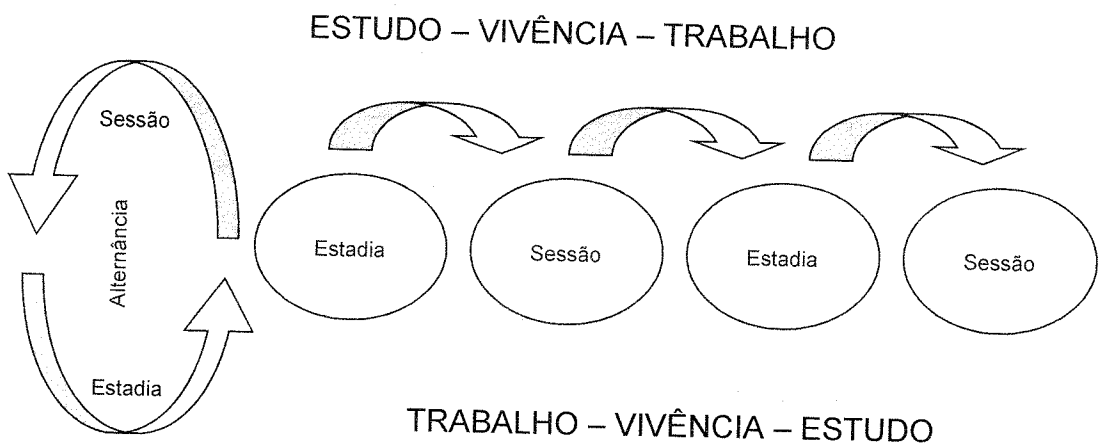
A Pedagogia da Alternância propicia a formação de um ser protagonista/ ator na busca do seu próprio conhecimento; prioriza desenvolver continuamente as potencialidades humanas em todas as dimensões em vista do homem social que se deseja alcançar, isto é, relacionado com a filosofia de educação em favor do desenvolvimento das famílias e comunidades, sendo ele o sujeito do processo.

Dinâmica

A alternância é uma forma para articular vários momentos:

1) A vida do jovem no meio sócio profissional: inserido no trabalho, pesquisa e avaliação;
2) A vida no Centro Escolar: espaço para analisar, refletir, comparar, questionar, aprofundar e sistematizar os conhecimentos da realidade familiar – comunitária e profissional, articulando-os com os conhecimentos gerais e técnicos;
3) Retorno do jovem ao seu meio sócio profissional: novas ideias, interrogações, experiências, novas pesquisas, aplicações práticas de práticas de técnicas na produção agropecuária, de atitudes no meio vivencial e de sistematização no planejamento das atividades.

O esquema seguinte demonstra o Organograma da Dinâmica da Pedagogia da Alternância.



Os dois espaços e tempos proporcionam uma ampla aprendizagem composta de conhecimentos técnicos, científicos e de valores (morais e éticos).

A Pedagogia da Alternância conjuga estudo, vivência e trabalho, sendo o trabalho (experiência sócio profissional) o ponto de partida do processo ensino-aprendizagem. Na prática, a Alternância compõe-se de momentos no Centro Escolar com instrumentos pedagógicos específicos – todos juntos favorecem a associação entre estudo e trabalho no meio sócio profissional.

Toda essa dinâmica favorece as análises e reflexões no curso, gerando novas abordagens no campo conceitual dos saberes e das práticas operativas produtivas – saber fazer e saber ser.

Dessa forma o estudo realizado sempre partindo da realidade social do jovem provocará novos desafios, novas interrogações que programarão o processo de formação geral.

A articulação entre educação profissional e Ensino Médio, parte dos conhecimentos vivenciais indo aos conhecimentos historicamente construídos, para retornar ao vivencial – pessoal, buscando nesse processo juntar o saber popular com científico de forma a alternar-se através de meios pedagógicos – didáticos.

Toda essa dinâmica articulada através dos instrumentos didáticos específicos em favor dos conteúdos científicos e vivenciais e a forma como a Escola Família Agrícola estão estruturadas no seu ambiente educativo, forma o que chamamos de Plano de Formação.

A Pedagogia da Alternância representa uma aprendizagem contínua na descontinuidade das atividades sócio pedagógica, técnico-econômica e políticas que assegura os seguintes princípios: articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio, Flexibilidade, Interdisciplinaridade e contextualização.

Ação Metodológica

O modelo Educativo da Escola Família Agrícola está baseado em três princípios:

- Alternância: uma ligação entre a escola, a família e o meio para a vivência sócio profissional do jovem.
- Associação: responsabilidade das famílias e do meio para com a formação do jovem.
- Formação integral da pessoa: considera que a formação leva em conta todas as dimensões humanas: pessoal (afetiva, intelectual, profissional e religiosa) e comunitária (política, econômica e social).

O sistema de ensino da Pedagogia da Alternância considera as peculiaridades da vida rural e a formação baseada na alternância integrativa, em que a sucessão entre espaço e tempo (familiar-escolar-familiar) deve constituir a base de todo o processo educativo. Neste sentido, no que se refere a materiais e instrumentos

didáticos, são adotadas mediações pedagógicas inovadoras, que expressam a identidade do projeto.

São Mediações pedagógicas da Pedagogia da Alternância: Plano de Estudo, Caderno de Acompanhamento, Projeto Profissional do jovem, Caderno da Realidade, Visitas e Viagens de Estudo, Estágios, Atividade de Retorno, Visitas às Famílias.

2.6. Práticas Pedagógicas Inovadoras

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo apresenta, em relação à adoção e ao desenvolvimento de materiais pedagógicos, as seguintes práticas inovadoras:

2.6.1. Plano de Estudo

É um elemento pedagógico que orienta toda a ação educativa na EFA, constituindo-se como princípio de sustentação de sua identidade, pois possibilita que os temas ligados ao contexto vivido pelo estudante se tornem o eixo central de sua aprendizagem, sendo, portanto, o canal de entrada da cultura popular para a Escola Família.

Aplicado aos diversos objetos de estudo (políticos, econômicos, naturais, sociais/culturais), se transforma em programa de grandes ou pequenos ciclos/períodos, contendo planejamento, execução e avaliação com seus desdobramentos a nível pessoal, das relações sociais e de suas relações com a realidade.

O Plano de Estudo se estrutura na seguinte dinâmica: mobilização/investigação, problematização, reflexão/generalização e conscientização/ação.

O Plano de Estudo atinge/mobiliza diretamente:

- Os Estudantes como protagonistas da investigação, da pesquisa e como agentes mobilizadores dentro da Alternância;
- A Família e outras entidades, entendidas como coletivos que vivenciam a realidade sócio/econômica do estudante e que se dispõe a dialogar sobre suas experiências de vida e de trabalho;

- O Educador/monitor como orientador da funcionalidade metodológica, estimula, acompanha e facilita o envolvimento do estudante como protagonista e assessora o processo de reflexão na dinâmica da práxis integrando o conhecimento vivencial com o conhecimento científico, promovendo uma relação autêntica entre a vida e a escola.

Apesar de ser um elemento para desenvolver todos os momentos formativos da Escola Família (vivências, curso oficina, visita e viagem de estudo, intervenções, formação das famílias e educadores, visita às famílias, avaliações, atividades administrativas e as demais), o Plano de Estudo tem destaque maior como guia de estudo dos temas da realidade, elaborado periodicamente pelos educadores e estudantes, permitindo que a contextualização da realidade seja sempre o eixo central da aprendizagem.

A partir das questões levantadas na fase da problematização, é realizada reflexão/generalização sistematizada através do Projeto das Áreas e atividades complementares.

2.6.2. Caderno da Realidade

É uma mediação pedagógica que abrange todas as atividades relacionadas diretamente ao tempo\espaço e dinâmica da sessão e da estadia, ajudando na valorização da relação do estudante com a sua realidade.

Cada estudante elabora o Caderno da Realidade através de textos, ilustrações e esquemas, informações, análises e interpretações de fatos, acontecimentos, práticas e aspirações do seu meio.

O Caderno da Realidade acumula o registro de acontecimentos sobre a realidade mais próxima da vivência do estudante. Nasceu da necessidade de sistematizar a pesquisa; nele o educando registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados através dos instrumentos pedagógicos. É o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. Assim o Caderno da Realidade representa:

- Tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana do estudante.

- Desenvolvimento da formação geral, porque retrata a história da família, da terra que trabalha, da comunidade e de outros aspectos que compõem a estrutura familiar.
- O compromisso com a transformação da realidade vivida pelo estudante, através do processo de tomada de consciência e análise sistematizada dessa realidade.
- Um elemento de orientação profissional, devido as reflexões registradas como resultado do trabalho do estudante, da vida profissional e social da família.

2.6.3. Visitas e Viagem de Estudo

Tem por finalidade possibilitar ao estudante observar, informar e questionar a prática, em ambiente externo daquele em que vive. Visam o conhecimento de novas técnicas, confrontando experiências diferentes da sua e realizando intercâmbio com outras realidades.

As visitas e viagens de estudo se diferenciam em alguns aspectos. As visitas demonstram um resultado imediato, acontecendo em um espaço geográfico mais próximo e de acordo com o tema de estudo. Já a viagem de estudo, procura contemplar o conjunto de temas de estudo da série/ano, no sentido de reorganizar os conhecimentos adquiridos no ano letivo, comparar com as concepções atuais e fazer projeções. O conjunto de visitas que compõem a viagem de estudo está sempre de acordo com plano de curso.

Essas visitas e viagens, motivadas sempre pelo Plano de Estudo e com estreita relação com o Tema Gerador em estudo, são planejadas anteriormente e possuem a seguinte dinâmica: motivação, articulação de logística, preparação teórica e organizativa (auto-organização), execução, problematização, avaliação e registro. Ao finalizar a visita ou viagem todo o relato será registrado no Caderno da Realidade.

2.6.4. Atividades de Retorno

A Alternância ajuda a pessoa a estudar a realidade vivenciada (concreta) à luz da ciência, refletindo suas ações e sua conduta, estimulando assim, o estudante a tomar distância do pensar e, dessa forma criar consciência, analisando suas ações em vista de uma nova postura crítica sobre a sua vida e realidade.

Assim, as Atividades de Retorno têm por finalidades: contribuir na complementação do ciclo da Pedagogia da Alternância; servir de motivação da família e comunidade; desenvolvimento de compromisso, responsabilidade, expressão e autoestima; possibilitar ao estudante encontrar possíveis alternativas para as dificuldades do meio em que vive.

O retorno representa novas atitudes, mudança da realidade e pode acontecer de forma espontânea e/ou programada. Espontânea: é o que a conduta expressa no dia-a-dia, tanto na estadia quanto na sessão, podendo ser o resultado imediato, à médio ou longo prazo; Programadas: são as atividades de retorno que estão inseridas no plano de curso.

O Plano de Curso realiza atividades de retorno planejadas, sistematizando conhecimentos resultantes de uma reflexão feita através do aprofundamento dos conhecimentos vivenciais.

Para o estudante, estimula a autoestima (provoca o reconhecimento social, pois ele passa a ser conhecido na família e na comunidade). Além disso, estimula o compromisso com o meio social, colocando-o a se manifestar frente a sua realidade, desenvolvendo também a capacidade de expressão oral, através do exercício da comunicação e da aquisição do método.

Em âmbito familiar/comunitário promove a difusão de novas tecnologias e estimula a reflexão familiar/comunitária, possibilitando a conscientização.

2.6.5. Visitas às Famílias

É um importante meio de diagnosticar e analisar o desenvolvimento dos parceiros da formação, especialmente dos estudantes. Como são momentos de caráter pedagógico, devem fortalecer os laços de compromisso e afetividade criando um ambiente de segurança, tendo a mesma recíproca por parte dos educadores/monitores.

É então um meio essencial para apoiar o educador/monitor em vista de conhecer a realidade das famílias dos estudantes, e um momento de integração da parceria do estudante, família e educador/monitor, proporcionando condições para discussões de questões técnico-pedagógicas da escola.

O seu objetivo é conhecer o meio físico, social e as condições estruturais da família a nível vivencial, social, técnico, econômico e político. Busca ainda perceber a organização e o funcionamento do CONTRATO de FORMAÇÃO entre os três parceiros.

2.6.6. Projeto Profissional do Jovem

É compreendido, do ponto de vista didático-pedagógico, como um elemento que tem a função de sistematizar o conhecimento adquirido pelo estudante e organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivencia familiar e comunitária, além dos momentos de aprofundamento da sua realidade sócio profissional.

É um dos elementos pedagógicos do Plano de Formação da EFA que permite o exercício de projeção de novas práticas coerentes com os princípios e perspectivas do curso. Neste sentido, o projeto profissional possibilita ao educando expressar os seus desejos de realização com as intervenções em seu meio familiar sócio comunitário, contribuindo para desenvolvimento de competências específicas de sua habilitação profissional.

2.6.7. Folha de Observação

É um roteiro de pesquisa que o estudante em seu cotidiano possa observar, questionar e acompanhar o desenvolvimento de algumas práticas, fenômenos e etc.

A Folha de Observação tem a finalidade de ampliar e ou complementar temas insuficientemente abordados nas áreas de conhecimento, dessa forma, todas as etapas: motivação e aplicação, colocação em comum e aprofundamento científico são coordenados pelos educadores/monitores das áreas de conhecimento afins.

2.6.8. Experiências Agropecuárias: na EFA e no Meio Familiar Sócio Comunitário

É uma atividade de onde o estudante é sujeito ativo de sua própria formação. A experiência tem uma metodologia baseada em ensaios do método de pesquisa científica para teorizar a execução da experiência.

A experiência representa uma valorização e um sentimento de pertença ao campo, motivando neste sentido o estudante a cultivar o gosto pela sua realidade, além de estimular a sua capacidade criativa e a elevação da autoestima.

A dinâmica da experiência pedagógica agropecuária tem a seguinte metodologia: evolução de abrangência de acordo com o ciclo de formação do estudante, motivação, fases de escolha de temas e planejamento, estudo teórico, implantação e acompanhamento, análise de resultado, socialização, avaliação e registro.

Como instrumento pedagógico, a experiência é organizada na sessão e na sessão familiar sócio comunitária, diferenciando-se por, na sessão escolar, haver um maior monitoramento do educador enquanto na sessão familiar sócio comunitária, maior autonomia e protagonismo do estudante com a família que acompanha sua experiência.

2.6.9. Projeto das Áreas

É a fase do aprofundamento científico e de reflexão/generalização do Plano de Estudo em vista da conscientização/ação, com a metodologia e a finalidade de:

- Sistematizar a integração das áreas garantindo a interdisciplinaridade (as disciplinas se integram nas áreas: interdisciplinaridade; e as áreas no Projeto: transdisciplinaridade);
- Trabalhar a ciência de forma contextualizada de modo a entender a relação do mundo social, natural e cultural, compreendendo que os fenômenos do meio são indissociáveis e integrados;
- Promover a construção do conhecimento de forma coletiva e democrática.

O estudo em projeto consiste em integrar os conteúdos e as atividades, sistematizando-os numa dinâmica que contempla uma estrutura de compreensão e aplicação dos conhecimentos: objetivo, justificativa, diagnóstico e planejamento em torno de cada projeto. Dentro de cada uma dessas etapas, os conteúdos serão organizados e tematizados em forma de fichas de estudo, possibilitando assim a integração tanto dos conteúdos e das áreas, quanto dos educadores e estudantes. Os temas de cada ficha refletem e contém o enfoque dos conteúdos que as compõe. Os

momentos de estudo no Projeto das Áreas acontecem em forma de aulas, seminários, cursos, visitas, palestras, estudo em grupo, socialização, etc.

2.6.10. Intervenção

É uma atividade muito valorizada pela Alternância, pois garante o contato do estudante com as experiências de pessoas que vivenciam situações de práticas agropecuárias, sociais, artísticas, históricas, administrativas, folclóricas, éticas e morais, ligadas ao Tema Gerador ou outras situações rotineiras ou ocasionais de interesse geral da comunidade escolar.

Ela é realizada em forma de conversa, depoimentos e palestras, e conta com momento de motivação, preparação teórica e organizativa (auto-organização), execução, problematização, avaliação e registro.

2.6.11. Curso/oficina

É um instrumento pedagógico complementar e de aprofundamento no campo prático. Caracteriza-se pela participação direta dos estudantes, com a orientação do educador interno ou externo.

Além de contribuir para o retorno sistematizado do conteúdo estudado para a vida e/ou comunidade, o curso/oficina desempenha um importante papel pedagógico, integrando de maneira transdisciplinar, várias atividades do Currículo a nível prático e teórico.

Sua função é de proporcionar a viabilização concreta de técnicas sustentáveis que compõe a visão do agropecuário defendida pela Escola, relacionando, através do fazer o conhecimento teórico, refletindo com o conhecimento aplicado.

Os temas dessas atividades são definidos considerando a relação entre o Tema Gerador, o aprofundamento científico dos conteúdos e a utilidade concreta das tecnologias para o meio familiar e comunitário.

Sua dinâmica permite motivação e orientação geral, auto-organização dos estudantes, diagnósticos, fundamento teórico-prático, exercício, avaliação e registro.

2.6.12. Auto-organização da Vida de Grupo

A vida de grupo é uma possibilidade de exercitar o senso de responsabilidade e cultivar a liberdade. Por meio desse mecanismo os estudantes participam ativamente em seu processo de formação, contribuindo com a mantenedora, a equipe de educadores e a associação das famílias na gestão da escola, assumindo de forma orientada a gestão da vivência na sessão.

Para ativar seu protagonismo os estudantes organizam-se de forma associativa, em caráter informal para participar de comissões, que poderão ser de: estudo, cultura e mística, esporte e lazer, agropecuária, tarefas de manutenção da higiene, transporte, etc.

2.7. Articulação entre as Atividades Desenvolvidas

As práticas pedagógicas inovadoras favorecem as análises e reflexões nos cursos ofertados pelas Escolas Famílias e geram novas abordagens no campo conceitual dos saberes e das práticas operativas produtivas – saber fazer e saber ser. Dessa forma, o estudo realizado sempre partindo da realidade social do sujeito provocará novos desafios, novas interrogações que implementará o processo de formação geral. O processo ensino aprendizagem parte dos conhecimentos vivenciais indo aos conhecimentos historicamente construídos, para retornar ao vivencial – pessoal, buscando nessa articulação juntar o saber popular com científico de forma a alternar-se através de meios pedagógicos – didáticos.

Toda essa dinâmica articulada através dos elementos ou mediações pedagógicas em favor dos conteúdos científicos e vivenciais e a forma como a Escola Família está estruturada no seu ambiente educativo, forma o que chamamos de Plano de Formação.

Pedagogia da Alternância representa uma aprendizagem contínua na descontinuidade das atividades sócio pedagógicas, técnico-econômica e políticas que asseguram o desenvolvimento dos saberes a partir de temas geradores, os quais permeiam a realidade social do educando, numa evolução progressiva respeitando também a sua evolução psicossocial. A valorização do saber popular possibilita ao educando entender de forma crítica, sua realidade e buscar formas alternativas de enfrentar os desafios no sentido de superá-los.

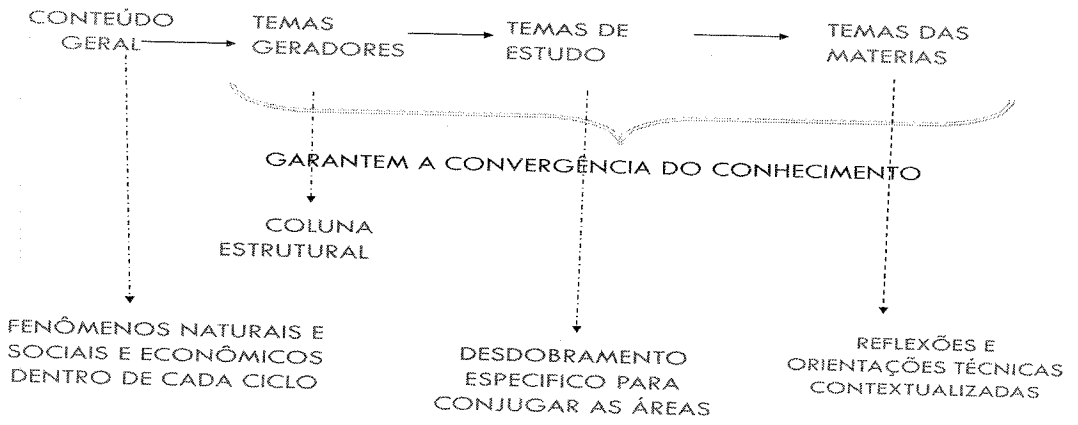
2.8. Projetos Integradores

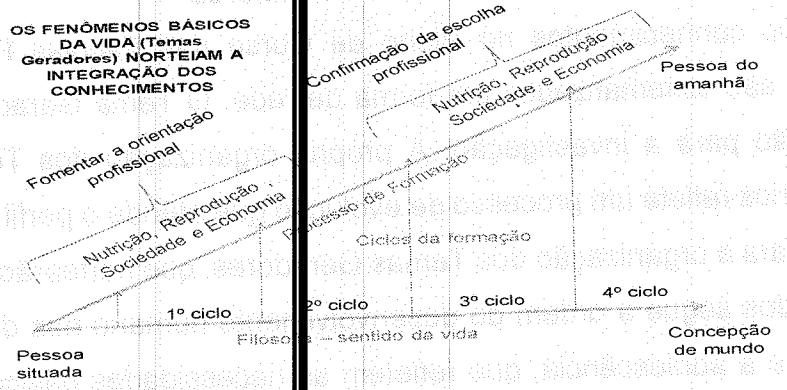
2.8.1. Trabalhos Interdisciplinares

Os conhecimentos no Plano de Curso das Escolas Famílias Agrícolas do MEPES são sistematizados em forma de rede. O Tema Gerador é de onde parte a motivação para a investigação. A própria organização dos Temas Geradores nas séries\anos reflete um processo de evolução que atende o perfil do ciclo da formação.

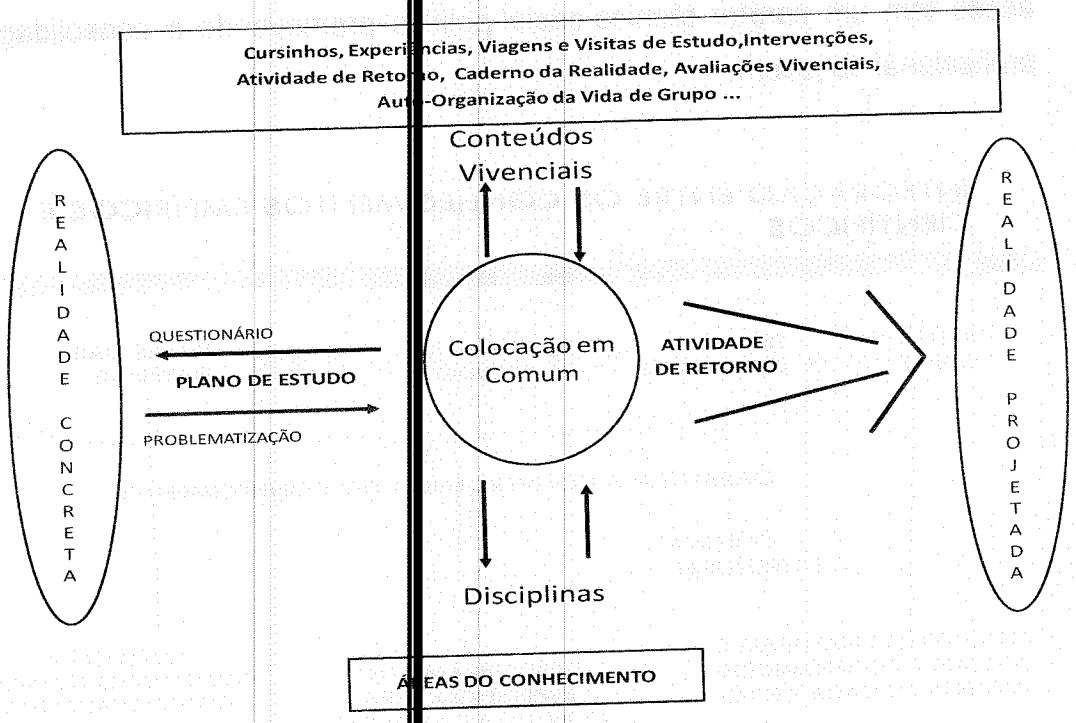
Para a organização dos Temas Geradores, que nortearão os temas dos Planos de Estudos segue a ordem do desenvolvimento humano nas duas grandes fases: a infância e a adolescência, que refletem as necessidades básicas da vida que estão em função da preparação da vida adulta, sendo estes fenômenos: a nutrição, a reprodução e a interação social. Por isso, no 1º ciclo: 6º e 7º anos são trabalhados temas mais gerais que primam pela inserção da realidade familiar e comunitária, bem como da realidade geral. No 2º ciclo: 8º e 9º anos, são desenvolvidos temas de caráter mais científicos, técnicos, sociais, políticos e econômicos a fim de despertar a orientação profissional. No Ensino Médio Profissionalizante o Plano de Curso atende também aos mesmos fenômenos da vida citados anteriormente. Por ser assim no 3º ciclo: 1ª e 2ª séries, os Temas Geradores são de caráter mais científicos, criando a possibilidade da confirmação da escolha profissional, e no 4º ciclo: 3ª e 4ª séries, esses têm um caráter técnico-social-político promovendo a consolidação da base profissional do jovem.

INTEGRAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS EMPÍRICOS E CIENTÍFICOS





A orientação metodológica de todo esse processo é o Plano de Estudo que tem a função de fazer a investigação da realidade concreta, no nível do conhecimento empírico e depois passando pelas fases de Colocação em Comum e síntese; as quais fornecem as novas hipóteses, que por sua vez são exploradas pelas bases tecnológicas, aprofundadas através das disciplinas e outras atividades (visitas e viagens de estudo, cursos, palestras, depoimentos, etc). Dessa forma é possível tomar consciência da realidade e ter uma nova atitude em relação aos fenômenos da vida.



Os temas dos Planos de Estudo garantem o enfoque dos Temas Geradores (TG's), assim, os Planos de Estudo (PE's) dão o direcionamento para o trabalho.

Os temas de Plano de Estudo estão apresentados em forma de títulos, uma vez que para serem considerados temas esses deveriam ser concretos. Exemplificando: o Tema: "A história da minha família" remonta algo abstrato; enquanto o Tema: "A nossa vivencia familiar", refere-se ao concreto, ao atual, logo é tema do Plano de Estudo.

O Tema Gerador é o eixo norteador das atividades pedagógicas. São temas centrais que aglutinam diversas atividades; os Temas Geradores são situações que emergem do diagnóstico, ou seja, situações de interesse e motivação das pessoas e da realidade de abrangência das EFAs. Essas situações entram no programa da Escola e são ordenadas de acordo com os anos e ciclos, em forma de temas de Planos de Estudo, que desencadeiam o processo de formação dos estudantes.

Integração dos conhecimentos

Uma das dinâmicas para garantir a integração dos conhecimentos é através do projeto das áreas que é uma metodologia para o desenvolvimento do currículo na formação dos estudantes, no qual sistematiza a lógica dos conteúdos na perspectiva da integração das áreas de conhecimento. A função do projeto das áreas é conduzir o desenvolvimento do plano de curso de forma contextualizada em vista da formação integral do educando.

Uma das principais metas da formação das EFA's na Pedagogia da Alternância é o desenvolvimento da consciência crítica. Dessa forma, no planejamento dos temas das disciplinas é necessário que conste o dispositivo teórico e prático que permita aos conteúdos cumprir com sua função no despertar dessa consciência, desmistificando a falsa ideia de neutralidade ideológica dos conteúdos. A iniciativa para a tomada de consciência é estimulada por meio do currículo, sistematizado através do enunciado do Tema de Estudo, a formulação das hipóteses e na metodologia da avaliação.

Na Sistematização do projeto das áreas os temas de fichas são previstos na reunião dos educadores/monitores por série/ano, com base no Plano de Curso e reorganizados após colocação em comum do Plano de Estudo, verificando se os pontos de aprofundamentos estão contemplados no pré-projeto. Deve ser organizado

com as fichas e os seus conteúdos em um mapa conceitual, tabela, gráficos etc., para visualização e orientação dos educadores/monitores e estudantes no espaço escolar.

Os educadores/monitores se reúnem semanalmente nas áreas do conhecimento para planejar as atividades do projeto por turma, organizada de acordo com as possibilidades da equipe. Uma Sugestão de pontos de pauta é: Diagnóstico do desenvolvimento do projeto, planejamento dos novos conteúdos (possibilidades de integração na área e entre as áreas), propostas de metodologias e avaliação. Os estudantes se organizam em grupos heterogêneos que apresentem habilidades diferenciadas, tais como:

- Coordenação: estudante que tem ou demonstra liderança, capacidade organizativa coletiva e ser harmonioso;
- Ilustração: estudante que tem criatividade, habilidades de contextualização das ilustrações com o conteúdo;
- Prática: exercício nas habilidades no campo técnico do fazer.
- Reflexão: desenvolve capacidade de refletir as temáticas científicas e da realidade mais concreta e de transmitir essas habilidades.

Avaliação coletiva

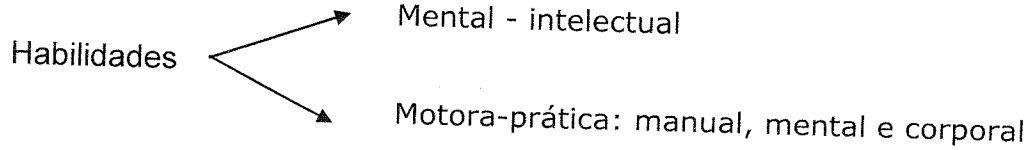
Na Pedagogia da Alternância se desenvolve os conhecimentos, habilidades e atitudes através da interdisciplinaridade, de forma contextualizada, contando com a participação coletiva de estudantes e educadores/monitores. A avaliação Coletiva (interdisciplinar) é um mecanismo que garante a contextualização dos conteúdos ministrados com a realidade, desta forma, os conteúdos passam a fazer sentido e ser significante para o estudante, ou seja, aquisição do conhecimento passa a ter importância e ser motivante. Para alcançar a formação projetada (parte de um ponto que geralmente é de acomodação para o ponto de intervenção na realidade –sujeito e meio). As atividades do plano de formação funcionam como estímulos, interferindo na cultura do indivíduo, do seu grupo social para processar as mudanças.

Caracterização:

Principais dimensões do ser:

Personalidade → Caráter – marca interior

Personalidade → Conduta – o que é demonstrado



Na Pedagogia da Alternância o processo de avaliação que abrange tais dimensões é o da Avaliação global.

A finalidade da Avaliação coletiva é desenvolver o espírito coletivo e interdisciplinar entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo, buscando resolver as questões de fragmentação do conhecimento, próprias dos esquemas convencionais. Considera as diversas situações vividas pelos estudantes, estimulando e valorizando o conhecimento contextualizado e integrado, bem como promover a integração da equipe no processo avaliativo de ensino-aprendizagem. Além disso, verificar se os conhecimentos adquiridos possuem aplicabilidade em situações diversas e, contemplar os instrumentos metodológicos da Pedagogia da Alternância como meios que facilitem a aprendizagem;

Podemos perceber que a vivência representa uma aprendizagem contínua, assim necessitamos de instrumentos adequados que nos permitam avaliar o desenvolvimento do estudante, nas suas novas atitudes, relações e práticas no momento em que passa no meio familiar e no meio escolar. Isso permite apreciar o nível e a capacidade de expressão, aquisição de novos conhecimentos, a nível intelectual e de aplicação prática. O ator principal desse processo é o próprio estudante, os agentes auxiliares são os pais e educadores/monitores, que devem colaborar com os métodos de avaliação, tendo em vista que seu objetivo é averiguar em que o estudante necessita ser ajudado para melhorar seu desenvolvimento e também para a família e educadores/monitores percebam se precisam melhorar suas técnicas de orientação.

2.8.2. Programa de Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado, ato educativo da Instituição de Ensino é um procedimento didático-pedagógico que deve propiciar a integração do jovem com o mundo do trabalho. Apresenta um conjunto de instrumentos e métodos que fazem cumprir a etapa mais alta da formação da Educação Profissional Técnica de Nível

Médio, garantindo e proporcionando um melhor aproveitamento e desempenho escolar. Nesse processo o estudo parte da teoria para a prática e da prática para o científico, permitindo ao estudante exercitar o método da investigação científica com bastante autonomia, levando ao educando a desvendar os problemas do cotidiano para além do senso comum. Nessa prática metodológica a análise sistemática de problemas e as sugestões de alternativas são obtidas a partir do conhecimento científico, possibilitando ao discente estagiário condição de aplicar os elementos científicos sobre qualquer situação de sua realidade.

O Estágio acontece durante o período da formação profissional, permeando os diversos componentes curriculares, em função da natureza da habilitação profissional, sendo um dos fatores de associação entre a teoria e a prática, pois "a prática se configura como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado" e será realizado em empresas e instituições afins com a área profissional correspondente, em propriedades agrícolas e pecuárias. Obedecerá a uma carga horária total mínima obrigatória que será acrescida ao mínimo estabelecido para o respectivo curso, sendo distribuídas nas séries ou etapas conforme organização curricular de cada curso e Escola Família, sendo obrigatório para a conclusão do curso.

A carga horária do estágio supervisionado será distribuída ao longo da série em que o mesmo deverá ser realizado, prevendo uma jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, em períodos não presenciais, por se tratar de um curso que alterne teoria e prática, conforme Legislação em vigor.

Os professores responsáveis pelo estágio, em parceria com a família, orientarão os estudantes para que os estágios sejam realizados em atividades diversificadas, garantindo uma formação abrangente em correspondência com o perfil de egresso da habilitação e qualificações ofertadas.

O período de formação na família e comunidade propiciada pela Pedagogia da Alternância possibilita ao estudante uma maior mobilidade na busca da realização do seu estágio, pois o mesmo não fica condicionado apenas aos períodos de recesso ou férias escolares, porém fica vedado à realização do estágio no âmbito familiar do próprio estudante.

Em relação à avaliação permanente dos discentes estagiários, as EFAs adotam sistematicamente instrumentos de pesquisa, a fim de possibilitar uma análise respaldada em informações de cunho formal e informal. São utilizadas fichas a serem preenchidas pelo discente e do responsável pelo setor de trabalho (ou supervisor da área) onde o estagiário desenvolve suas atividades. Na elaboração do instrumento, ressaltamos que os itens são planejados segundo a legislação da educação profissional e competências/ habilidades.

2.8.3. Estudos Complementares

O aproveitamento de conhecimentos e experiências obtidos pelo educando, anteriores ao ingresso aos cursos ofertados pela Escola Família, ocorrem mediante análise dos componentes curriculares, conteúdos, carga horária, séries/anos, períodos, ciclos ou etapas em que o estudante obteve aprovação e constatação de sua equivalência ao currículo adotado pela escola ou submetendo-se o candidato a uma prova de avaliação do conhecimento a ser aproveitado.

A prova para avaliação de conhecimentos e experiências prévios tem por finalidade fornecer subsídios para a elaboração de um plano de adequação de estudos, se for o caso, nunca para excluir o candidato. A comprovação apresentada, bem como a avaliação do conhecimento prévio, deverá ser arquivada na pasta individual do estudante, junto com seus documentos escolares.

Para o ingresso na 2ª série dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são aproveitados os conhecimentos adquiridos pelo educando promovido na 1ª série do ensino médio regular ou equivalente, ou ainda na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Após análise de documentação, havendo necessidade a Escola Família deve elaborar um plano de complementação curricular a ser executado pelo educando.

A complementação curricular é o ajustamento do educando transferido de outros estabelecimentos de ensino do Brasil ou provindos do exterior à estrutura curricular de determinado curso ministrado pela escola de destino.

Ao aceitar educandos transferidos com insuficiência de estudos em disciplinas do currículo adotado pela Escola Família, será prestado assistência necessária à sua complementação curricular.

É dispensada a complementação curricular quando, embora diferentes os estudos realizados, sejam reconhecidos, mediante comparação de conteúdos curriculares, idêntico ou equivalente valor formativo.

A complementação curricular é processada paralelamente aos estudos regulares da série/ano/etapa, não podendo o número de disciplinas, objeto de complementação, ultrapassar a 03 (três) ao ano/semestre letivo.

2.9. Avaliação da Aprendizagem: Metodologia, Critérios e Sistemática

O processo de avaliação deve ser amplo, contínuo, gradual, cumulativo e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos do processo ensino aprendizagem, conforme prescreve a LDB, devendo estar a serviço da melhoria do processo de ensinar e aprender.

A avaliação compreenderá a verificação de aproveitamento, expressando os resultados da aprendizagem quanto às competências, habilidades, convivência e atitudes tendo em vista:

- Possibilitar o diagnóstico sistemático do processo ensino-aprendizagem.
- Prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos ao longo do processo de aprendizagem sobre os finais.
- Incidir sobre o desempenho do estudante em diferentes situações de aprendizagem consideradas as competências e habilidades propostas para cada uma delas.
- Priorizar instrumentos avaliativos diversificados que estimulem o desenvolvimento da criatividade, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, envolvendo atividades realizadas individualmente e em grupo, apropriadas à natureza do que se quer avaliar.
- Estimular o estudante a investir esforços na superação de suas dificuldades e de sua auto formação.
- Favorecer ao educador/monitor redimensionar o seu fazer pedagógico de modo a auxiliar o estudante a superar suas dificuldades, assegurando a construção das habilidades e competências requeridas para cada série/ano.

Quanto a avaliação do rendimento escolar será feita de forma diversificada, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, contendo entre outros:

- Atividades individuais e em grupos, como: pesquisa bibliográfica, demonstração prática e seminários;
- Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- Provas escritas e/ou orais: individuais ou em equipe;
- Produção científica, artística ou cultural.

A avaliação das competências e habilidades determinadas para cada série/ano/etapa do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturadas de forma integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio será expressa em pontos de 0 (zero) a 100 (cem), aplicadas em números inteiros com arredondamento na fração da unidade, atividades, matérias, áreas de estudo e disciplinas desenvolvidas no decorrer de cada sessão escolar, apuradas no final de cada período letivo.

O período letivo das Escolas Família será organizado de forma bimestral ou trimestral considerando sua proposta pedagógica.

A média do período letivo (bimestral ou trimestral) é resultante da média simples dos resultados apurados e expressos em pontos de 0 (zero) a 100 (cem) nas atividades desenvolvidas ao longo do processo educativo. A média final (semestral ou anual) é resultante da média simples dos resultados apurados e expressos em pontos de 0 (zero) a 100 (cem) nos períodos letivos.

No Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio é promovido a série/ano subsequente o educando que obtiver ao final da série/ano/etapa letiva:

- Frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação e resultado final igual ou superior à média de 60 (sessenta) pontos em cada atividade, matéria, área de estudo e disciplina;
- Frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação e resultado final igual ou superior à média de 60 (sessenta) pontos em cada atividade, matéria, área de estudo e disciplina, após estudos de recuperação.

Nos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitante e subsequente ao ensino médio, será exigido para a aprovação o resultado final igual ou superior à média de 60 (sessenta) pontos e frequência mínima de 75% em cada atividade, matéria, área de estudo e disciplina.

Ficam amparados conforme a legislação em vigor, as estudantes gestantes, os educandos com problemas de saúde e os que estejam prestando o Serviço Militar, garantido o direito a tratamento especial, com formas alternativas de cumprimento da carga horária e das avaliações que atendam os mínimos exigidos para promoção com acompanhamento da escola, sempre compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades da escola. Este tratamento especial consiste em proporcionar estudos e atividades para execução em casa, enquanto durar o impedimento de frequência as aulas e as faltas, embora registradas, não serão levadas em conta para promoção ou retenção e, quanto às provas, deverão ser feitas após o retorno às aulas.

Estudos de Recuperação:

Os estudos da recuperação têm como objetivos:

- Proporcionar ao educando, através de atividades adequadas durante e ao final do período letivo, rever conteúdos ou habilidades em que lhe forem necessárias;
- Oferecer nova oportunidade através de estudos complementares, possibilitando a recuperação dos objetivos propostos nos currículos e programas;
- Conduzir da melhoria de aprendizagem ao crescimento pessoal, aumentando a produtividade do sistema pelo decréscimo da evasão e reprovação.

Cada professor no decurso do processo ensino-aprendizagem deve registrar as informações da situação de cada educando a fim de constatar as dificuldades de cada um e planejar para cada caso a recuperação paralela, realizada obrigatoriamente em qualquer época do período letivo, imediatamente à constatação de que os resultados esperados não foram alcançados.

O educando do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturada de forma articulada e subsequente ao ensino médio, que ao final do período letivo não atingir em determinada disciplina a média prevista para aprovação será submetido aos trabalhos de recuperação final, levados a efeito pela Escola, após cumprimento do período letivo.

Os estudos especiais de recuperação são oferecidos, aos estudantes do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturadas de forma articulada e subsequente ao ensino médio, como uma

nova oportunidade de aprendizagem para o educando que após a recuperação final não tenha atingido resultado para aprovação, assumidos pela família no período de férias escolares e avaliados pela escola, antes do início do novo período letivo.

Os educandos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturadas de forma articulada e subsequente ao ensino médio serão submetidos aos processos de recuperação, em quantas áreas de conhecimento e/ou disciplinas que se fizerem necessárias.

Por adotar a Pedagogia da Alternância, a Escola não oferece Regime de Progressão Parcial.

A nota obtida após estudo de recuperação, pelo educando do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturada de forma articulada e subsequente ao ensino médio é considerada como resultado final de cada área de conhecimento e/ou disciplina.

A recuperação bimestral, trimestral ou semestral, bem como a recuperação final e os estudos especiais de recuperação devem ter a participação da família do educando e com ela encontrar formas de ajudá-lo para superar possíveis dificuldades que poderão surgir.

A Escola deverá comunicar aos pais, por escrito, os componentes curriculares em que o educando do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturada de forma articulada e subsequente ao ensino médio, tem estudo de recuperação final ou estudos especiais de recuperação, os procedimentos relativos a esses estudos, bem como o período de realização.

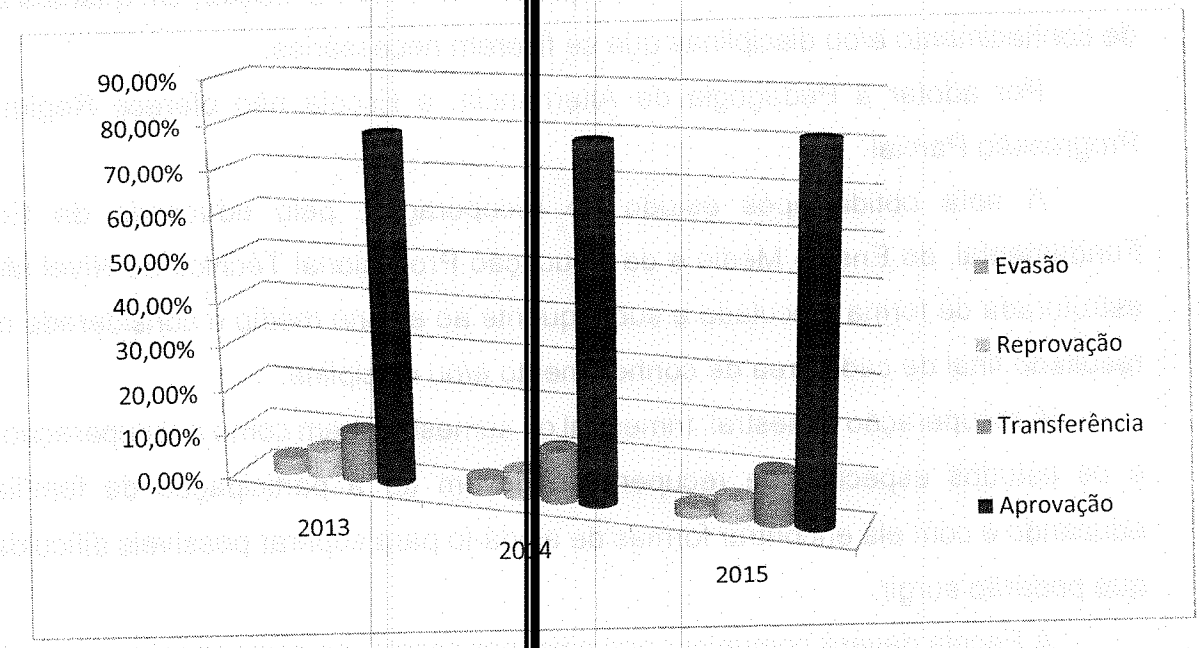
- O educando que não comparecer na data prevista para a realização dos estudos de recuperação ou estudos especiais de recuperação, será considerado reprovado, salvo os casos previstos na legislação.
- O educando amparado pela legislação, deve apresentar as justificativas à Escola, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a data prevista, para que seja marcada uma segunda chamada.

Cabe ao conselho avaliativo, discutir e analisar permanentemente os problemas específicos, dando um encaminhamento e direcionamento para a

efetivação dos casos, bem como uma apreciação global do processo avaliativo na Escola Família.

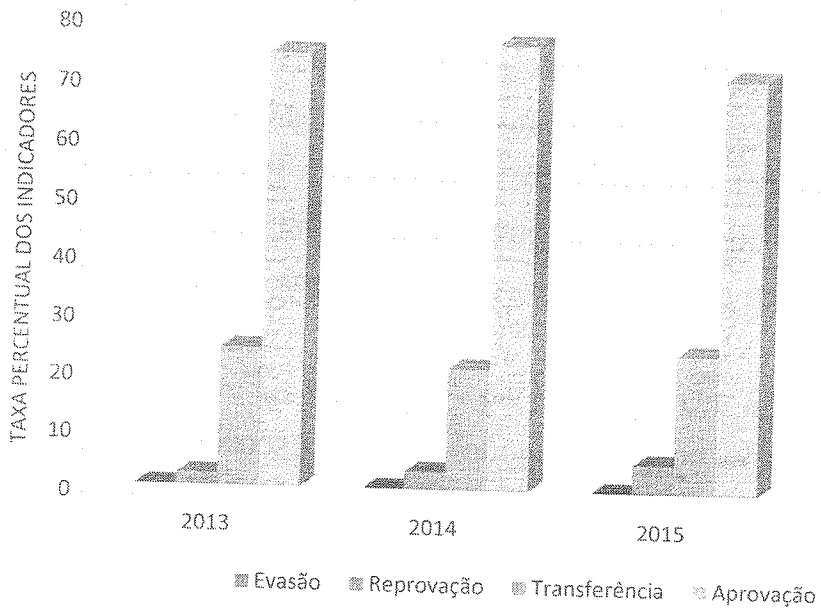
2.10. Indicadores de Produtividade Institucional

2.10.1. Da Rede MEPES



ANO	Evasão	Reprovação	Transferência	Aprovação
2013	3,70%	6,[illegible]0%	11,14%	78,69%
2014	3,50%	5,[illegible]0%	11,65%	78,91%
2015	2,30%	4,[illegible]0%	11,56%	81,30%

3.12.2. Da Unidade Escolar



ANO	Evasão	Reprovação	Transferência	Aprovação
2013	0%	2%	24%	74%
2014	0%	3%	21%	76%
2015	0%	5%	24%	71%

2.11. Indicadores de Qualidade

Em documento datado de 2004 (Unicef, PNUD, Inep-MEC - coordenadores) afirma-se que: "Não existe uma forma única para o uso dos indicadores de qualidade na educação. Este é um instrumento flexível, que pode ser usado de acordo com a criatividade e a experiência de cada escola".

Compreende-se que os indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Na educação contribuem para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. A partir deste, busca-se compreender seus pontos fortes e fracos, tendo condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades.

Contudo, vale ressaltar que os indicadores de qualidade se agrupam em dimensões, ou seja, aspectos mais gerais que fazem a integração das esferas institucional macro e micro, cuja ênfase são as grandes características ou traços institucionais e que no seu conjunto organizam uma identidade que será objeto de avaliação, conforme detalhamentos contidos no PAI – Programa de Auto Avaliação Institucional de modo que a mesma cumpra a dupla finalidade, ou seja, da escola se auto conhecer e a partir deste diagnóstico tomar as decisões em vista de melhorar os resultados.

Neste sentido, a avaliação adquire importância na medida em que possibilita aos sujeitos envolvidos no projeto educativo das Escolas Famílias participarem ativamente deste processo de análise global da instituição, considerando todos os fatores envolvidos, com vistas à melhoria, conforme abaixo:

DIMENSÕES	INDICADORES
1 – Articulação entre a Missão - o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Programa de Auto Avaliação Institucional - PAI.	• Grau de participação e aproveitamento da formação.
2 – As políticas para o ensino e os processos didáticos e pedagógicos	• Desempenho do educando, educadores e definição do público.
3 – A Relação Planejamento/ Avaliação.	• Número de pessoas envolvidas; • Conteúdo, linguagem e metodologia.
4 – A Responsabilidade social da instituição	• Aceitabilidade; • Grau de progresso individual e coletivo, social e ambiental.
5 – A Comunicação e Integração com a Comunidade	• Nível de entendimento e interação.
6 – A Política de Recursos Humanos: corpo docente e técnico-administrativo.	• Valorização, qualificação e empenho profissional.
7 – A organização e gestão da instituição.	• Coesão e ajuda mútua.

8 – A Infraestrutura física	• Qualidade e desafios da estrutura e logística.
9 – Políticas de Atendimento ao Estudante	• Grau de satisfação dos estudantes.
10 – Sustentabilidade Financeira	• Resultado dos balanços e comprometimento dos parceiros.

2.12. Políticas de Educação Inclusiva

A educação especial tem por objetivo o Atendimento Educacional Especializado - AEE - aos educandos que apresentem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação.

Entende-se como atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos pedagógicos e acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar a formação dos estudantes no ensino regular, a saber:

- Educando com deficiência: aquele que tem impedimento, de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- Educando com transtornos globais do desenvolvimento: aquele que apresenta um quadro de alteração no desenvolvimento psicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras, incluindo-se educandos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outras especificações;
- Educando com altas habilidades/superdotação: aquele que apresenta um potencial elevado;
- Grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Para o atendimento educacional especializado, deve a Escola Família se organizar de forma a:

- Promover condições de acesso, participação e aprendizagem na classe comum;

- Garantir a transversalidade das ações da educação especial na classe comum;
- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino aprendizagem;
- Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis e etapas de ensino.

2.13. Projeto Pedagógico dos Cursos, Etapas ou Modalidades de Ensino

O Plano de Curso é um dos mecanismos metodológicos que garante a Formação Integral, trabalhando a formação técnica, acadêmica e humana em função da formação profissional sócio-política.

O processo educativo dos estudantes visa alcançar de forma orientada a formação de homens e mulheres que possuam um perfil necessário para o enfrentamento dos desafios atuais e também com olhar crítico, na construção desde hoje, de um amanhã mais promissor e solidário. Isso pressupõe uma filosofia que sustente a formação integral da pessoa, através de uma realidade projetada, mas também embasada na segurança que o método garante. Para tornar real esse paradigma, se faz necessário buscar em alguns critérios, que por sua vez, servirão como parâmetros concretos na sua aplicação. Sendo:

- Planejar ações para o processo educativo: vivência do estudante, educação, família e comunidade;
- Estimular a filosofia da Pedagogia da Alternância numa concepção integral de educação humana e social: homem sujeito do seu processo;
- Formar um homem sujeito da transformação social (promocional e protagonista);
- Refletir as ações do dia-a-dia num processo lento e gradual, porém consistente da pedagogia: refletir e melhorar cada vez mais as nossas ações;
- Promover uma educação em defesa de uma cidadania e desenvolvimento de uma sociedade mais fraterna, humana e de justiça, através de uma plena educação, garantindo a ética dos valores universais;

- Buscar elementos de formação constante dos três atores do processo: estudante, educador/monitor e família;
- Situar o estudante na sua realidade concreta, ampliando sua visão crítico/participativa: cultura, trabalho, costumes e tradições;
- Interpretar via diagnóstico nacional, a situação da educação do campo e da práxis da Pedagogia da Alternância (P.A.), garantindo o princípio do promocional e protagonista, reduzindo a influência do paternalismo comum nas instituições família e escola;
- Identificar, compreender e refletir as possíveis contradições entre os objetivos institucionais e direcionais;
- Refletir constantemente ação e reflexão da Pedagogia da Alternância, utilizando métodos e instrumentos próprios do Plano de Curso sob a ótica da formação científica e do cotidiano, no sentido de otimizar o espaço da EFA para criar as condições para o desenvolvimento dos conteúdos, privilegiando o Plano de Estudo como guia da Alternância;
- Desenvolver a prática do exercício da vida social: habilidades, atitudes e consciência; integrando os conteúdos vivenciais e científicos numa práxis de reflexão constante, buscando formas de superar dicotomias de autoritarismo e paternalismo nas relações educador - educando.

O plano de curso está organizado de forma que o estudo se dá a partir dos temas geradores, que se desdobram em temas de estudo e desenvolvem com a metodologia do Plano de Estudo (PE), na sequência deste, são utilizadas outras atividades, denominadas vivenciais, que juntamente com o trabalho das áreas promovem a reflexão e análise científica, conforme explicitado no item que descreve sobre os Projetos Integradores. Este trabalho é norteado pelos objetivos dos temas geradores, o planejamento dos temas de estudo e o aprofundamento das áreas do conhecimento – disciplinas, conforme descritos abaixo:

2.13.1. Objetivos dos Temas Geradores e descrição dos Temas de Planos de Estudo das séries do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

1ª SÉRIE		
Tema Gerador	**Objetivos**	**Planos de Estudos**
O HOMEM E A TERRA	• Refletir, com os estudantes e suas famílias, sobre os graves conflitos, as contradições no uso e divisão da terra no Espírito Santo, Brasil, América e Mundo. • Ver como a questão fundiária do Brasil, representa um empecilho para que haja um equilibrado desenvolvimento sócio econômico, político e técnico-agroecológico. • Analisar de forma interdisciplinar o tema, tendo em vista que o estudante deve chegar a entender os problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais que acontecem no seu meio, que estão, na maioria interligados e que as questões técnicas, desenvolvidas até hoje, não são isentas de conteúdos ideológicos.	• Uso e aproveitamento do solo; • A Distribuição da Terra
ALIMENTAÇÀO	• Analisar de forma orgânica o tema alimentação em vista de levar o jovem a entender como esse fenômeno co-envolve de forma global todos os seres vivos: homens, plantas e animais, entendendo o meio ambiente de forma científica para que ele possa readquirir seus equilíbrios ecológicos, tão necessários para o bem estar de toda a comunidade mundial. • Refletir e perceber formas alternativas de produzir alimentos, enfim, ver como a	• A Alimentação das Plantações e das Criações

	fome no Brasil e no Mundo é mais uma questão econômica-política que técnica-cultural.	

2ª SÉRIE		
Tema Gerador	**Objetivos**	**Planos de Estudos**
SAÚDE	• Analisar a partir do cotidiano, as relações existentes entre saúde, alimentação e meio ambiente em vários níveis (social, biofísico, político, econômico e agrícola), em vista de refletir sobre as contradições de nossa sociedade. • Refletir as contradições existentes nas formas convencional e alternativa de prevenir e controlar os problemas de saúde, tanto no ser humano, nas plantas e animais.	• A Saúde das Plantações e das Criações.
REPRODUÇÀO	• Compreender como o fenômeno da reprodução envolve demandas políticas e tecnológicas, tanto em torno da sociedade humana como na produção agropecuária. • A reprodução como a alimentação é um fenômeno básico de todos os seres vivos. Esse fenômeno natural e sócio-cultural "regula" muitos aspectos da vida das plantas, dos animais e dos homens.	• A Reprodução das Plantações e das Criações.

3ª SÉRIE		
Tema Gerador	**Objetivos**	**Planos de Estudos**

AGROECOLOGIA	• Despertar na realidade agropecuária da região a visão agroecológica, como opção e alternativa viável para o campo no âmbito ecológico, social, político e econômico. • Resgatar e/ou conceber valores da ruralidade para os habitantes e trabalhadores do campo, a fim de que as relações das pessoas entre si, com a terra, as plantas e os animais se constituam no campo da cooperação harmoniosa. • Incentivar a diversificação agropecuária como meio de motivar a agricultura camponesa. • Analisar os problemas econômicos, sociais e ambientais da monocultura. • Estudar as funções que a diversidade de cultivo exerce na sociedade, bem como na interação dos elementos do meio ecológico. • Analisar as relações de trabalho, a evolução das técnicas de cultivo e a sustentabilidade da agricultura camponesa, tendo em vista a soberania e qualidade alimentar em nível local, regional, nacional e internacional. • Estimular a diversificação das pequenas e médias criações, nos estabelecimentos camponeses ampliando a renda econômica dos agricultores. • Analisar os avanços técnico-científicos, principalmente a biotecnologia, no sentido de formar jovens camponeses críticos e conscientes dos diversos riscos que este	• O Clima e a Energia na Produção Agropecuária. • Diversificação agropecuária

	modelo pode representar para a agricultura camponesa e/ou para a saúde humana.	

4ª SÉRIE		
Tema Gerador	**Objetivos**	**Planos de Estudos**
ADMINISTRAÇÀO RURAL	• Compreender a importância da Administração Rural como fator de sustentabilidade da produtividade agrícola, conhecendo as teorias da gerência. • Identificar as Organizações Rurais no processo produtivo e proporcionar o conhecimento básico dos elementos da ciência na administração que contribui para a sustentabilidade da agricultura camponesa. • Compreender a importância da bovinocultura como um dos elementos de diversificação no sentido de desmitificar os modelos monocultores extensivos da região e motivar para o manejo camponês dos bovinos como alternativa para a economia das famílias do meio rural.	• O Planejamento e a Organização do Estabelecimento Agropecuário com Bovinocultura. • As Organizações Sociais do Campo

2.13.2. Planejamento dos Temas do Plano de Estudo (P.E)

Na elaboração do Plano de Curso das EFAs, um momento importante é o Planejamento dos Temas, que consiste em delimitar o enfoque, dimensionar a abrangência, definir os pontos para a Colocação em Comum e prevê de acordo com os objetivos dos Temas Geradores os pontos para a avaliação comum.

O enfoque deve ser constituído expressando o conteúdo da situação, os aspectos motivadores e situações hipóteses.

A abrangência do tema do Plano de Estudo refere-se ao espaço de pesquisa, pessoas envolvidas e suas características, o tempo e a quantidade de atividades.

Planejamento do Plano de Estudo

Tema	Enfoque (direcionamento)	Abrangência	Previsão para a Colocação em Comum	Conclusão ou pontos para a Avaliação Comum
TEMATIZADO	•**Conteúdo** – o que é? estudar o que ? •**Motivação** – Para que estudar? (importância para nós) •**Hipótese** – Porque estudar o tema (situação que merece ser estudada)	Intensidade de pessoas, área geográfica, tempo gasto, sempre de acordo com o ciclo.	Assegurar os aspectos da hipótese para a construção da síntese. Com a hipótese asseguramos a problemática a ser estudada.	O que o estudante deve responder após ter estudado esse tema. Verificar se o estudante atingiu a hipótese.

2.13.3. Estrutura do Currículo das Matérias

A primeira parte após a apresentação do currículo das disciplinas constitui-se de tabelas com as competências, habilidades e tematização das bases tecnológicas para dar condição ao aprofundamento do Tema Gerador.

Tema Gerador	Tema de Plano de Estudo	Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas (conteúdo das disciplinas tematizados)
Específico de cada ano/	Desdobramento dos Temas Geradores configurados	Objetivos gerais do estudo do Tema Gerador	Objetivos específicos do estudo do	Meios para desenvolver as habilidades e atingir a competência.

Série	em forma de assuntos		Tema Gerador	Formadas a partir da base nacional comum e diversificada

O sentido da tematização é contextualizar os conteúdos das disciplinas dando significação a esse conteúdo, interligar o conteúdo à realidade, projetar a razão do estudo, explicitando o motivo do mesmo. Dar indicação da metodologia a ser utilizada, fomentar a integração das áreas, problematizar os conteúdos instituídos, garantindo a interação entre ciência e realidade.

A segunda parte é o planejamento dos conteúdos tematizados que foram apresentados na primeira parte.

Temas de Estudo da Disciplina	**Enfoque**	**Metodologia, recurso e fonte**	**Avaliação**
Tematização do conteúdo	• **Conteúdo** – O que é? Estudar o que? • **Motivação** – Para que estudar? (Importância) • **Hipótese** – Porque estudar o tema (situação que merece ser estudada)	**Sessão Escolar:** Método, jeito de trabalhar o conteúdo de forma contextualizada e de acordo o enfoque. Objetivando alcançar a competência. Sugestões de fontes que garantam o máximo de contextualização com a realidade. **Sessão Meio Familiar – Sócio Profissional:**	**Objetivo:** Oportunidade de apresentar o aprendizado adquirido após o estudo do tema. Se o estudante alcançou as habilidades, de forma positiva ou para diagnosticar e superar as dificuldades. **Conteúdo e Metodologia:** Método e conteúdo a ser desenvolvido na

		Estudo do tema de forma mais concreta e contextualizada na realidade.	avaliação de forma contextualizada e tendo como base o enfoque. Possibilidade de integração entre as disciplinas. Demonstrar a integração prática – teoria, teoria e prática

A concretização do currículo se dá por meio do projeto das áreas. A avaliação do desenvolvimento do conteúdo das disciplinas acontece por meio da avaliação coletiva.

O Plano de Curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio estruturada de forma Integrada com o Ensino Médio encontra-se no anexo único deste Plano de Desenvolvimento.

3. PLANO DE METAS PLURIANUAL - CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

3.1. Eixos Norteadores

O Plano de Metas Plurianual a ser elaborado pelas Escolas Famílias da rede MEPES terão os seguintes eixos norteadores:

- **Eixo Associativo:** Os estudantes das EFAs filiadas ao MEPES recebem acompanhamento da EFA e da Família e melhoram o nível de desenvolvimento da aprendizagem.
- **Eixo Pedagógico:** Os educadores/monitores das EFAs filiadas ao MEPES dispõem de incentivo profissional, estão motivados a aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a aplicabilidade da Pedagogia da Alternância e melhoram o processo ensino aprendizagem na EFA.
- **Eixo Administrativo:** As famílias beneficiárias do MEPES contam com um plano de ação estratégico que prioriza a resolução de suas pendências administrativas e financeiras, capaz de organizar de forma equilibrada seus elementos de gestão, veem e divulgam o MEPES como uma organização sustentável que as representam e propicia a sustentabilidade e reconhecimento público do movimento.
- **Eixo Econômico Financeiro:** O MEPES dispõe de um serviço permanente de captação de recursos, através de um plano consistente, que organiza monitora e avalia as contribuições sociais; recursos públicos, privados, campanhas de arrecadação a fim de garantir a sustentabilidade financeira do movimento EFA.
- **Eixo Político:** As EFAs - MEPES contam com um serviço técnico que debate e orienta o movimento, quanto às estratégias políticas, formulações de marcos regulatórios, funcionamento e financiamento, capazes de garantir a unidade e a força política do movimento.

3.2. Plano de Metas Plurianual

3.2.1. Cronograma da Mantenedora

EIXO 1 – ASSOCIATIVO					
AÇÕES	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
1.1. Fazer um trabalho de fortalecimento das bases: formação dos dirigentes das associações/Escolas Famílias, com foco na Pedagogia da Alternância (PA) e no Associativismo.	x	x	x	x	x
1.2. Promover ações para reconhecimento e regularização das Associações das Escolas de fato e de direito.	x	x			

1.3. Promover e monitorar a aplicação dos princípios da EFA.	x	x		x	

EIXO 2 - PEDAGÓGICO					
AÇÕES	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
2.1. Promover formação em metodologias e diretrizes pedagógicas da PA: coordenar, monitorar a aplicabilidade dos instrumentos pedagógicos.	x		x		x
2.2. Melhorar a participação das famílias nas atividades pedagógicas	x		x		x
2.3. Estimular e apoiar (oferecer condições) aos educadores/monitores a buscar formação (graduação, especialização, mestrado...)	x	x	x	x	x
2.4. Criar uma plataforma digital que ofereça formação continuada aos educadores/monitores e que mantenha o contato permanente com as EFAs.				x	

EIXO 3 – ADMINISTRATIVO					
AÇÕES	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
3.1 Planos de ação estratégicos: ter um plano estratégico que congregue os aspectos: pedagógico, político e administrativo.		x			x
3.2 Integração das equipes administrativas e formação dos administradores	x	x			
3.3 Equipe técnica de projetos: organizar uma equipe que pense toda a instituição, administrativo, pedagógico e político, reunir dados gerais, definindo um plano das ações para até cinco anos e a partir de aí escolher os projetos.	x	x			

EIXO 4 – ECONÔMICO FINANCEIRO					
AÇÕES	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
4.1. Manter uma Equipe de Elaboração de projetos como forma de propiciar a sustentabilidade econômico-financeira do MEPES e EFAs.	x	x	x	x	x
4.2. Criar um mecanismo para manter as cotizações e demais contribuições sociais funcionando e em dia	x	x			
4.3. No aspecto econômico-financeiro, prever: as contas do MEPES, cotizações, projetos financeiros, remuneração de funcionários, assessorias esporádicas, manutenção, aquisição e depreciação de móveis e equipamentos.	x	x	x	x	x

EIXO 5 – POLÍTICO					
AÇÕES	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
5.1. Relação com Poder Público: ter o poder público (Estado nas diferentes esferas) como principal parceiro financiador; ampliando a representação da EFAs perante as políticas; que todas as EFAs possuam leis municipais.	x	x		x	
5.2. Construir orientações para as EFAs (estadual e municipal) em relação aos marcos regulatórios para parcerias		x	x		
5.3. Ter um instituto pedagógico, com um serviço que garanta a sustentabilidade, política, ideológica, filosófica, de princípios		X	x		

3.2.2. Cronograma da Unidade

METAS	ESTRATÉGIAS	PESSOAL ENVOLVIDO	2016	2017	2018	2019	2020
Fortalecer o envolvimento das famílias no ritmo da Pedagogia da Alternância	Incentivar as famílias do município e circunvizinhas a participar dos eventos estatutários; - Incentivar as famílias em geral em vista da formação pedagógica, sobretudo nas tarefas do caderno de acompanhamento e contrato de formação, realizando visitas com todas famílias no 1º trimestre para reuniões em grupo e individualmente; - Cumprir com o contrato de formação redimensionando para os pais da 1ª e 2ª séries e retorno da 3ª e 4ª séries sobre o 4º ciclo; - Garantir os contatos diretos e indiretos com as famílias na véspera dos eventos.	Associação das famílias, equipe de monitores.	X	X	X	X	X
Adequar o processo de manutenção de acordo com a nova legislação federal e municipal, bem como as parcerias na contribuição do transporte e alimentação escolar.	- Dialogar com o poder público e tomar ciência da legislação; - Elaboração de projetos para emendas parlamentares; - Dialogar com as associações e Secretária de Agricultura Municipal (PAA); Secretaria Municipal de Educação (Alimentação Escolar FNDE); COMRIO (Alimentação Escolar, gás e material de limpeza estadual); - Monitorar o projeto de construção da caixa d'água, reforma da escola e emenda parlamentar para investimento no Ambiente Educativo da Sessão.	Coordenação geral, poder público e direção do MEPES.	X	X	X	X	X

Ampliar a ação de divulgação e expansão da P.A no município de Boa Esperança.	- Insistir no diálogo com o poder público municipal com a apresentação do projeto de expansão da Educação do Campo pela RACEFFAES. - Desenvolver campanhas de divulgação junto com as lideranças e entidades do município.	Equipe de monitores e associação de estudantes.	X	X	X	X	X
Adaptar progressivamente o ritmo da Alternância no Semi-internato	- Diagnosticar e articular o mapa de transporte.	Equipe de monitores.	X	X	X	X	X
Ativação das atividades pedagógicas, registro e arquivo das fundamentações e orientações.	- Priorizar e definir as atividades por trimestre, desenvolvimento da motivação e aplicação prática e registro; - Organização dos arquivos.	Setor pedagógico	X	X	X	X	X
Aperfeiçoar as experiências pedagógicas agropecuárias	- Estabelecer o local de abrangência das experiências da sessão e estadia de cada série; - Sistematiza metodologia e funcionamento das experiências definindo as atividades contempladas nos momentos de estudo e fora dos momentos de estudo.	Setor agropecuário e pedagógico.		X	X	X	X
Aperfeiçoar a o sistema de gestão compartilhada, com base nos princípios da pedagogia da alternância.	- Programa de formação da associação das famílias; - Criação de comissão e acompanhamento das atividades de manutenção da escola.	Associação das famílias, coordenação geral e parcerias.	X	X	X	X	X

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Num contexto de empobrecimento do meio rural e de menosprezo daqueles/as que vivem no campo, decorrente do modelo de desenvolvimento adotado, funda-se, em 26/04/1968, o MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo como respostas aos grandes desafios vividos por homens e mulheres que ali viviam, tendo como Missão propiciar "a formação integral dos/as jovens e famílias rurais e a transformação/desenvolvimento de seu meio".

Assim, o compromisso social do MEPES faz parte de sua essência estando explicitado nos documentos que regem as suas atividades desde a sua fundação, nos valores declarados em sua filosofia, conforme está contemplada no perfil institucional, na sua missão e nos seus objetivos.

O binômio Educação e Promoção constituem-se um dos pilares básicos de sua filosofia, pois a verdadeira educação acontece quando o indivíduo, a família e a comunidade se promovem, se (auto) valorizam e se dignificam, ou seja, quando exercem plenamente a sua cidadania. A promoção, por sua vez, se dá na medida em que há formação integral, é dizer, sócio, política, econômica, sanitária, técnica, ambiental, espiritual.

A metodologia aplicada neste projeto educativo chama-se "Pedagogia da Alternância" que procura conjugar os saberes empíricos com os conhecimentos científicos, reconhecendo as vivências e fazeres vividos pelos educandos nos diversos espaços em que se encontram inseridos. Para atingir tais objetivos utiliza mediações que servem como elementos de ligação entre estes espaços vividos pelos/as jovens na família e comunidade e os espaços escolares. Podemos salientar, dentre eles, o Plano de estudo, Folha de observação, Caderno da realidade, Caderno de Acompanhamento. O conjunto desses elementos pedagógicos permite a interação entre Escola X Família X Comunidade.

Hoje, contemplando a estrada percorrida pelo MEPES podemos constatar como conseguiu, através de suas ações e de seu capital humano, a promoção humana, tornando-se um grande capital social do povo capixaba e, podemos dizer do Brasil, uma vez que o modelo educativo adotado (Escolas Famílias Agrícolas) está implantado em 21 Estados.

Através de alguns resultados da ação educativa das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) podemos constatar a política de responsabilidade social:

- Mudanças em relação ao nível de escolaridade dos jovens rurais;
- Criação de oportunidades de continuidade de estudos, inclusive, reivindicando o Ensino Superior na Pedagogia da Alternância;
- Inclusão gradativa das mulheres nas EFAs, iniciando este processo de abertura de convivência de gênero num mesmo espaço, numa época (década de 70) em que era impossível se pensar em tal atitude;
- A confirmação da Pedagogia da Alternância como resposta pedagógica adequada à população campesina;
- A importância da participação da família no processo educativo;
- Elimina-se o sistema da monocultura e se busca a produção diversificada, priorizando o uso natural do solo (sem agrotóxicos);
- Ações pedagógicas que garantam a formação de profissionais qualificados, técnica e eticamente comprometidos com resultados sociais;
- Mais participação nas decisões familiares, comunitárias e partidárias;
- Construção de um novo rural que interage com o urbano;
- Uma visão mais agroecológica e sustentável, com profundo respeito a natureza e tudo o que nela existe.

Assim exposto, conclui-se que a ação educativa das Escolas Famílias do MEPES, tem contribuído ao longo de sua trajetória de quase 50 anos, para a construção de uma sociedade mais justa, social, ética e ambientalmente responsável.

5. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA E DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE

Considerando as distantes localizações das unidades da rede MEPES e o perfil do público atendido, os instrumentos de comunicação interna e externa, tornam-se uma importante estratégia no processo de integração entre corpo administrativo, docente, discente e comunidade.

A política de comunicação do MEPES visa envolver todas as pessoas no cumprimento dos objetivos e metas organizacionais. Sua implementação deve contribuir tanto para melhorar o clima organizacional interno, motivando as pessoas a darem o melhor de si ao reconhecê-las como sujeitos e protagonistas das mudanças, quanto para agregar valores à identidade institucional das Escolas Famílias.

Comunicação Interna

No que se refere à comunicação interna, cumpre na organização atender a seguintes funções básicas:

- Investigar - Através de coleta de informações a partir de reuniões, visitas as famílias, atividades de retorno e outros;
- Orientar - sensibilizar o público sobre determinados aspetos considerados importantes no plano da gestão;
- Informar - Conceber uma política de informação escrita, oral e audiovisual para dar respostas às necessidades de informação do público interno.

Comunicação Externa

Na comunicação externa, o objetivo é a geração de efeitos comunicativos de natureza cognitiva, afetiva e comportamental. O foco é desenvolver a notoriedade e as atitudes positivas em relação ao MEPES, as Escolas Famílias e aos serviços oferecidos à comunidade. Assim sendo, é imprescindível a integração entre a comunicação interna e externa, cuja simbiose permite passar da realidade dos canais de informação, tendo como principal função a melhoria contínua do processo de comunicação, respondendo as demandas dos públicos interno e externo.

Canais de comunicação

As Escolas Famílias do MEPES devem utilizar uma multiplicidade de meios e recursos, adequados aos diferentes públicos, internos e externos, sendo estes:

Canais de Comunicação Internos:

- E-mail corporativo;
- Campanhas em redes sociais;
- Murais;
- Informativo para docentes;
- Informativo para discentes;
- Reuniões;
- Eventos;
- Vídeo Institucional;
- Comunicados e decisões da Direção, do Conselho e das Associações;
- Grupos em aplicativos - Whatsapp;

Canais de Comunicação externos:

- Internet – Portal Oficial do MEPES e outros;
- Filme institucional para exibição em eventos;
- Documentários sobre as principais ações de responsabilidade socioambiental da EFA;
- Apresentações e palestras por representantes da EFA em eventos e cursos;
- Cartazes, displays, folders e estandes;
- Publicações;
- Apoios;
- Visitas técnicas.

5.1. Comunicação da EFA com a comunidade

A Escola Família Agrícola de Boa Esperança, procura cultivar a mística camponesa e a ruralidade, buscando os valores como a simplicidade, transparência e hostilidade.

Nas relações procura respeitar a hierarquia das funções na horizontalidade, seguindo as prescrições jurídicas, formais e legais de forma mais burocrática possível.

A comunicação interna, se dá por meio de instrumentos previstos como reuniões, contatos telefônicos, comunicação escrita, endereço eletrônico, redes sociais e espontânea nos momentos de integração e interações no dia- a dia.

Entre os parceiros pedagógicos estudante – Família - monitores/professores além do caderno de acompanhamento que segue o movimento de Alternância do estudante, temos os contatos das cartas, convites e convocações, contatos telefônicos, visitas as famílias, bem como visitas das famílias e reuniões especificas na sede da escola.

Na comunidade de abrangência da escola acontece comunicação de convites e informativos de eventos/encontros que a EFA promove, encontros espontâneos e eventos promovidos por outras entidades e encontros específicos para a divulgação do projeto da EFABE.

A comunicação externa se dá por contatos telefônicos pelo número da escola e dos monitores/professores, comunicação escrita, correios em mãos, correio eletrônico, pelo expediente da secretaria da escola e pelos contatos pessoais dos monitores/professores. Outros meios de comunicação são os momentos de reuniões e encontros de formação com as parcerias (MEPES – RACEFFAES – Poder Público Municipal e outros) e espontâneos.

6. POLÍTICAS DE PESSOAL

6.1. Perfil Docente

Monitor (a) é a nomenclatura utilizada para designar o professor (a) que atua nas EFAs do MEPES. Este profissional participa da elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino; elabora e cumpre plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional; colabora com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, participando de reuniões com a comunidade escolar desenvolvendo o Projeto Pedagógico da Escola. Desenvolve, em sala de aula ou fora dela, atividade de professor (a) educador/monitor (a) de acordo com a legislação de ensino. Monitoria e acompanhamento pedagógico aos educandos internos, no chamado tempo escola, referente à metodologia da alternância.

Atribuições específicas:

- Aplicar os instrumentos da Pedagogia da Alternância, acompanhar e orientar os estudantes de acordo com planejamento e organização da equipe de educadores/monitores;
- Participar das atividades práticas agropecuárias dentro dos princípios agroecológicos, orientando os/as estudantes;
- Orientar e acompanhar os estudantes nas equipes de manutenção e atividades práticas;
- Orientar e acompanhar as atividades do internato na EFA de acordo com o planejamento da equipe;
- Realizar visitas às famílias dos estudantes;
- Participar das assembleias dos associados e de outros eventos organizados pela associação e organizações parceiras;
- Contribuir com o planejamento das atividades pedagógicas, administrativas e agropecuárias da EFA;
- Participar das atividades de formação na Pedagogia da Alternância;
- Representar a entidade quando for solicitado;

- Assumir Setores de Trabalhos na EFA;
- Assumir junto com a equipe e a associação o Plano de Ação da EFA e do MEPES.

6.2. Perfil do Corpo Administrativo

A função da Direção/Coordenação da Escola Família será exercida por profissional em exercício no Estabelecimento de Ensino, com experiência profissional na Pedagogia da Alternância e graduado em curso de Pedagogia com Administração Escolar ou em nível de pós-graduação em Administração Escolar.

A Secretaria Escolar é constituída pelo Secretário Escolar, com formação mínima de Ensino Médio e ou equivalente curso, domínio de informática e portador de registro ou autorização emitido pelo órgão competente do sistema.

Devido à especificidade da metodologia da Escola Família, o Serviço de Supervisão Escolar e Orientação Educacional é realizado de forma integrada pela Equipe Técnico-Pedagógica do MEPES, sendo a mesma constituída pela Equipe Pedagógica do Centro de Formação, Gerência Pedagógica e Setor Administração Escolar do MEPES. Esta equipe deve possuir conhecimentos básicos da Pedagogia da Alternância, como forma de assegurar as especificidades próprias e a unidade entre as Escolas Famílias.

A Equipe Técnico-Pedagógica do MEPES, juntamente com o Coordenador Pedagógico da Escola, promove durante o ano letivo, encontros, seminários, semanas de estudo e outras atividades pedagógicas, voltadas para a orientação e acompanhamento das atividades de cada Escola.

O Coordenador Pedagógico é um profissional da Equipe Docente com conhecimento e experiência dos aspectos pedagógicos, metodológicos e filosóficos da Pedagogia da Alternância e com capacidade de liderança. Compete a ele subsidiado pela Equipe Técnico-Pedagógica empregar técnicas adequadas ao serviço de orientação do jovem na Escola Família.

Na composição do quadro técnico administrativo faz-se necessário um Coordenador de Curso, responsável pela parte técnica do curso. O mesmo deve ser habilitado em nível superior com afinidade com o curso ministrado e na ausência deste assumirá um técnico em agropecuária com comprovada experiência profissional na

área. Também caberá ao Coordenador de Curso programar suas atividades em sintonia com o Coordenador Pedagógico e o coordenador de Estágio Supervisionado.

6.3. Mecanismo de Ingresso

O requisito de escolaridade para ingresso no cargo de docente para o atendimento educacional das disciplinas constantes nas Organizações Curriculares dos Cursos ofertados pelas Escolas Famílias do MEPES: Anos/Séries Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional dos Eixos Tecnológicos Recursos Naturais e Turismo, Hospitalidade e Lazer é a habilitação específica obtida em Licenciatura ou habilitação legal equivalente, seguindo ordem preferencial e nos termos da legislação vigente: Licenciados – licenciatura ou Complementação Pedagógica nas áreas de conhecimentos/disciplinas dos referidos cursos; Bacharelados – na falta de licenciados, os graduados na correspondente área profissional ou de estudos; Técnicos de Nível Médio para atuação em disciplinas técnicas.

Dentre os mecanismos de seleção de ingresso para atuar na Escola Família destacam-se: seleção de currículo, entrevista, Edital, dentre outros.

6.4. Condições Institucionais de Trabalho dos Profissionais

O corpo docente da Escola Família é composto por uma equipe de educadores/monitores contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e colaboradores, não havendo para fins técnicos e didáticos, nenhuma distinção entre essas categorias, estando devidamente registrados ou autorizados pelo órgão competente, na forma da legislação em vigor. As funções referentes às coordenações: administrativa, pedagógica, de curso e estágios são exercidas pelos próprios educadores/monitores.

Quanto a jornada de trabalho, essa é integral, com 44 horas semanais. A organização do trabalho do educador/monitor pode ser assim apresentada:

- Acompanhamento pessoal dos estudantes, visitas às famílias e aos responsáveis de alternância;
- Animação e acompanhamento de atividades educativas em grupo, fora dos horários de aulas;

- Relações externas com os parceiros (colaboradores ativos) da formação e com os profissionais e as instituições do meio;
- Atividades educativas e formativas nas aulas com os grupos de estudante (horário de aulas);
- Formação própria, preparação e organização das atividades pessoais e coletivas.

Os educadores/monitores do MEPES são amparados e equiparados pela LEI n.º 7.875 de 26 de novembro de 2004, aos professores da rede estadual de ensino.

6.5. Programa de Formação Continuada dos Profissionais das Escolas Famílias do MEPES

Os recursos humanos constituem a maior riqueza do MEPES. Neste sentido, foi criado desde 1971 o Centro de Formação e Reflexão (CFR) com a finalidade de promover o desenvolvimento pessoal e profissional do quadro de servidores que atuam em suas diversas unidades, conforme sua filosofia e metodologia para atuarem nas áreas de saúde, educação e ação comunitária, tendo como principal desafio manter viva e em constante aperfeiçoamento a proposta educativa do movimento em prol da Promoção humana e especificamente do meio rural.

Nas ações formativas que desenvolvem, busca conjugar a prática com a teoria, assumindo uma postura coerente com os princípios genuínos do MEPES, proporcionando em seu cotidiano o desenvolvimento de um trabalho que possa atender os aspectos formativos de todos os profissionais.

6.5.1. Organização e Funcionamento da Formação Inicial e Continuada

A Formação Inicial em Serviço do Educador/Monitor da Escola Família Agrícola do MEPES possui uma organização de acordo com seus pressupostos filosóficos e metodológicos e em comum acordo com a agenda de formação dos demais operadores do movimento. Para tal, realizou uma reestruturação dos módulos da proposta nacional e os adaptou à realidade mepiana, de modo que possa ir ao encontro da realidade das EFAs, do trabalho do educador/monitor e das outras formações na qual ele será inserido.

A proposta Pedagógica da Formação Inicial está organizada em 05 módulos presenciais e não presenciais, com atividades na Sessão centro de Formação e Reflexão e com atividades na Sessão Escola Família Agrícola. Cada módulo possui um Tema, conteúdos, atividades propostas, Atividades na Sessão EFA e Carga horária.

Objetivo Geral: Proporcionar ao educador/monitor iniciante um espaço/tempo de Formação na Pedagogia da Alternância para a apropriação dessa práxis. Segue o Tema de cada Módulo com o objetivo correspondente.

- Módulo I – O processo educacional do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES)

  Objetivo: Conhecer o processo educacional do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo por meio do trabalho da Pedagogia da Alternância.
- Módulo II – O educador/monitor e o processo ensino/aprendizagem na Pedagogia da Alternância

  Objetivo: Compreender o processo ensino/aprendizagem numa abordagem da Educação, bem como, reconhecer a importância das mediações didático-pedagógicas da Pedagogia da Alternância.
- Módulo III – O educador/monitor, a Pedagogia da Alternância e as Correntes Pedagógicas.

  Objetivo: Conhecer as principais correntes pedagógicas que dialogam com a Pedagogia da Alternância no Brasil, bem como, reconhecer a perspectiva política e transformadora subjacente a práxis educativa proposta.
- Módulo IV – O educador/monitor e a ação sócio- ambiental do Projeto Pedagógico da EFA.

  Objetivo: Reconhecer a função social da educação e a responsabilidade ambiental do trabalho da Escola Família Agrícola do MEPES.
- Módulo V – O educador/Monitor e o Projeto de Experimentação Pedagógica.

  Objetivo: Reconhecer-se como educador/monitor pesquisador de sua práxis pedagógica e do seu entorno social.

Para que haja uma formação plena em todos os contextos, seja no Centro de Formação ou no meio sócio profissional é preciso de uma boa preparação das atividades das inter-sessões. É isto que vai garantir uma formação contextualizada e

implicada com a prática. Todo aporte teórico será a partir da colocação em comum sobre um dado da realidade vivencial dos (as) educadores/monitores (as) em formação.

Paralela à formação inicial ocorrem às formações continuadas previstas anualmente em um calendário formativo, constituído de momentos de estudo, seminários, oficinas, cursos, debates, palestras, pesquisas sobre questões sugeridas pelos próprios educadores/monitores como necessárias à melhoria do trabalho, podendo citar como exemplos:

- Formação por área de conhecimento;
- Formação de Secretários Escolares;
- Formação de Cozinheiras;
- Formação dos membros da associação das escolas;
- Outras.

Frente ao exposto constata-se que a Formação dos Profissionais da Educação é assumida pelo MEPES como prioridade em vista a ofertar uma educação de qualidade, bem como para como para o aperfeiçoamento e melhorias dos serviços prestados. Compreendemos a formação continuada como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizada após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos. Fica também evidenciado que a mesma não se restringe aos cursos promovidos pelo Centro de Formação do MEPES, mas incluem também a troca de experiência, outros estudos e aperfeiçoamentos realizados pelos educadores/monitores do MEPES em outros espaços e em outras instituições.

7. GESTÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR

Os princípios de gestão democrática nortearão a gestão de cada Escola Família, valorizando as relações baseadas no diálogo e no consenso e tendo como prática a participação, a reflexão coletiva.

A participação deverá possibilitar a todos os membros da comunidade escolar o comprometimento no processo de tomada de decisões para a organização e funcionamento da Escola e propiciar um ambiente de trabalho favorável.

A responsabilidade administrativa, pedagógica, financeira e a representação de cada Escola Família serão exercidas pelo Diretor/Coordenador da Escola, sob a orientação, assessoria e supervisão da Diretoria da Associação da Escola Família e da Equipe Técnico-Pedagógica do MEPES.

Os órgãos colegiados são aqueles destinados a prestar assessoria Técnico-Pedagógica e Administrativa às atividades das Escolas Famílias, sendo os seguintes: Associação Escolar; Conselho Avaliativo; Associação de Estudante.

São atribuições da Associação Escolar:

- Acompanhar o ingresso de novo estudante para a Escola, orientando as famílias e comunidades sobre as características educacionais da Escola Família;
- Elaborar, juntamente com os educadores/monitores, o Calendário das atividades escolares, em consonância com o calendário geral do MEPES, como também acompanhar as eventuais mudanças que possam ocorrer durante o seu cumprimento em cada período letivo, obedecendo as normas em vigor;
- Supervisionar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da Escola;
- Auxiliar na tomada decisões, junto a equipe docente;
- Avaliar, no final de cada ano letivo, o andamento da Escola, administrativo, pedagógico e financeiro, dispondo os resultados para o MEPES;
- Estimular a participação das famílias no processo formativo das Escolas Famílias;
- Participar da avaliação dos educandos;

- Propor alternativas de solução frente às eventuais situações que venham interferindo no bom andamento do processo de ensino/aprendizagem;
- Propor ao MEPES sobre o destino dos bens móveis e imóveis da Escola, em caso de dissolução, em conformidade com o Estatuto do MEPES;
- Participar na escolha da equipe de educadores/monitores e auxiliares;
- Aprovar as normas internas da Escola.

O Conselho Avaliativo da Escola tem múltiplos objetivos, dentre os quais se destacam:

- Avaliar o aproveitamento dos educandos, através de um sistema global, dentro dos objetivos da formação integral;
- Chegar a um conhecimento mais profundo do educando, das competências como das habilidades, tanto na sessão quanto na estadia;
- Promover a integração entre os educadores/monitores e outros agentes educativos da escola, na avaliação de desempenho escolar do educando;
- Discutir o aproveitamento das turmas e a situação de cada educando em particular, buscando especificar, com base em observações concretas, causas do baixo rendimento escolar, garantindo um atendimento individualizado;
- Estabelecer medidas pedagógicas a serem adotadas, na tentativa de possibilitar a solução de dificuldades surgidas no decorrer do trimestre, como a programação das atividades de recuperação, visitas de estudo, dinâmica para a colocação em comum do Plano de Estudo e outras medidas que possam ser adotadas, sanando assim dificuldades que possam surgir;
- Cumprir a metodologia e recursos específicos a serem aplicados no atendimento ao educando ou turma cujo aproveitamento foi considerado insuficiente pelo Conselho Avaliativo;
- Oportunizar uma reflexão e um posicionamento coletivo sobre a prática pedagógica, buscando uma maior integração profissional e social.

As reuniões do Conselho Avaliativo contam com a participação de todos os professores, do diretor, do coordenador pedagógico, podendo contar com representantes da diretoria da Associação da Escola e de representantes dos educandos.

8. INFRAESTUTURA: CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E SERVIÇOS

8.1. Instalações Gerais

INSTALAÇÕES GERAIS		
ESPECIFICAÇÃO	**METRAGEM**	**QUANTIDADE**
Refeitório	6,91m X 11,88m = 82,09 m^2	01
Cozinha	5,04m X 4,90m = 24,69m^2	01
Dispensa 1	3,96 m X 3,46m = 13,70 m^2	01
Dispensa 2	2,88m X 3,46m = 9,96 m^2	01
Banheiro de monitores e funcionários	2,34m X 1,26m = 2,94 m^2	01
Sala da associação dos estudantes.	2,25m X 3,37m= 7,58m^2	01
Banheiro externo	3,39m X 2,30m = 7,79m^2	01
Área de serviço	6,20m X 5,70m = 35,34 m^2 + 4,58m X 3,3m = 15,11 m^2; 35,34 m^2 + 15,11 m^2 = 50,45 m^2	01
Garagem	7,76m X 6,97m = 54,08 m^2	01
Galpão	12,29m X 6,93m = 85,16 m^2	01
Dormitório I	12,72m x 8,86m =112,70 m^2	01
Dormitório II	12,78m x 8,88m = 113,48m^2	01
Dormitório III	13,5m x 8,85m = 119,48m^2	01
Almoxarifado	8,24m X 8,93m = 73,58 m^2;	01
Casa I de Professores/Monitores	7,22m X 11,75m = 84,83 m	01
Casa II de Professores/Monitores.	7,00m X 13,62m = 95,34 m^2	01
Cabana	Diâmetro: 9m Área:	01

	61, 20m²	
Campo de futebol	3 ,5m X 60,2m = 2076,90 m²	01
Quadra de vôlei de areia.	6,4m X 6,9m = 113, 16m²	01

8.2. Instalações Administrativas

INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	METRAGEM	QUANTIDADE
Secretária	3,27m X 6,94m = 22,69m²	01
Sala de monitores	7,02m X 6,94m = 48,71 m²	01

8.3. Salas de Aula

SALAS DE AULA		
ESPECIFICAÇÃO	METRAGEM	QUANTIDADE
Sala de aula 01	7,00m X7,86m = 55,02 m²	01
Sala de aula 02	6,98m X 7,79m = 54,37m²	01
Corredor das salas de aula	11,82m X 2,35m = 4,92m X 2,01m = 27,77m² + 9,88 m² = 37,65 m²	01

8.4. Laboratórios – Didáticos e de Práticas Agropecuárias

LABORATÓRIO – Didáticos e Práticas Agropecuárias		
ESPECIFICAÇÃO	METRAGEM	QUANTIDADE
Laboratório de ciências	3,65m X 6,96m = 25,40m²	01
Laboratório de informática	3,97m x 6,94m =27,55	01

8.5. Recursos Audiovisuais, Multimídia, Internet e Intranet

Recursos – audiovisuais / multimídia / internet / intranet	
ESPECIFICAÇÃO	**QUANTIDADE**
Data Show	02
Internet de 1mega	01
Notebook	02
Impressoras	02
Computadores de mesa	09
Câmera fotográfica	01
Caixa amplificada	01

8.6. Biblioteca

As bibliotecas das Escolas Famílias Agrícolas do MEPES, contribuem para facilitar o acesso e a difusão dos recursos de pesquisa e colaborar no processo de produção do conhecimento pelos estudantes, a fim de contribuir para o desenvolvimento das atividades do curso, visando a motivação dos educandos pela pesquisa e contribuindo para sua formação.

Além disso, destacam os seguintes objetivos:

- Melhorar as condições de acesso ao saber dos estudantes;
- Oferecer condições de aprofundamento científico aos estudantes ampliando seus conhecimentos;
- Despertar o gosto pela leitura e pesquisa.

Para a formação do acervo bibliográficos das escolas, utiliza-se como política de aquisição de materiais da área técnica e base nacional comum, alguns critérios, tais como:

- Adequação do material aos objetivos e nível educacional da Instituição;
- Atualidade;
- Qualidade técnica;
- Número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- Condições físicas do material.

Tendo em vista, expandir e manter o acervo sempre atualizado com materiais específicos e adequados para o curso, tem-se a forma de aquisição, por meio de projetos (PETROBRAS, BNDES, entre outros) e doações (SEDU, INCAPER, IDAF,

Prefeituras e outros), visto que não possuímos recursos próprios para aquisição de materiais para a biblioteca.

Como política de funcionamento e manutenção da biblioteca, as escolas garantem um educador/monitor que será responsável pelo setor, contribuindo desta forma para que o ambiente esteja organizado, assim como fazer o registro e empréstimo para os estudantes e educadores/monitores da instituição. Dentro do processo de auto-organização dos estudantes é delegado um estudante por turma para contribuir na organização, juntamente com o educador/monitor responsável pelo setor.

BIBLIOTECA		
ESPECIFICAÇÃO	**METRAGEM**	**QUANTIDADE**
Biblioteca	4,70m X 3,17m = 14,89m²	01
Sala de estudo	4,70m X 2,97m = 13,95m²	01

ACERVO BIBLIOGRÁFICO			
ESPECIFICAÇÃO	**ÁREA DO CONHECIMENTO**	**QUANTIDADE TÍTULOS**	**QUANTIDADE EXEMPLARES**
Livros	Linguagens	233	552
	Ciências da Natureza	203	609
	Matemática	13	180
	Ciências Humanas	217	644
	Agropecuária	1141	1414
	Diversos	24	30
Obras de referência	Educação	32	44
Vídeos	Área Agropecuária		
DVD's		106	161
CD-Rom's			
Outros	---------		
	TOTAL		

8.7. Políticas de Aquisição, expansão, atualização e manutenção dos Recursos audiovisuais

Os recursos e tecnologias educacionais, bem como os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, em prol de sua melhoria. Portanto, as Escolas Famílias Agrícolas do MEPES possuem equipamentos e tecnologias que buscam atender as demandas didáticas pedagógicas, pertinentes às suas respectivas modalidades de ensino.

Em relação às aquisições e manutenção desses equipamentos, insumos e produtos relacionados são realizadas por diagnósticos e ordenamentos, seguidos de supervisão técnica periódica. Contudo, sendo as Escolas Famílias instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, torna-se indispensável a celebração de convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas para a implementação das políticas descritas acima.

9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A Instituição atua preponderantemente na Educação, oferecendo bolsas de estudos que beneficiam estudantes matriculados na Educação Básica e na Educação Profissional. São realizados atendimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade, comprovadamente carentes através do perfil socioeconômico sempre com o foco na família como preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como, a categoria vinculada a agricultura familiar, com valorização da formação integral do Ser Humano, tendo em vista a universalização do acesso aos Direitos Sociais, baseado nos princípios da formação humana e espiritual.

Em atendimento a legislação vigente, o MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo possui um plano de atendimento aos estudantes bolsistas, tendo por objetivo: proporcionar bolsa de Estudos integral na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Profissional respeitada os critérios legalmente estabelecidos.

9.1. Programa de Apoio ao Estudante Bolsista e Programa de Ensino Gratuito

Considerando que o MEPES tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana, interagindo na saúde, educação e ação comunitária, sem fins econômicos, numa ampla atividade voltada principalmente ao meio rural, integrando campo e cidade, naquilo que concerne à elevação humano-social, especialmente do agricultor, nas dimensões da vida: espiritual, intelectual, sanitária, técnica, econômica e ambiental. A qualidade da formação desdobra-se nos objetivos seguintes:

- Promover condições efetivas para que o educando possa aprender a aprender, aprender a agir e aprender a ser, por meio da implementação de ações de natureza sócio educacional, cultural, ambiental, científica e tecnológica, sob o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática, a partir de Temas Geradores, que encontra-se na realidade;
- Adotar estratégias de permanência do estudante na escola, observando-se como critérios básicos a qualidade do ensino e o respeito e atendimento a

necessidades específicas, à diversidade de interesses, de culturas e experiências;

- Desenvolver mecanismos diversificados de apoio ao discente e ao egresso nos processos de continuidade de estudos e de inserção no mundo do trabalho e/ou na vida social e produtiva em seu meio.

Todos esses objetivos encontram-se em consonância com as peculiaridades do educando e as diretrizes institucionais, expressas no estatuto, regimento comum e no Projeto Político Pedagógico Institucional - serão viabilizados de tal modo que o discente, cada vez mais, se identifique com a missão do MEPES e com os objetivos do seu curso, e se perceba integrante de uma Instituição cujo foco de atuação deve resultar na formação integral e desenvolvimento do meio.

Desta forma, buscando garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos de Educação Básica e da Educação Profissional dos estudantes bolsistas, bem como, sua adaptação na comunidade escolar, às instituições de ensino, mantidas pelo MEPES desenvolvem ações de atendimento aos bolsistas.

O Atendimento, após a seleção e a matrícula do educando bolsista, inicia com a marcação de uma entrevista diagnóstica, seguindo os critérios da legislação vigente, para delineamento da história de vida de cada educando. Nesta etapa é feita por meio de entrevista semiestruturada para levantamento dos dados de identificação, pessoal e familiar quanto aos aspectos idade, moradia e religião; dados de caracterização pessoal e familiar relativos à escola de origem: nível de escolaridade, série e ou ano, localização, tipo (pública ou particular), desempenho escolar e o primeiro registro sobre áreas de interesses. E, por fim, o relato aberto sobre o desenvolvimento geral do educando avaliado relativo ao que mais chama a atenção das pessoas quando menor, suas preferências e dificuldades de adaptação na vida em sociedade pelos familiares ou responsáveis pelo educando. Os documentos escolares (histórico, boletins, relatórios escolares e provas) são analisados para efeitos de registro do diagnóstico de desempenho escolar.

A entrevista diagnóstica é realizada por um profissional do serviço pedagógico da Escola, objetivando o ingresso de todo e qualquer novo estudante, de modo a promover sua inserção no meio escolar de forma pedagógica, sendo presencial com

a criança e seus responsáveis. A realização desta entrevista pode ser feita a qualquer tempo, ou seja, antes ou depois da matrícula.

Na perspectiva de subsidiar o processo de integração dos bolsistas ao ambiente escolar e aos processos de ensino aprendizagem dos educandos são acompanhados, individualmente ou em grupos, pelo Coordenador Pedagógico e pelo Responsável de Turma. Este acompanhamento é realizado sistematicamente ao longo do ano letivo. Quando constatada, dificuldade de aprendizagem são realizados estudos de recuperação paralela e aulas de reforço.

Compreendendo a família como extensão da qualidade do trabalho educativo, a instituição propicia atividades para promover o envolvimento da família, através de encontros de orientações, reuniões mensais e palestras educativas trimestrais. A documentação servirá de subsídio para a avaliação diagnóstica, podendo ser complementada com a entrevista do responsável e visita à família pela equipe pedagógica da escola à sua residência a qualquer tempo, antes e durante a vigência da bolsa, com a finalidade de comprovação das informações prestadas.

No tocante ao acompanhamento dos egressos, faz parte do desafio para a consolidação da Pedagogia da Alternância. Este acompanhamento e a interlocução permanente com os egressos concludentes na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável a partir da agricultura familiar/camponesa, pois, o objetivo da EFA é promover o desenvolvimento desse meio através da formação dos jovens.

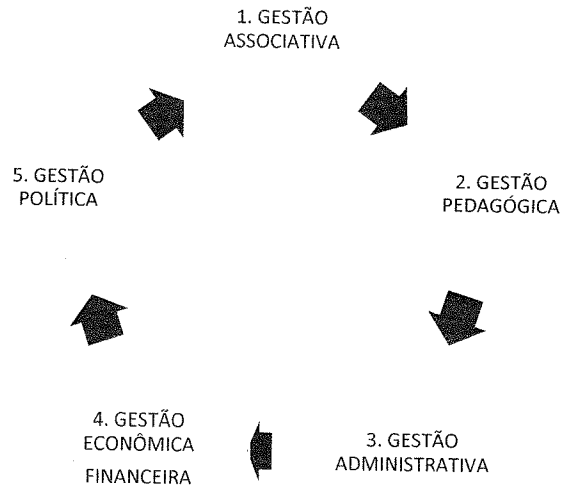
Desta forma, o Projeto Profissional do Jovem - PPJ se relaciona com o desenvolvimento sustentável e solidário de forma intrínseca, visto que o projeto implantado é um instrumento para possibilitar práticas que viabilizem o desenvolvimento das comunidades e, consequentemente, das famílias.

Então, o acompanhamento dos egressos, dar-se-á na orientação da confecção, monitoramento e implementação do PPJ, enquanto discente e, após a conclusão do egresso, avaliando a continuidade dos projetos implantados com visitas aos mesmos, já que a missão que cabe a EFA é formar estes sujeitos que representam o futuro da nação.

10. PLANO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Apesar do tema em pauta referir-se à sustentabilidade financeira, compreende ser necessário apresentar que o ciclo de sustentabilidade utilizado pelo MEPES abarca a implementação de cinco elementos de gestão, conforme ações detalhadas no Plano de Metas Plurianual.

No esquema a seguir apresentam-se os cinco elementos que, a partir das experiências, estudos e reflexões dos atores das Escolas Famílias poderiam ser apontados como condicionantes e/ou subsequentes que aqui se convencionou chamar de "Elementos de Gestão de uma Escola Família", uma vez que a gestão financeira não ocorre de maneira isolada das demais, pois as cinco estão inter-relacionadas.



No que tange à sustentabilidade financeira, conforme Art. VI do Estatuto, a receita necessária à manutenção do MEPES e de suas unidades é constituída por:

- Contribuições e doações diversas;
- Legados;
- Verbas provenientes do Governo Federal, do Governo Estadual, dos Governos municipais, e instituições privadas nacionais e internacionais;
- Produção do espaço agropecuário e turístico da Escola Família;

- Receitas de atividades econômicas cujos resultados são integralmente revertidos para os objetivos sociais do MEPES.

Ressalta-se ainda que o MEPES não distribui lucros, dividendos, bonificações ou vantagens, de quaisquer naturezas, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto e que a totalidade das rendas apuradas, seus recursos e eventuais resultados, e os saldos por ventura existentes, no fim de cada exercício, são administrados pela direção do MEPES aplicados integralmente no território estadual e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A seguir apresenta-se o Plano de Sustentabilidade Financeira da EFA.

Objetivo: Proporcionar e manter as condições de bom funcionamento e qualidade dos serviços prestados pela escola nos aspectos de logística, manutenção e quadro pessoal.

ÁREA		IDENTIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
INFRAESTRUTURA	**AMPLIAÇÃO E REFORMA**	Projeto MEPES-SEDU-PREFEITURA de ampliação e reforma salas de aula, refeitório, sala de monitor, laboratórios, cozinha e residência de monitor.	X	X	X		
		Projeto FUNASA – Prefeitura construção de uma nova caixa d'água.	X				
	MANUTENÇÃO: maquinas, moveis, equipamentos e prédios	Convênio de colaboração financeira com a Prefeitura Municipal de Boa Esperança.	X	X	X	X	X
CUSTE	Material didático e de expediente e comunicação, combustível e lubrificante, abastecimento de água e luz e gênero de higiene.		X	X	X	X	X
	PESSOAL: 1 secretaria 1 vigia 1 cozinheira	Convênio de colaboração técnica com Prefeitura Municipal de Boa Esperança.	X	X	X	X	X

I O	Gêneros alimentícios	Programa de alimentação escolar, doação das famílias e produção agrícola da escola	X	X	X	X	X
	Transporte escolar	Programa de transporte escolar municipal e estadual integradas.	X	X	X	X	X

11. BIBLIOGRAFIA

ESPIRITO SANTO. **Resolução CEE 3.777/2014.** Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Espírito Santo, 2014.

MEC/INEP/CONAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Roteiro de auto-avaliação institucional:** orientações gerais. Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regimento Comum das Escolas Famílias do MEPES.** 2013, 46 p. Aprovado em 08 out. 2013.

_____. **Estatuto do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.** Anchieta, 18 jun. 2015

UNICEF, PNUD, Inep – MEC (Coord.). **Indicadores de qualidade na educação.** São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ANEXO ÚNICO

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO
CGC 27.097.229/0001-42
E-MAIL: mepes.central@gmail.com
Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº94083 de 10 de março de 1987 - Processo nº MJ - 31093/71

PROGRAMA DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - PAI - DAS ESCOLAS FAMILIAS DA REDE MEPES

Boa Esperança - ES

Abril de 2016

UNIDADE EDUCATIVA: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE BOA ESPERANÇA

Boa Esperança - ES

Abril de 2016

A avaliação é inerente e imprescindível, durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão-ação, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (GADOTTI *apud* MARTINS)

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....05

1.1. Mantenedora e Base Legal.....05
1.2. Breve histórico da instituição Mantenedora.....05
1.3. Perfil Institucional da Mantenedora.....10
1.3.1. Filosofia.....10
1.3.2. Missão.....10
1.3.3. Visão.....11
1.3.4. Objetivos.....11
1.4. Perfil Institucional das Escolas Famílias da Rede MEPES 12
1.4.1. Missão.....13
1.4.2. Princípios – Fins e Objetivos.....13
1.5. Identificação e Breve Histórico da Unidade da Unidade 15

2. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EFA: CONCEPÇÃO.....19
2.1. Breve Histórico.....19
2.2. Concepção Teórico-Metodológica.....21
2.3. Princípios adotados.....22
2.4. Objetivos da auto avaliação.....23
2.4.1. Objetivo Geral.....23
2.4.2. Objetivos Específicos.....23

3. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EFA: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO.....25
3.1. Estruturação das Comissões.....26
3.2. Sensibilização.....27
3.3. Desenvolvimento do Processo de Avaliação.....28
3.4. Sistematização dos resultados em relatório.....33
3.5. Divulgação para a comunidade 34
3.6. Meta-avaliação 35
3.7. Plano de Melhorias.....35
3.8. Utilização de Resultados.....36

4. CRONOGRAMA.....37

5. BIBLIOGRAFIA.....38

6. ANEXOS: NOMEAÇÃO DE COMISSÕES.....39

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Mantenedora e Base Legal

Criado em 26 de abril de 1968, o **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **MEPES** é, na forma legal e para os devidos fins de direito, uma associação civil de direito privado, de fins não econômicos, possui sua sede localizada na Rua Costa Pereira, 129 – Anchieta - ES, e encontra-se registrada no CNPJ nº 27.097.229/0001-42, foro jurídico na cidade e Comarca de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

1.2. Breve histórico da instituição Mantenedora

No final da década de 60, a política adotada pelo Governo militar favorece ainda mais o processo de urbanização e industrialização como condições indispensáveis para o desenvolvimento do Brasil, em detrimento de políticas agrícolas e agrárias. É o mito da cidade grande. É a ideologia do "Jeca Tatu". Uma pesquisa socioeconômica realizada por peritos demonstrou: é assim o nosso meio rural! Seu empobrecimento é cada vez mais acentuado: empobrecimento por falta de uma agricultura tecnificada; empobrecimento pela evasão de seus melhores elementos: jovens que migram para a cidade em busca de preparo e nunca mais voltam; empobrecimento econômico-financeiro, empobrecimento também porque aquele foi um tempo de formação dos grandes latifúndios e da ilusão de muitos pequenos proprietários, migrando para se tornar favelado nas metrópoles; empobrecimento pelo esfacelamento da família com corte brusco provocado pela migração e do diálogo entre as gerações.

No Espírito Santo, se faz sentir esta mesma política, através da edificação da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da fábrica da Aracruz Celulose e da erradicação do café. Neste contexto, o jovem advogado e recém-ordenado Humberto Pietrogrande é enviado a Anchieta. Em uma de suas aulas, interessado em conhecer mais os seus estudantes perguntou a um garoto, líder da turma, muito inteligente e esperto: quem são seus pais? E qual sua comunidade? O estudante

agiu como se não tivesse ouvido as indagações e desconversou. Alguns dias mais tarde, o religioso voltou a fazer-lhe as mesmas questões. Envergonhado e com voz tímida sussurrou. O padre compreendeu, então, a situação de vergonha e constrangimento do garoto. Seus pais eram muito pobres, viviam no meio rural, quase isolados. Compreendeu também que esses sentimentos revelam o distanciamento do jovem com o seu meio e, mais sério ainda, a negação de sua identidade pessoal, familiar e cultural.

Percebeu também a ausência de uma escola própria à promoção do homem, da família e do meio rural. Neste sentido inicia-se o processo de discussão para uma ação conjunto que congrega técnicos de diversas áreas, autoridades civis e religiosas de alguns municípios da região sul capixaba e são formados comitês de trabalho. Neste período ocorre a criação em Padova (Itália) da AES (Associação dos Amigos do Espírito Santo) e logo envia monitores para o Brasil e acolhem brasileiros em suas Escolas. Estabelece-se a ponte que une pessoas e entidades, tendo como lema: "Encontrar-se para se conhecer; conhecer-se para caminhar juntos; caminhar juntos para crescer; crescer para amar mais." (Pe. Humberto Pietrogrande)

Como resultado de uma ampla ação política comunitária, em 26/04/1968, funda-se oficialmente o MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, tendo como pioneirismo uma ação educativa que adota a Pedagogia da Alternância, pedagogia esta de valorização dos homens e mulheres campesinos e de suas culturas através do trabalho desenvolvido pelas Escolas Famílias Agrícolas – EFAs

Esse projeto educativo possui origem na França entre os anos de 1935 – 1937. Contudo, a experiência do MEPES teve como influência as Escolas Famílias Agrícolas da Itália, país de origem do Jesuíta Humberto Pietrogrande, mentor e articulador do movimento.

Desta forma, a partir do trabalho do MEPES surge a primeira Escola Família Agrícola em Olivânia, Município de Anchieta – ES, em março de 1969, e, posteriormente foram criadas, no mesmo ano as EFAs de Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e a de Campinho, em Iconha. O Processo de Expansão ganhou força a partir de 1972, e o projeto foi para o norte do Espirito Santo e no ano seguinte a expansão

rompe as divisas do Estado para Minas Gerais, chegando também a Região Norte, Nordeste e Centro Oeste do país.

Atualmente a rede educacional do MEPES é composta por 18 (dezoito) Escolas Famílias que adotam uma pedagogia própria, a Pedagogia da Alternância, sendo 01 Escola Família Turismo (EFTUR) e 17 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), localizadas em diversos municípios do Estado do Espírito Santo, como segue:

- **Escola Família Agrícola de Olivânia**
  Rua Projetada, s/nº, Comunidade de Olivânia, Município de Anchieta, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves**
  Rua Projetada, s/nº, Bairro Portal dos Imigrantes, Município de Alfredo Chaves, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul**
  Rua Padre Guido Spolaor, s/nº, Município de Rio Novo do Sul, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental.

- **Escola Família Agrícola de Jaguaré**
  Rodovia Dom José Dalvit, s/nº - KM 10, Município de Jaguaré, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola do KM 41**
  Rodovia São Mateus a Nova Venécia, s/nº, KM 41, Distrito de Nestor Gomes, Município de São Mateus, neste Estado.

Cursos: Ensino Fundamental.

- **Escola Família Agrícola do Bley**
  Rodovia João Izoton Filho, s/nº - KM 12 - Córrego do Bley, Município de São Gabriel da Palha, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Rio Bananal**
  Rodovia Roberto Calmon, s/nº, KM 40, Bairro São Sebastião, Município de Rio Bananal, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Pinheiros**
  Rodovia Pinheiros a Pedro Canário, s/nº - KM 2,5 - Município de Pinheiros, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental.

- **Escola Família Agrícola de Boa Esperança**
  Estrada do Campo, s/nº, Córrego da Prata, Município de Boa Esperança, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Chapadinha**
  Rodovia ES 220, s/nº - KM 38,5 - Chapadinha, Município de Nova Venécia, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Vinhático**
  Rodovia Montanha a Vinhático, s/nº - KM 02, Distrito de Vinhático, Município de Montanha, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de São João do Garrafão**
  Avenida João Pedro Lauvers, s/nº, São João do Garrafão, Município de Santa Maria de Jetibá, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitante/subsequente ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Marilândia**
  Rua Izaldino Camata, nº 150, Centro, Município de Marilândia, neste Estado.
  Cursos: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitante/subsequente ao Ensino Médio.

- **Escola Família Turismo Pietrogrande**
  Rua Costa Pereira, 131, Centro, Município de Anchieta, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio subsequente ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Castelo**
  Estrada do Campo, s/nº - Comunidade de Ribeirão do Meio, Distrito de Aracuí, Município de Castelo, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Belo Monte**
  Estrada de Belmonte, s/nº - Patronato, Município de Mimoso do Sul, neste Estado.

Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim**
  Rodovia João Domingo Zago, s/nº - KM 2,5 - Pacotuba, Município de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

- **Escola Família Agrícola de Ibitirama**
  Comunidade São José do Caparaó, Município de Ibitirama, neste Estado.
  Cursos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

1.3. Perfil Institucional da Mantenedora

1.3.1. Filosofia

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo tem como princípios orientadores a promoção do homem todo e de todos os homens, entendido em sua totalidade: corpo, mente e espírito, sem admitir nenhuma exclusão. Qualquer programa feito para aumentar a produção não tem afinal, razão de ser, senão colocado a serviço da pessoa humana. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torna-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável de seu bem estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual.

1.3.2. Missão

O MEPES tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana, interagindo na saúde, educação e ação comunitária, numa ampla atividade voltada, principalmente, ao meio rural, naquilo que concerne à elevação humano-social,

especialmente do agricultor, nas dimensões da vida: espiritual, sanitária, técnica econômica e ambiental.

O significado da sigla MEPES: Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo norteiam sua missão institucional.

- Movimento - Organização que não pretende cristalizar-se em atividades estáticas, mas colocar como caminho a revisão crítica constante para a superação, abandono ou ampliação de atitudes e atividades em vista da fidelidade a seus objetivos.
- Educação - Situa-se exclusivamente na linha da educação, qualquer que seja a natureza de seus serviços. Fazer crescer o SER HUMANO em todas as dimensões pessoal e comunitária, numa formação integral: ética, ecológica, intelectual, técnica, científica, profissional, artística, filosófica, espiritual e transcendente, etc.
- Promocional - Desenvolver uma educação adequada que ajude o ser humano em sua caminhada rumo ao verdadeiro crescimento humano-social-espiritual, e se tornar sempre mais consciente, livre, responsável, solidário, comunitário.
- Espírito Santo - É um Movimento que nasce situado no Estado do Espírito Santo, mas, sempre disposto a partilhar suas experiências e a comungar, solidariamente, com todos os que procuram o bem das pessoas e da Comunidade.

1.3.3. Visão

Tornar-se referencial de excelência no Estado do Espírito Santo, como uma ONG que atua com núcleos familiares e da sociedade civil organizada em parceria com órgãos públicos e empresas privadas, buscando o desenvolvimento local sustentável com a prestação de serviço nas áreas de educação, saúde ação comunitária.

1.3.4. Objetivos

De acordo com o Art. 4º de seu estatuto, o Movimento de Educação Promocional do Espirito Santo tem alguns dos seguintes objetivos a seguir:

- Apoiar a agricultura familiar de forma integrada, nas suas diferentes atividades agrícolas, privilegiando as formas que favoreçam a constituição e a defesa da pequena propriedade e possibilitem o crescimento da pessoa humana através de iniciativas que promovam o encontro de pessoas e famílias, entre si e a solidariedade entre grupos, classes e povos;
- Planejar, programar e executar atividades voltadas para a organização social das famílias, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do homem do campo, contribuindo para o combate ao êxodo rural;
- Apoiar atividades de integração ao mundo do trabalho;
- Contribuir para a formação e o desenvolvimento integral da família e o aperfeiçoamento ético e moral da sociedade;
- Apoiar, promover e executar atividades de assistência técnica, de extensão rural, de associativismo, de cooperativismo, de desenvolvimento educacional, de turismo, de cultura e lazer.
- Realizar atividades de intercâmbio com a finalidade educacional e desenvolvimento tecnológico;
- Oferecer educação escolar nos níveis da Educação Infantil, Fundamental, Médio e Profissionalizante, sendo nos últimos 03 (três) níveis por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância e em consonância com as demandas sociais, econômicas e ambientais;
- Realizar, por meio do Centro de Formação e Reflexão do MEPES, formação inicial na Pedagogia da Alternância aos monitores (professores) das Escolas Famílias Agrícolas do MEPES e de instituições formalmente parceiras e filiadas, bem como formação continuada a todos os profissional que atuam no MEPES.

1.4. Perfil Institucional das Escolas Famílias da Rede MEPES

A formação desenvolvida pelas EFA's está fundamentada em princípios que visam o desenvolvimento sustentável e solidário, enfatizando o papel do estudante pesquisador, aplicando no seu dia-a-dia os novos conhecimentos, compreendendo

que o meio onde vive é indispensável para sua aprendizagem, a partir da formação social, política, econômica e cultural.

Além da formação geral e profissional, leva em consideração todas as dimensões da pessoa, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades do estudante, através do espírito de iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida/Profissional, junto com a família e o meio em que vive.

O foco da Pedagogia da Alternância, desenvolvido pelas EFA's, é o estudante como centro e sujeito do processo educativo situado no seu meio. O ponto de partida é a produção familiar agroecológica que possibilita resolver os problemas da infraestrutura, tecnologia, agregação de valores e dinamismo para atender as constantes mudanças do mundo atual. É necessário que o camponês se aproprie dos serviços públicos, que lhe são de direito e podem atender as suas reinvindicações na luta e conquista de sua cidadania.

1.4.1. Missão

A missão das Escolas Famílias Agrícolas da rede MEPES é desenvolver um projeto educativo que através da Pedagogia da Alternância, integre o ambiente escolar com o meio sócio profissional do educando, desenvolvendo atividades em prol do desenvolvimento do campo de forma consciente, ética, respeitando os princípios da vida, favorecendo a construção de conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis à formação, comprometido com o desenvolvimento do meio, garantindo também a sustentabilidade dos recursos produtivos e diversificação das atividades, para que o jovem do campo possa se inserir como sujeito do processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

1.4.2. Princípios – Fins e Objetivos

A educação na rede MEPES é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. Assim, as Escolas Famílias do MEPES, tem por objetivos:

- Formar jovens e adultos nas dimensões: humano-social, intelectual-profissional, espiritual-ético-ecológico dentro de uma dimensão da solidariedade;
- Contribuir para a promoção e o desenvolvimento sustentável do educando, da família e do campo.
- Desenvolver no educando aptidões para a vida produtiva e social;
- Proporcionar através de suas atividades educativas um desenvolvimento que dê ao meio sócio profissional uma liderança motivada e devidamente preparada para que possa estimular e orientar o desenvolvimento técnico em geral e comunitário em particular;
- Privilegiar o ambiente familiar como meio da aprendizagem e ampliação do saber e o ambiente escolar e sócio profissional, como local de sistematização científica e ponto de partida para organizar pesquisas, alternando momentos de prática com teoria, ação com reflexão;
- Possibilitar a participação das famílias, comunidades, lideranças e instituições no processo educativo da escola;
- Proporcionar um ambiente educativo fundamentado em princípios de responsabilidade, liberdade, participação e cooperação, voltados para o bem comum;
- Respeitar a individualidade do educando como cidadão, garantindo uma educação voltada para o respeito à sua dignidade, liberdade, cultura e tudo o que possa colaborar para o seu desenvolvimento integral;
- Proporcionar meios para que o educando adote um posicionamento crítico construtivo e responsável diante da realidade, questionando com respeito e usando o diálogo como meio de resolver problemas e conflitos;
- Desenvolver um projeto que possibilite aos educandos, professores e demais pessoas envolvidas no processo educativo da Pedagogia da Alternância, caminharem em direção do verdadeiro crescimento humano-social-espiritual;
- Reconhecer o educando como sujeito do processo de desenvolvimento, integrado à família, à comunidade e ao meio sócio profissional, no resgate dos

direitos e deveres do cidadão camponês, considerando o acesso e permanência à escolarização como direito garantido constitucionalmente;

- Favorecer condições para que haja aprofundamento sobre a problemática do meio, à manutenção dos hábitos culturais e à preservação ambiental;
- Preparar o jovem, para participar conscientemente e com formação técnica conveniente ao desenvolvimento do meio em que está inserido;
- Preparar profissionais para atuarem em empresas e instituições prestadoras de serviços para os setores diversos da economia;
- Estimular o processo de formação permanente para estar continuamente atualizado frente aos desafios e perspectivas do mundo contemporâneo;
- Estimular no educando a interpretação da realidade a nível local, estadual e nacional, relacionando-a com o mundo, visando questionar as ideologias de dominação e marginalização deste meio e fortalecer a sua cultura respeitando as demais;
- Estimular a interação do educando no desenvolvimento sócio-econômico-político e cultural da região, do Estado e do País.

1.5. Identificação e Breve Histórico da Unidade da Unidade

A Escola Família Agrícola de Boa Esperança está localizada na Estrada do Campo, Comunidade Córrego da Prata município de Boa Esperança. É um município brasileiro do estado do Espírito Santo. Localiza-se a uma latitude 18º32'24" sul e a uma longitude 40º17'45" oeste, estando a uma altitude de 140 metros, está a 285 km de distância da capital e faz divisa com os municípios de Nova Venécia, São Mateus e Pinheiros. Sua população estimada em 2015 era de 15 318 habitantes.

O município de Boa Esperança foi elevado à categoria de Distrito em 1949, através da Lei nº. 65.265, de 22 de outubro de 1949, sendo criado anos depois, pela Lei nº. 1.912, de 28 de dezembro de 1963, que foi publicada no Diário Oficial em 4 de janeiro de 1964. O município foi desmembrado de São Mateus e instalado no dia 3 de maio de 1964. 78% da economia do município vem da agricultura e desses, 43% são das colheitas do café, iniciadas em maio. O município também tem uma

forte potência no cultivo e exportação de pimenta-do-reino e uma parcela visível na produção de mamão-papaia.

A Escola Família Agrícola de Boa Esperança foi fundada pelo MEPES em 27 de outubro de 1985 com a realização de uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental para sua construção, para atender ao anseio das famílias de agricultores do município, para tanto o MEPES contou com a parceria e participação das Comunidades, Igreja Católica, do Poder Público Municipal e Estadual, Sindicatos e Lideranças Religiosas.

Este desejo foi motivado principalmente pelo fato da população deste município ser essencialmente rural. Após a mobilização de mutirão para erguer o prédio o funcionamento ocorreu a partir do ano de 1986 com o Curso Técnico em Agropecuária nos moldes do Parecer CFE nº 45/72.

As primeiras experiências de Pedagogia da Alternância na Região Norte, se deram aproximadamente a partir de 1971, por incentivo das pastorais da igreja católica (Diocese de São Mateus) e assumidas pelo MEPES, surgiram então as primeiras EFAs (Nestor Gomes e Jaguaré no município de São Mateus e Bley no município de São Gabriel da Palha). Outras EFAs foram surgindo mais tarde na região, a exemplo de Rio Bananal, Pinheiros, Nova Venécia e Montanha pela rede MEPES e Barra de São Francisco, Mantenópolis e Ecoporanga pelas redes municipais.

Todas as escolas em Pedagogia da Alternância na região Norte eram de Ensino Fundamental. Desta forma, várias lideranças ligadas a estas escolas e de outros setores se articularam, em vista da fundação de uma escola em Alternância de 2º Grau que ofertasse o Curso Técnico em Agropecuária na região Norte. Sendo Boa Esperança um município central na região de demanda, ficou determinado como local de implantação da escola. A comissão de pró – fundação da escola criou as condições para iniciar as atividades letivas da primeira turma, que teve início em 1986. O atendimento era feito por percentual de vagas para o município de Boa Esperança, para as escolas de Pedagogia da Alternância da região e para outras diversas Comunidades.

A função de atendimento Regional foi diminuindo sua área de abrangência na medida em que outras unidades de ensino médio – profissionalizante com Curso Técnico em agropecuária no sistema de Pedagogia da Alternância foram surgindo: em 1991, o curso de supletivo de suplência em Pedagogia da Alternância da EFA de Jaguaré – MEPES, foi transformada em 2º Grau Técnico em Agropecuária e o município de Jaguaré criou a Pedagogia da Alternância pela via pública com as Escolas Comunitárias Rurais de Giral, São João Bosco e Japira. Em 1992 a EFA de Vinhático/Montanha – MEPES, ampliou o atendimento agregando o ensino médio – profissionalizante ao fundamental.

Em, 2001 a EFA do Bley – MEPES agrupou também o ensino Médio Profissionalizante ao fundamental. Em 2005, o município de Barra de São Francisco criou a EFA de ensino médio profissionalizante em Pedagogia da Alternância. Em 2008 a EFA de Rio de Bananal foi transformada do ensino fundamental para o ensino médio profissionalizante técnico em agropecuária e o município criou as Escolas Comunitárias Rurais de Panorama e Santa Rita. Em 2009 a EFA de Chapadinha/Nova Venécia – MEPES foi transformada do ensino fundamental para o médio profissionalizante – técnico em agropecuário e o município criou as Escolas Comunitárias Rurais de Santa Helena, Água Limpa e Gaviãozinho.

Em 2013 a SEDU criou o Curso de Ensino Médio Profissionalizante Técnico em agropecuária, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Nestor Gomes anexada a EFA do Km 41 em São Mateus, já que o município havia implementado a Pedagogia da Alternância nas escolas multi-seriadas e no ensino fundamental nas localidades de Córrego Seco, Assentamento Zumbi dos Palmares e Nativo. Assim sendo, a partir de 2013 o atendimento da EFA de Boa Esperança ficou na Abrangência do município de Boa Esperança, Pinheiros, Conceição da Barra e algumas comunidades do noroeste do Município de são Mateus.

Atos autorizativos

CNPJ: 27.097.229/0015-48

- Autorização - Curso 2º Grau Técnico em Agropecuária, Res. CEE nº 10/91, D.O. 07/06/1991 - Retificação Resolução CEE nº 31/91, D.O. 20/08/1991;
- Reconhecimento - Resolução CEE nº 92/97, D.O. 15/05/1997;

- Autorização - Ensino Médio, Resolução CEE nº 235/99, D.O. 19/01/2000, Retificação, Resolução CEE nº 443/2001, D.O. 17/12/2001;
- Autorização - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio Curso Técnico em Agropecuária, Res. CEE nº 1.079/2004, D.O. 31/01/2005;
- Autorização - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio Curso Técnico em Agropecuária, Res. CEE nº 1.323/2006, D.O. 03/08/2006 – Errata na Resolução CEE nº 1.323/2006, D.O. 02/10/2006 - Convalidação de Estudos, Resolução CEE nº 2.039/2009, D.O. 23/10/2009;
- Renovação Oferta - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio Curso Técnico em Agropecuária, Resolução CEE nº 2.545/2011, D.O. 14/02/2011.
- Renovação Oferta - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio Curso Técnico em Agropecuária, Resolução CEE nº 3.793/2014, D.O. 18/07/2014.

2. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EFA: CONCEPÇÃO

2.1. Breve Histórico

A avaliação nas EFAs é resultado de um longo processo de reflexão e crítica da prática desenvolvida, o que permitiu sistematizar uma diversidade de formas e instrumentos avaliativos na perspectiva de cumprir com sua finalidade político-pedagógica de emancipação humana.

O marco inicial da reflexão sobre a avaliação nas EFAs foi a partir da transição do curso ofertado, de supletivo para Ensino Fundamental e Médio regular, com profissionalização. Até então, a prática avaliativa no processo de ensino-aprendizagem se restringia a aspectos mais quantitativos, como forma de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem, e de projetos voltados para as atividades rurais como trabalho final de série e curso.

Quanto a avaliação institucional, considerava-se os resultados a partir do planejamento estabelecido, com maior ênfase nos aspectos técnicos-administrativos. A instância de gestão era o conselho administrativo das EFAs, constituído pelas famílias, estudantes, ex-estudantes, educadores e representantes de instituições ligadas ao meio rural e poder público local.

Diante das mudanças no atendimento das modalidades de ensino e da necessidade de adequação à nova realidade, houve um forte estímulo para refletir e sistematizar as práticas avaliativas, esta reflexão se dá a partir do princípio/finalidade da formação integral/emancipadora. Sendo assim, fez-se necessário pensar a avaliação de forma coerente com os princípios e finalidades das EFAs. Neste contexto a avaliação passa a ser concebida como mecanismo de diagnóstico dos potenciais e desafios - seja do estudante ou da instituição - e de sistematização das alternativas, se consolidando como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do trabalho das EFAs.

Do ponto de vista da organização institucional, as instâncias envolvidas passaram a ser estruturadas por meio da auto-organização, as famílias organizadas em associação, os professores/monitores e auxiliares em equipe de trabalho e os estudantes que fazem a gerência da vida coletiva por meio da estrutura organizativa

de associação, sendo este também, um ensaio de processos de organização coletiva com finalidade pedagógica.

Através destas instâncias se promove a gestão participativa, que incide diretamente na avaliação institucional. Esta tem por finalidade avaliar o desempenho da instituição com base em seus objetivos e planejamentos anuais. Ela envolve com maior intensidade os parceiros internos - famílias, estudantes e equipe de trabalho (professores/monitores e auxiliares) e em menor intensidade os parceiros externos - a comunidade e outros. No decorrer do ano são realizadas avaliações de empenho e desempenho dos parceiros internos (famílias, estudantes e equipe de trabalho), conforme os compromissos assumidos e estas se inter-relacionam com avaliação dos resultados, podendo aqui, envolver os parceiros externos.

Com características distintas, mas integrada a anterior, a avaliação do ensino-aprendizagem permeia todo processo desenvolvido pelos estudantes e professores/ monitores sendo um elemento constante que permite diagnóstico, análise e sistematização de alternativas. Para estes são desenvolvidos instrumentos pedagógicos que englobam estas dimensões, são eles:

- Avaliação de Habilidade e Convivência: avalia o desenvolvimento dos estudantes na superação de seus desafios e hábitos no decorrer do ciclo, em vista da formação de sua personalidade, seu caráter e sua conduta, em uma perspectiva emancipatória.
- Caderno da Realidade: avalia as condições do estudante de descrever e analisar as informações de sua realidade.
- Plano de Estudo: avalia o desempenho do estudante no levantamento e sistematização de informações da experiência vivencial e percepção das situações que necessitam de fundamentação teórica.
- Avaliação coletiva: instrumento que possibilita desenvolver o espírito coletivo e interdisciplinar entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo e avalia a capacidade de contextualizar o conhecimento científico na resolução de situações problemas da realidade.

- Avaliação final: avalia as condições de projetar uma nova realidade a partir da sistematização de diagnóstico, análise e alternativas fundamentadas cientificamente.

Estas sistematizações acerca da avaliação, traduzidas neste Programa de Auto Avaliação (PAI) representam o esforço da instituição em consolidar uma cultura de avaliação que tenha como eixos centrais o protagonismo dos sujeitos envolvidos e a perspectiva da construção de novas práticas mais coerentes e eficientes com os princípios e finalidades da instituição.

2.2. Concepção Teórico-Metodológica

A concepção de avaliação nas EFAs é compreendida a partir da finalidade assumida pela mesma que é a transformação das relações sociais e não a reprodução da sociedade, tal qual está organizada no modo de produção vigente, de forma que deve possibilitar ao estudante o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade e as condições de emancipação humana.

A formação está pautada no princípio do protagonismo e da promoção do sujeito sendo ator do próprio conhecimento, possibilitando desenvolver continuamente as potencialidades humanas em todas as dimensões em vista do homem social. Portanto, não existe promoção individual, o homem se promove junto com os outros, sendo este ideal de homem, relacionado intimamente com a filosofia que deve se concretizar na ação educativa, ou seja, a concepção de educação está em função do homem e sociedade que deseja projetar.

O ato de avaliar compreende um exercício contínuo e processual que envolve diferentes aspectos e instrumentos. De forma direta a avaliação tem como fim revelar os resultados obtidos mediante os objetivos estabelecidos, além disso, ela abrange uma gama de elementos, que vão desde identificar os desafios e potenciais do que se desenvolveu até propor e sistematizar novas formas de ser, pensar e agir. Sendo assim, a avaliação torna-se indispensável na dialética reflexão-ação.

A avaliação na Pedagogia da Alternância abrange duas modalidades – a avaliação institucional e a avaliação da aprendizagem. Sendo elas orientadas pelos

mesmos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, distinguindo-se apenas nos procedimentos metodológicos e objetivos específicos a cada uma.

A **avaliação institucional** representa os processos e resultados das ações da instituição, considerando o contexto sócio histórico. Esta modalidade de avaliação engloba a estruturação, os processos e os agentes. Ela consiste em um momento de reflexão da instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto avaliação.

Em relação à **avaliação da aprendizagem** considera-se o desenvolvimento dos sujeitos em todas as dimensões da personalidade e das habilidades cognitivas e psicomotoras. A avaliação abrange os diversos momentos de formação, seja no meio escolar ou no meio sócio familiar comunitário, e a sua realização se dá simultaneamente a aplicação do plano de formação dos estudantes, dando oportunidade de apresentar o conhecimento adquirido, bem como o despertar para novas aprendizagens.

2.3. Princípios adotados

Os princípios da avaliação nas EFAs são pautados a partir do projeto de educação e sociedade no qual se insere a Pedagogia da Alternância, desta forma temos como eixos norteadores da nossa práxis educativa: a **Agricultura que Queremos** - baseada nos princípios da sustentabilidade e as orientações da agroecologia; **a Organização que Queremos** - protagonismo dos sujeitos envolvidos com participação ampla e democrática e a **Educação que Queremos** - opção pela Pedagogia da Alternância como estratégia pedagógica preservando os princípios:

- Filosófico: uma educação própria e apropriada as distintas realidades para gerar a tomada de consciência em vista da emancipação humana;
- Político: a gestão compartilhada que envolve famílias, estudantes e educadores, sendo os beneficiários os principais protagonistas no processo político-pedagógico e administrativo;

- Pedagógico e Metodológico: a educação contextualizada através do ritmo da alternância, temas geradores e o plano de estudo como método guia do processo ensino-aprendizagem.

São estes elementos que estabelecem os parâmetros para as avaliações nas EFAs, sendo esta democrática e emancipadora, coerente com a finalidade das EFAs, oportuniza refletir sobre a forma como se dão os processos de organização e os processos de ensino – aprendizagem da instituição.

Coerente com o acima exposto, o Programa de Auto Avaliação Institucional das EFAs se orienta ainda pelos seguintes princípios/ características:

- Globalidade: expressa a amplitude de sua abrangência, ou seja, a noção de que é necessário avaliar não só uma de suas atividades, mas todos os elementos que compõem a vida escolar.
- Respeito à identidade institucional: é um processo com características próprias da instituição: perfil, missão, objetivos, condições, necessidades, dentre outros, pois não se pode exigir desempenho incompatível com suas características e finalidades.
- Participativa: é um processo constituído através da participação ativa de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, já que se trata de um esforço coletivo de conhecimento, interpretação e tomada de decisão, buscando a transformação da realidade, o que a torna legítima e com credibilidade perante a comunidade interna e externa.

2.4. Objetivos da auto avaliação

2.4.1. Objetivo Geral

Fortalecer a cultura da auto avaliação participativa, para o autoconhecimento e o aperfeiçoamento, na perspectiva de promover o princípio do protagonismo e da promoção dos sujeitos no desenvolvimento do processo avaliativo da instituição no âmbito gerencial e pedagógico.

2.4.2. Objetivos Específicos

- Aperfeiçoar o sistema de auto avaliação visando o compromisso assumido na gestão participativa e no processo ensino-aprendizagem da instituição;
- Realizar o diagnóstico e análise dos potenciais e desafios dando base para sistematizar alternativas na perspectiva de aprimorar a prática da instituição;
- Aprimorar os mecanismos de avaliação coerentes com as diversas dimensões da formação humana.

3. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EFA: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

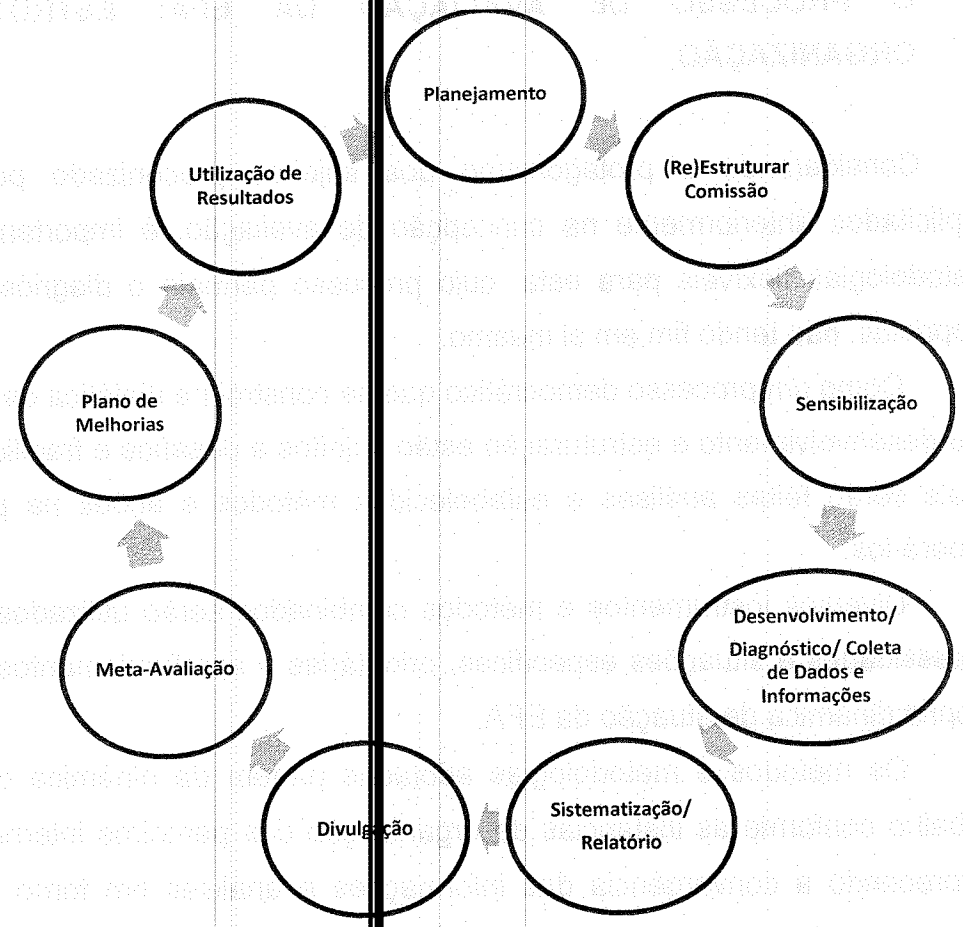
Considerando o protagonismo dos sujeitos preconizado pela instituição, explicitados anteriormente na concepção de avaliação, é importante estabelecer metodologias flexíveis para esta, cujo processo permeia o diagnóstico, análise e propostas, não tendo fim em si mesmo.

Como um processo democrático que se constrói na dialética da ação reflexão, seu desenvolvimento e estruturação estão sujeitos a desafios e fragilidades, para os quais serão feitas análises e estabelecidos métodos e ações na perspectiva de superá-los.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme as necessidades e situações específicas, prioritárias e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da EFA.

Os métodos e metodologias adotadas partem da dinâmica dos grupos de trabalho conforme as instâncias de organização dos parceiros internos e externos, favorecendo a convergência das informações e análises em torno dos objetivos, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

Assim, o processo de auto avaliação perpassa por várias etapas como demonstrado no esquema abaixo e descritas na sequência.



3.1. Estruturação das Comissões

Para o planejamento do Programa de Auto Avaliação Institucional (PAI) foi designada pelo Fórum do Departamento das Escolas Famílias Agrícola e de Turismo do MEPES – DEFATUR, uma Comissão Geral de Avaliação, especialmente constituída para esse fim, conforme nomeação interina em anexo. Esta comissão é composta por representantes de professores/monitores e pela equipe técnica pedagógica do MEPES. A comissão tem função de sistematizar as orientações e articular a produção do PAI, garantindo a participação coletiva dos sujeitos envolvidos no processo de avaliação das EFAs.

Em cada unidade escolar, o processo de auto avaliação contará com a participação da Comissão Própria de Avaliação, nomeada interinamente em ato próprio pelo Diretor/ Coordenador Administrativo da Escola Família, designada para planejar, organizar, executar, refletir e cuidar do interesse coletivo da comunidade

escolar, expressos nos princípios e objetivos da instituição, com a participação democrática dos parceiros.

Os membros interinos das Comissões de Avaliação serão eleitos ou indicados por seus pares. Nos anos subsequentes a 2016, o MEPES, manterá no âmbito de sua Rede de Escolas Famílias, a Comissão Geral de Avaliação, e em cada Unidade Escolar, a Comissão Própria de Avaliação, tendo a composição, atribuições e demais aspectos relativos ao funcionamento das mesmas estabelecidas em Regimento próprio.

3.2. Sensibilização

A sensibilização para com o tema da avaliação institucional tem a preocupação fundamental de trabalhar a motivação da comunidade escolar para seu envolvimento no processo avaliativo. Ela deve ser contínua, porém algumas atividades se destacam, como momentos coletivos de motivação com fundamentação e orientação de procedimentos no âmbito dos estudantes, da equipe de trabalho (professores/monitores e auxiliares) e da associação das famílias. Para além é realizada com os parceiros externos a divulgação do programa de avaliação institucional e orientação das formas de participação. A sensibilização se efetiva envolvendo os parceiros internos e externos, através das assembleias de famílias, estudantes, reunião do corpo docente, conselho avaliativos e outros.

Esta etapa prevê as seguintes ações:

a. Apresentação e orientação do programa de auto avaliação institucional e dos procedimentos metodológicos para a equipe de trabalho (professores/ monitores e auxiliares) pela Comissão Própria de Avaliação da Escola;

b. Apresentação do programa de auto avaliação institucional para as famílias por meio de assembleias, encontros de formação e visita às famílias, articulado pela Comissão Própria de avaliação e com a contribuição da equipe de professores/monitores;

c. Motivação para o programa de auto avaliação institucional com os estudantes através da auto-organização dos estudantes em momento de assembleias.

d. Divulgação do programa de auto avaliação para os parceiros externos em encontros promovidos pela EFA ou eventos dos parceiros que permitam realização dessa ação.

3.3. Desenvolvimento do Processo de Avaliação:

A implementação do processo de avaliação busca se estabelecer como um processo que possibilitará a construção de um diagnóstico institucional com a finalidade de subsidiar tomada de decisão e implementar ações com vistas ao aprimoramento da gestão pedagógica-administrativa, bem como alcançar os objetivos institucionais estabelecidos.

O desenvolvimento da avaliação terá como base as dez dimensões do PDI, e seu detalhamento servirá como parâmetro e eixo para as ações, como descritas a seguir:

DIMENSÃO 1 – Articulação entre a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Objetivo: Avaliar se as atividades propostas no PDI estão em consonância com a missão da instituição.

Categorias:

a. Contextualização das unidades da rede MEPES (unidade nas orientações político – pedagógica - jurídica das escolas respeitando-se as particularidades locais);

b. Programa de gestão compartilhada com protagonismo dos sujeitos;

c. Plano de formação dos parceiros.

Indicadores: Grau de participação e aproveitamento da formação.

Ações: Realização de reuniões para análise da articulação do PDI e levantamento de ações desenvolvidas pela Escola que evidenciam o cumprimento da Missão, com o envolvimento da comunidade escolar.

DIMENSÃO 2 - As políticas para o ensino e os processos didáticos e pedagógicos

Objetivo: Avaliar se as práticas e métodos utilizados correspondem às políticas e diretrizes pedagógicas institucionais.

Categorias:

a. O método de ensino aprendizagem e a formação integral (atividades vivências, integração dos conhecimentos e avaliação).

b. O protagonismo no processo de ensino aprendizagem (auto-organização).

Indicadores: Desempenho do educando e educadores e definição do público.

Ações: Levantamento de dados e informações das condições de desempenho do ensino-aprendizagem e análise da coerência teórico-prático dos Elementos da Pedagogia da Alternância, com o envolvimento dos educadores, famílias e estudantes.

DIMENSÃO 3 – A Relação Planejamento/Avaliação

Objetivo: Avaliar a sintonia entre os métodos de planejamento e de avaliação, bem como o nível de realização das atividades planejadas.

Categorias:

a. Amplitude da participação nas diversas dimensões avaliadas;

b. Metodologia de avaliação e análise de resultados.

Indicadores: Número de pessoas envolvidas; conteúdo, linguagem adequada e metodologia.

Ações: Reuniões e encontros para avaliar a eficiência do planejamento e como forma de fortalecer a cultura avaliativa, utilizando os resultados da Avaliação no Planejamento institucional, com o envolvimento dos educadores, famílias e estudantes.

DIMENSÃO 4 – A Responsabilidade social da instituição

Objetivo: Avaliar se a instituição, por meio das parcerias, tem cumprido suas responsabilidades sociais de acordo com seu caráter filantrópico.

Categorias:

a. Público atendido (característica sócio - econômica);

b. Desenvolvimento nos campos cognitivo e prático dos sujeitos (estudantes, famílias e monitores);

c. Compromisso com a sustentabilidade;

d. Efetivação das parcerias.

Indicadores: Aceitabilidade; grau de progresso individual e coletivo, social e ambiental.

Ações: Levantamento e sistematização das ações que tenham contribuído no desenvolvimento econômico, social e ambiental das regiões de maior atuação da escola.

DIMENSÃO 5 – A Comunicação e Integração com a Comunidade

Objetivo: Avaliar o desempenho da instituição em relação aos espaços de participação e no relacionamento com a comunidade escolar.

Categorias:

a. Garantia dos valores éticos nas ações e relações (respeito a cultura e expectativas dos sujeitos envolvidos);

b. Espaço de participação na estrutura administrativa (auto organização dos parceiros);

c. Instrumentos metodológicos da alternância (plano de estudo, caderno de acompanhamento, formação das famílias, etc.).

Indicadores: Nível de entendimento e interação.

Ações: Levantamento das ações que evidenciam a integração com a comunidade escolar, das formas e meios de comunicação utilizados e análise do envolvimento dos sujeitos no processo educativo.

DIMENSÃO 6 – A Política de Recursos Humanos: corpo docente e técnico-administrativo

Objetivo: Verificar o desempenho da instituição no âmbito da gestão, valorização e aperfeiçoamento do quadro de pessoal.

Categorias:

a. Inserção e adaptação ao processo político pedagógico (formação dos educadores e auxiliares);
b. Condições de trabalho (valorização profissional, progresso humano através da autonomia e protagonismo);
c. Adequação das qualificações e habilidades profissionais.

Indicadores: Valorização, qualificação e empenho profissional.

Ações: Diagnóstico do nível de engajamento, progresso profissional e análise das condições de trabalho envolvendo o corpo docente e técnico-administrativo e a comunidade.

DIMENSÃO 7 – A organização e gestão da instituição

Objetivo: Avaliar se a dinâmica e metodologia de gestão e organização da instituição estão coerentes com seus princípios.

Categorias:

a. Os mecanismos da gestão compartilhada (cumprimento das orientações oficiais);
b. Funcionamento da estrutura da auto organização e das relações internas

Indicadores: Coesão e ajuda mútua.

Ação: Analisar se os documentos de legalização e normativas estão em consonância com os princípios de gestão adotados pela instituição e coerentes com a legislação vigente, garantindo a participação da comunidade escolar.

DIMENSÃO 8 – A Infraestrutura

Objetivos: Verificar se a infraestrutura está atendendo às necessidades básicas de funcionamento.

Categorias:

a. Acessibilidade;
b. Instalações gerais;
c. Materiais didáticos pedagógicos (biblioteca, equipamentos em geral...);
d. Recursos logísticos (veículos, comunicação, maquinários etc.)

Indicadores: Qualidade e desafios da estrutura e logística.

Ações: Realização de levantamento da infraestrutura física e da tecnologia da informação para análise de suas condições de atendimento às necessidades pedagógicas e às normas legais.

DIMENSÃO 9 – Políticas de Atendimento ao Estudante

Objetivos: Avaliar o grau de atendimento e satisfação do estudante com o serviço prestado.

Categorias:

a. Gratuidade e qualidade do ensino;

b. Desempenho logístico (transporte escolar, alimentação, hospedagem etc.);

c. **Indicadores:** Grau de satisfação dos estudantes e índice de permanência e aprovação.

Ações: Levantamento e análise de dados e informações relativos às condições de atendimento aos estudantes com a participação da comunidade escolar.

DIMENSÃO 10 – Sustentabilidade Financeira

Objetivo: Avaliar a quantidade e qualidade das parcerias para a manutenção do projeto.

Categorias:

a. Histórico e legitimidade das parcerias;

b. Amparo legal para acesso às políticas públicas;

c. Funcionalidade e desempenho das parcerias (acordos, convênios, projetos etc).

Indicadores: Resultado dos balanços e o nível de comprometimento dos parceiros.

Ações: Levantamento de dados e indicadores financeiros e análise das parcerias da Instituição quanto a forma e ao atendimento das necessidades.

A EFA assume o compromisso de desenvolver uma prática sistemática de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional e despender esforços

que conduzam a sistematização e aperfeiçoamento do processo na perspectiva de cumprir sua função social e consolidar sua missão institucional.

3.4. Sistematização dos resultados em relatório

Ao final de cada etapa do processo avaliativo, a Comissão de Avaliação deve sistematizar e analisar os resultados, que ao final deste serão organizados em relatório, que orientará o planejamento institucional e será parte do processo relativo à nova solicitação de autorização/ credenciamento ou renovação de credenciamento. Tanto a sistematização, quanto a elaboração do relatório são de fundamental importância para a integração de todas as categorias avaliadas, nas diversas dimensões.

Ao final de cada etapa será feita uma análise parcial a partir da sistematização dos resultados pela Comissão Própria de Avaliação, sendo desenvolvido um relatório descritivo dos procedimentos e análises que será registrado em arquivo próprio.

O relatório contendo a sistematização e análise geral dos resultados da auto avaliação será elaborado ao final do processo avaliativo pela Comissão Geral de Avaliação, contemplando em sua estrutura:

- Caracterização da Instituição.
- Apresentação do Processo Avaliativo.
- Descrição e tabulação de dados e informações dos resultados apurados em cada dimensão da avaliação, com as devidas análises, observações e considerações (potenciais e fragilidades), atual e histórica, conforme detalhamento abaixo.
- Considerações Finais e Recomendações.

Como forma de favorecer a articulação entre o Plano de Auto Avaliação Institucional (PAI) e o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), sugere-se que a descrição e tabulação de dados e informações do relatório sejam organizados nos cinco Eixos, conforme segue:

Eixo 1 - Associativo:

- Dimensão 1: Articulação entre a Missão e o PDI.
- Dimensão 3: Planejamento e Avaliação
- Dimensão 9: Política de Atendimento ao Estudante

Eixo 2 – Pedagógico:

- Dimensão 2: O ensino e os processos didáticos e pedagógicos

Eixo 3 – Administrativo:

- Dimensão 6: A Políticas de Recursos Humanos
- Dimensão 7: A Organização e Gestão da Instituição
- Dimensão 8: Infraestrutura Física

Eixo 4 - Econômico Financeiro:

- Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5 – Político:

- Dimensão 4: Responsabilidade Social da Instituição
- Dimensão 5: Comunicação e Integração com a Sociedade

3.5. Divulgação para a comunidade

Os dados e informações disponibilizados no relatório pela Comissão Própria de Avaliação, em cada Escola Família e pela Comissão Geral, no âmbito da Rede de Escolas do MEPES serão objeto de divulgação, como forma de ampliar o comprometimento de todos os envolvidos e oportunizar a participação coletiva na tomada de decisão. A publicidade dos resultados para os públicos interessados nos resultados do processo de auto avaliação pode ser realizada por meio:

- Da atuação direta das comissões;
- De reuniões;
- De assembleias;
- Informativos impressos;
- Comunicação *online*

- *Site* institucional;
- Outros.

Esta etapa assegura a credibilidade ao processo, porque os que participaram diretamente da avaliação e também a comunidade externa, tomam conhecimentos dos resultados obtidos.

3.6. Meta-avaliação

A meta-avaliação compreende um processo participativo de análise crítica e de auto reflexão da avaliação institucional desenvolvida pela Rede de Escola Família do MEPES, a fim de realizar as adequações necessárias ao seu aperfeiçoamento, devendo ser realizada pelos sujeitos, concomitante a análise de seus resultados, ou seja, ao final de cada etapa/ processo.

Através do processo de meta avaliação deve-se avaliar o percurso da avaliação institucional até então realizado, apontando seus pontos fortes e os aspectos que necessitam de melhorias para a implementação de um novo ciclo avaliativo. Esta etapa é fundamental para que a continuidade da avaliação institucional ocorra sempre da melhor forma possível, aprendendo com os acertos e dificuldades dos percursos que forem sendo realizados.

Frente ao exposto, fica claro o importante papel que a meta-avaliação desempenha na melhoria do processo avaliativo institucional, uma vez que a mesma inclui a análise, interpretação e sistematização tanto dos aspectos teóricos da avaliação institucional como os práticos (métodos, técnicas, instrumentos utilizados etc.)

3.7. Plano de Melhorias

Após o Relatório ser apresentado e apreciado, em assembleias, pelos sujeitos da comunidade escolar, deverá ser elaborado o Plano de Melhorias da Instituição, cuja finalidade é estabelecer ações em vista de superar os desafios apontados na avaliação que deverá ser incorporado ao Planejamento da Instituição do período subsequente, dando o caráter retroalimentador da Avaliação.

Além disso, o relatório deve incorporar também os desafios encontrados no programa de auto avaliação institucional, suscitadas no processo de Meta-Avaliação.

Cada unidade deverá encaminhar no final do processo uma cópia do relatório e respectivos anexos à Superintendência do MEPES, que deverá convocar a Comissão Geral de Avaliação em vista de executar os mesmos procedimentos acima descritos. O relatório da Rede de Escolas Famílias do MEPES deverá ser apresentado à Junta Diretora para as decisões julgadas necessárias às políticas do MEPES.

3.8. Utilização de Resultados

Como nos alerta Cipriano Carlos Luckesi (2011), antes de abordarmos a utilização dos resultados propriamente ditos, torna-se importante fazer a distinção, entre o ato de examinar e o ato de avaliar, pois é comum confundirmos estas duas práticas como se fossem equivalentes. Enquanto o ato de examinar tem seu foco centrado no produto final resultante do processo - passado, a avaliação tem sua atenção no processo sem perder de vista os resultados alcançados. Então a avaliação, diferentemente do exame, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele em vista dos objetivos a serem alcançados. Enquanto a verificação é uma ação que "congela" o objeto a ser avaliado, a avaliação por sua vez é dinâmica, pois não possui um fim em si mesmo, ela é um meio para atingir determinados fins.

Neste sentido, o resultado da Auto Avaliação Institucional nas diversas dimensões especificadas neste Programa deverá gerar relatórios, diagnósticos a serem apresentados pela Comissão Própria de Avaliação, em cada unidade escolar e pela Comissão Geral de Avaliação, no âmbito da Rede de Escolas, que além de identificar potencialidades e fragilidades de cada Escola Família e, por conseguinte da Rede MEPES, devem propor ainda sugestões para a implementação de ações de melhorias de natureza pedagógica e administrativa, visando a sustentabilidade institucional. Os resultados apurados devem ser apresentados e discutidos com a comunidade escolar, por meio de assembleias, seminários, reuniões, boletins

informativos, *Internet*, entre outros para que sejam adotadas as medidas necessárias ao aprimoramento de seus processos e de seus resultados.

Como pode ser verificado, os resultados deste processo avaliativo irão possibilitar a retroalimentação do Planejamento e formulação de políticas tanto para a gestão da própria Escola como também da instituição mantenedora.

Afinal, o MEPES compreende a Auto Avaliação como um processo sistemático de busca de subsídio para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade social dos serviços educacionais prestados por sua Rede e como afirma BELLONI (1999), a avaliação constituiu, na verdade, em uma estratégia da instituição para construir uma relação efetiva com a realidade social alicerçada no compromisso com a transformação social através da melhoria da qualidade das atividades educacionais.

4. CRONOGRAMA:

Segue abaixo um Cronograma para implementação do referido Programa de Auto Avaliação da instituição.

AÇÕES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
(Re) Estruturação de Comissões	Primeiro semestre de 2016
Sensibilização	Segundo semestre 2016
Desenvolvimento – ações previstas em cada dimensão	2017, 2018 e primeiro semestre de 2019
Sistematização dos Resultados em Relatório	Segundo semestre de 2019
Divulgação para a Comunidade	Primeiro semestre de 2020
Meta-Avaliação	
Plano de Melhorias	
Utilização de Resultados/ Planejamento	Segundo semestre de 2020

BIBLIOGRAFIA

Equipes Pedagógicas, **CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO: INSTRUMENTOS, CRITÉRIOS E RELAÇÕES EXISTENTES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM; II ENCONTRO DOS NRE/CGE**, Curitiba/PR, 2008; disponível em www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br, acessado em 15/03/2016.

Equipe pedagógica da regional dos centros familiares de formação em alternância do espírito santo, **AVALIAÇÃO NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**; Relatório do II encontro de formação de monitores e monitoras, Rio Bananal/ES, 2003; Arquivos internos da EFA de Boa Esperança.

Escola Família Agrícola de Boa Esperança, **PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE CURSO**. Espírito Santo, ES, 2014.

ANEXOS

Nomeação de comissões

PORTARIA Nº _____/ 2016 DE 01 DE MARÇO DE 2016

Constitui a Comissão Geral de Avaliação, no âmbito da Rede MEPES, e dá outras providências.

O Superintendente Geral do MEPES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Resolução CEE – ES nº 3.777/2014 que institui o Programa de Auto Avaliação Institucional (PAI) no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar interinamente os membros abaixo relacionados para integrarem a Comissão Geral de Avaliação, no âmbito da Rede de Escolas Famílias do MEPES:

I. Representante dos Professores/ Monitores das Escolas Famílias:
   a.

II. Representantes da Equipe Técnica Pedagógica do MEPES:
   a. Elizabeth
   b. Lílian
   c. Paula

III. Gerente Pedagógico do MEPES – Joel Duarte Benísio.

Parágrafo único. A Comissão Geral de Avaliação possui como atribuição sistematizar as orientações e articular a produção do Programa de Auto Avaliação Institucional (PAI), garantindo a participação coletiva dos sujeitos envolvidos no processo de avaliação das Escolas Famílias do MEPES.

Art. 2º - Em cada Escola da Rede MEPES, caberá ao Diretor/ Coordenador Administrativo da respectiva unidade, nomear os membros que irão compor a Comissão Própria de Avaliação, eleitos ou indicados por seus pares, assim composta:

I. 2 (dois) representantes do Corpo Docente;
II. 2 (dois) representantes do Corpo Discente;
III. 2 (dois) representantes da Associação das Famílias da EFA.

Parágrafo único. A Comissão Própria de Avaliação possui como atribuições planejar, organizar, executar, refletir e cuidar do Processo de Auto Avaliação da respectiva Unidade Escolar.

Art. 3º - O mandato dos membros da Comissão Geral e da Comissão Própria vencerá em 2017, quando deverá ser nomeada uma nova Comissão de acordo com o Regimento que irá regulamentar o funcionamento de Comissão Avaliativa na Rede MEPES.

Anchieta, _____ de _____ de 2016.

Idalgizo José Monequi
Superintendente Geral do MEPES

PORTARIA Nº _____/ 2016 DE ____ DE _____ DE 2016
(DATA PRÓXIMA SEMANA)

Constitui a Comissão Própria de Avaliação, e dá outras providências.

O Diretor da Escola Família _____ no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Resolução _____/ 2016 e no Programa de Auto Avaliação Institucional da Rede MEPES,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar interinamente os membros abaixo relacionados para integrarem a Comissão Própria de Avaliação da Escola Família _____:

I. Representantes do Corpo Docente
   a.
   b.
II. Representantes do Corpo Discente:
   a.
   b.
III. Representantes da Associação das famílias da EFA:
   a.
   b.

Art. 2º - Esta comissão possui como atribuição possui como atribuições planejar, organizar, executar, refletir e cuidar do Processo de Auto Avaliação na respectiva Unidade Escola.

Art. 3º - O mandato dos membros da Comissão vencerá em 2017, quando deverá ser nomeada uma nova Comissão de acordo com o Regimento que irá regulamentar o funcionamento de Comissão Avaliativa na Rede MEPES.

_____, _____ de _____ de 2016.

_____
Diretor da Escola